MESTRADO INTEGRADO EM
ARQUITECTURA DA UNIVERSIDADE
CATÓLICA PORTUGUESA —
CENTRO REGIONAL DAS BEIRAS

Reutilização das Arquitecturas de Produção

TURISMO RURAL: QUINTA DO VALE DA FIGUEIRA

Relatório do Trabalho de Projecto de Mestrado

Tiago Rodrigues Frutuoso

Orientação **Professora Doutora Ana Pinho**

Coorientação **Mestre Victor Mestre**

TURISMO RURAL: QUINTA DO VALE DA FIGUEIRA

Setembro de 2014

Agradecimentos

Em primeiro lugar, agradeço à minha orientadora e co-orientador, Professora Doutora Ana Pinho e Mestre Victor Mestre, não só pela aprovação e apoio dado na escolha do tema de trabalho, mas também pela atenção e disponibilidade dedicadas no decorrer desta fase tão decisiva para a conclusão do percurso académico.

Em segundo lugar, quero agradecer a todos os meus Professores que me acompanharam ao longo dos últimos cinco anos e que me ensinaram e encorajaram a evoluir.

Gostaria de prestar os meus agradecimentos aos membros da família Fructuoso, nomeadamente à minha avó Bebiana Fructuoso e Melo e ao meu primo Manuel Fructuoso da Costa, que se mostraram disponíveis para colaborar na elaboração do trabalho aqui presente, não só através da facultação de informação existente sobre o assunto, mas também pelo encorajamento e apoio dado na escolha do tema do trabalho.

Desejava, também, agradecer à Câmara Municipal de Penalva do Castelo, pela disponibilidade e paciência cedida nas fases iniciais de recolha de informação, e pelo conjunto de elementos facultados que se revelaram como cruciais para a elaboração do trabalho.

Um agradecimento especial à minha colega e grande amiga Matilde Mata, pela colaboração, dedicação, apoio e amizade com que me foi brindando não só durante a elaboração do trabalho, mas também ao longo dos muitos anos que me acompanha.

Não posso também deixar de agradecer aos meus grandes companheiros, e quase irmãos, Miguel Cardoso e Vítor Sousa, pelo reflexo da enorme amizade que dura há muitos anos no decorrer da elaboração do presente trabalho.

Um enorme agradecimento a todos os meus colegas de Curso, não só pelo apoio e entre-ajuda demonstrados nesta última fase, mas também pelo companheirismo e cumplicidade gerados ao longo de todo o percurso académico.

Por fim, desejo dedicar este trabalho aos meus pais, que me apoiaram ao longo de todos os meus anos de existência, partilhando da minha felicidade nos melhores momentos e encorajando-me nos momentos menos felizes.

A todos, o meu muito obrigado.

Resumo

A reutilização de edifícios antigos com importância histórica, arquitetónica ou cultural tem vindo a aumentar com a vontade de adaptar esses espaços às novas realidades dos dias de hoje. Deste modo, nota-se uma crescente aposta em projetos de reabilitação de antigos solares, quintas e casas de campo, associados a uma nova realidade turística que se tem vindo a desenvolver no decorrer dos últimos anos: o turismo rural. Trata-se do aproveitamento de espaços rurais para a implementação de programas turísticos que contribuem não só para a conservação e manutenção desses espaços, mas também para o desenvolvimento sócio-económico e cultural dessas regiões.

O trabalho apresentado e desenvolvido como prova final de mestrado integrado em arquitetura da Faculdade de Arquitetura da Universidade Católica de Viseu, encontra-se inserido no tema "reutilização das arquiteturas de produção", com a proposta de reabilitação da atual Quinta Nova, antiga Quinta do Vale da Figueira. Trata-se de uma quinta essencialmente agrícola que se desenvolveu ao longo de dois séculos, e que atinge o seu auge no decorrer do século XX, altura em que o conjunto de atividades que albergava lhe atribuía um carácter de auto-sustentabilidade e fazia dela uma das mais importantes da região.

No entanto, essa realidade foi substituída por um cenário de abandono que reflete a perda da história, do espírito do lugar e das vivências que esse espaço albergou e experienciou ao longo do seu período de atividade.

Nesse sentido, o trabalho concentra-se na formulação de uma proposta que procura combater esse cenário de perca de memória e identidade, baseando-se num enquadramento teórico que auxilia a sustentabilidade e eficiência do projeto proposto. Deste modo, são abordados temas associados à conservação, reabilitação e restauro, ao turismo e ao espírito do lugar (ou *genius loci*), bem como um estudo de caso relacionado ao tema da reutilização das arquiteturas de produção.

Por fim, e depois de uma análise a várias escalas da envolvente, da implantação e da casa da quinta, é apresentada a proposta de reabilitação da Quinta do Vale da Figueira, com base em estudos teóricos relevantes, bem como nos potenciais do conjunto arquitetónico existente e na história da sua evolução, tendo por principall objetivo recuperar as vivências, o espírito do lugar e, acima de tudo, a sustentabilidade característica desse espaço.

Palavras-chave:
Lugar; Produção; Reabilitação; Turismo; Vernacular.

Abstract

The reuse of ancient buildings with historic, architectural or cultural importance is increasing with the desire of adjusting them to new realities of the present day. Thus, it is noticed a growing bet in the rehabilitation of ancient mansions, farms or country houses, associated with a new touristic reality that has been developed in the last years: rural tourism. It is the appropriation of rural spaces to implement touristic programs that contribute not only to preserve and maintain these spaces, but also to the social, economical and cultural development of their regions.

The work presented and developed as final exam to the integrated masters in architecture, from the architecture department of Viseu's University, is part of the theme "productive architecture reuse", and concerns the rehabilitation proposal to Quinta Nova, or Quinta do Vale da Figueira, as it was in the past. It is a farm mainly used for agriculture that developed itself during the past two century, and riches its peak in the one, when the amount of activities that it housed gave to the farm a self sustainability character, making of it one of the most important farms of the entire region.

However, this reality disappeared, being replaced with a desertion appearance that leads to extinction of the history, the spirit and the experiences that happened in that farm during its active period.

Accordingly, this paper concentrate itself in the creation of a proposal that tries to fight against that disrespectful scene, being sustained with a theoretical framework that helps the sustainability and efficiency of the project itself. This way, it is studied many themes related to the conservation, rehabilitation and restoration of buildings, the tourism sector and the spirit of the places (or *genius locci*), as well as a case-study related to the "productive arquitecture reuse" theme.

Finally, and after a various scaled analyses of the landscape, the implantation and of the farm house, it is presented the proposal to the rehabilitation of Quinta do Vale da Figueira, based in the studied theories, in the existent potentials and in the story of the evolution of the farm itself, which the mainly objective is to regain the experiences, the spirit of the farm and, above all, the sustainability that personalize that space.

Keywords:
Space; Production; Rehabilitation; Tourism; Vernacular.

Resumé

La réutilisation des bâtiments anciens ayant une importance historique, architecturale ou culturelle augmente avec le désir de les adapter aux nouvelles réalités d'aujourd'hui. Ainsi, on remarque un pari de plus en plus dans la réhabilitation des anciennes demeures, fermes ou maisons de campagne, associée à une nouvelle réalité touristique qui a été développé dans les dernières années: le tourisme rural. Il est l'appropriation des espaces ruraux de mettre en œuvre des programmes touristiques qui contribuent non seulement pour préserver et maintenir ces espaces, mais aussi pour le développement social, économique et culturel de leur région.

Le travail présenté et développé comme examen final pour les maîtres intégrés dans l'architecture, de la faculté d'architecture de l'Université de Viseu, fait partie du thème «architecture productive réutilisation", et porte sur la proposition de remise en état à Quinta Nova, ou Quinta do Vale da Figueira, comme il était dans le passé. C'est une ferme principalement utilisé pour l'agriculture qui s'est développée au cours des deux derniers siècles, et les richesses de son pic dans l'un, lorsque la quantité d'activités qu'il occupe a donné à la ferme un caractère auto--durabilité, faisant d'elle l'une des plus importantes fermes de toute la région.

Cependant, cette réalité a disparu, remplacé par une apparence de désertion qui conduit à l'extinction de l'histoire, l'esprit et les expériences qui ont eu lieu dans cette ferme au cours de sa période active.

En conséquence, le présent document se concentre dans la création d'une proposition qui tente de lutter contre cette scène irrespectueux, étant soutenue par un cadre théorique qui permet la viabilité et l'efficacité du projet lui-même. De cette façon, il est étudié de nombreux thèmes liés à la conservation, la réhabilitation et la restauration des bâtiments, le secteur du tourisme et de l'esprit des lieux (ou *genius locci*), ainsi qu'une étude de cas liés au thème "productive arquitecture de réutilisation" .

Enfin, et après diverses analyses mises à l'échelle du paysage, l'implantation et de la maison de ferme, il est présenté la proposition à la réhabilitation de la Quinta do Vale da Figueira, basée dans les théories étudiées, dans les potentiels existants et dans l'histoire de l'évolution de la ferme elle-même, qui est l'objectif essentiellement de retrouver les expériences, l'esprit de la ferme et, surtout, la durabilité que personnaliser cet espace.

Mots-clés:
L'espace; production; réhabilitation; Tourisme; Vernaculaire.

Índice

3 Agradecimentos

5 Resumo

10 Introdução

13 I. ENQUADRAMENTO TEÓRICO

15 A. Conservação, Reabilitação e Restauro

15 1. Fontes de Referência (Autores e Cartas)

19 2. A Conservação e Reabilitação de Edifícios

23 B. O Turismo

23 1. Os Conceitos

25 2. O Turismo em Espaço Rural

29 3. O Fenómeno da Turistificação dos Territórios

31 C. O Lugar

31 1. O Espírito do Lugar

35 2. A Paisagem Rural

37 3. A Multifuncionalidade da Paisagem Rural

39 4. A Arquitectura Anónima

43 D. Reutilização das Arquiteturas de Produção

45 II. PROJECTO

49 A. O Existente

49 1. Pindo, Penalva do Castelo

51 2. A Quinta Nova, Pindo

53 3. A Casa da Quinta

64 B. O Programa

73 C. O Projecto

75 1. O Espaço Exterior
77 1.1. A Chegada à Quinta
79 1.2. O Canto dos Carvalhos
81 1.3. O Jardim da Tia Bibi
83 1.4. O Núcleo das Piscinas do Rochedo
85 1.5. A Laje
87 1.6. A Entrada na Casa da Quinta

89 2. O Espaço Interior
91 2.1. A Organização Espacial
93 2.2. A Circulação Interna
94 2.3. O Terceiro Piso
108 2.4. O Segundo Piso
118 2.5. O Primeiro Piso

126 Considerações Finais

132 Bibliografia

134 Créditos de Imagens

137 Anexos

Índice de Imagens

1. Esquisso do Tanque 12
2. Fotografia do Alpendre da Entrada Principal da Quinta Nova 14
3. Viollet-Le-Duc (1814-1879) por Félix Nadar. 16
4. John Ruskin (1819-1900) em 1850's Life Magazine 16
5. Cesare Brandi (1906-1988) 16
6. Pombal da Quinta Nova 21
7. Janela da Capela da Quinta Nova 22
8. Escadas da Adega Nova da Quinta 24
9. Antiga Casa de Banho da Quinta Nova 27
10. Altar da Capela da Quinta Nova 28
11. Estrada Antiga da Quinta Nova 30
12. Pormenor da Capela da Quinta Nova 33
13. Espaços Produtivos Existentes da Quinta Nova 34
14. Antiga Oliveira da Quinta Nova 36
15. Placa de Chegada à Quinta Nova, Pindo. 38
16. Adega Nova, Quinta Nova. 40
17. Volumetria Interior, Casa dos Cubos 42
18. Cortes Transversais, Casa dos Cubos 42
19. Corte Longitudinal, Casa dos Cubos 42
20. Exterior, Casa dos Cubos 42
21. Em obra, Casa dos Cubos 42
22. Espaço Interior, Casa dos Cubos 42
23. Esquisso do Pombal da Quinta Nova 44
24. Quinta Nova, Pindo. 46
25. Envolvente de Pindo, Penalva do Castelo 48
26. Planta de Implantação do Existente 50
27. Conjunto de fotografias antigas da Quinta e da Família Fructuoso 52
28. 1ª Fase de Construção: 1790 Quinta do Vale da Figueira 54
29. 2ª Fase de Construção: 1845-1870 Quinta do Vale da Figueira 55
30. 3ª Fase de Construção: 1870-1900 Quinta das Figueiras 55
31. 4ª Fase de Construção: 1900-1930 Quinta Nova 55
32. 5ª Fase de Construção: 1930-1940 Quinta Nova 55
33. Planta do Existente: Cobertura 56
34. Planta do Existente: 3º Piso 56
35. Alçados do Existente 57
36. Levantamento Fotográfico do Existente 58
37. Planta do Existente: 2º Piso 60
38. Planta do Existente: 1º Piso 60
39. Cortes do Existente 61
40. Esquisso do Mosaico da entrada da Quinta Nova 62
41. Esquissos de elementos existentes da Quinta Nova 63
42. Imagem da Proposta: Novo Elemento de Circulação Vertical 70
43. Alçado Geral Sul da Quinta doVale da Figueira (proposta) 73
44. Planta Geral de Implantação da Quinta do Vale da Figueira (proposta) 74
45. Imagem Global da Quinta do Vale da Figueira (proposta) 76
46. Planta de Implantação do Canto dos Carvalhos 79
47. Planta de Implantação do Jardim da Tia Bibi 80
48. Imagem do Núcleo das Piscinas 81
49.Alçado do Núcleo das Piscinas 82
50. Imagem da Laje e relação com a envolvente 83
51. Esquisso do espaço da Laje 85
52. Esquisso da entrada privada da Quinta do Vale da Figueira (proposta) 86
53. Esquisso da entrada pública da Quinta do Vale da Figueira (proposta) 87
54. Esquema de hierarquização espacial da solução 88
55. Esquema da organização espacial da solução 90
56. Alçado Sul da Quinta do Vale da Figueira (proposta) 91
57. Esquema de Circulação Interna da Proposta e Alçado Norte 92
58. Corte Transversal da Proposta 94
59. Planta da Proposta: 3º Piso 94
60. Imagem da Proposta: Recepção e Salão das Rochas 95
61. Imagem da Proposta: Salinha da Adega 96
62. Imagens da Proposta: Quarto do Salão de Jantar 98
63. Esquisso do Quarto do Salão de Jantar 99
64. Imagem da Proposta: Quarto do Tio Doutor 101
65. Imagens da Proposta: Quarto da Salinha de Visitas 102
66. Imagem da Proposta: Espaço de Estar do Quarto da Salinha de Visitas 103
67. Imagem da Proposta: Quarto da Tia Aninhas 104
68. Imagem da Proposta: Quarto da Tia Bibi 105
69. Imagem da Proposta: Quarto do Salão de Estar 106
70. Imagem da Proposta: Espaço de Estar do Quarto do Salão de Estar 107
71. Alçado Oeste da Quinta do Vale da Figueira (proposta) 108
72. Planta da Proposta: 2º Piso 108
73. Imagem da Proposta: Área de Confeção e Preparação da Cozinha 109
74. Imagens da Proposta: Área do Restaurante e Acesso à Adega Velha e Capela 110
75. Imagens da Proposta: Adega Nova 112
76. Corte Longitudinal da Proposta, a Norte. 113
77. Imagem da Proposta: Relação entre a circulação vertical e horizontal no espaço do Túnel 114
78. Imagem da Proposta: O acesso do Túnel para o Pátio 115
79. Imagem da Proposta: o Pátio 116
80. Corte Longitudinal da Proposta, a Sul. 117
81. Alçado Este da Quinta do Vale da Figueira (proposta) 118
82. Planta da Proposta: 1º Piso 118
83. Imagem da Proposta: Adega Velha 119
84. Corte Longitudinal da Proposta, núcleo do alçado sul. 120
85. Pormenor da Cruz da Capela da Quinta Nova 122
86. Antigo Sino da Capela da Quinta Nova 123
87. Imagem da Proposta: Relação do Núcleo da Piscina com a Casa 124
88. Imagem da Proposta: Alçado Este 126
89. Imagem da Proposta: Chegada à Quinta do Vale da Figueira 130

Introdução

Com o passar do tempo, é mais do que usual ter-se conhecimento de casas de família que se perdem para a ruína, por motivos financeiros, partilhas mal aceites ou quaisquer outras razões.

Mais do que a perda arquitetónica, sublinha-se a perda da história, do espírito e das vivências que muitos desses espaços foram acumulando ao longo dos tempos e que, nos dias de hoje, se traduzem em meras lembranças transmitidas pelos mais velhos que experienciaram a vida desses lugares, que muitas das vezes acabam por ser ignoradas pelas gerações mais recentes: lugares de memória que contam a história de uma família e que acabam por ser negligenciados por parte das novas gerações que não se mostram disponíveis ou com meios financeiros para os recuperar ou, pelo menos, manter, acabando por se desfazerem deles com pena, ou sem qualquer sentimento de remorso.

O tema surge no contexto do Mestrado Integrado em Arquitetura, desenvolvido na Faculdade de Arquitetura da Universidade Católica de Viseu e insere-se na temática da ”reutilização das arquiteturas de produção”. O desenvolvimento do trabalho concentra-se na proposta de reabilitação da atual Quinta Nova, antiga Quinta do Vale da Figueira, um excelente exemplo de uma casa de família com uma história marcante e vivida por várias gerações, e que, com o decorrer dos anos, se foi desmaterializando para um cenário de abandono.

Posto isto, o trabalho apresentado desenvolve uma proposta que pretende recuperar a vida e o espírito do lugar, através de um projeto de reabilitação que, não só “limpe o pó” e “corte as silvas”, mas sirva para recuperar as vivências e, acima de tudo, a sustentabilidade económica e socio-cultural que descreve historicamente a evolução da Quinta Nova.

Para que tal seja possível, é abordado um conjunto de temáticas que, associadas entre si, procuram ajudar a delinear uma estratégia coerente para a concretização de uma proposta sustentável de reabilitação da Quinta Nova. São definidos três capítulos base de enquadramento teórico, dos quais surgem sub-capítulos que complementam toda a temática fundamental.

Tratando-se de um projeto de reabilitação de um edifício antigo, o primeiro capítulo do enquadramento teórico é dedicado à conservação, reabilitação e restauro, indispensável para o estudo das boas práticas da reabilitação de edifícios, e no qual se estuda os principais conceitos, bem como os autores e cartas de referência.

A Quinta insere-se numa região com forte potencial a nível turístico, quer no que diz respeito às atividades agrícolas da região (apanha da uva para o vinho do Dão e da maçã de bravo esmolfe), quer na parte de artesanato (latoaria, cestaria e entrançados de cordas e madeira).

Como tal, serão abordados vários conceitos relacionados com o turismo, tendo em conta a vertente turística inerente a um projeto de turismo rural, e que estuda a importância desse sector para o desenvolvimento económico das regiões. É também um tema indispensável para se perceber a forma como a implementação do setor turístico em espaços rurais influencia não só a região, mas também os habitantes locais, de forma a serem adotadas estratégias de intervenção com base na ética e na justiça social.

Para além disso, não se deixa de parte o potencial presente na paisagem natural da região, rica em espaços verdes compostos por áreas florestais e agrícolas, banhados por um afluente do rio Dão, e que atribui a toda a zona um ambiente muito próprio e propício à atividade turística.

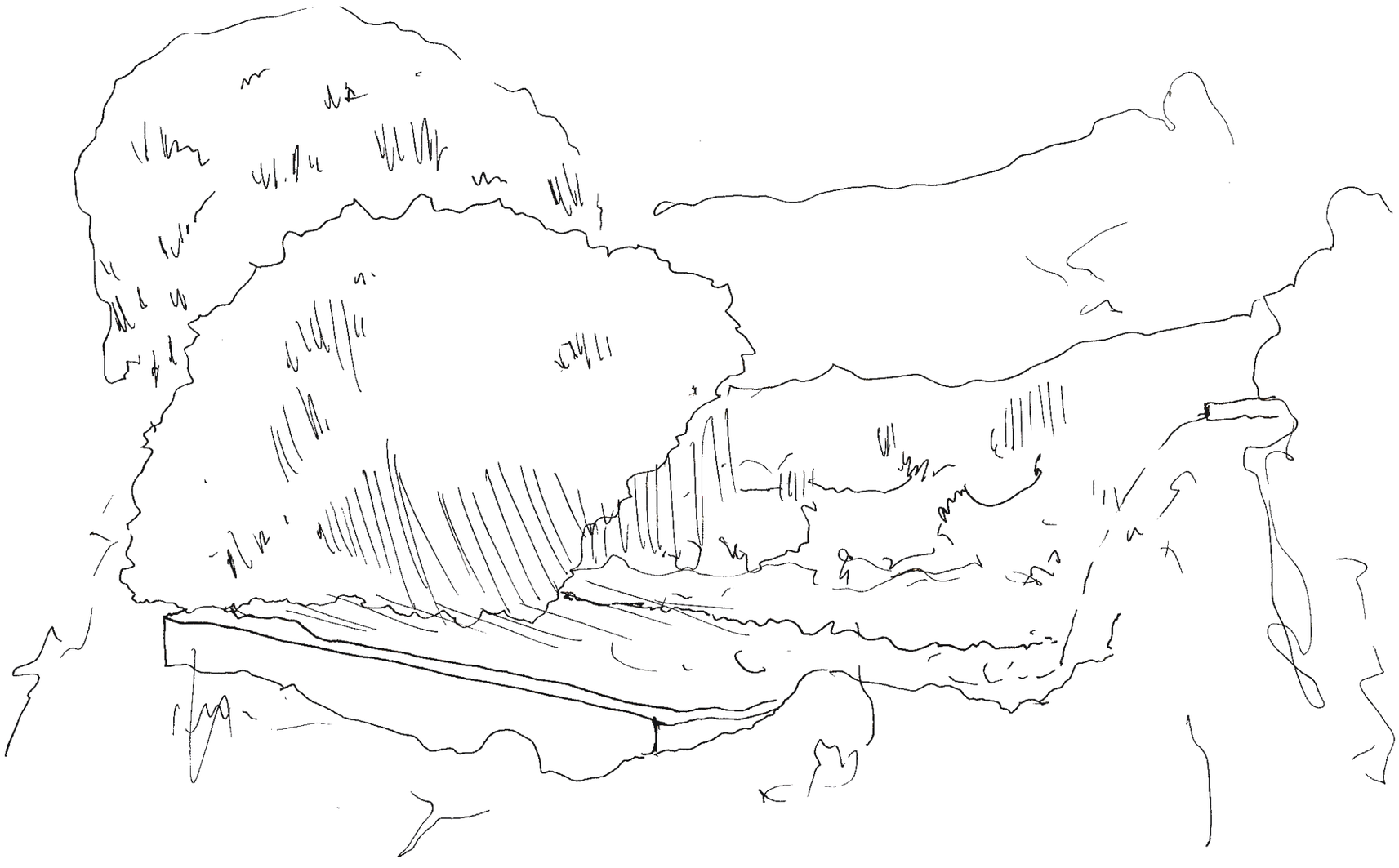
Nesse sentido, pretende-se reforçar o estudo do lugar e da sua importância para a caracterização do território, através da análise da obra teórica de Norberg-Schulz e o *genius loci*, mas também de diversos autores que procuram aprofundar os conhecimentos da análise do espaço e do espírito do lugar. No mesmo capítulo, insere-se também o tema que diz respeito à arquitetura anónima ou vernacular, com especial incidência na obra de Bernard Rudofsky “Arquitetura sem Arquitetos”, tendo em conta a análise do espírito do lugar a uma escala mais aproximada à construção dos vários elementos arquitetónicos que compõem a Quinta Nova.

Com o objetivo de complementar os conhecimentos adquiridos para a formulação da proposta de reabilitação de uma antiga quinta de produção, dedica-se ainda um capítulo à exposição do estudo de caso da Casa dos Cubos, em Tomar, associado à temática central do trabalho: “Reutilização das arquiteturas de produção”.

Uma vez preenchido todo o círculo temático que diz respeito à prática da arquitetura com vista à reabilitação de espaços a nível físico, socio-cultural, histórico e ambiental, é possível fundamentar o objetivo principal do trabalho: impedir a perda arquitetónica da casa da antiga Quinta do Vale da Figueira, e respetiva perda da história, do espírito e das vivências que fizeram dessa mesma quinta uma das maiores quintas agrícolas da região.

Para tal, a metodologia adotada passa por uma revisão prévia da história do crescimento e desenvolvimento da Quinta, seguida de uma análise do seu estado de conservação atual. Por fim, é apresentada a proposta de reabilitação para turismo rural da Quinta do Vale da Figueira, que se reparte em dois sub-capítulos: o programa e o projeto, ou seja, o programa definido para resolver os conflitos espaciais existentes e para adaptar as exigências do turismo rural e, por fim, o projeto definido para concretizar esse mesmo programa.

I. Enquadramento Teórico



A. Conservação, Reabilitação e Restauro

1. Fontes de Referência (Autores e Cartas)

As noções relativas à prática de conservação, reabilitação e restauro, até ao século XIX, ter-se-ão baseado em intervenções sem códigos pré-definidos tal como atualmente conduzimos as intervenções em edifícios com valor patrimonial. De um modo geral, as intervenções seriam de limpeza, manutenção e reparação por motivos de degradação geral ou parcial de edifícios, com o intuito de restabelecer a boa utilização e funcionamento do mesmo. Só em casos específicos do património monumental se conhece preocupações e respetivas imposições de proteção, por ordem de monarcas cultos e admiradores da obra maior dos seus antepassados. Contudo, de um modo geral não eram pré-estabelecidas normas ou guias que permitissem controlar tipos específicos de intervenções que partiam, deste modo, do conhecimento e bom senso do arquiteto, artista ou construtor envolvidos no processo.

A partir do século XIX, as obras de arte ganharam um estatuto especial devido ao estabelecimento das noções e ideais do Iluminismo. Deste modo, consolida-se a ideia de arte e estabelece-se a disciplina da estética, dando origem aos primeiros movimentos de salvaguarda do património.

No século XX, a democratização origina o fenómeno da discussão e negociação gerada por uma série de atores com ideias, valores e culturas distintas, reflexo da crescente importância do papel do indivíduo e da sociedade na tomada de decisões: a liberdade de expressão e direito à participação individual na discussão e negociação do valor de um objeto dá origem a um conjunto variado de opiniões, sentimentos, memórias, influências e interesses distintos. Desta forma, surgem vários autores cujas posições acerca da teoria da conservação se contrapõem, mas cuja importância e relevância os tornaram autores de referência ao longo dos tempos:

Viollet-le-Duc – arquiteto, desenhador, escritor, crítico e historiador de arte arquitetónica, nasce em Paris no ano de 1814, e fica reconhecido pelo seu trabalho como restaurador de edifícios e, essencialmente, pela sua influência nas noções de restauro do mundo ocidental no século XX. Trata-se de um autor que considera que os edificios devem ser restaurados mesmo que isso implique a reconstrução total ou a reintegraçao das partes em falta dos mesmos. O ponto crucial do processo de restauro, segundo Viollet-le-Duc, deverá ser a procura da originalidade do edifício, devendo ser demolidos todos os acrescentos que não fizessem parte do projeto. Isto é, o restauro deve devolver ao edifício as suas características originais, numa condição pristina, mesmo que esta nunca tivesse existido, dando origem à procura do restauro científico e rigoroso (Solà-Morales *cit in* Nunes 2011, p.6).

2
Alpendre da entrada da Quinta Nova.

Para Viollet-le-Duc, o acto de restaurar um edifício deve resumir-se ao reencarnar o projetista do edifício e na procura de um estado de plenitude original, mesmo que tal estado nunca tenha existido. Contemporâneas aos ideais de Viollet-le-Duc, surgem outras posições provenientes de Inglaterra que criticam e contrapõem o autor:

John Ruskin – escritor, crítico de arte e sociólogo, nasce em Inglaterra em 1819 e notabiliza-se no seu período de vida devido aos seus textos e posição vincada acerca da prática da conservação e restauro. Na sua opinião, todas as obras do passado deveriam ser mantidas intatas, uma vez que todas as intervenções posteriores se retratariam como "mentiras arquitetónicas". Desta forma, defende a conservação estrita das ruínas, considerando que nada do presente deve perturbar as reminiscências originais do passado e que o principal agente de destruição é a tentativa de restauro. Muito influenciado pelas teorias de Ruskin, surge também o político e crítico de arte William Morris (1834-1896), fundador do movimento *Arts and Crafts*, e que usou a sua influência para difundir os ideais de Ruskin por toda a Europa.

Apesar da dualidade de posições extremamente opostas de Viollet-le-Duc e Ruskin, existia ainda quem defendesse uma posição intermédia, como a do italiano Camillo Boito (1836-1914), professor de Arquitetura em Roma, e que depois de várias viagens pela Europa, passa a admirar as obras de Viollet-le-Duc, apesar de discordar de parte dos seus ideais: discorda da procura da originalidade ao ponto de demolir partes do edifício que não lhe fossem originais, valorizando cada parte do edifício e retratando-as como parte da história do mesmo. Desta forma, defende que as obras de restauro só devem ser executadas quando necessário, devendo ser adoptada, preferencialmente, a manutenção do edifício.

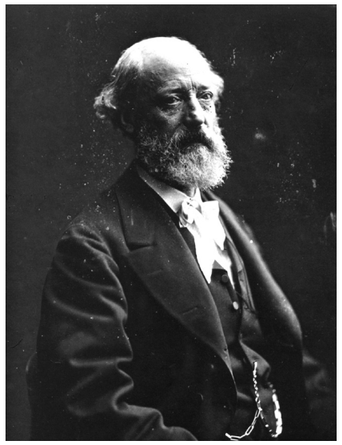
Já em pleno século XX, numa altura em que surge a necessidade de estabelecer normas e guias de orientação dos processos de conservação e restauro, surge também um dos autores de maior referência da Teoria do Restauro:

Cesare Brandi (1906-1988), fundador do Institudo de Restauro em Roma e escritor da obra "Teoria do Restauro" na qual aborda a possível ampliação do conceito de forma a adaptar-se às novas exigências, vem acima de tudo sublinhar a importância de um valor muitas vezes secundário: o valor artístico do objeto - "A consciência física da obra de arte deve ter necessariamente prioridade porque assegura a transmissão da imagem ao futuro" (Brandi *cit in* Luso, Lourenço e Almeida 2004, p.40)

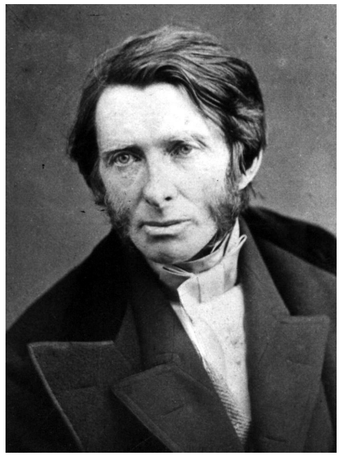
O restauro aparece, deste modo, como uma forma de obra de arte particular para cada caso, um acto criativo e crítico, que não se pode basear em normas e regras generalistas: "O restauro deverá restabelecer a unidade potencial da obra de arte, sempre que isto seja possível sem cometer uma falsificação artística ou uma falsificação histórica, e sem apagar as marcas do percurso da obra de arte através do tempo" (Brandi *cit in* Amendoeira 2012, p. 19).

Em suma, as ideias de Cesari Brandi aparecem refletidas na Carta do Restauro de 1972, que aborda os conceitos de salvaguarda e de restauro da seguinte forma: – Salvaguarda: medidas de intervenção que não impliquem a intervenção direta na obra;

– Restauro: medidas de intervenção destinadas a manter a eficácia, a facilitar a leitura e a transmitir integralmente para o futuro as obras e objetos.



3



4



5

3
Viollet-le-Duc (1814-1879) por Félix Nadar: Arquiteto Francês que se assume como um dos primeiros a abordar a teoria da conservação e preservação do património.

4
John Ruskin (1819-1900) em 1850's Life Magazine: Escritor, crítico de arte e sociólogo, inspirou as bases que levaram à criação do movimento *Arts and Crafts*

5
Cesare Brandi (1906-1988):
Fundador do Instituto de Restauro em Roma, conhecido pela obra "Teoria do Restauro".

Para além disso, a Carta do Restauro aplica regras que pretendem salvaguardar todo o elemento a intervir, como é exemplo a proibição de completar obras, mesmo que exista documentação que auxilie a percepção da sua originalidade, bem como a remoção ou demolição de partes da obra que possam apagar a sua relevância histórica e artística. No entanto, encoraja-se a adição de partes acessórias e reintegração de pequenas partes historicamente confirmadas, bem como recomposição de obras que se fragmentaram com o decorrer dos anos. Admite-se, também, a possível intervenção na estrutura interna da obra, com o sentido de prolongar a sua longevidade, mas que não entre em conflito com o aspeto original da obra. Ainda assim, estabelece que toda a intervenção deve ser devidamente documentada para que, por exemplo, seja exequível a sua reversibilidade.

Para a fundamentação jurídica dos processos de conservação, reabilitação e restauro de edifícios, foi surgindo ao longo dos anos, sob a forma de cartas, convenções e recomendações da UNESCO, um conjunto de directrizes que têm como objetivo estabelecer os princípios e conceitos relativos à prática de intervenções desse cariz, como forma de orientação dos intervenientes.

Estas cartas constituem documentos de referência para as boas práticas da conservação e restauro do património, auxiliando o desempenho dos técnicos envolvidos em intervenções ou em processos de avaliação histórica, arqueológica ou outra, revelando conceitos de ética de intervenção, incluindo a necessidade de acompanhar a evolução tecnológica bem como a adaptação dos edifícios históricos a novas realidades funcionais.

Carta de Atenas (1931)

A Carta de Atenas surge associada à defesa, conservação e restauro do património edificado, tendo sido adotada pela Sociedade das Nações no ano de 1932, e tendo por base a defesa da necessidade de manutenção e conservação do património com um respeito constante pelo valor histórico e artístico do mesmo. Para além disso, acentua a importância dos espaços envolventes para uma análise e documentação coerente e contextualizada das intervenções. Em suma, as conclusões da Carta de Atenas resumem-se aos seguintes tópicos:

– todo o processo de restauro deve respeitar a obra histórica e artística do passado, tanto a nível físico, como no que respeita à utilização do monumento.

– elevada importância do papel da comunidade na relação com o monumento, ou seja, privilegiando a utilização pública à privada.

– o respeito pela envolvente deve figurar-se no processo de restauro, valorizando todos os elementos que se associem fisicamente ao monumento.

– no que diz respeito às técnicas construtivas, são aceites técnicas modernas de consolidação de edifícios mais antigos, ainda que em conservações de ruínas deva existir um especial cuidado de forma a evitar mimetismos.

– necessidade de associar especialistas que garantam o bom funcionamento e durabilidade do monumento face aos novos agentes presentes no mundo atual.

Apesar de se tratar de uma carta de 1931, os seus princípios são ainda respeitado nos dias de hoje por parte de intervenientes em obras de conservação, reabilitação ou restauro de edifícios antigos.

Carta de Veneza (1964)

A Carta de Veneza surge associada à Carta de Atenas, uma vez que a última foi responsável pelo desenvolvimento exponencial de um maior interesse na salvaguarda do Património, dando origem ao Congresso de Arquitetos e Técnicos de Monumentos Históricos, em 1964 na cidade de Veneza que, mais tarde, resultou na publicação da Carta de Veneza.

Associado à Carta de Veneza, surge um novo conceito de monumento relacionado com a envolvente: "não só a criação arquitectónica isolada como os conjuntos urbanos ou rurais representativos de uma civilização particular ou de um acontecimento histórico. Estende-se não somente às grandes criações mas também às obras modestas que ganham com o tempo uma significação cultural".

Essa evolução do conceito de monumento associado à envolvente resume-se à importância que passa a ser atribuida à implantação do edifício aliada aos elementos que o rodeiam, ou seja, ao contexto histórico, artístico e cultural em que o monumento se encontra.

Os pontos a salientar da Carta de Veneza são os seguintes:

– O processo de restauro deve ter como base uma seleção de documentos que tornem perceptível os valores histórico e artístico do edifício, de forma a conservá-los e a evidenciá-los, devendo todo o processo ser acompanhado de investigação histórica e arqueológica.

– A aplicação de materiais e técnicas modernas no processo de restauro de um edifício é aceitável caso as mesmas tenham sido provadas cientificamente, de forma a evitar incompatibilidades ou até, em último caso, a perda definitiva do monumento em questão.

– Deverão ser respeitadas e valorizadas todas as fases, épocas de construção e estilos arquitetónicos presentes no edifícios a intervir.

– O segundo artigo introduz a importância de todas as ciências para o acto de restauro de um monumento, podendo contribuir eficazmente para a salvaguarda do património.

– É atribuida enorme importância à autenticidade do edifício, evitando reproduções de partes irrecuperáveis de determinado monumento e incentivando ao enquadramento harmonioso de novas partes que possam ser distinguidas das originais.

Carta de Cracóvia (2000)

Uma vez que, com o decorrer dos anos e com a evolução global a nível cultural, tecnológica e jurídica, os princípios da Carta de Veneza se encontravam desatualizados e descontextualizados surge, no ano 2000, a Carta Internacional de Cracóvia.

A Carta de Cracóvia dedica-se não só às guias e normas para intervenções de reabilitação de edifícios, mas também a uma maior escala: as cidades e os centros históricos. Consiste numa proposta de recuperar o passado e o sentido de memória e identidade dos lugares, baseada na preservação do património histórico, artístico ou cultural com valor presente, bem como de elementos que poderão vir a ter esse mesmo valor num futuro próximo. Desta forma, trata-se de uma estratégia de preservação a longo prazo, como o próprio documento assim afirma:

"A conservação do património edificado é feita segundo o projecto de restauro, que inclui a estratégia de restauro a longo prazo. Este projecto de restauro deverá basear-se numa gama de opções técnicas apropriadas e preparadas segundo um processo cognitivo que integre a recolha de informação e o conhecimento profundo do imóvel e/ou da sua localização. Este processo inclui o estudo estrutural, análises gráficas, de volumetria, e a identificação do significado histórico, artístico e sociocultural. No projecto de restauro devem participar todas as disciplinas pertinentes, e a coordenação deverá ser levada a cabo por uma pessoa qualificada e bem formada em conservação e restauro".

2. A Conservação e Reabilitação de Edifícios

A complexidade da reabilitação de um edifício antigo, com valor patrimonial ou não, obriga a que sejam adotados determinados critérios, de forma a que a ação não coloque em causa a integridade e autenticidade do edifício, bem como os valores a este associados.

Desta forma, deverão ser adotadas soluções que respeitem todo um conjunto de princípios que visam as boas práticas da conservação de edifícios, como é exemplo o princípio da autenticidade, com o principal objetivo de proteger as características físicas e históricas de um edifício, para que se evite a perda das suas características originais. Para o bom entendimento e cumprimento desse princípio, está diretamente associada a necessidade de conhecer devidamente o objeto a intervir, de forma a que seja possível identificar corretamente os elementos a preservar, bem como outros que possam ter surgido em intervenções posteriores e que estejam em conflito com os originais.

Todo o acto de reabilitação tem como objetivo o reaproveitar de um edifício ou área preexistente, quer para a requalificação das suas funções originais, quer para a readaptação de novas vivências e utilizações, podendo assumir diversas escalas. No entanto, a necessidade de reajustar programática ou fisicamente um edifício não deve ser sinónimo de uma intervenção intrusiva: isto é, toda a intervenção de conservação ou reabilitação de um edifício deve preservar ao máximo os elementos que compõem o objeto, bem como os materiais existentes: antes manter que reparar, antes reparar que de restaurar, antes restaurar que renovar. Com isto, pretende-se valorizar o aproveitamento máximo dos elementos ou partes das construções antigas, já que muito dificilmente se conseguem repetir nos dias de hoje os métodos construtivos originais utilizados e, acima de tudo, porque nenhuma réplica consegue igualar o valor de um elemento original.

Em casos de maior degradação do edifício, consideramos que o princípio da intervenção mínima continua a ser aplicado, apesar da maior escala da intervenção: nesses casos, é recomendável que as intervenções aditivas sejam realizadas com o carácter reversível e, se possível, com tecnologias tradicionais, materiais correntes e compatíveis com os preexistentes, não

só para responder ao princípio da compatibilidade, mas também para garantir o princípio da retratabilidade da intervenção. Trata-se de pensar na reabilitação de um edifício não só no presente, mas também no futuro: garantir que as gerações vindouras possuem as técnicas e os materiais capazes de garantir o bom funcionamento e conservação do edifício, assegurando o princípio da manutenção.

Ainda no caso de intervenções que exijam a integração de partes novas em edifícios pré-existentes, a solução adoptada deve responder a conflitos existentes e enquadrar-se devidamente com os elementos do passado. Como exemplo, tém-se a reconversão do Convento de Santa Marinha da Costa em Guimarães em Pousada Nacional, por parte de Fernando Távora, para quem "o espaço é contínuo e o tempo é uma das suas dimensões, o espaço é igualmente, irreversível, isto é, dada a marcha constante do tempo e de tudo o que tal marcha acarreta e significa, um espaço organizado nunca pode vir a ser o que já foi, donde [...] o espaço está em permanente devir" (Távora 1982). Como solução, Távora optou por acrescentar, um novo corpo que, apesar de diferente, se encontra metricamente integrado com as pré-existências do edifício, preservando a organização do convento e adaptando apenas as funções e acrescentando obra moderna, escadas, pavimentos e coberturas. "Tratava-se de reconstruir o que fosse possível e de integrar a obra nova na velha, por encosto e simpatia e não por contraste deliberado", (Gomes *cit in* Martins 2010, p.19)

Por motivos futuros, o registo e documentação de toda a intervenção é crucial, uma vez que passa a fazer parte integrante da história do edifício e é indispensável que esta seja documentada de modo a garantir o registo do estado do edifício antes e depois da intervenção, servindo de apoio para todo o tipo de intervenções futuras que determinado edifício possa vir a sofrer.

De acordo com Paiva, Aguiar e Pinho (2006), o restauro refere-se a qualquer intervenção que, respeitando os princípios da conservação e fundamentando-se num cuidadoso conhecimento prévio, vise restituir ao objecto, nos limites do possível, uma relativa legibilidade e, sempre que necessário, o uso. Os mesmos autores definem reabilitação como sendo o conjunto das operações dirigidas à conservação e restauro das partes significativas de um edifício, em termos históricos e estéticos, de forma a permitir satisfazer níveis de desempenho e exigências funcionais actualizadas.

A nível da conservação, "é sempre favorecida pela sua adaptação a uma função útil à sociedade: esta afectação é pois desejável mas não pode nem deve alterar a disposição e a decoração dos edifícios. É assim dentro destes limites que se devem conceber e que se podem autorizar as adaptações tornadas necessárias, exigidas pela evolução dos usos e dos costumes"[1].

"O objectivo da conservação dos monumentos e dos edifícios com valor histórico, que se localizem em meio urbano ou rural, é o de manter a sua autenticidade e integridade, incluindo os espaços interiores, o mobiliário e a decoração, de acordo com o seu aspecto original. (...) Em muitos casos, requer-se ainda um uso apropriado para os monumentos e edifícios com valor histórico, compatível com os seus espaços e o seu significado patrimonial"[2].

Concluindo, o acto de reabilitar um edifício assume uma complexidade que abrange todo um conjunto de conceitos, teóricos e práticos, que procuram, acima de tudo, preservar a integridade de todos os valores que lhe estão associados. Trata-se de um acto que deve ser cuidado e pensado a várias escalas, físicas, históricas e sociais, de forma a que seja possível o relacionamento coerente da importância que determinado edifício teve no passado, com a relevância que se lhe pretende atribuir no presente e no futuro.



6
Pombal da Quinta Nova.

1 Carta de Veneza, sobre a conservação e restauro dos monumentos e sítios. Veneza, 1964
2 Carta de Cracóvia 2000, princípios para a conservação e o restauro do património construído. Cracóvia, 2000



7
Janela da Capela da Quinta Nova.

B. O Turismo
1. O Turismo: Conceitos

Nos dias de hoje, o turismo é uma das maiores indústrias em desenvolvimento do mundo: "Se em 1950 eram 25 milhões de turistas, meio século depois a cifra ascendia já aos 700 milhões, prevendo-se [em 2020] 1,6 mil milhões." (Maio 2007, p. 42.). O ponto de partida da evolução do turismo acontece, essencialmente, no século XX. Após a segunda guerra mundial, a prosperidade económica e a melhoria do nível de vida, associados à enorme evolução dos transportes e acesso aos memos por parte de um maior número de pessoas, faz com que, na década de 60, apareça a noção de "turismo de massas".

Quanto ao conceito de turismo, surgiu pela primeira vez em 1929 com Glucksmann, apesar de ter sido no ano de 1942 que surge um conceito mais elaborado de turismo como "o conjunto das relações e fenómenos originados pela deslocação e permanência de pessoas fora do seu local habitual de residência, desde que tais deslocações e permanências não sejam utilizadas para o exercício de uma atividade lucrativa principal", enunciado pelos professores Walter Hunziker e Kurt Krapf (Fuster *cit in* Cunha 2003, p. 29).

No entanto, apesar se considerar uma definição válida do conceito de turismo, a apresentada em 1982 por Mathienson e Wall parece ser mais esclarecedora, descrevendo o turismo como sendo "o movimento temporário de pessoas para destinos fora dos seus locais normais de trabalho e de residência, as atividades desenvolvidas durante a sua permanência nesses destinos e as facilidades criadas para satisfazer as suas necessidades". Com isto, temos o turismo como sendo não só uma atividade que implica a deslocação das pessoas para locais fora da sua residência, mas também como toda a soma de atividades e relações que estas mantenham com os locais para onde viajam, bem como os produtos e serviços de apoio aos viajantes. Contudo, essa definição apresenta também algumas fraquezas, que fazem dela incompleta e insuficiente para a identificação completa das características do turismo.

A OMT, Organização Mundial do Turismo, tem como definição do conceito de turismo "o conjunto das atividades desenvolvidas por pessoas durante as viagens e estadas em locais situados fora do seu ambiente habitual por um período consecutivo que não ultrapasse um ano, por motivos de lazer, de negócios e outros".

"A experiência turística integra vivências sensoriais (sons, odores, cores, ambiente), sociais (relações com os outros, hospitalidade, bem-estar, segurança, diversão), culturais (eventos, festivais, actividades, alojamento,

restauração, enriquecimento) e económicas (relação qualidade do serviço-preço, relação custo-benefício da vivência, acessibilidades e transportes)." (Martins 2010, p.4).

A noção de turismo associado à cultura e à tradição dos lugares é apresentada pela Carta de Turismo Cultural do ICOMOS (1976), que define o turismo cultural como "um facto social, humano, económico e cultural irreversível. O turismo cultural é uma forma de turismo que tem por objecto central o conhecimento de monumentos, sítios históricos e artísticos ou qualquer elemento do património cultural, exercendo sobre eles um efeito positivo ao contribuir para a sua conservação" (Martins 2010, p.5).

O "turismo cultural" pretende, deste modo, oferecer ao turista todo um conjunto de elementos que enriquecem a experiência dos lugares, como o artesanado, os idiomas, as tradições, a gastronomia, a religião, a arquitetura e a história da região. Trata-se, assim, de um turismo que valoriza o espírito do lugar, a memória e das tradições, contribuindo para uma maior aposta nas regiões em que tais elementos sejam mais característicos e, consequentemente, para uma maior conservação e manutenção dos mesmos.

Deste modo, os objetivos da aposta no turismo cultural, de acordo com a ICOM - Conselho Internacional de Museus - vão desde a transmissão da importância do património cultural a anfitriões e visitantes, ao respeito pelas culturas anfitriãs, à fácil promoção de diálogo entre os conservadores do património e a indústria do turismo com vista ao desenvolvimento sustentável, ao apoio à conservação e gestão do património e à formulação de padrões de intervenção no património cultural (Martins 2010, p.6).

No que respeita ao enquadramento histórico do conceito do turista, desde sempre que o Homem sentiu a necessidade de se deslocar de um lado para o outro, quer na procura de melhores condições de vida, quer para visita dos seus familiares ou até mesmo para passar parte do ano. No entanto, numa altura em que a sedentarização e noções de território ainda não existiam, não era necessário existir uma definição conceptual acerca desses atores que, mais tarde, começaram a ser conhecidos como hóspedes, viandantes ou viajantes. (Cunha 2003, p. 15).

Essa definição manteve-se ao longo dos tempos, enquanto essa prática não se tornou um acto de regularidade que desencadeasse o surgimento de atividades económicas associadas a esses atores. Ainda assim, não se sabe ao certo a altura em que o conceito surge com as proporções que hoje possui, mas sabe-se que teve origem nas deslocações habituais dos ingleses pela Europa por motivos académicos, nos finais do século XVII, conhecidas como "Grand Tour" (Boyer *cit in* Cunha 2003, p. 15), e que deu origem à expressão de "turista" com o carácter que tem nos dias de hoje.

Em 1953, a Comissão de Estatísticas da ONU estabelece o conceito de "viajante internacional"; já em 1963, a Conferência das Nações Unidas sobre o Turismo e as Viagens Internacionais estabelece o conceito de "visitante" como sendo "a pessoa que se desloca a um país diferente daquele em que possui a sua residência habitual, por qualquer razão que não seja a de aí exercer uma profissão remunerada", ou seja, não só por motivos de lazer, mas por todos os outros como motivos religiosos ou de saúde, por exemplo.

Da Conferência referida, passaram-se a distinguir dois grupos de visitantes: o turista, que permanece pelo menos 24 horas em determinado país que visita por motivos de lazer, saúde, estudo, etc.; o excursionista, com carácter temporário, e que permanece menos de 24 horas no país que visita.

No entanto, com o passar dos tempos surge a necessidade de se readaptar os conceitos estabelecidos em 1963 pela Conferência das Nações Unidas de forma a introduzir as deslocações dos residentes de um país no interior do mesmo, sendo hoje assumidos pela Organização Mundial do Turismo os seguintes conceitos: o visitante, que "se desloca a um local situado fora do seu ambiente habitual durante um período inferior a 12 meses consecutivos e cujo motivo principal da visita é outro que não seja o de exercer uma atividade remunerada"; o turista, "visitante que passa pelo menos uma noite num estabelecimento de alojamento colectivo ou num alojamento privado"; o visitante do dia, "todo o visitante que não passa a noite no local visitado", em vez do termo "excursionista".

Em conclusão, a prática do turismo pode ser vista como um dos principais meios de desenvolvimento local das regiões, já que parte dos seus potenciais e da sua relevância histórica, cultural, paisagística e social para os tornar atrativos e, consequentemente, sustentáveis. Com isto, os lugares procuram desenvolver-se no sentido de adaptar fisica e socialmente essas estratégias, com vista a tornar amplas as ofertas criadas para as várias derivações do turista, ou seja, tanto para o visitante, como para o turista ou o visitante do dia.



8
Escadas da Adega Nova da Quinta.

2. O Turismo em Espaço Rural

O turismo rural tem vindo a crescer de forma gradual ao longo dos últimos anos, sendo apresentado como uma espécie de alternativa ao tipo de turismo que até então dominava a área em questão. Trata-se de uma atividade algo complexa e cujas características singulares a tornam bastante diferente das outras modalidades de turismo.

No ano de 1990, a Comissão das Comunidades Europeias encarrega-se de traçar três eixos fundamentais para a definição de turismo em espaços rurais: um dos eixos define que o turismo rural não se deve limitar apenas à oferta de estadia para férias nesses espaços, mas também a possibilitar à participação em atividades turísticas associadas ao campo; deve também recolher toda a atividade turística de interior; por sua vez, deve ser responsável por toda a atividade turística do interior que seja suportada pelo meio ambiente humano e natural. Em suma, a CCE define o conceito de turismo rural como sendo qualquer atividade turística implantada no meio rural, o que é sinónimo de uma enorme amplitude atribuída a esse tipo de turismo.

Por sua vez, em 1994, a OCDE avalia o turismo rural com base em critérios demográficos, funcionais, económicos e sociais, descrevendo-o como sendo o tipo de turismo implantado em zonas rurais de baixa densidade populacional, com amplos espaços não construídos e com ambiente natural, em que as atividades ao ar livre devem ser predominantes e valo-

rizadas, de carácter agrícola e florestal. Retrata um turismo no qual não se aposta em elevados números de visitantes, devendo ser privilegiado o contacto pessoal entre os mesmos e os habitantes locais e trabalhadores. Para além disso, aposta-se na preservação de edifícios antigos e limitação do crescimento local, de forma a manter a atmosfera e identidade local.

Valdés descreve o turismo rural como sendo "a actividade turística que se desenvolve no meio rural e cuja motivação principal é a busca de atrações associadas ao descanso, paisagem, cultura tradicional" (Valdés *cit in* Pinto 2004, p.85)

Nos dias de hoje, o Diário da República define o turismo em espaço rural como sendo "um conjunto de atividades, serviços de alojamento e animação a turistas, em empreendimentos de natureza familiar, realizados e prestados, mediante remuneração, em zonas rurais", definição utilizada, também, pela Direção Geral de Turismo.

Nos últimos tempos, o turismo em espaço rural tem tido surgido como resposta à crise que afecta essas mesmas áreas, com base em propostas de desenvolvimento que, só por si, levantam questões relacionadas com a sustentabilidade económica e ambiental dos espaços. Nesse sentido, é crucial que se aposte na criação de produtos e serviços turísticos inovadores e diversificados, de forma a reforçar a necessidade de preservar o equilíbrio ambiental e a valorização do património cultural (Ribeiro e Vareiro 2007, p. 471).

"(...) o turismo precisa desconcentrar-se e diversificar-se, aproveitando o potencial das regiões e configurando produtos turísticos alternativos" (Ribeiro *cit in* Ribeiro e Vareiro 2007, p. 472).

Esse ponto de vista surge do paradigma do desenvolvimento endógeno do final dos anos 70 do século passado, com a substituição de uma política regional tradicional de "cima para baixo" por uma orientação de "baixo para cima", que "procura ultrapassar os desequilíbrios regionais através do apelo não só a factores externos mas, também, aos recursos próprios dos territórios" (Barquero *cit in* Ribeiro e Vareiro 2007, p. 471). Esta estratégia consiste na descentralização do turismo concentrado nas grandes cidades para um turismo mais difuso e que procura demonstrar a sua eficácia com base nos recursos endógenos e nas competências dos territórios.

Desta forma, o "desenvolvimento endógeno" consiste na "esperança de o próprio meio local poder iniciar um processo de desenvolvimento que dê origem a uma economia regional próspera, baseada nas iniciativas e nos conhecimentos técnicos (no "saber-fazer") dos habitantes e das empresas da região" (Polèse 1998, pp. 58-70).

Nesse sentido, o sucesso das estratégias de desenvolvimento económico e ambiental presentes no turismo rural poderá estar mesmo nas mãos dos vários actores que constituem a comunidade que habita nesses lugares, como reflexo de um sentido de comunidade e espírito de inovação e iniciativa (Polèse 1998, pp. 58-70).

A endogeneização desse desenvolvimento está dependente de três condições: a existência de atores com vontade e capacidade para organizar os meios de produção com base num projeto; a existência de condiçõe smateriais e institucionais que permitam levá-lo a cabo; e por fim, a existência de capacidade organizativa que garanta a competitividade no mercado (Baptista 1997, pp.161-170).



9
Antiga Casa de Banho da Quinta Nova.

Trata-se da criação de todo um ambiente que resulta da evolução do modelo de sociedade presente nos espaços rurais, por parte dos atores locais que apostam na diversificação das atividades e dos produtos turísticos. Como resultado, dá-se um aumento do interesse turístico pelo espaço rural, devido à sua tranquilidade, relação com a natureza e qualidade ambiental.

O desenvolvimento rural depende, deste modo, da aposta no turismo, já que se trata do principal responsável pela revitalização do tecido económico das regiões, conseguindo "endogeneizar os recursos, a história, as tradições e a cultura de cada região" (Ribeiro e Vareiro 2007, p. 472).

"O turismo constitui-se como factor de diversificação das actividades agrícolas, bem como factor de pluri-actividade, através da dinamização de um conjunto de outras actividades económicas que dele são tributárias e que com ele interagem." (Ribeiro e Vareiro 2007, p. 472).

"Este tipo de turismo, ainda que seja minoritário no conjunto do mercado turístico, pode, assim, dar uma contribuição valiosa para a sustentabilidade das economias rurais. Isto pode ser constatado não só em termos financeiros mas também em termos de emprego, de conservação do meio ambiente, de impulso à reabilitação do património artístico e cultural dos espaços rurais, entre os efeitos positivos mais evidentes" (Vera *cit in* Ribeiro e Vareiro 2007, p. 472).

Em jeito de síntese, o turismo rural caracteriza-se pelo conjunto de atividades e serviços realizados e prestados em espaço rural, e mediante remuneração. Deve proporcionar aos visitantes, para além da hospedagem, atividades e serviços complementares de carácter lúdico adoptando, deste modo, um carácter diversificado. Fisicamente, deve adaptar-se à escala do rural e do território em que se insere, respeitando as características arquitetónicas e construtivas de cada região. Socialmente, deve valorizar os modos de vida e pensamento local, preservando o espírito do lugar e identidade, bem como as tradições e culturas de cada espaço.

3. O Fenómeno da Turistificação e Ludificação



Altar da Capela da Quinta Nova
10

Nos últimos tempos tem-se assistido a um progressivo aproveitamento da história, arquitetura, património e cultura de diversos locais por uma potencial fonte de rentabilização: o turismo.

Esse fenómeno traduz-se na manipulação de lugares com características singulares para a criação de autênticos cenários de recepção ao turista, com base nas suas potencialidades ao nível da paisagem, do património arquitetónico e arqueológico, da cultura ou da gastronomia: trata-se da ludificação dos espaços, ou seja, a reconfiguração dos lugares e da acentuação das suas características particulares com o intuito de os tornar atrativos.

A problemática da turistificação está na possível perda da memória e identidade local, quer em intervenções no mundo urbano, quer no mundo rural, uma vez que em ambos os casos aquilo que se pretende valorizar (paisagem, cultura, arquitetura) acaba por se ver reformulado de forma a ajustar-se às necessidades e consequências que o turismo arrecada.

O fenómeno da turistificação tem vindo a alcançar proporções gigantes no ambiente rural do nosso país, muito devido ao crescente reconhecimento da qualidade dos vinhos portugueses por todo o mundo, o que fez com que toda essa cultura fosse reaproveitada para componente turistica de grande peso. Essa atratividade do espaço rural reflete-se no aumento da procura desses mesmos espaços para a atividade turística associada à noção de férias das sociedades modernas ocidentais: é perceptível uma mudança ideológica por parte do turista na procura do lugar ideal para passar as suas férias. Cada vez mais, o espaço rural é procurado como refúgio para os turista, quer pelas suas caraterísticas singulares como lugares de descanso, quer pela possibilidade de encarnar temporariamente o papel de um agricultor ou artesão: participar nas atividades agrícolas e vinícolas, a apanha da azeitona e da maça, sem contarem necessariamente com o conforto e as regalias de um resort de luxo. Trata-se de viver a experiência do dia a dia das pessoas que dedicam a sua vida à terra.

Atinge-se, deste modo, o momento em que a turistificação desses territórios começa a ser questionável: as vantagens económicas da valorização e ludificação desses lugares compensam a sua possível descaraterização e perda de identidade?

Uma das características do fenómeno da ludificação dos territórios é a adaptação dos mesmos física e programaticamente à recepção do turista, que pode resultar na descaracterização e descontextualização desses espaços. As maiores vítimas dessa descaracterização são, inquestionavelmente, os habitantes locais, que vêem os lugares onde nasceram e viveram toda a sua vida transformados para fins lucrativos.

Nesse sentido, a Organização Mundial do Turismo adopta, em 1999, o "código mundial de ética do turismo", que aborda o conceito de turismo justo: "a necessidade de garantir que as populações locais estão associadas às actividades turísticas e participam equitativamente nos benefícios económicos, sociais e culturais que estas geram, nomeadamente, na criação de emprego directo ou indirecto que daí resulta" (Pinho, 2009, p.538). Trata-se, segundo a PACE, de "uma visão do turismo como um meio de contribuir para a proximidade, a tolerância e a solidariedade entre os povos, para além de um factor de desenvolvimento económico e de criação de emprego" (Pinho, 2009, p. 538).

Desta forma, uma intervenção que procure reabilitar turisticamente uma área de ambiente rural deve procurar, em primeiro lugar, preservar esse mesmo ambiente, enquadrando o turista com as atividades e espírito do lugar, e não o contrário. Isto é, evitar a criação de cenários que pretendam teatralizar "o que era a vida no campo", e incentivar a introdução discreta do turista nessas atividades e nesse ambiente, tornando-o num ator secundário que interpreta o papel mais um ajudante da terra, sem que se imponha aos habitantes locais, donos de uma sabedoria e de uma cultura própria e inimitável.

Deste modo, a relação entre o turista e o habitante é um dos pontos cruciais nos fenómenos de dinamização dos espaços, uma vez que se corre o risco de existir uma "fratura social" entre esses dois atores: a solução está em aproveitar o que de melhor um pode oferecer ao outro, e vice-versa. Enquanto que o turista assume o papel de dinamizar o espaço, física e economicamente, o "senhor da terra" dá em troca toda a sua sabedoria e experiência e, deste modo, têm a possibilidade de se complementar mutuamente.

C. O Lugar
1. O Espírito do Lugar

"The art of place is the art of totality." (Schulz, 2000, p.221)

Na análise de qualquer obra de arquitetura, é mais do que habitual que um dos pontos cruciais seja a relação que a parte construída tem com a sua envolvente, com o seu lugar. Não faria sentido que tal não acontecesse, já que o papel do arquiteto passa pela análise prévia do lugar, para que a obra se relacione e se enquadre no espaço que a vai receber.

Para uma maior coerência no enquadramento do tema, é importante começar-se por uma questão base: o que é o lugar? Segundo Daniela Colafranceschi (Colafranceschi, 2007, pp. 121-122), o lugar é um sítio com vestígios humanos permanentes, ao invés de um não-lugar, que se identifica assim por ser um sítio onde o Homem pode ter estado, mas não ter intervido directamente.

"Los lugares tienen, así, memoria, porque hospedan partes del alma prestada de los hombres (…)" (Colafranceschi, 2007, p.121).

Nesse sentido, o lugar está directamente relacionado com o seu passado e com as memórias que se encontram fisica e socialmente preservadas no mesmo. No entanto, e de acordo com Norberg-Shulz, houve uma perceptível ruptura com o passado que surge com a arquitectura moderna nas décadas de 50 e 60: "The modern-day environment shows increasingly evident signs of the fracture with the past." (Schulz, 2000, p.309), proveniente de uma arquitectura meramente funcional, maioritariamente em







altura e sem grande preocupação na relação espacial com o lugar, que tem como resultado a perda da sua identidade.

No entanto, é também nesta altura que Norberg-Schulz identifica as primeiras interpretações da importância do lugar com um novo estilo e significado, muito devido à arquitectura de Frank Lloyd Wright: a relação do"espaço interior - espaço exterior" que se reflecte numa percepção do "espaço arquitectónico como espaço expressivo, artístico, estético, e a concretização do espaço existencial." (Muga, 2005, p. 61)

Fala-se de espírito de lugar, que na teoria da arquitetura é também reconhecido como *genius loci*, que define uma abordagem fenomenológica do ambiente e da interação entre "lugar" e "identidade", e que é estudado por Christian Norberg-Schulz, autor das obras "Existence, Space and Arquiteture" (1971), "Genius Loci" (1980) e "The Concept of Dwelling" (1985).

A sua primeira obra foi cricial para o entendimento do espaço arquitetónico e da interpretação da sua relação com o ambiente por parte do Homem: "(...) develop the idea that architectural space may be understood as a concretization of environmental schemata or images, which form a necessary part of man's general orientation or being in the world" (Habib, F. & Sahhaf, S.M.K., 2012, p. 46).

Norberg-Schulz defendia que o espaço consistia num "espaço existencial", formado por caminhos, ligações, esquemas e direções, relacionados com a saída e regresso a casa, idéia que dá origem à teoria do genius loci. Esse "espaço existencial" era composto por quatro elementos: geografia e paisagem, o urbano, a casa e a coisa, sendo a casa o centro de tudo, ou seja, o ponto central que se projeta para os elementos que a envolvem: "The House, therefore, remains the central place of human existence, the place where the child learns to understand his being in the world, and the place from which man departs and to which he returns from the world" (Habib, F. & Sahhaf, S.M.K., 2012, p. 46).

"(...) reiterated the necessary recognition and understanding of the different levels of architectural space that form a structured totality which corresponds to the structure of existential space" (Habib, F. & Sahhaf, S.M.K., 2012, p. 47).

As diferentes teorias de espaço bem como os seus conceitos variam de teórico para teórico, no entanto sabe-se que sua divisão pode ser feita por espaço físico, espaço perceptivo e espaço cognitivo que, somados, dão origem ao "espaço arquitetónico".

Em suma, o papel do arquiteto passa por respeitar e preservar a memória, história e identidade dos lugares, integrando a arquitetura com a paisagem e tirando partido dos seus potenciais. Para isso, o arquiteto deve perceber os diferentes tipos de espaço de forma a intervir coerentemente e beneficamente para a valorização dos mesmos.

"Tal como é, tal o homem organiza o seu espaço; a um indivíduo e a uma sociedade em equilíbrio correspondem um espaço harmónico; a um indivíduo e a uma sociedade em desequilíbrio corresponde a desarmonia do espaço organizado. A forma criada pelo homem é prolongamento dele – com as suas qualidades e com os seus defeitos. (...) O arquitecto, pela sua profissão, é por excelência um criador de formas, um organizador de espaço (...)" (Távora, 2004, p.73)

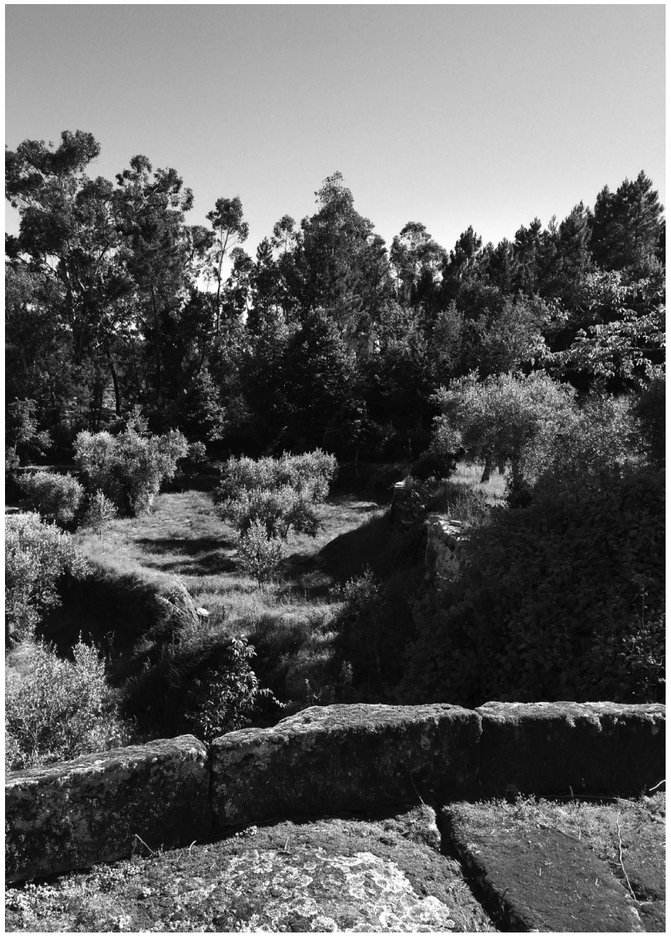
Turismo Rural: Quinta do Vale da Figueira



12
Pormenor da Capela da Quinta Nova.



13
Espaços Produtivos da Quinta Nova





Turismo Rural: Quinta do Vale da Figueira

2. A Paisagem Rural

A paisagem rural portuguesa tem vindo a sofrer alterações constantes e cruciais ao longo das últimas décadas. Uma das principais mudanças nesse território é a população: apesar de preencher uma enorme parcela do território português, apenas cerca de 32% da população se manteve nesses lugares e, devido ao envelhecimento dessa população, espera-se que o número reduza significativamente nos próximos anos.

Esse acontecimento teve origem no êxodo rural, ou seja, na fuga da população para as cidades em busca de melhores condições de vida, uma vez que as carências económicas, físicas e sociais dos espaços rurais assim o obrigavam. No entanto, esses espaços são detentores de enormes potencialidades, tais como os recursos naturais, humanos, culturais e relação com a natureza.

Tais potencialidades têm vindo a encorajar à reabilitação desse património, com estratégias de melhoramento das condições de vidas nas aldeias, apostando num maior dinamismo social e económico de combate à desertificação e envelhecimento da população.

Essas estratégias pretendem, acima de tudo, proporcionar uma melhoria não só ao nível das condições de vida, mas também da oferta de emprego e serviços, que possibilitem uma maior atratividade desses espaços. Naturalmente, surge a associação ao turismo, com o aproveitar das enormes potencialidades relatadas anteriormente para a aposta no desenvolvimento económico local, ainda que tais estratégias impliquem uma enorme preocupação com a manutenção da identidade e memória desses lugares.

"A paisagem é a expressão do espaço que é vivido pelo Homem. É a imagem, a expressão física, a visualização do espaço que é vivido pelo Homem. A bio-diversidade e a forma da paisagem são importantíssimas. A paisagem é mais rica, quanto mais polivalente. A segurança é maior numa paisagem polivalente, do que numa paisagem só com uma valência. Uma polivalência é uma paisagem que tem vinho, seara, rega, pomares.." (Gonçalo Ribeiro Telles, 2004).

A paisagem rural pode ser vista, deste modo, como uma das mais ricas devido à sua multiplicidade de valências, usos, relação com a natureza, recursos naturais e seu aproveitamento, e toda uma enorme cultura e experiência que passa de geração em geração.

Essa relação e respeito pela natureza, que parte de tirar partido dos todo o seu tipo de recursos, faz com que a paisagem rural ganhe uma identidade própria e que varia consoante as diferente zonas do país. Dessa forma, assiste-se a uma variedade enorme de tipos de cultivo, sistemas agrícolas e



14
Antiga Oliveira da Quinta Nova

aproveitamento dos solos consoante as ofertas naturais que determinada região oferece, o que prova de forma muito direta essa enorme relação com a paisagem.

Com o objetivo de proteger o património cultural e natural e de implementar uma política de desenvolvimento sustentável associado à "protecção, conservação e valorização dos recursos a todo o território e a todas as dimensões do desenvolvimento: social, económica, ambiental e cultural", surge a Convenção Europeia da Paisagem. "O seu aspecto mais inovador reside no facto de abordar a paisagem como um elemento fundamental para a qualidade de vida das populações, em qualquer parte do território" (Pinho, 2009, p.433), incluindo deste modo a paisagem em espaços rurais, que passa a ser entendida como "uma parte do território, tal como é apreendida pelas populações, cujo carácter resulta da acção e da interação de factores naturais e ou humanos" (Pinho, 2009, p. 433).

Em suma, a Convenção Europeia da Paisagem tem por objetivo promover a protecção, a gestão e o ordenamento da paisagem, e organizar a cooperação europeia nesse domínio, tornando-se, deste modo, crucial para o desenvolvimento sustentável dos territórios.

Como conclusão, considera-se que cada paisagem é única e é o reflexo da evolução histórica, patronímica, económica e social de um território, assumindo-se como crucial para a definição de um espírito de pertença e identidade das populações que fazem parte dela. Como tal, deve ser devidamente protegida, conservada e valorizada, de forma a preservar as suas características próprias e que a tornam única e inimitável.

3. A Multifuncionalidade da Paisagem Rural

O conceito de multifuncionalidade da paisagem surge associado à lógica da organização e composição dos espaços, ou seja, à coexistência de funções que se associam entre si e que, num todo, constroem uma imagem coerente e, acima de tudo, um espaço contínuo.

"Por funções entendem-se os bens e serviços suportados por uma paisagem e que respondem às necessidades, procuras e expectativas do Homem, no sentido lato, sendo por isso valorizadas pela sociedade. Algumas têm um valor de mercado (produção agrícola, produção florestal), e correspondem a comodidades (commodity). Outras são amenidades, que correspondem a bens e serviços públicos, para os quais não existe mercado ou este não funciona satisfatoriamente (recreio, conservação da natureza, identidade, qualidade de vida, preservação dos recursos ambientais…)" (Pinto-Correia *cit in* D.Vareta, 2010, p. 67)

Desta forma, o carácter multifuncional dos espaços rurais associa-se fortemente à coexistência de diversas atividades no mesmo lugar, ou seja, espaços continuamente transformados pela atividade produtiva por parte do Homem (agricultura, silvicultura, etc), que surgem relacionados e delimitados pelas condicionantes naturais dos terrenos.

Em 1998, a OCDE define a multifuncionalidade constatando que: "para além da sua função primária de produção de alimentos e fibras, a actividade agrícola molda a paisagem, fornece benefícios ambientais como a conservação do solo, a gestão sustentável dos recursos naturais renováveis e a preservação da biodiversidade, e contribui para a viabilidade socio-económica de muitas áreas rurais. A agricultura é multifuncional quando tem uma ou várias funções para além do papel primário de produção de alimentos e fibras". (Carvalho *cit in* D.Vareta, 2010, p. 70)

A vertente produtiva instaurada pela população nos terrenos constitui a principal responsável pela transformação da paisagem rural: na Europa, o carácter multifuncional não só das paisagens, mas também das atividades de uso do solo tem-se vindo a consolidar, de tal forma que essas atividades começam a desempenhar funções que vão para lá da produção de bens agrícolas.

Essa consolidação deve-se, essencialmente, ao inverso do que se assistiu há umas décadas atrás: a fuga para a cidade que vem dar origem ao êxodo rural é, então, substituída por uma fuga à cidade, com a procura do espaço rural como alternativa residencial ou até mesmo turística, uma vez que se trata de um espaço que possibilita uma vida com tranquilidade, harmonia, liberdade e qualidade. E é através desta lógica de retorno aos espaços rurais que se dá a multifuncionalidade do uso do solo, que até então seria de uso essencialmente agrícola para consumo próprio, mas que agora começa a servir também funções que não estão diretamente associadas à produção.

O retorno ao espaço rural baseia-se, deste modo, na repartição de funções do espaço rural, que passa de um espaço essencialmente de produção para um espaço que se dedica, também, ao consumo imaterial, ou seja, um espaço explorado por um número muito mais elevado de atores: não só os proprietários agrícolas e trabalhadores, como os visitantes e os habitantes locais. A isto se pode chamar de forma de reinterpretar o papel da agricultura e uso dos solos para o desenvolvimento rural, em que os "senhores da terra" se começam a enquadrar num amplo grupo de "gestores da paisagem", numa procura social de funções diversas que possa ser suportada pela mesma.



Placa de Chegada à Quinta Nova, Pindo
15

No entanto, e encarando a multifuncionalidade como um conceito analítico, é crucial que se avalie a forma como as várias funções interagem entre si, ou seja, perceber se existe a possibilidade de se potenciarem umas às outras ou ainda se existe o risco de entrarem em conflito. Para tal, é necessário que a multifuncionalidade da paisagem seja repartida: "Sem esquecer, no entanto, que nos fundamentos da multifuncionalidade, encontram-se os dois sub-sistemas da paisagem: o material, com os seus objectos biofísicos ou arquitectónicos, e o mundo cultural da percepção e representação." (D.Vareta, 2010, p. 67).

A nível material, as paisagens rurais têm sofrido bastantes alterações com o decorrer dos tempos, de forma acentuada nas atividades agrícolas e florestais, muito devido ao progressivo abandono dos solos. Mas consoante aumenta essa procura do mundo rural e da sua paisagem para albergar novas funções, maior é a necessidade de avaliar a forma como essas vão entrar em contacto com as existentes (biofísico), e com as culturas locais (percepção). Resume-se ao entendimento da co-relação que as novas funções vão estabelecer com as existentes, e de que forma se podem influenciar positiva ou negativamente para a evolução da paisagem.

Desta forma, o conceito de multifuncionalidade da paisagem ganha uma escala e importância extremamente relevante no que diz respeito ao estudo e análise da paisagem com o objetivo de definir orientações para o seu ordenamento, ou seja, na procura da sustentabilidade e maior produtividade.

4. A Arquitetura Anónima

Chama-se de "arquitetura anónima" à arquitetura leiga, do saber e do viver, feita para responder a problemas e necessidades pela mão do construtor anónimo, não arquiteto, mas que projeta com base na experiência e na sabedoria que vai acumulando com a prática e intuição.

Descrita pelos historiadores como "acidental", a arquitetura anónima tem sido irresponsavelmente negligenciada e descredibilizada ao longo dos tempos, sendo excluída por completo dos ensinamentos da história da arquitetura. Irresponsavelmente por se tratar da primeira e mais pura forma de projetar e construir o habitat humano e de ter fortemente influenciado o construtor, direta ou indiretamente, ao longo de todos os séculos.

Bernard Rudofsky, no seu livro "Architecture without Architects - A Short Introduction to Non-Pedigreed Architecture" de 1964, descreve a arquitetura anónima como "uma arte irrefutável", "uma fonte inexplorada de inspiração arquitetónica": como uma forma primórdia de diálogo com o meio envolvente.

"A exposição de Rudofsky em 64 da "arquitectura sem pedigree" capturou a imaginação de uma nova geração de arquitectos duma maneira sem precedentes." (Felicity Scott *cit in* Sobral, 2009, p. 35).

O constante cepticismo com que os historiadores, arquitetos e construtores contemporâneos recebem a arquitetura vernacular faz com que esta permaneça submersa e abafada pelo mediatismo da arquitetura formal, uma vez que a história da arquitetura do mundo ocidental, para além de se tratar de uma parcela pouco completa e tardia da história, recusa incluir este tipo de arquitetura nos conteúdos que a compõem.

Tal posição por parte dos atores peritos na área em questão pode ser interpretada por dois pontos de vista: o ponto de vista formal ou físico, que se justifica com a introdução à arte de construir com base em "desfiles de gala de arquitetura formal" (Rudofsky, 1964, p. 4, tradução do autor); bem como o ponto de vista social, com a constante desvalorização da arquitetura dos menos privilegiados.

No entanto, não se pode atribuir as culpas exclusivamente ao arquiteto ou ao historiador: o cidadão contemporâneo e urbano tem, também, grande parte da responsabilidade pela desvalorização desse tipo de arquitetura, através da sua postura de ingenuidade e aceitação do que lhe é dado como certo e irrefutável.

"Ele viu o vernáculo como o equivalente arquitectónico à medicina alternativa - em harmonia com a natureza e em contraste com a artificialidade da Modernidade, que ele pensava criar mais problemas do que os que resolvia." (Richardson *cit in* Sobral, 2009, p.37)



16
Adega Nova, Quinta Nova

Rudofksy afirma ainda que, quando comparados os estilos de vida das cidades contemporâneas ao das civilizações mais antigas do planeta, não se percebe como é que a evolução do tempo fez com que o papel do ser humano fosse tão rebaixado e desvalorizado: os cidadãos que habitam nas cidades abundam ignorância, com uma atitude de cegueira e aceitação do caos como "natural"; por sua vez, as civilizações antigas são reconhecidas pela sua simplicidade e organização, que fazem com que tudo funcione em espírito de comunidade e respeito pela criação, ou seja, o reflexo mais próximo daquilo a que se pode chamar de "arte de viver". (Rudofksy, 1964)

" (...) quando os habitantes controlam as decisões mais importantes e são livres de dar o seu contributo para a elaboração do próprio projecto e para a construção e direcção das suas habitações, o processo global e o ambiente daí resultantes estimulam o bem-estar individual e social. Quando as pessoas não têm controlo nem responsabilidades sobre as opções decisórias do processo, o ambiente habitacional torna-se, pelo contrário, num obstáculo à realização pessoal e num peso para a economia" (Turner *cit in* Sobral, 2009, p. 41).

Numa análise a uma escala inferior, Amos Rapoport questiona-se acerca do "Porquê?" da forma das habitações vernaculares, com a publicação do livro "House, Form and Culture" no ano de 1969: "As forças que moldam estas habitações e lhes dão caracteristicas claramente identificáveis, e suas lições para o presente, tem sido o meu principal interesse." (Rapoport *cit in* Sobral, 2009, p. 37).

"A minha hipótese básica então, é que a casa não é simplesmente o resultado das forças físicas ou de um único factor causal, mas é a consequência de um conjunto de factores socio-culturais observados nos seus termos mais amplos. A forma, por sua vez, é modificada por condições climáticas (o ambiente físico, que torna algumas coisas impossíveis e incentiva outros) e por métodos de construção, os materiais disponíveis, bem como a tecnologia (as ferramentas para alcançar o desejado ambiente)"(Rapoport *cit in* Sobral, 2009, p. 37).

A verdade é que esta arquitetura reune todo um conjunto de saberes que devem ser valorizados e até mesmo aproveitados por parte dos arquitetos modernos. Trata-se de uma arquitetura do saber, das necessidades, e que se relaciona com todos os elementos que a envolvem de forma inteligente e coerente. O carácter sociológico da arquitura vernacular faz com que esta seja respeitadora das necessidades dos cidadãos e do meio ambiente, uma característica que deve ser fomentada na arquitetura dos dias de hoje.

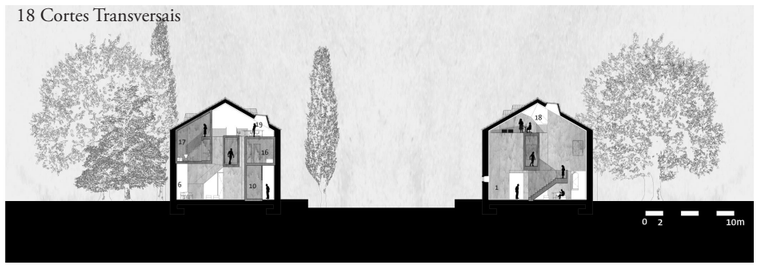
Ainda assim, e depois dos anos 50, existiram ocasionais abordagens à arquitetura com base na vernacularidade das construções dos espaços rurais e mais desfavorecidos, como Monique Eleb constata: "os jovens exponentes do "Movimento Moderno", (...) descobriram os volumes cúbicos dos casbás e os celeiros fortaleza dos agricultores do sul de Marrocos, e usaram as referências vernaculares para justificar a habitação colectiva para os Marroquinos. A inspiração proveniente das habitações rurais foi outro novo desenvolvimento. Até aos anos 50 só o habitat urbano tinha influenciado os arquitectos" (Munique *cit in* Pires Sobral, 2009, p. 41).

"Somente uma vez a arquitectura abriu a sua janela ao mundo, à realidade da maioria, na tentativa de superar o seu círculo elitísta. Mas rapidamente voltou a fechá-la e a esquecer-se de que devia servir toda a humanidade e não uns poucos privilegiados clientes de revista." (Montaner *cit in* Sobral, 2009, p. 43).

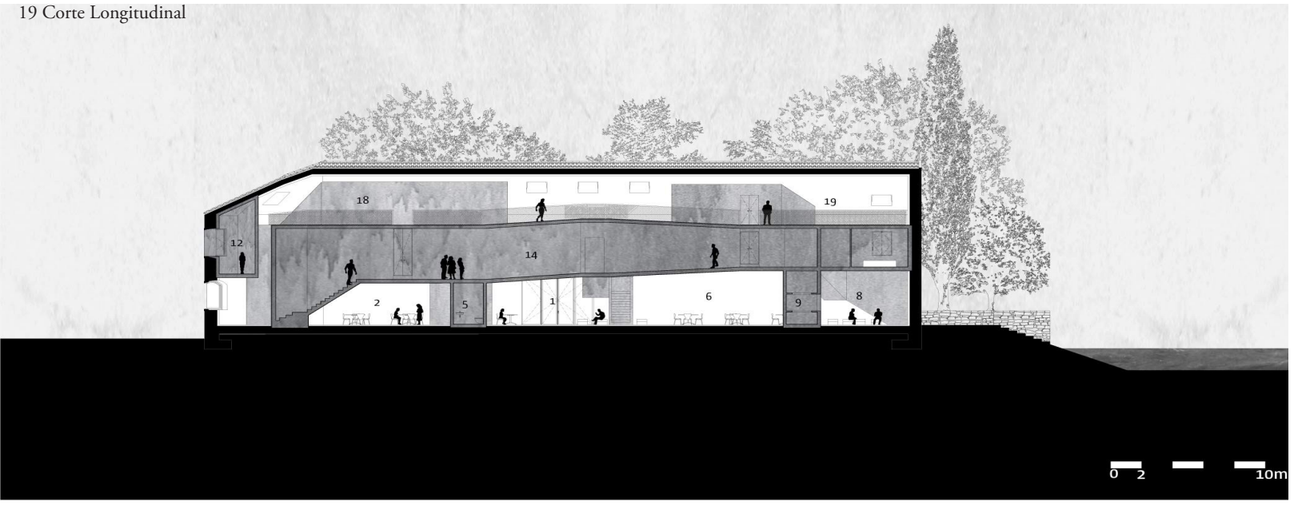
Em suma, a arquitetura vernacular ou anónima surge das necessidades com uma variedade enorme: tanto com carácter de abrigo, como funcional, produtivo, protetivo ou até nómada. No entanto, o que é de reforçar é a sua vertente humana e o respeito pelo meio envolvente, colocando-o em primeiro lugar, moldando a arquitetura ao lugar e não o contrário.



17 Volumetria Interior



18 Cortes Transversais



19 Corte Longitudinal



20 Exterior



21 Em Obra



22 Espaço Interior

D. Reutilização das Arquiteturas de Produção

Estudo de caso:
Casa dos Cubos, 2007 - Embaixada Arquitetura, Tomar

Situada na Praceta Alves Redol, no concelho de Tomar, encontra-se um excelente exemplo de readaptação programática de um edifício originalmente dedicado à produção: a Casa dos Cubos, projeto dos arquitetos Albuquerque Goinhas, Augusto Marcelino, Cristina Mendonça, Luis Baptista, Nuno Griff, Pedro Patrício e Sofia Antunes (Embaixada Arquitetura). A Casa dos Cubos figura um projeto de reconversão de uma antiga fábrica desativada, que se dedicava ao armazenamento e contagem de produtos agrícolas, para albergar um novo programa constituido por duas áreas distintas: uma parte aberta ao público de caráter expositivo (onde hoje funciona a CMIA), e uma outra mais reservada, composta por salas de formação e por uma área de residências artísticas (hoje como Universidade da Terceira Idade e serviços de Animação Cultural da autarquia).

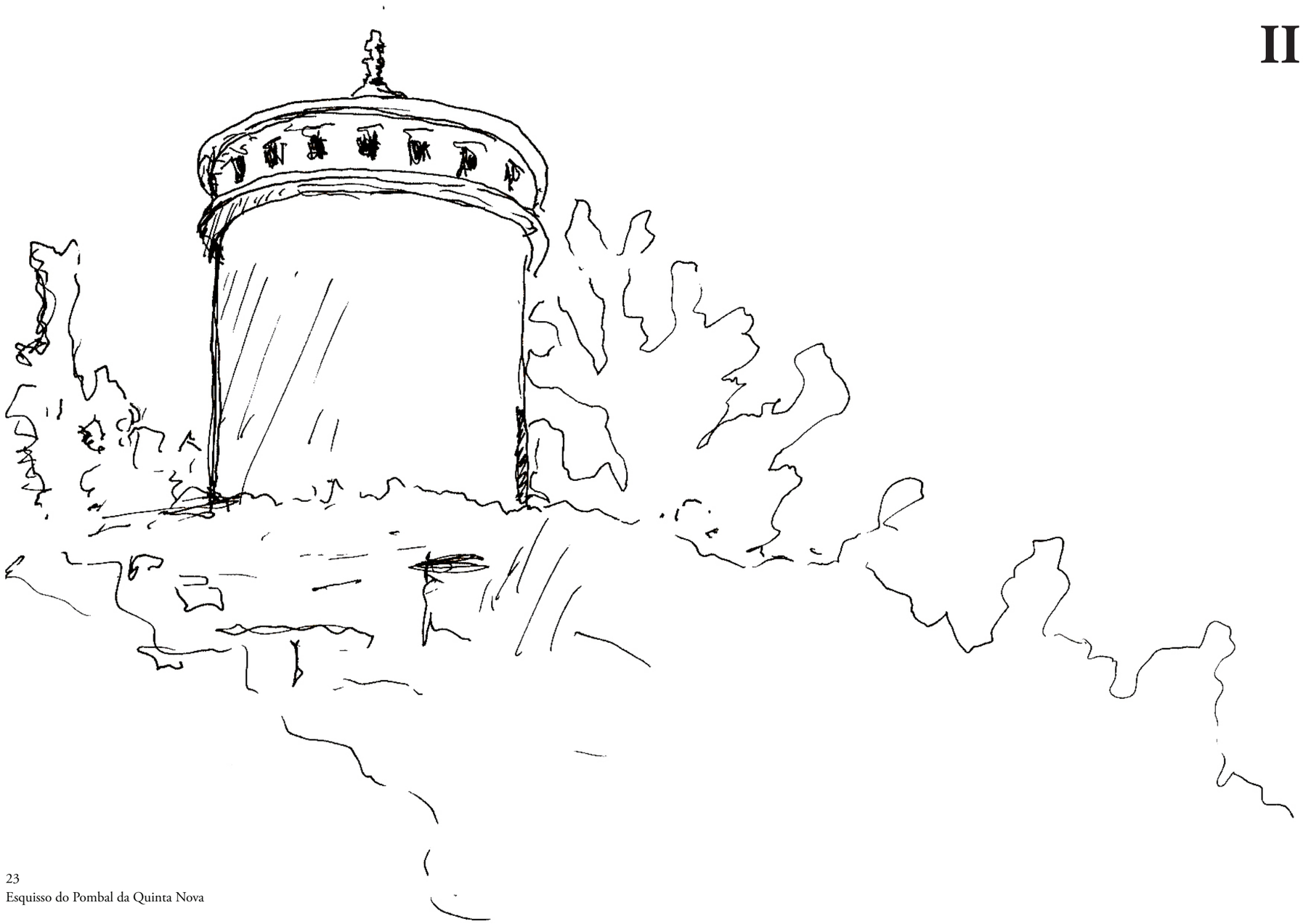
O edifício localizado no centro histórico de Tomar, junto ao rio Nabão, apesar de não ter grande relevância do ponto de vista arquitetónico, constitui um marco com uma importância a nível social e económica para o tecido urbano da cidade em que se enquadra. Como já é hábito em edifícios com essas características, foi sofrendo alterações ao longo dos tempos que colocaram em causa a sobrevivência e integridade do edifício.

A proposta elaborada pelo conjunto de arquitetos passa por manter toda a "casca" pré-existente do edifício, a nível formal e material, acentuando-se em maior escala a intervenção no "miolo" do volume. A estratégia consistiu na elaboração de uma estrutura que se adapta às condicionantes do perímetro exterior do edifício e ao conteúdo programático e que, propositadamente, se distingue formalmente do pré-existente através da linguagem plástica e material da mesma estrutura.

A volumetria da estrutura criada como definidora dos espaços interiores dá origem a uma dupla realidade espacial: espaços fechados com características muito próprias e diferentes entre si, e espaços abertos, que resultam do vazio espacial criado entre a volumetria interior e as pré-existências.

Em 2009, a obra é distinguida com o prémio Contract World Award, um dos prémios de arquitetura de interiores mais prestigiados da Europa, o que acentua a qualidade, criatividade e eficácia do projeto.

II. Projeto



23
Esquisso do Pombal da Quinta Nova

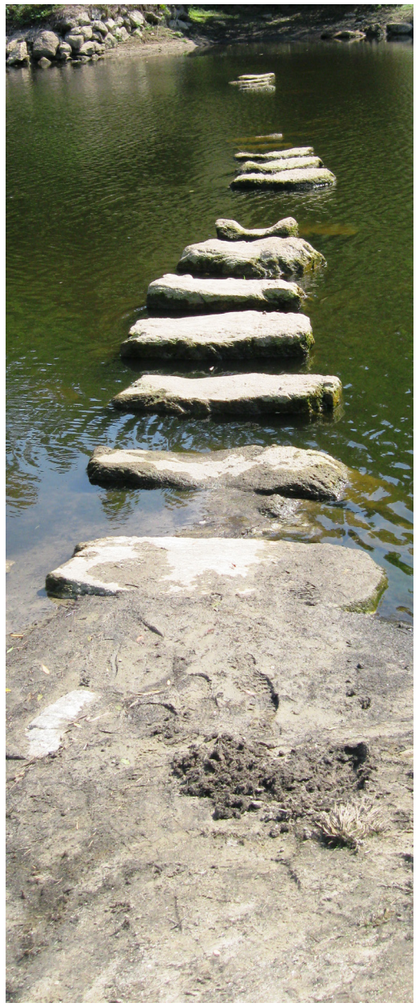
Quinta Nova, Pindo
24

1. Pindo, Penalva do Castelo





25. Envolvente de Pindo, Penalva do Castelo



O objeto de estudo tem como localização a Quinta Nova, na freguesia de Pindo, concelho de Penalva do Castelo, uma quinta essencialmente agrícola e cujo potencial se centra na relação entre a arquitetura e os espaços envolventes.

Penalva do Castelo, localizada na região Centro Interior, distrito de Viseu, é um concelho com 134,3 km^2, que alberga 9019 habitantes, distribuídos por 11 freguesias. Apelidada muitas vezes como "o Coração do Dão", Penalva do Castelo é muito valorizada pela sua paisagem natural que associa a passagem do rio Dão à morfologia dos terrenos, que se dedicam, essencialmente, à produção agrícola, um dos principais sustentáculos da economia do Concelho.

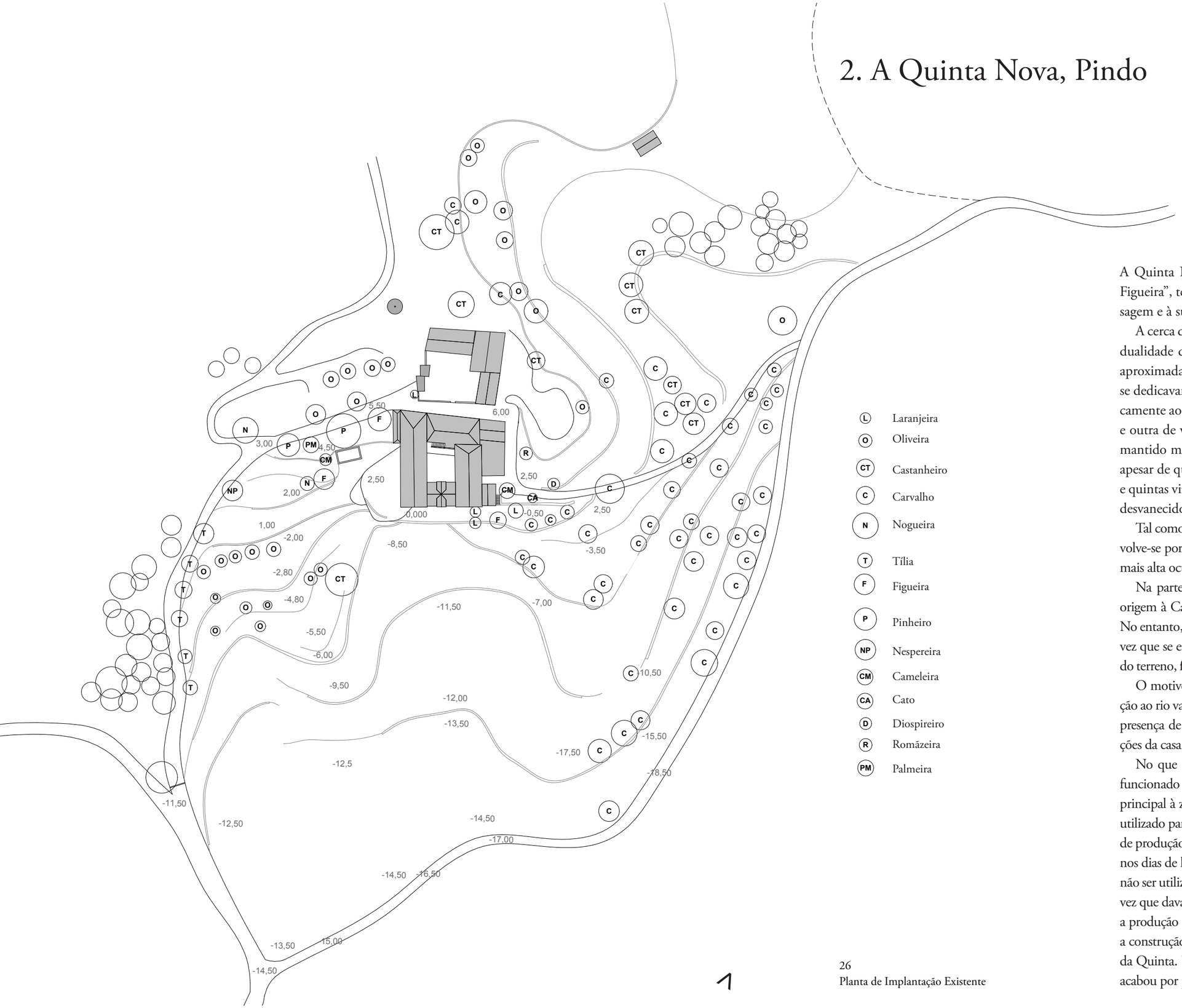
Dos vários produtos produzidos em Penalva, são o vinho, o azeite e a maçã de bravo esmolfe que maior projeção dão à região, devido à sua qualidade e características únicas.

Uma das freguesias que concentra grande parte dessa produção é a de Pindo, com 16,82 km^2 de área e cerca de 2200 habitantes, uma das freguesias com maior número de habitantes de Penalva: banhada por um afluente do rio Dão, a freguesia de Pindo encontra-se quase escondida bem no interior do concelho, com uma enorme área verde que desce em direção ao rio, e que dá origem a uma uma composição natural de enorme interesse.

Tal interesse é acentuado pela presença de um sentimento de tradição, materializado com práticas que ficaram nas famílias de gerações em gerações, e que se traduzem, hoje, num elevado interesse turístico: a existência de artesanato local, nomeadamente a latoaria; a presença de adegas com séculos de existência; e as práticas agrícolas com meios tradicionais, como a apanha da uva e da maçã.

A nível turístico, é de referir também a forte vertente religiosa que prevalece em comunidade com a tradição, e que se encontra materializada pela "Rota da Sra. da Ribeira", localizada bem próxima da margem do rio, com aproximadamente quatro quilómetros, e que permite explorar as riquezas daquele lugar quer com um intuito religioso, quer turístico.

2. A Quinta Nova, Pindo



26
Planta de Implantação Existente

A Quinta Nova, que nasce no ano de 1790 como "Quinta do Vale da Figueira", tem uma localização privilegiada devido à sua relação com a paisagem e à sua posição elevada em relação à sua envolvente.

A cerca de 400 metros de distância do rio, a Quinta é composta por uma dualidade de terrenos de área agrícola e florestal que, no total, prefazem aproximadamente quatro hectares. Os terrenos agrícolas, que em tempos se dedicavam à exploração de vinhas e olivais estão, nos dias de hoje, praticamente ao abandono, pelo que sobram apenas uma mão cheia de oliveiras e outra de videiras. Calcula-se que apenas os terrenos florestais se tenham mantido mais fieis ao que seriam nos seus primeiros tempos de atividade, apesar de que vários dos trilhos que existiam para circulação entre terrenos e quintas vizinhas, de uso pedonal ou de passagem de animais, já se tenham desvanecido devido à falta de uso.

Tal como acontece em vários terrenos da região, o terreno da Quinta desenvolve-se por socalcos que vão perdendo cota em direção ao rio, sendo a parte mais alta ocupada pela área florestal e a mais baixa pela agrícola.

Na parte mais alta encontram-se implantados os dois corpos que deram origem à Casa da Quinta e à que é hoje conhecida como Casa dos Caseiros. No entanto, é a Casa da Quinta que possui a localização mais privilegiada, uma vez que se encontra direcionada da parte mais elevada para a parte mais baixa do terreno, formando um miradouro que permite observar toda a propriedade.

O motivo pelo qual o terreno se desenvolve de forma decrescente em direção ao rio vai para lá da funcionalidade: a morfologia do terreno é imposta pela presença de enormes massas rochosas que acabam por materializar as fundações da casa principal.

No que diz respeito aos acessos à Quinta, estima-se que sempre tenham funcionado como nos dias de hoje: um percurso que liga diretamente o acesso principal à zona da entrada das duas casas pelo lado esquerdo da quinta, mais utilizado para visitas; e um acesso secundário que faz a ligação entre os socalcos de produção do lado direito da quinta e um outro percurso mais arcaico e que, nos dias de hoje, pouco ou nada é utilizado. Esse último acesso, apesar de hoje não ser utilizado, era o que servia de forma mais funcional a Quinta Nova, uma vez que dava origem à circulação dos animais, dos materiais agrícolas e de toda a produção dos terrenos. E tal afirmação pode ser reforçada pelo facto de toda a construção associada à agricultura e aos animais se encontrar do lado direito da Quinta. Uma vez desativada a parte de produção da Quinta, esse percurso acabou por perder toda a sua relevância.













27
Conjunto de fotografias antigas da Quinta e da Família Fructuoso

3. A Casa da Quinta

A Casa da Quinta é o reflexo do desenvolvimento histórico, genealógico, patronímico e económico da família Fructuoso, com o início de construção a datar o ano de 1790, após a ida de Fructuoso Lopes Ferreira da Costa para a Quinta do Vale da Figueira. É nesse lugar, que se dá início à família de apelido Fructuoso, e que acabaria por fazer da atual Quinta Nova a sua morada durante dois séculos.

O que começou por ser apenas uma pequena casa para albergar uma família composta por cinco pessoas, acabou por se tornar numa grande casa, extremamente vivida por mais de vinte pessoas simultaneamente, o que fez com que houvesse a necessidade de existirem constantes ampliações consoante a passagem das gerações.

De início, a casa da Quinta era apenas o que hoje dá lugar à cozinha e ao alpendre que, apesar de nos dias de hoje ser um espaço aberto, naquele tempo seria fechado. Com a chegada da nova geração e o início da vida eclesiástica na família, surge a necessidade de aumentar e diferenciar os espaços, não só pela necessidade de uma maior área de habitação, mas pela privacidade exigida pela vertente eclesiástica. Dessa diferenciação surge o que hoje é conhecido como a Casa dos Caseiros.

A terceira geração é a que vem dar origem às ampliações que fizeram da Casa da Quinta o que é hoje em dia, com a construção de uma nova ala, do lado direito da quinta, assumindo uma forma de um "L", já em torno do que hoje é o pátio. Essa nova ala vem albergar apenas três quartos e duas lojas no piso inferior.

Nessa mesma altura, a casa dos caseiros sofre pequenas obras de aumento que lhe dá uma aparência bastante idêntica à casa principal, também em "L", devido à necessidade de um maior número de quartos, aparência que se manteve até aos dias de hoje.

Com a geração seguinte, a necessidade de mais quartos faz com que aconteça uma das ampliações mais relevantes da casa principal: constrói-se uma nova ala paralela à primeira, cruzando-se com a última, dando-lhe a forma de um "U", criando-se assim espaço para quatro novos quartos e uma grande sala, resultante desse cruzamento. No piso inferior da nova ala, surge a adega, que até então tinha lugar nas lojas da Casa dos Caseiros. No piso superior, é criada uma passagem de ligação entre as alas, com a construção da salinha da costura e de um corredor de pequenas dimensões que termina numas escadas em caracol de ligação dos dois pisos.

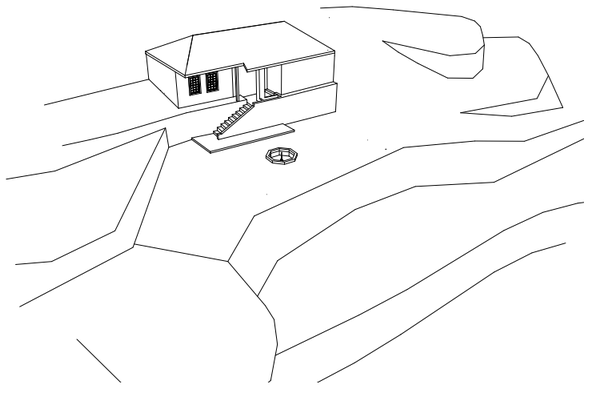
Posterior, mas não muito, surge a construção da capela que se vem anexar à nova ala, por mando do Tio Padre Mestre, e com o apoio dos outros membros da família que na altura já seguiam, também, a vida eclesiástica.

Com o aumento da produção agrícola da quinta, surge a necessidade de construir um lagar associado à casa, que se vem "encostar" à parte posterior da primeira ala da casa principal.

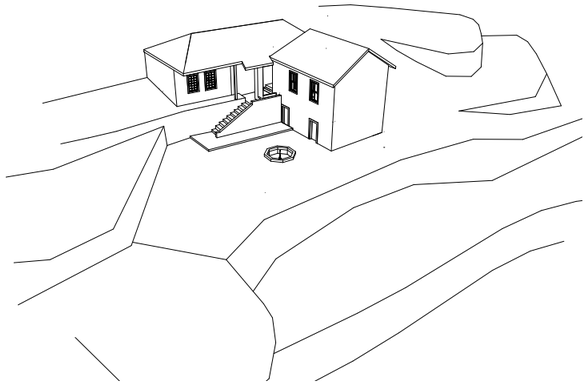
E é apenas por volta do ano de 1930 que se dá a construção da última ala da casa principal, que vem fechar e materializar o pátio, uma ala com características mais nobres, uma vez que pretende ser o abrigo do membro da família mais bem sucedido na vida eclesiástica, o Cónego Doutor Fructuoso da Costa, sendo composta por um grande quarto para o mesmo, um mais pequeno para o seu sobrinho, uma grande sala de jantar e uma sala de visitas.

Juntamente com a última ala, constrói-se o alpendre que hoje é considerado como entrada principal, associado ao jardim que recebe as visitas. No piso inferior surgem três lojas: uma para o armazenamento de bens alimentares provenientes da exploração agrícola, outra para albergar a sala do tear e o quarto da empregada e ainda uma outra para servir de quarto aos dois empregados da quinta. É também nessa fase construtiva que surge a nova casa de banho e dois novos quartos, associados à ala construída na fase anterior.

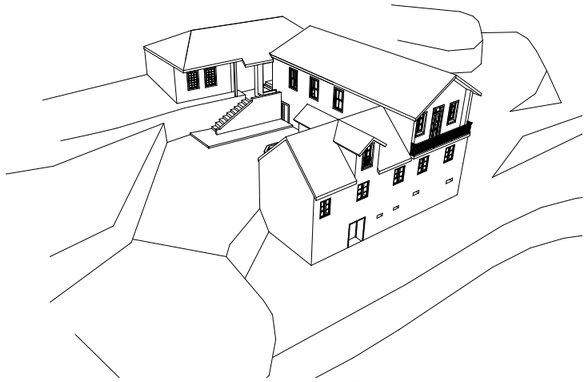
É então, entre os anos 30 e 40 do século XX, que se dá por terminada a construção do complexo edificado que materializa a Casa da Quinta: com um total de dez quartos, uma sala de jantar, duas salas de estar, uma casa de banho recente e uma do século XIX, cozinha (confeção e refeição), adega velha, lagar e adega nova, sala do tear, garrafeira, biblioteca, sacristia e capela, a casa tinha como objetivo albergar toda uma família cujos interesses se dividiam: uma parte dedicada aos que seguiram a vida católica, outra aos proprietários agrícolas, outra às donas de casa e, por fim, aos empregados necessários para manter aquilo que era descrito como "uma grande casa agrícola".



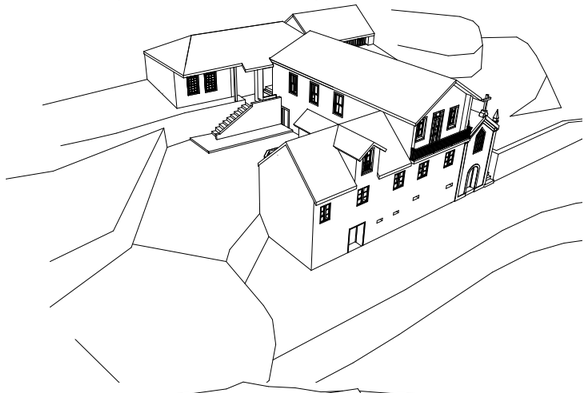
28
1ª Fase de Construção:
1790-1845
(Quinta do Vale da Figueira)



29
2ª Fase de Construção:
1845-1870
(Quinta do Vale da Figueira)



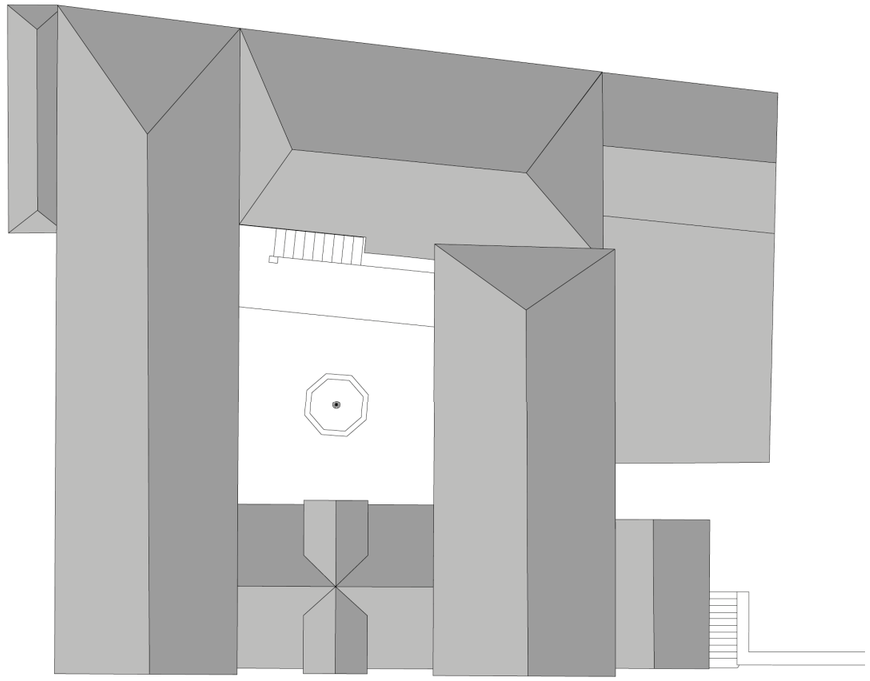
30
3ª Fase de Construção:
1870-1900
(Quinta das Figueiras)



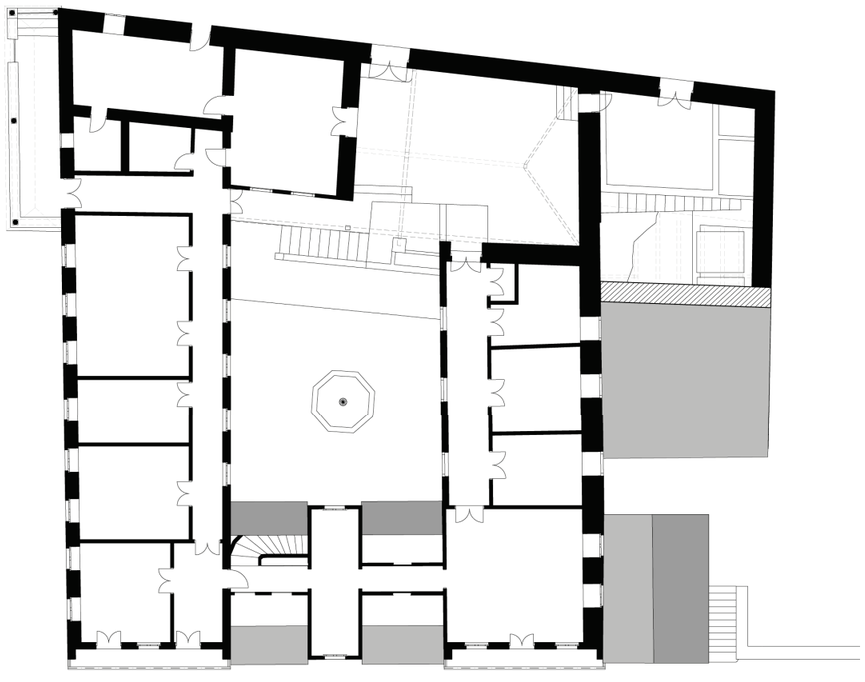
31
4ª Fase de Construção:
1900-1930
(Quinta das Figueiras)



32
5ª Fase de Construção:
1930-1940
(Quinta Nova)



33 Planta do Existente: Cobertura



34 Planta do Existente: 3º Piso



35 Alçados do Existente















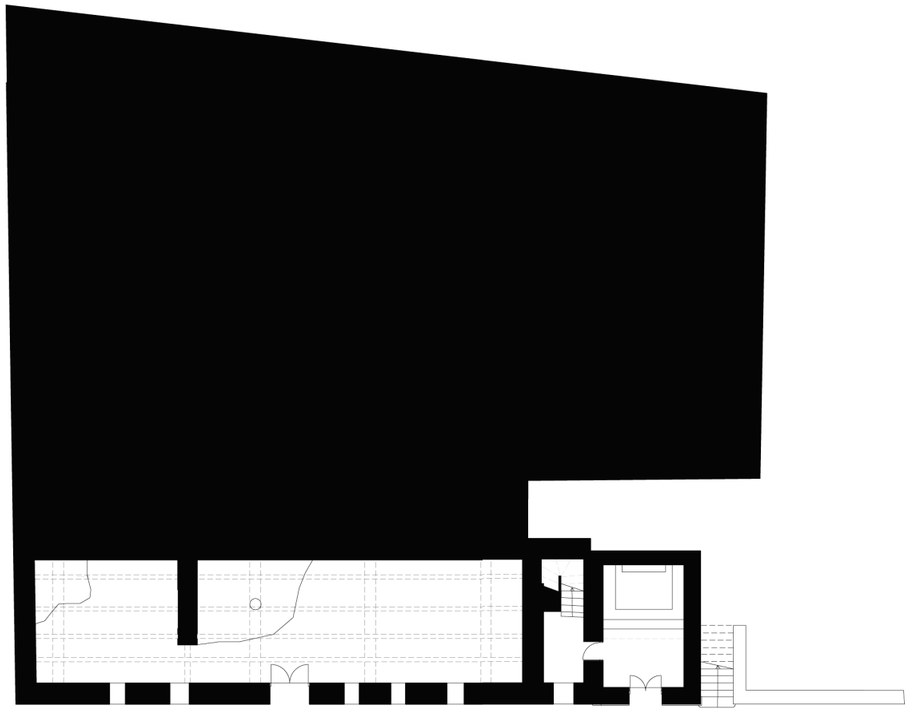




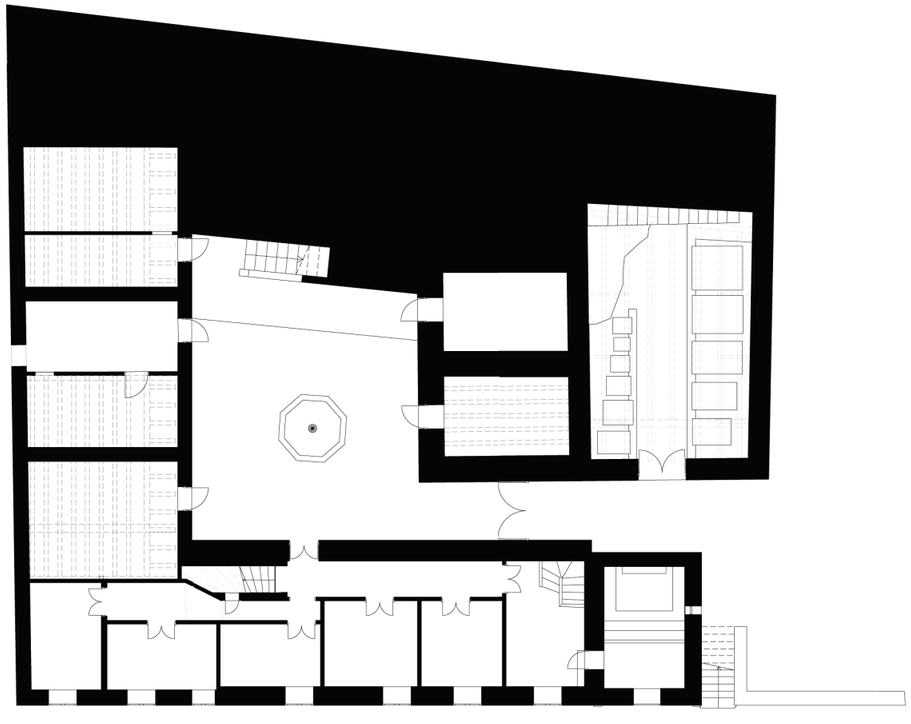






37 Planta do Existente: 2º Piso



38 Planta do Existente: 1º Piso



39 Cortes do Existente


IN HAC DOMO
SIT DIVINA QVIES
ET NESCIA FALLERE VITA



4. O Programa

O programa proposto para a reabilitação da antiga Quinta do Vale da Figueira pretende responder a duas premissas essenciais: reaproveitar os recursos pré-existentes, materiais e imateriais, bem como readaptar os mesmos recursos e características para albergar um programa que respeite o seu passado e que se distinga pela sustentabilidade, característica que apesar de já ter existido se foi perdendo ao longo dos anos.

Desta forma, a estratégia passa por criar um programa que consiga abranger não só o reaproveitamento das suas potencialidades físicas, mas também históricas, funcionais e sociais.

Fisicamente, a Quinta do Vale da Figueira é detentora de um enorme potencial no que diz respeito à relação espacial entre as várias partes construídas que a compõem mas, principalmente, pelas características únicas dos espaços envolventes e na relação do construído com o natural. Ou seja, não se trata exclusivamente das características arquitetónicas da casa e de tudo o que foi construído pela mão do Homem, mas sim da forma como este conseguiu associar-se ao espaço que o envolve, tirando partido dele através da produção de bens que asseguravam, em tempos, a autossustentabilidade da Quinta.

Nesse sentido, atribui-se enorme importância aos fatores históricos envolvidos no percurso de desenvolvimento da Quinta, já que é a partir da história e de todas as personalidades nela envolvidas que se consegue entender corretamente o porquê dessa evolução. O respeito pela história e pelo passado faz com que seja possível criar um programa que recupere não só as atividades existentes nos terrenos, mas também as vivências que cada espaço experienciou, sem negligenciar a importância que cada um deles adquiria para o bom funcionamento da Quinta.

O caráter multifuncional que sempre esteve presente nos dias ativos da Quinta do Vale da Figueira é, sem dúvida, um dos pontos de maior importância e que, como tal, deve ser preservado e realçado: apesar de ser descrita essencialmente como "uma grande casa agrícola" por parte dos indivíduos que experienciaram seus os períodos de maior atividade, a Quinta possuía caraterísticas funcionais que ultrapassavam a função produtiva. Uma breve visita ao local é suficiente para que seja percetível uma multiplicidade de espaços com funções distintas, mas que se associavam entre si, quer a nível físico, quer a nível social. Essa coexistência de espaços com diversas funções reflecte-se na história do desenvolvimento da Quinta e das personalidades que lhe deram vida ao longo dos tempos. Desde a agricultura presente nos terrenos envolventes à casa, ao artesanato que servia essencialmente as necessidades da família, à importante vertente religiosa, até mesmo à simples função de habitação, a Quinta do Vale da Figueira desenvolvia-se com base na autossustentabilidade resultante da associação de todas as suas funções.

Apesar de se tratar de uma quinta privada, a Quinta do Vale da Figueira nunca se mostrou como tal devido essencialmente a motivos religiosos: com a celebração constante de cerimónias religiosas por parte dos vários

padres da família na capela da casa, a Quinta tornava-se aberta aos fieis e a todos os indivíduos que procurassem ajuda ou ensinamentos, com espaços definidos concretamente para a recepção dos mesmos. Desta forma, não se resume a uma quinta de caráter privado, já que adoptava também uma postura de recepção a um determinado tipo de público.

O programa definido para a reabilitação da Quinta do Vale da Figueira enquadra-se no tema da "Reutilização das Arquiteturas de Produção", já que passa por reativar toda a envolvente produtiva da quinta, sem esquecer a vertente habitacional, associando-lhe, desta forma, um programa de turismo rural. Assim, consegue-se relacionar as duas vertentes principais da quinta, na procura da sustentabilidade que a caracterizava no passado, para a aposta no mesmo princípio aplicado ao futuro.

Uma vez que a Quinta se enquadra num ambiente exclusivamente rural, muito rico em paisagens naturais, o turismo rural aparece como uma estratégia ideal não só para reanimar fisicamente os espaços que compõem a quinta, mas também para garantir a sustentabilidade necessária ao seu bom funcionamento futuro.

Como tal, propõe-se um programa que consiga relacionar a produção com o caráter lúdico, tirando ao máximo partido dos recursos existentes referidos anteriormente. Desta forma, a Quinta do Vale da Figueira deverá albergar não só um espaço de produção de bens agrícolas, mas também de alojamento turístico, proporcionando uma relação direta entre essas duas vertentes.

A estratégia de reativação dos terrenos agrícolas associado ao alojamento turístico justifica-se pela procura de uma maior sustentabilidade da quinta como um todo, tirando partido de tudo o que possa ser explorado. Nesse sentido, o programa expande-se ao carácter de abertura ao público que antigamente caracterizava a quinta, no sentido que pretende albergar espaços abertos a visitantes que não procurem o alojamento, mas sim um espaço de lazer, onde possam disfrutar da paisagem e do ambiente do lugar, bem como experimentar e adquirir os produtos da quinta. Desta forma, pretende-se que exista também um espaço de restauração que possa servir não só os turistas que permanecem na Quinta, mas também os visitantes.

No que diz respeito aos espaços agrícolas, as actividades a recuperar são a produção de vinho e a extração de azeite, já que sempre foram as principais apostas de cultivo dos terrenos, e pelo motivo de ainda existirem partes dessas áreas de cultivo possíveis de serem reaproveitadas.

Da exploração agrícola dos terrenos, pretende-se criar produtos exclusivos que, associados à imagem global da Quinta do Vale da Figueira, permitam exponenciar a exposição e divulgação da existência desse lugar. Para além disso, deverão ser produtos a ser apresentados e vendidos na Quinta, em espaços pré-existentes e cuja história se associe à exploração dos terrenos, uma vez que se devem dedicar à recepção de turistas e visitantes.

Uma vez que se atribui uma enorme relevância à possibilidade de visita à Quinta do Vale da Figueira face à estadia, o objetivo é repartir o espaço da casa de forma a responder a esse mesmo critério: os espaços destinados aos turistas que permanecem na Quinta não devem preencher uma área superior aos espaços restantes, uma vez que a subsistência da Quinta não recai apenas no caráter de alojamento.

Assim, o programa destina-se a criar uma área privada, materializada num conjunto de espaços exclusivos aos visitantes alojados na quinta, composto por seis quartos com casa de banho privativa, uma zona de recepção e manutenção e uma área de estar. Os restantes espaços serão espaços concebidos para albergar não só esse público, bem como os visitantes, como é exemplo o espaço de restaurante e bar, zonas de estar exteriores e o espaço das piscinas, associadas aos balneários.

Desta forma, é óbvia a intenção programática de associar espaços a nível físico e social, recuperando o espírito de abertura e convivência característicos da Quinta do Vale da Figueira e com o intuito de a tornar novamente única e sustentável.

Para além disso, um dos aspetos fundamentais da quinta sempre foi o seu carácter multifuncional que, e cada vez mais, se torna muito próximo de uma caracterização de hibridismo. Nesse sentido, e aliando novamente a intenção de introduzir um programa sustentável, traça-se o objetivo de criar espaços que possam servir para mais do que uma só função: à semelhança de vários exemplos da actualidade de reconversão programática de espaços, pretende-se que a Quinta do Vale da Figueira possa albergar, ocasionalmente, eventos que permitam explorar novas vivências e utilizações, tirando partido de espaços existentes que possam readaptar-se consoante as necessidades.

Para responder a todas as necessidades exigidas pelos vários conjuntos de espaços destinados aos vários públicos a receber, o programa alberga também vários espaços de manutenção e apoio técnico: o espaço de armazenamento, preparação e confecção alimentar para servir não só o espaço de restauração mas também os espaços hibridos anteriormente referidos, espaços de armazenamento de produtos e, por fim, balneários destinados aos funcionários desses mesmos espaços. Apesar de se tratarem de áreas técnicas, o programa é organizado de forma a que as mesmas não sejam marginalizadas e estritamente separadas das áreas comuns, uma vez que se pretende que exista uma relação direta entre as duas "margens".

Tendo em conta que se trata de uma casa com muita história e tradição, o programa é traçado de forma a que os espaços de maior respeito permaneçam como tal: exemplo disso mesmo, é a preservação da capela a nível físico, mas também programático, de forma a manter a vertente religiosa que sempre acompanhou a família e a própria história da Quinta ao longo das várias gerações.

No que diz respeito aos percursos exteriores, o programa pretende manter a lógica existente de funcionamento e chegada à quinta, associando-os a espaços de estacionamento que devem surgir do reaproveitar de espaços vazios, sem interferir com o bom funcionamento das áreas de cultivo. Pretende-se reforçar pequenos percursos pedonais ao longo do terreno, de forma a que os visitantes possam percorrer toda a área envolvente da quinta e entrar em contacto directo com a produção.

Para além dos percursos no interior da quinta, o programa abrange também possiblidade de orientar os turistas e visitantes para aquilo que em tempos era conhecido como a "Levada do Jadão", o percurso que liga a Quinta do Vale da Figueira ao seu vizinho Rio Dão.



5. O Projeto

Após o traçado de todas as directrizes do programa de turismo rural a adotar na atual Quinta Nova, e consoante a análise cuidada das características e condicionantes pré-existentes, passa a existir a necessidade de enquadrar uma estratégia de intervenção associada aos problemas existentes.

A estratégia base passa pela reativação da vertente produtiva associada à habitacional, numa atitude de recuo ao passado que pretende valorizar as vivências e as realidades que existiam na quinta durante o seu período fértil.

Também com a mesma atitude é proposta a reutilização toponímica da Quinta Nova nesse mesmo período: a Quinta do Vale da Figueira, como era conhecida nos seus melhores dias.

Tendo em conta a complexidade do programa e da aplicação do mesmo ao espaço em estudo, adopta-se uma organização que reparte as várias áreas a intervir, e que permite refletir e materializar as soluções utilizadas em cada uma a várias escalas e de forma mais coerente e eficaz.



43 Alçado Geral Sul da Quinta doVale da Figueira (proposta)

O Espaço Exterior



Começando pelos terrenos que pertencem e envolvem toda a Quinta, realça-se a necessidade de fazer coexistir duas realidades a implementar: o caráter produtivo e o caráter lúdico.

Apesar da principal finalidade funcional dos terrenos ser a produção agrícola, nomeadamente de vinho e de extração de azeite, existe a necessidade de introduzir também espaços dedicados à prática lúdica nos terrenos, que proporcionem aos turistas e visitantes uma relação direta com o espaço envolvente. No entanto, essa dupla funcionalidade dos terrenos não faz com que ambas as realidades estejam separadas, bem pelo contrário.

Uma vez que se trata de um programa de turismo rural, a relação entre o turista e os espaços de produção está sempre presente, o que faz com que estes últimos e os espaços destinados ao lazer estejam em constante relação.

A nível produtivo, a lógica de organização proposta para os terrenos não se diferencia da existente: os patamares de cota inferior serão destinados à produção de vinho, os de cota intermédia à extracção de azeite e os de cota superior à parte florestal. Ou seja, trata-se de uma estratégia de reanimação produtiva dos vários terrenos, na procura de aproveitar todos os espaços exteriores para a sustentabilidade produtiva da Quinta com base naquilo para o qual eram utilizados antigamente.

Toda a produção que se extrai dos terrenos seria materializada na cooperativa que alberga a região dos vinhos do Dão para posteriormente ser vendida na Quinta do Vale da Figueira que, então, passaria a pertencer à conhecida "Rota dos Vinhos do Dão" da região de Viseu (uma rota que indica todas as quintas de produção com espaço de venda e prova ao público, e que potencia o mercado vinículo e turístico da região).

Como foi referido anteriormente, e em coexistência com os espaços de produção, a Quinta do Vale da Figueira passa a oferecer também um conjunto de espaços lúdicos que proporcionam uma relação direta e privilegiada com a envolvente:

44
Planta Geral de Implantação da
Quinta do Vale da Figueira (proposta)

1. A Chegada à Quinta



45
Imagem Global da
Quinta do Vale da Figueira (proposta)

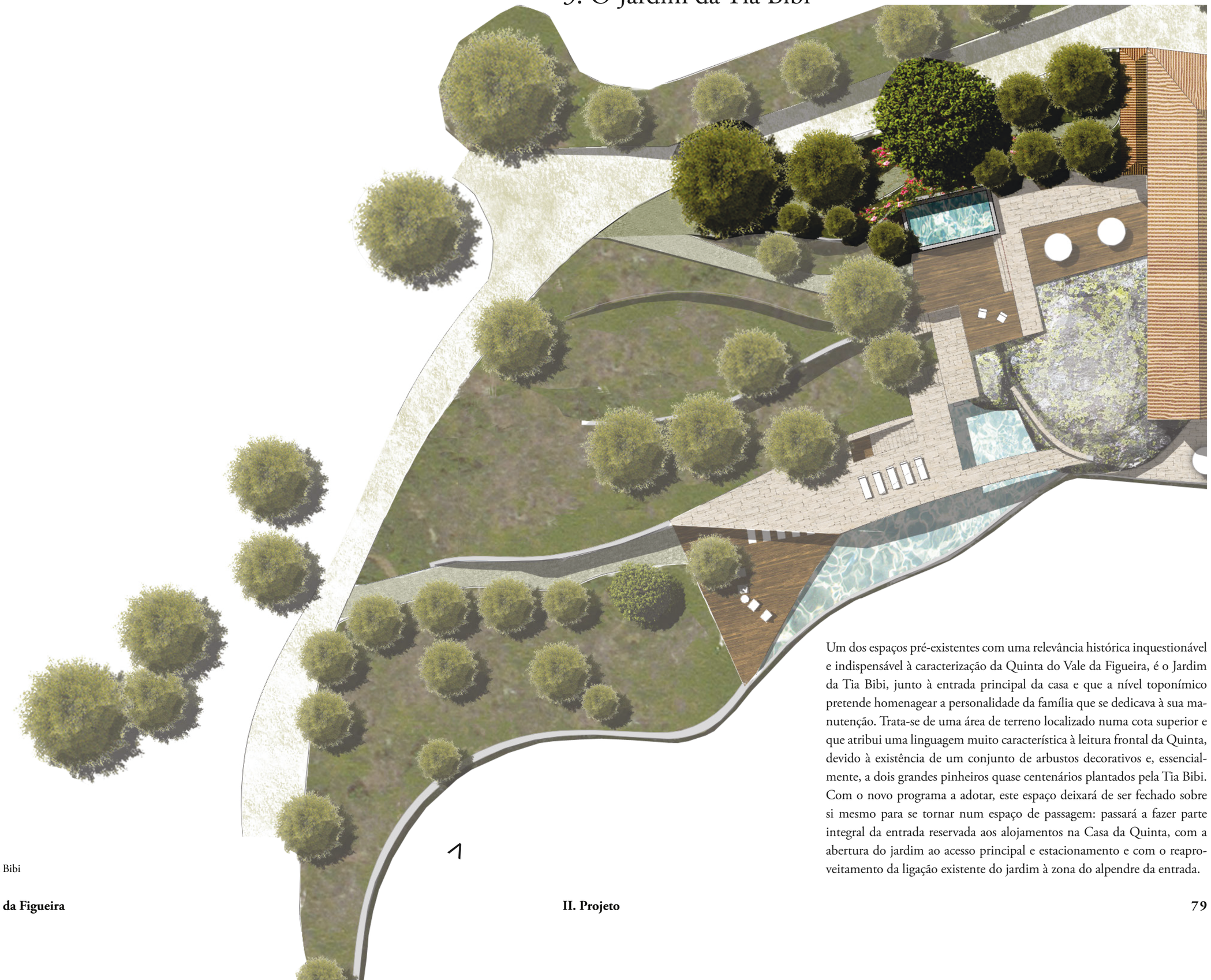
A nível funcional, a proposta mantém a lógica de percursos existente, ainda que com ligeiras alterações: a morfologia do terreno associado ao percurso da entrada a Nordeste faz com que o acesso automóvel seja impraticável, pelo que passará a ser exclusivamente pedonal e para circulação de viaturas agrícolas. A pertinência de preservar esse percurso, mas com caráter pedonal, associa-se à forte vertente agrícola dessa parte da quinta, quer do terreno, quer dos volumes existentes, e que, desta forma, pode ser explorado através da travessia pedonal dos mesmos por parte dos turistas. Isto é, pretende-se fazer desse acesso uma forma de chegar à quinta pedonalmente, num percurso que transmite objetivamente uma das vertentes principais de sustentabilidade da Quinta do Vale da Figueira, e que prefaz uma lógica sequencial de experiências: a entrada na propriedade, a passagem pelos terrenos agrícolas e, por fim e como conclusão, a entrada nos espaços de divulgação dos produtos da quinta.

O acesso a Sudoeste deverá manter o seu caráter de acesso principal da Quinta, uma vez que, depois do devido tratamento do pavimento, irá garantir o acesso automóvel à propriedade, num percurso que contorna os espaços de lazer e de cultivo e que vai revelando gradualmente as várias faces da Casa da Quinta. Esse percurso automóvel irá terminar em dois espaços de estacionamento que se diferenciam consoante o público a atingir: um que surge antes da chegada à casa e que resulta da readaptação de uma leira que se encontra numa cota superior à da entrada principal, destinando-se exclusivamente aos turistas que procuram o alojamento na casa; outro localizado posteriormente (a Nordeste), e que se encontra num espaço aberto e projetado para os terrenos agrícolas, próximo do grande portão de acesso ao pátio, e que se destina aos visitantes que não permanecem na casa.

Apesar de se tratarem de espaços independentes, encontram-se relacionados por um percurso pedonal que passará a existir de forma a levar o turista e o visitante a outro elemento de destaque na Quinta: o Pombal, um dos elementos mais antigos da quinta e cujas características históricas e arquitetónicas fazem com que seja indispensável a sua preservação e valorização.

Tal como o caso do Pombal, todos os percursos pedonais exteriores a serem implementados na Quinta pretendem valorizar elementos ou espaços cujas características e potencialidades assim justifiquem. No entanto, estes não se devem sobrepor à organicidade existente: nas zonas de cultivo, os percursos pedonais para os turistas percorrerem os terrenos e entrarem em contato com os trabalhos desenvolvem-se de forma discreta, interligando as várias leiras para uma maior fluidez dos mesmos. Essas ligações têm também como objetivo possibilitar o acesso de veículos agrícolas a todas as leiras e partes dos terrenos, estes que se encontram preparados para que os mesmos veículos possam aceder a todos os pontos de cultivo.

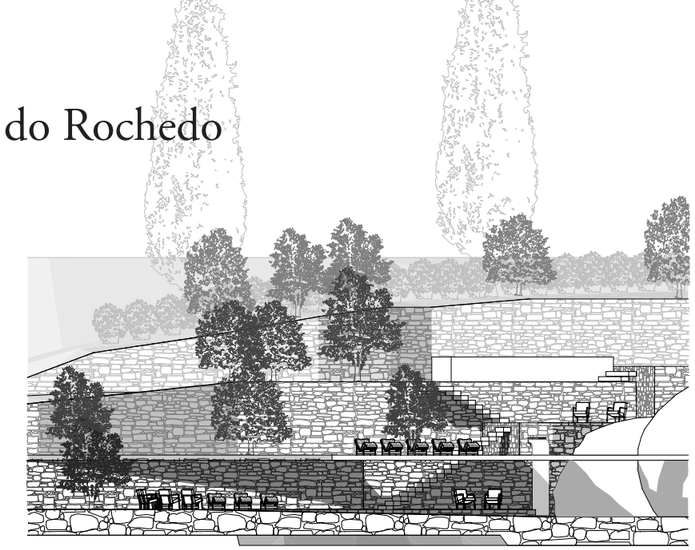
3. O Jardim da Tia Bibi



Um dos espaços pré-existentes com uma relevância histórica inquestionável e indispensável à caracterização da Quinta do Vale da Figueira, é o Jardim da Tia Bibi, junto à entrada principal da casa e que a nível toponímico pretende homenagear a personalidade da família que se dedicava à sua manutenção. Trata-se de uma área de terreno localizado numa cota superior e que atribui uma linguagem muito característica à leitura frontal da Quinta, devido à existência de um conjunto de arbustos decorativos e, essencialmente, a dois grandes pinheiros quase centenários plantados pela Tia Bibi. Com o novo programa a adotar, este espaço deixará de ser fechado sobre si mesmo para se tornar num espaço de passagem: passará a fazer parte integral da entrada reservada aos alojamentos na Casa da Quinta, com a abertura do jardim ao acesso principal e estacionamento e com o reaproveitamento da ligação existente do jardim à zona do alpendre da entrada.

46
Planta de Implantação do Jardim da Tia Bibi

4. O Núcleo da Piscina do Rochedo



O espaço que se segue é, sem dúvida, o que materializa fisicamente a intervenção mais significante de carácter lúdico a introduzir com o novo programa: a Piscina da Quinta do Vale da Figueira. Localizado numa zona de produção e extracção de azeite, o núcleo que enquadra a piscina é composto não só por esse novo elemento, mas também por pequenos espaços de lazer exterior, ou seja, pequenos "nichos" cuja localização e orientação proporciona uma enorme relação com a envolvente. Ainda assim, o elemento responsável pela localização desse núcleo no espaço adotado é o elemento pré-existente do tanque e, consequentemente, da linha de água que liga a nascente mais próxima ao mesmo.

O objetivo é integrar esses elementos existentes na composição que dá origem ao núcleo da piscina, de forma a associar o passado ao presente de forma coerente e, logicamente, tirar partido das vantagens existentes para a sustentabilidade desse novo espaço. Desta forma, a piscina surge numa cota inferior à do tanque e como remate de duas das leiras que compõem essa parte do terreno, associando-se à grande rocha pré-existente através de uma pála em betão que proporciona, não só, uma maior privacidade no espaço da piscina, mas também a criação de um espaço de estar superior à piscina destinada aos banhistas. Quanto à piscina, surge do desenho original das leiras existentes, uma vez que se pretende associar à lógica orgânica do terreno e enquadrar-se com a paisagem. Os balneários surgem do prolongamento dos muros de suporte das leiras pré-existentes, e materializa-se num volume que irá servir também para manutenção do espaço da piscina.

A parte fundamental deste núcleo é a ligação criada entre o novo elemento da piscina e o antigo do tanque, que resulta na orientação da linha de água através de um novo elemento que remata o desnível do terreno, levando a água do elemento antigo para o novo. Este novo elemento vem resolver fisicamente o remate entre as leiras e a zona das rochas, e socialmente a transição entre o espaço de cultivo e o de lazer. Ainda assim, o espaço de cultivo associa-se fortemente com o volume da piscina, já que os patamares em que este se encontra são destinados à produção de azeite. No entanto, essa relação é propositada, já que todo o intuito do programa se baseia na relação do turista com o espaço envolvente, aplicando-se não só à paisagem, mas também ao seu carácter multifuncional.

47
Imagem do Núcleo da Piscina do Rochedo
48
Alçado do Núcleo da Piscina do Rochedo



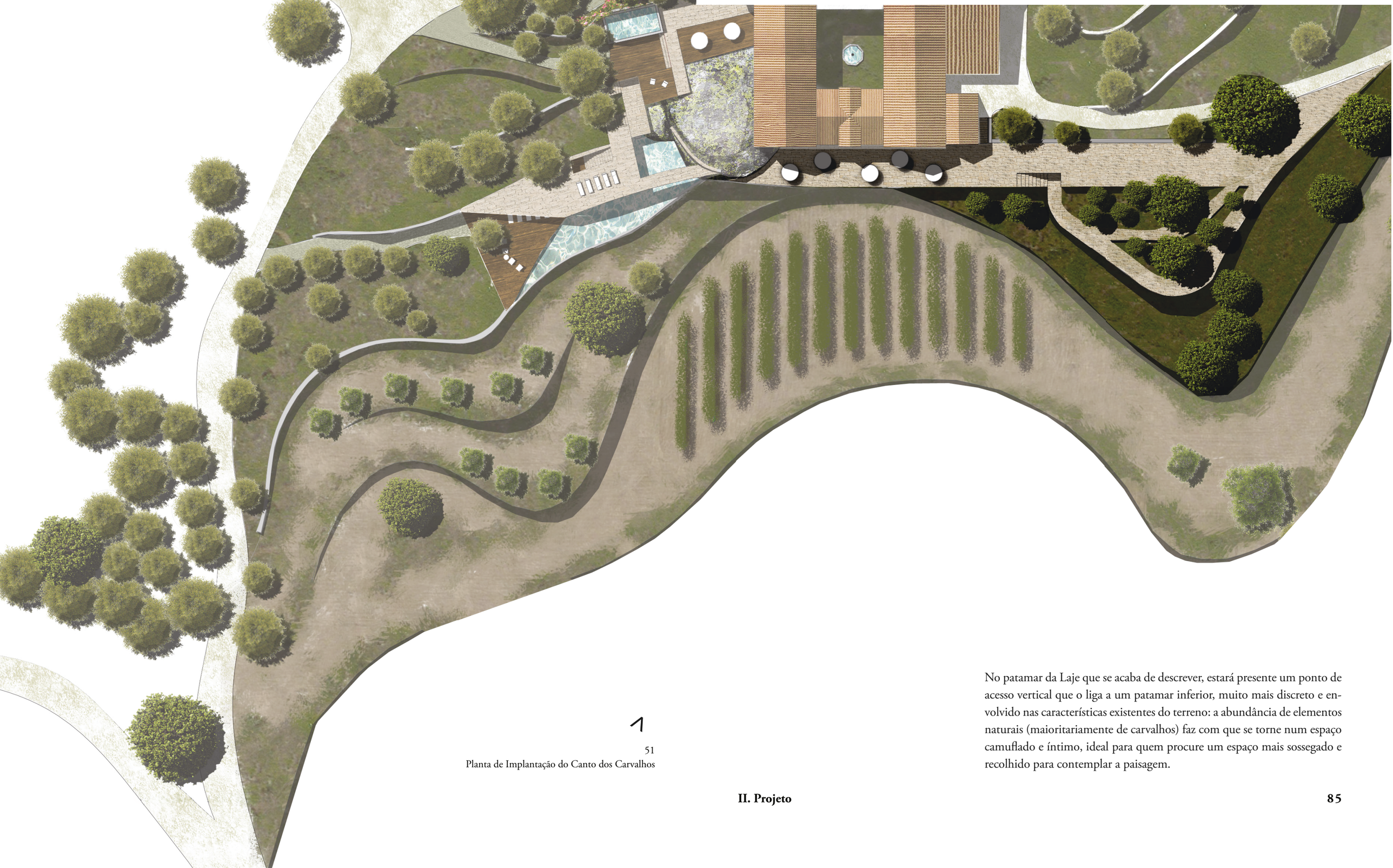
5. A Laje



Tirando partido da plataforma existente de assentamento do piso térreo da Casa da Quinta, e associando-lhe o espaço do bar proposto no novo programa, resulta uma área de esplanada exterior, que se projeta para toda a envolvente que rodeia a área da Quinta, conhecida como "a Laje". Trata-se de um espaço que acompanha toda a frente da casa, começando pela parte de jardim junto à capela e terminando na enorme rocha vizinha à casa, e que funcionará não só como zona de estar ao ar livre, mas também como espaço de recepção exterior durante os eventos ocasionais a serem realizados na Quinta do Vale da Figueira.

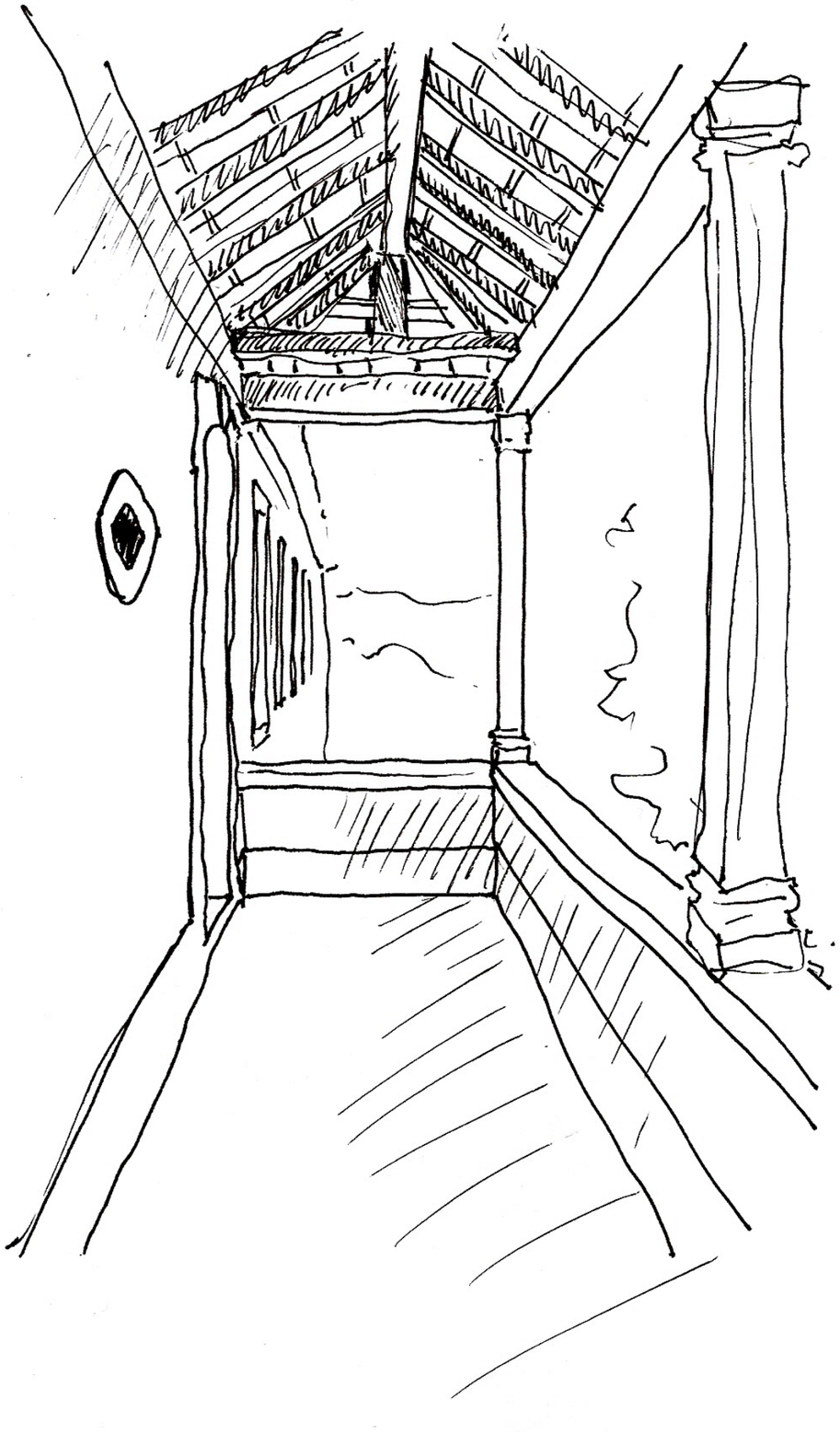
49
Imagem da Laje e relação com a envolvente
50
Esquisso do espaço da Laje

2. O Canto dos Carvalhos

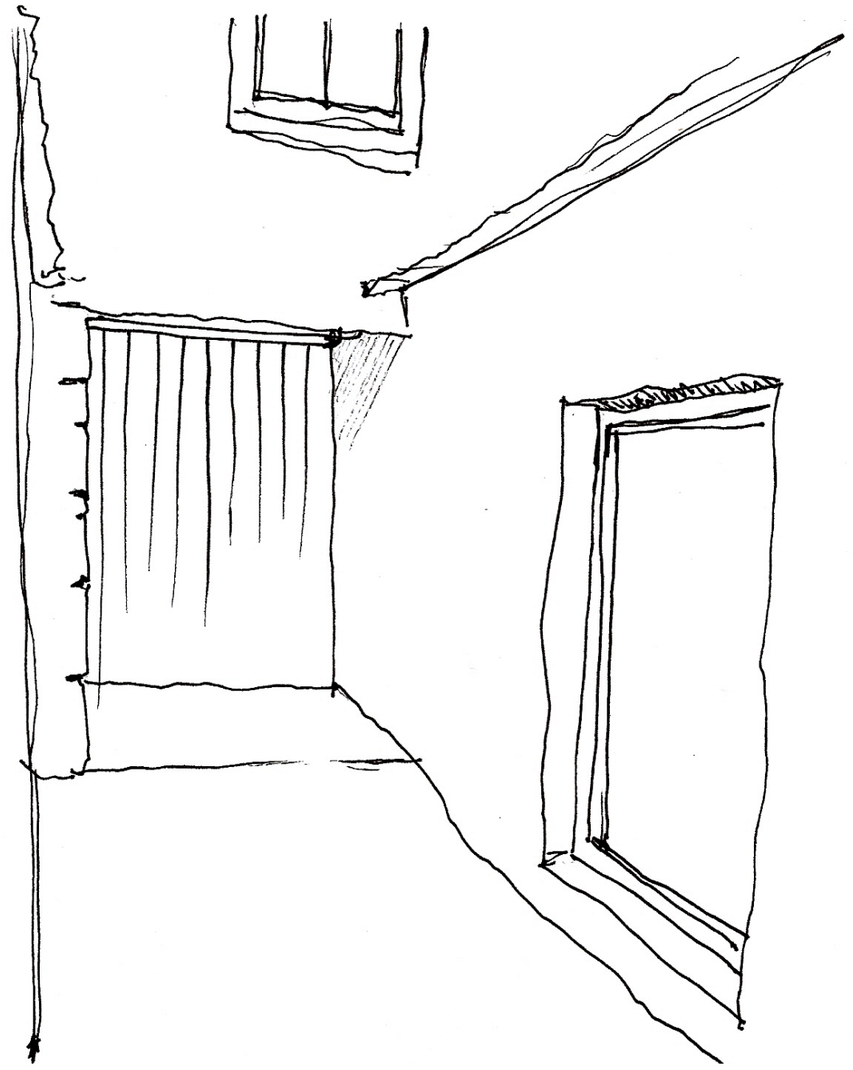


51
Planta de Implantação do Canto dos Carvalhos

No patamar da Laje que se acaba de descrever, estará presente um ponto de acesso vertical que o liga a um patamar inferior, muito mais discreto e envolvido nas características existentes do terreno: a abundância de elementos naturais (maioritariamente de carvalhos) faz com que se torne num espaço camuflado e íntimo, ideal para quem procure um espaço mais sossegado e recolhido para contemplar a paisagem.

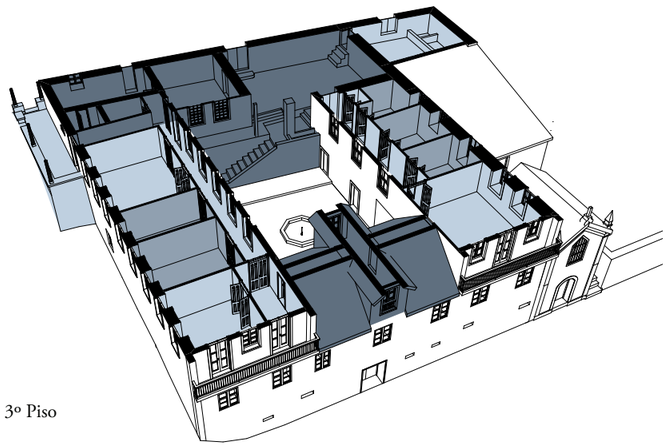


6. A Entrada na Casa da Quinta

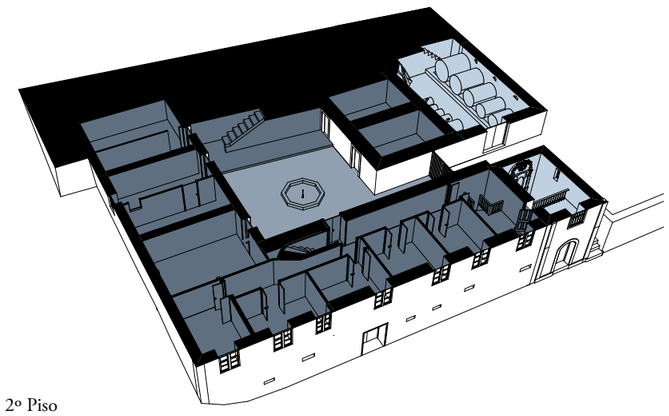


52
Esquisso da entrada privada da
Quinta do Vale da Figueira (proposta)
53
Esquisso da entrada pública da
Quinta do Vale da Figueira (proposta)

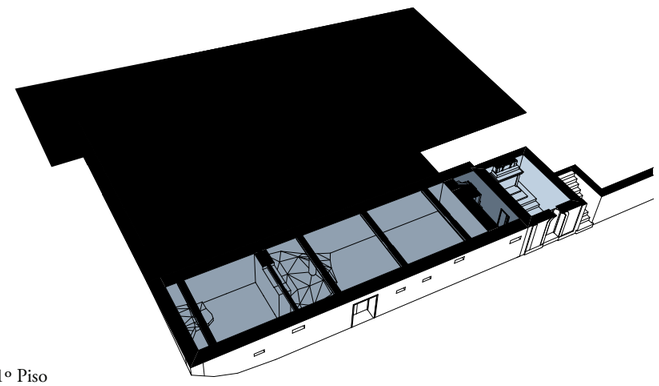
Tal como se sucede na questão dos estacionamentos, também os acessos à Casa da Quinta são repartidos consoante os dois públicos-alvo do projeto. Tendo em conta que, como vai ser descrito mais à frente, o piso superior da casa irá albergar a parte mais íntima do programa de alojamento turístico (os quartos), a que até então é conhecida como entrada principal passa a ser destinada a receber os turistas que pretendam ficar alojados na Quinta. Por outro lado, os visitantes que pretendam usufruir dos espaços da Quinta, bem como dos seus produtos e serviços de restauração, acedem à casa pelo grande portão que dá acesso direto ao pátio que se encontra no piso intermédio. Eventualmente, quando a Quinta receber eventos que necessitem da exploração do piso inferior, a entrada para a Casa poderá ser feita pela "Laje" que dá acesso à adega velha e, posteriormente, ao restaurante.



3º Piso



2º Piso



1º Piso

O Espaço Interior

A Preservar

A Reformular

A Renovar

54
Esquema de
hierarquização espacial da solução

Depois de uma breve análise aos espaços contruídos que compõem o conjunto que caracteriza a Casa da Quinta, verifica-se que sempre existiu uma intenção muito geométrica de projeção dos espaços, apesar do resultado final não ser exactamente o espelho disso mesmo. Tal facto deve-se, essencialmente, ao caráter aditivo de construção da casa, que como foi referido anteriormente, se foi desenvolvendo ao longo das várias gerações e consoante as necessidades. No entanto, o resultado final demonstra a preocupação de minimizar esses imprevistos, tentando disfarçá-los com o alçado principal que remata todos os volumes e que dá à Casa da Quinta a frente imponente que tanto a caracteriza.

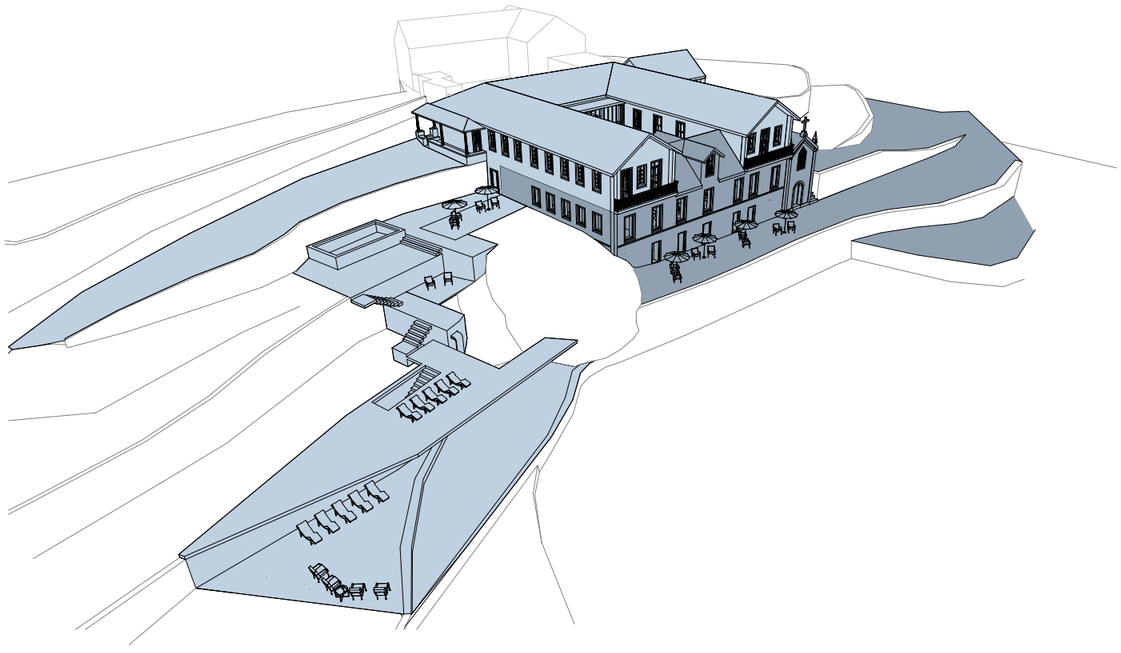
De uma forma muito resumida, o projeto de reabilitação proposto para Quinta do Vale da Figueira passa por tentar ir mais fundo no processo de correcção de erros e imprevistos: pode descrever-se como sendo uma procura de relacionar cada volume e cada espaço, criando uma ligação lógica entre os mesmos, não só com o intuito de albergar um novo programa, mas também de resolver os conflitos que sempre existiram como resultado das adições que foram surgindo ao longo dos anos. Isto é, criar uma lógica de articulação dos espaços de forma a que deixe de existir um conjunto de volumes que se "encostam" uns aos outros para passar a funcionar como uma só unidade, bem organizada, com uma circulação coerente e com espaços funcionais e que se relacionem entre si. No entanto, é de reforçar o facto de que não se trata de uma procura de criar espaços novos que descaracterizem a casa, mas sim de tirar partido dos existentes para um melhor funcionamento global da quinta, num recuo à história e vivências da casa, que se materializa até na toponímia adoptada para espaços criados.

Nesse sentido, os espaços que se destacam pelo seu valor estético, arquitetónico ou característico do lugar exigem uma preocupação acrescida no que respeita à sua readaptação programática: são exemplos o alpendre da entrada principal, a capela, a adega nova, o salão e salão de jantar, a salinha e o corredor da ala velha.

Por outro lado, os espaços descritos como "a reformular" devido ao seu mau funcionamento exigem outras preocupações que vão para lá do conteúdo programático, já que necessitam de ser reorganizados de forma a funcionar correctamente com o programa a albergar: são exemplos a adega velha e os vários quartos do piso superior.

Por fim, os espaços que necessitam de uma renovação total ou parcial devido ao mau estado de conservação ou irrelevância estética e funcional necessitam de ser redesenhados de forma a conjugar dois aspetos: a compatibilidade com o pré-existente e, ao mesmo tempo, com o novo programa. Nesse sentido, pode-se dizer que todo o piso intermédio se enquadra nesse critério de análise, já que, ou se traduz num aglomerado de lojas sem relação entre si, ou num conjunto de quartos de dimensões reduzidas sem qualquer relevância para a caracterização da casa. Ainda enquadrado com esse critério, pode-se destacar a cozinha e as "rochas", bem como o corredor da salinha da costura não só pelo mau funcionamento espacial com o resto dos volumes, mas também pelo mau estado de conservação geral desses espaços.

Tendo isto, a proposta elaborada para o projeto de reabilitação da Quinta do Vale da Figueira pretende corresponder às prioridades traçadas para cada espaço, na procura do bom funcionamento geral da unidade.



Privado

Público

55
Esquema da organização espacial da solução

A Organização Espacial



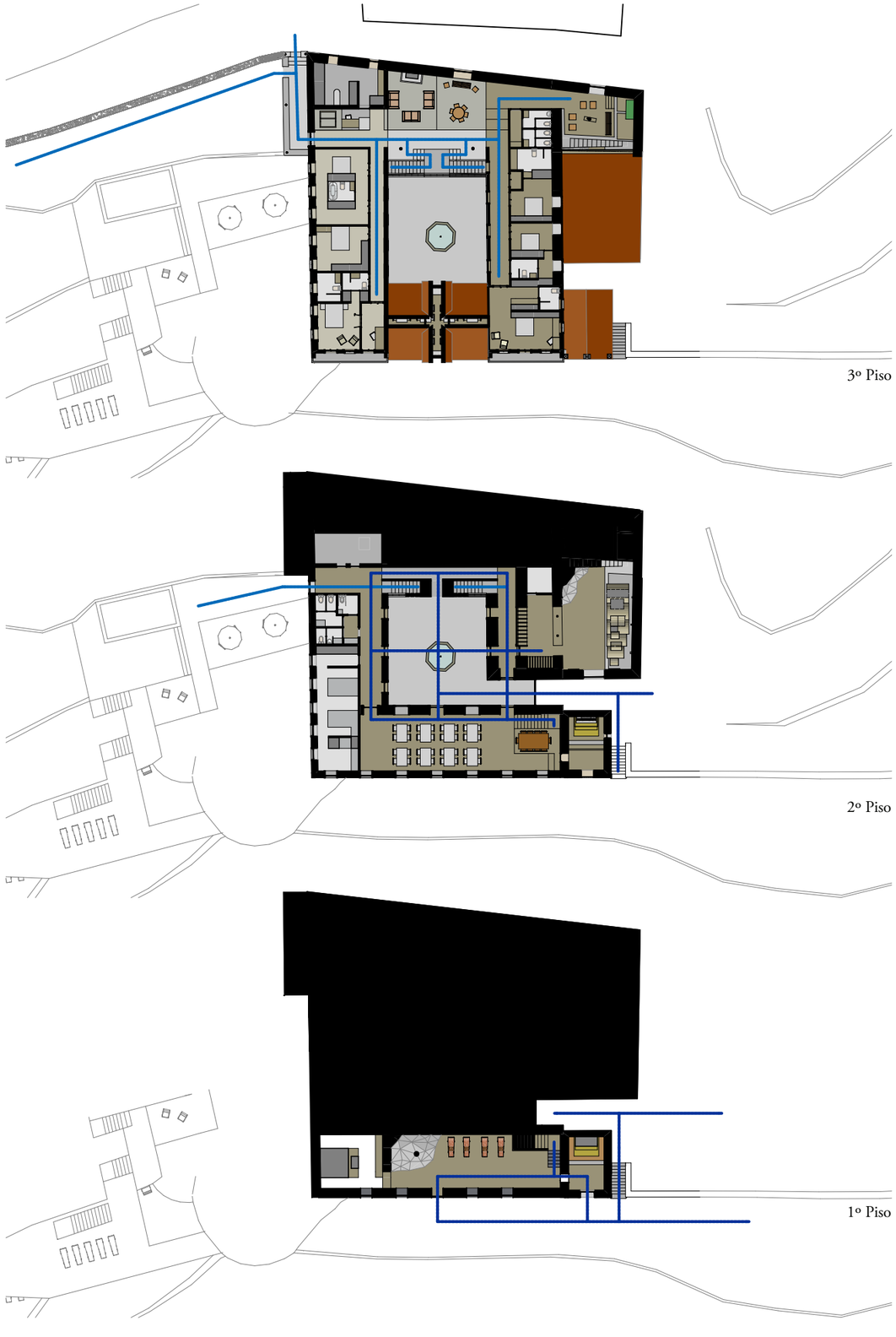
56
Alçado Sul
Quinta do Vale da Figueira (proposta)

A divisão público-privado descrita no programa, que pretende diferenciar espacialmente as zonas destinadas aos turistas que ficam alojados na Quinta e as zonas a utilizar por um público mais abrangente (visitantes), passa a existir na divisão dos pisos:

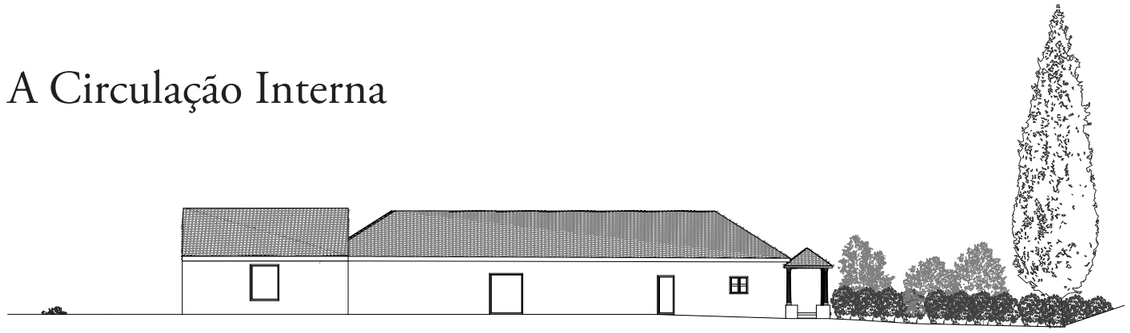
- O piso superior passa a ser reservado aos alojamentos, dando lugar ao espaço de recepção e manutenção, salão de estar, sanitários comuns e aos seis quartos.

- O piso intermédio, onde se encontra o pátio, assume um papel duplo no que diz respeito ao público a albergar, ou seja, destina-se tanto aos turistas que se encontrem alojados na casa, como aos visitantes que procurem um dia diferente num ambiente rural. Esse piso dará lugar ao espaço de restaurante, bem como aos espaços de apoio necessários ao seu funcionamento (cozinha, sanitários e balneários para os trabalhadores). Para além disso, é o piso que alberga o espaço da adega, para prova e compra dos produtos da quinta, bem como uma estratégia de organização de espaços de circulação que permitam uma melhor relação entre o interior e o exterior da casa e relação com as actividades dos terrenos.

- O piso inferior é composto pela adega velha, que passa a assumir um espaço multifuncional: será destinado maioritariamente a uma zona de estar e de lazer, onde se irá enquadrar o espaço de bar, tirando partido da exposição e potencial do patamar exterior que se lhe encontra associado. Para além disso, irá existir um espaço de copa que servirá de apoio à sua outra vertente funcional e que se encontra verticalmente associado ao espaço da cozinha do piso intermédio: dada a sua dimensão, potencialidades estéticas e história, o mesmo espaço poderá, ocasionalmente, materializar um espaço para a realização de eventos.



A Circulação Interna



Circulação Reservada
Circulação Pública

Como foi referido anteriormente, um dos principais conflitos existentes na casa é a circulação e a articulação interna das funções dos espaços. Desta forma, a solução proposta para corrigir esses conflitos acaba por ser um dos pontos cruciais do projeto, já que responde não só a essa questão, mas também a outras relacionadas com a recuperação geométrica dos erros provenientes da constante adição de volumes.

Tendo isto, propõe-se a construção de um novo volume associado à construção existente, mas que acaba por se tornar independente, quer a nível físico como funcional, de forma a respeitar a volumetria existente. O novo volume dá lugar à circulação vertical, e pretende criar uma lógica de circulação em torno do pátio, este que passa a assumir uma forma geométrica muito mais vincada e coerente com a construção que o contorna.

No piso superior, a circulação pré-existente já funcionava em torno do pátio, ainda que na ligação dos dois volumes principais existisse um enorme conflito devido às características físicas do volume de ligação. Com o programa proposto, essa ligação é removida devido à reconversão programática dos espaços, permitindo que no restaurante do piso intermédio fosse possível criar-se uma espaço de pé-direito duplo.

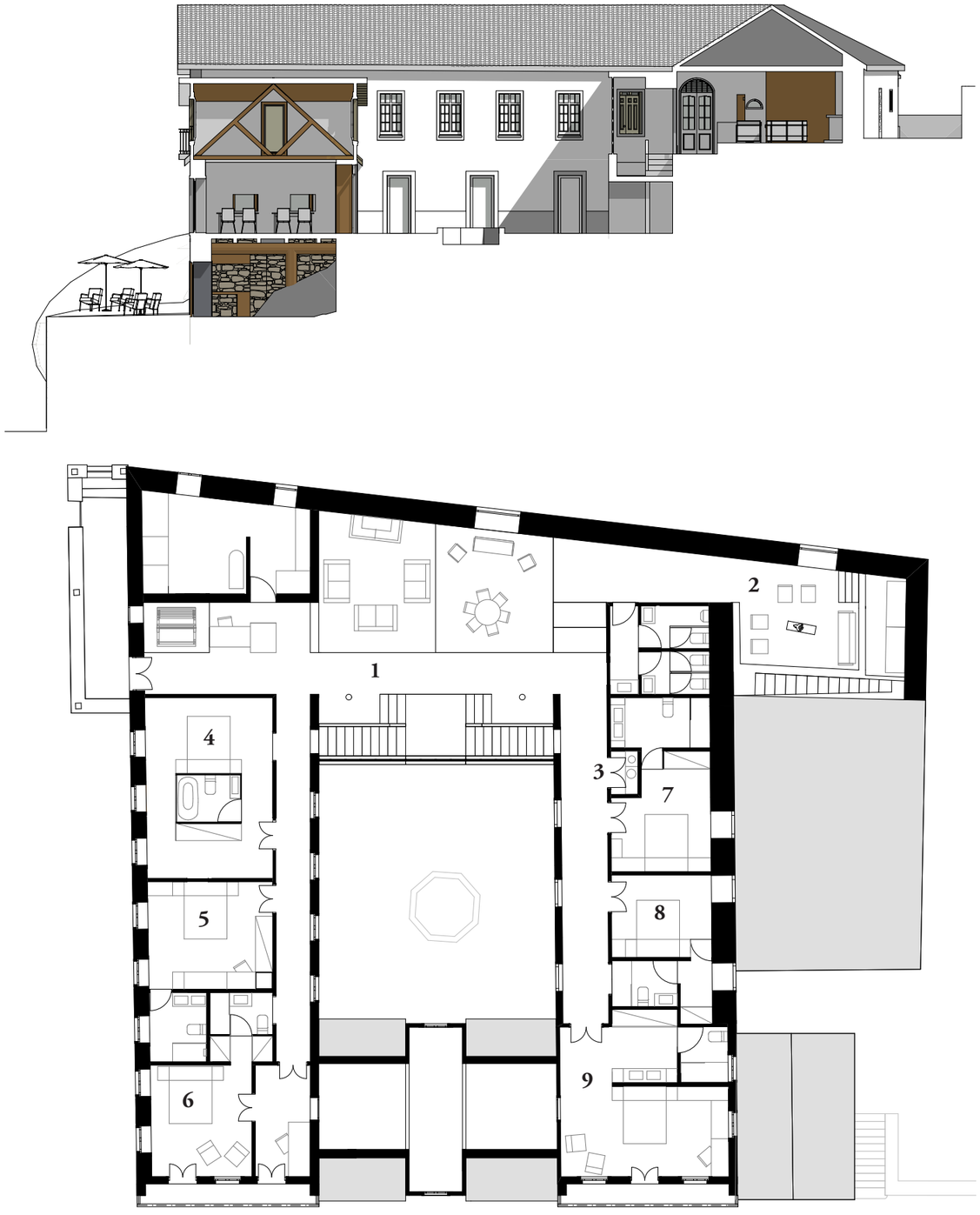
No piso intermédio, a circulação era impraticável em grande parte dos espaços, não havendo qualquer relação entre os mesmos. A proposta consiste numa repetição do funcionamento da circulação do piso superior, em forma de corredor e associada ao pátio, de forma a corrigir essa falta de ligação entre os espaços e permitindo, deste modo, consolidar os vários volumes numa só unidade.

Um dos principais problemas existentes baseava-se na falta de permeabilidade do piso intermédio da casa em relação aos espaços envolventes, materializado não só na questão das lojas, como na inexistência de ligação entre o espaço do pátio e a zona do tanque. Partindo da lógica utilizada com a abertura do pátio para o lado oposto (o grande portão), a proposta inclui uma repetição ideológica que consiste na abertura do piso intermédio para o núcleo do tanque e da piscina, de forma a combater o marginalização e disconexão dessa parcela do terreno em relação à casa.

Por fim, uma vez que a ligação vertical existente do piso intermédio para o piso inferior se revela ser insuficiente para o programa adotado, é proposta a reformulação e redimensionamento desse conjunto de escadas, de forma a cumprir as normas aplicadas e a adaptar-se às necessidades.

57
Esquema de Circulação Interna da Proposta
Alçado Norte

O Terceiro Piso



58
Corte Transversal a Oeste
59
Planta da Proposta: 3º Piso
60
Imagem da Proposta:
Recepção e Salão das Rochas

1. A Recepção e o Salão das Rochas



Localizado no espaço que, nos dias de hoje, dá lugar à entrada principal, à cozinha antiga e à dispensa, o espaço de recepção da Quinta do Vale da Figueira não se retrata como sendo o típico "balcão de atendimento de hotel". A proposta caracteriza-se pela ausência de um espaço materializado fisicamente para a recepção dos turistas. Tendo em conta o carácter acolhedor e quase caseiro da Casa da Quinta, a ideia passa por definir a recepção com um pequeno elemento decorativo que se situa junto à entrada, que serve de apoio ao funcionário destinado a receber os clientes. Todo o material de apoio à recepção localiza-se num volume localizado na antiga cozinha, que para além disso alberga o espaço de manutenção dos quartos. O corredor que acolhe, hoje, e de uma forma um pouco desapontante, os visitantes, é aumentado de forma a criar uma maior abertura do espaço de entrada para o resto dos espaços envolventes. Nessa mesma entrada, será reposicionado o antigo tear como elemento de boas-vindas, mas ao mesmo tempo como elemento de memória, e que representa simbolicamente a tradição e cultura da Casa da Quinta.

No espaço vizinho à recepção, e onde nos dias de hoje se pode encontrar uma zona de espaço exterior, mas coberto, conhecido como "as rochas", encontrar-se-á o espaço de estar associado ao alojamento turístico. O Salão das Rochas é composto por vários momentos diferentes, que se resultam da preservação de alguns dos patamares existentes. Os restantes elementos presentes serão maioritariamente peças de mobiliário proveniente de outras divisões que acabam por ser reposicionadas por motivos programáticos.

2. A Salinha da Adega

3. A Casa de Banho Antiga



61
Imagem da Proposta:
Salinha da Adega

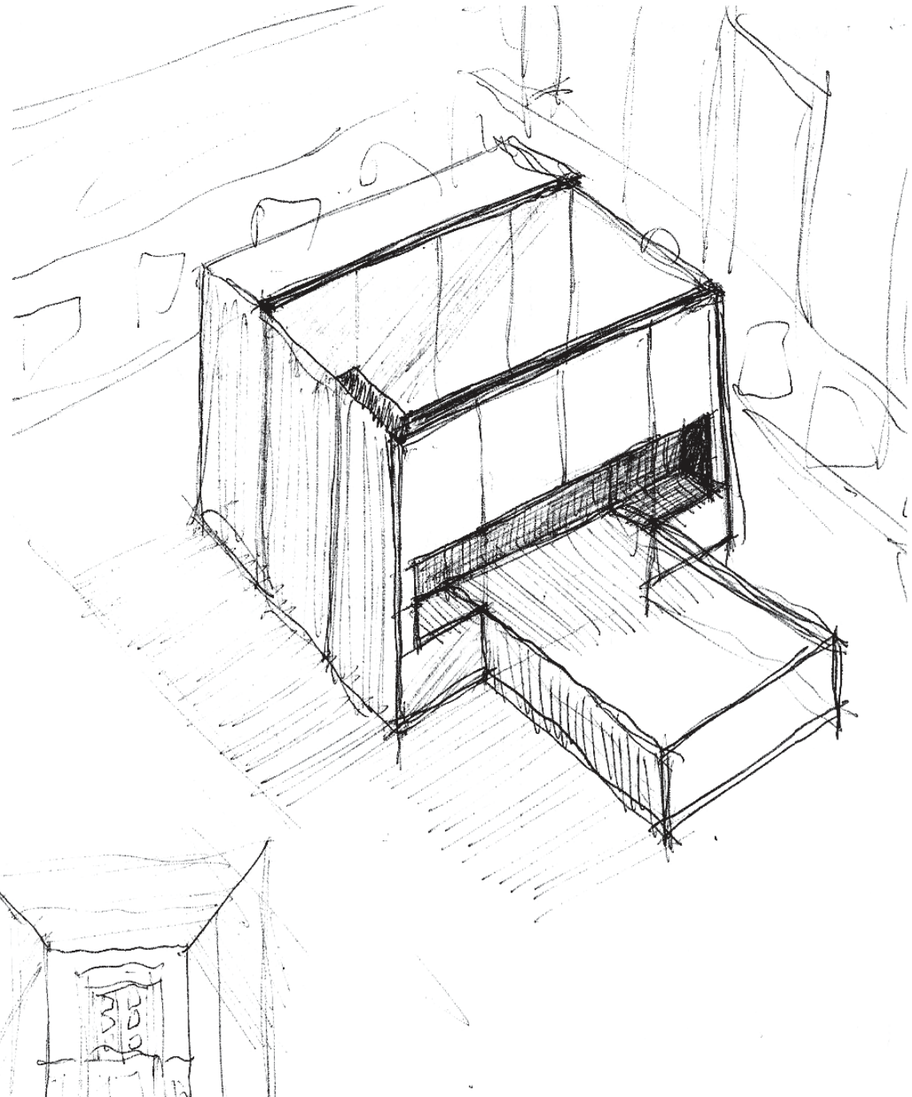
No espaço superior da Adega Nova, onde até então existia o tanque para o depósito, pisa e fermentação das uvas, passa a existir a Salinha da Adega, um canto de leitura que se encontra espacialmente ligado ao Salão das Rochas. O tanque principal materializa o espaço de estar, enquanto que os restantes de menores dimensões dão origem ao canto de leitura. As portas removidas do vão existente serão reutilizadas como elementos decorativos do espaço.

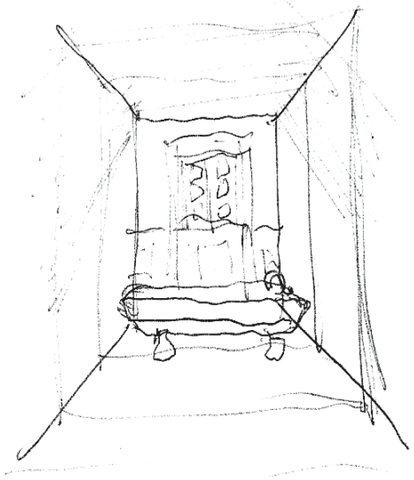
A Casa de Banho Antiga: Trata-se de um espaço pré-existente no qual se encontra um elemento cuja raridade e importância faz com que seja intocável. A casa de banho antiga, um espaço de dimensões reduzidas e composta por um só elemento de madeira que materializa aquilo que era a típica casa de banho de uma quinta do séc. XIX. Isto faz com que seja um elemento a conservar estritamente, com o intuito de preservar não só o seu valor arquitetónico, mas também a história da casa e da família.





4. O Quarto do Salão de Jantar





62
Imagens da Proposta: Quarto do Salão de Jantar
63
Esquisso do Quarto do Salão de Jantar

Como o nome indica, trata-se do salão de jantar existente cujo programa converte num quarto, e que passará a assumir-se como um dos quartos com características mais singulares. Tendo em conta as qualidades estéticas e a importância da preservação dos elementos decorativos desse espaço, a intervenção exige um enorme cuidado no que diz respeito à compartimentação e readaptação programática. Uma vez que os elementos decorativos em madeira presentes nas paredes e no tecto exprimem personalidade e um valor arquitetónico a preservar, a solução adotada passa por centralizar os novos elementos. Ou seja, propõe-se a criação de um único elemento central, que pretende responder a todas as necessidades do quarto, aglomerando assim o espaço de casa de banho, roupeiro e cama num só volume com uma altura inferior ao pé direito da divisão.

5. O Quarto do Tio Doutor



64
Imagem da Proposta:
Quarto do Tio Doutor

Trata-se de um quarto que se materializa com a junção de dois quartos existentes que se torna possível pelo facto de não possuirem pré-existências que justifiquem uma estratégia semelhante à adotada no quarto anteriormente descrito. Os únicos elementos pré-existentes que devem ser preservados são os vãos e todos os seus pormenores em madeira, o que faz com que todos os novos elementos sejam colocados em faces opostas aos mesmos, de forma a não desvalorizar ou entrar em conflito com as pré-existências. Todo o mobiliário é desenhado de forma a integrar-se com o espaço e a evitar que entre em conflito com as pré-existências .

6. O Quarto da Salinha de Visitas





65
Imagens da Proposta:
Quarto da Salinha de Visitas
66.
Imagem da Proposta:
Espaço de Estar do Quarto da Salinha de Visitas



Refere-se ao quarto que surge da adaptação da antiga salinha de visitas e que é, sem dúvida, um dos espaços mais característicos e com maior valor de toda a casa. Desde o trabalho dos tetos, à pintura da madeira das paredes até à imponência da sua varanda voltada para os terrenos da quinta, faz com que a preservação desses vários elementos seja inquestionável. Assim, propõe-se que se mantenha a compartimentação existente, apenas com a adição do espaço de casa de banho e closet que surge do aproveitamento de uma parte do quarto vizinho. Tendo isto, mantém-se o espaço que antecede o quarto como espaço de leitura e de estar e a salinha de visitas como espaço de dormir, sem interferir com quaisquer elementos existentes. A única alteração surge da necessidade de aceder ao espaço de closet e casa de banho, e que se materializa numa abertura para o compartimento que antecede o quarto, mas que se salienta do existente de forma a que seja perceptível a contemporaneidade da intervenção. Na antecâmara do quarto, encontra-se um elemento pré-existente cujas alterações programáticas obrigam à reformulação: trata-se do vão que dava lugar à travessia do volume frontal da casa, ligando a Salinha de Visitas ao Salão de Estar, bem como à Salinha da Costura. Uma vez que a proposta global consiste na reformulação desse espaço com vista a atribuir uma nova realidade física e arquitetónica no piso inferior, essa travessia desaparece, o que faz com que os vãos existentes percam a sua função. No entanto, propõe-se que as portas sejam retiradas e os vãos fechados, mas sem remover as molduras, de forma a preservar a memória desses espaços.

7. O Quarto da Tia Aninhas



67
Imagens da Proposta:
Quarto da Tia Aninhas

Localizado na ala mais antiga da casa, o quarto da Tia Aninhas surge na reformulação de um quarto existente, sem grande valor estético ou arquitetónico. Tal como no Quarto do Tio Doutor, a solução proposta consiste no enquadramento do mobiliário com o pré-existente, através de peças únicas que dão origem às várias funções necessárias. A maior alteração é o acrescento do espaço de casa de banho, que surge da ampliação do espaço construído da ala antiga.

8. O Quarto da Tia Bibi



68
Imagens da Proposta:
Quarto da Tia Bibi

Tal como o Quarto da Tia Aninhas, o Quarto da Tia Bibi não apresenta elementos de valor estético ou arquitetónicos que justifiquem a sua conservação estrita, o que torna possível uma maior liberdade na compartimentação dos espaços. Ainda assim, o alçado interior que se encontra relacionado com o exterior apresenta dois elementos característicos do tipo de construção do seu tempo: o desenho da caixilharia da janela e o armário embutido na parede. Desta forma, a compartimentação e organização do quarto previligiam esses elementos, fazendo com que todos os novos elementos não entrem em conflito com os existentes. A compartimentação do quarto é feita de forma a que a volumetria pré-existente continue a ser subentendida, através da construção de um novo volume que divide o espaço de dormir e o espaço de closet e casa de banho que assume um pé-direito inferior ao existente.

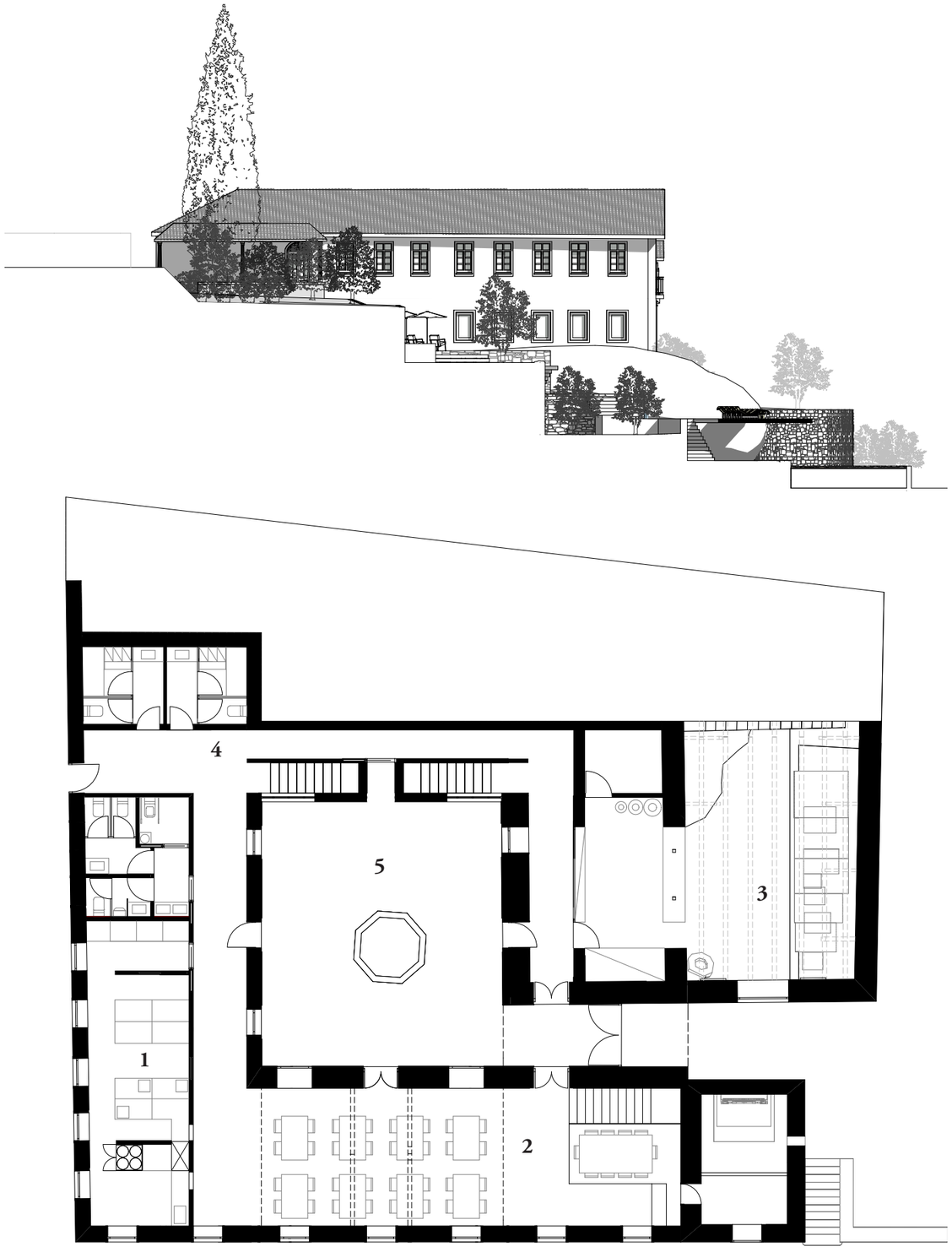
9. O Quarto do Salão de Estar



Tal como o Quarto da Salinha de Visitas, este tem o privilégio de encorporar uma varanda exposta à paisagem envolvente da quinta. Trata-se de um espaço com dimensões consideráveis e com características singulares que devem ser preservadas. No entanto, uma vez que se encontra na ala antiga da casa, não possui a mesma qualidade e relevância arquitetónica do Quarto da Salinha de Visitas. Os elementos a preservar centram-se na madeira dos tetos e do pavimento, bem como nos vários vãos que esta divisão incorpora. Um deles, tal como no Quarto da Salinha das Visitas, apesar de perder a função de permitir a travessia e acesso a outros pontos da casa, deve ser preservado como elemento decorativo e ao mesmo tempo de memória. Um pouco à semelhança do que acontece nos outros quartos cujos tetos devem ser preservados, a compartimentação deste último quarto é feita com base num volume que serve não só de separação física dos espaços, mas também funções básicas necessárias ao funcionamento de um quarto. Esse volume, apesar de diferenciar o espaço de dormir e de estar do espaço de casa de banho e closet, assume uma altura inferior ao pé direito do quarto, de forma a tornar perceptível a dimensão original da divisão.

69
Imagem da Proposta:
Quarto do Salão de Estar
70
Imagem da Proposta:
Espaço de Estar do Quarto do Salão de Estar

O Segundo Piso



1. A Cozinha



Trata-se do espaço destinado ao armazenamento, confecção e preparação dos alimentos a servir no espaço de restaurante, que se materializa numa grande parte do piso intermédio da ala mais nova da casa. Uma vez que todo o piso é reformulado de forma a criar uma ligação coerente entre as várias alas da casa e a relacionar todo esse piso com o pátio, o espaço da cozinha é totalmente novo: ocupa o compartimento com maior área da ala reformulada, de forma a cumprir com os requisitos necessários à manutenção de um espaço restauração com as características do implementado no programa. É composto por três espaços distintos: o espaço de armazenamento, a área dos limpos e a área dos sujos, todos com iluminação e ventilação natural proveniente dos novos vãos criados na fachada lateral esquerda, cuja posição é definida pelos vãos pré-existentes do piso superior. As áreas dos limpos e dos sujos encontram-se fisicamente associadas ao espaço de restaurante através de dois vãos de "passa-pratos", alinhados centralmente com os elementos dispostos no restaurante. A área dos limpos é composta por uma zona de confecção e outra de preparação, cada uma com espaços diferenciados consoante o tipo de alimentos. A área dos sujos é composta por um espaço de recepção dos sujos do restaurante e um espaço de limpeza. Ambas a áreas são servidas por um monta-cargas e um elemento de depósito do lixo, composto por quatro condutas de separação do mesmo, e que liga verticalmente o espaço da cozinha ao espaço da copa do piso inferior. As condutas de depósito de lixo devem-se, essencialmente, à intenção de evitar a circulação de recolhas de lixo nas zonas mais frequentadas da casa, mesmo que em períodos de menor actividade.

71
Alçado Oeste da Quinta do Vale da Figueira
72
Planta da Proposta: 2º Piso
73
Imagem da Proposta:
Área de Confeção e Preparação da Cozinha

2. O Restaurante





74
Imagens da Proposta:
Área do Restaurante e
Acesso à Adega Velha e Capela

O espaço de restauração surge da reformulação geral da antiga ala de quartos do piso intermédio da casa. Tratava-se de um espaço retratado por um conjunto de divisões de dimensões reduzidas, e de corredores conflituosos cujo desenho surgiu de acordo com os acrescentos que foram surgindo ao longo dos anos. A proposta de reformulação desses espaços consiste essencialmente na intenção de tirar partido da localização dos mesmos face ao espaço envolvente, já que se trata de toda a frente da casa cuja orientação permite uma forte relação com a paisagem envolvente. Isto é, pretende-se atribuir uma identidade própria à zona da casa com menor interesse a esse nível, tirando partido das potencialidades existentes. Deste modo, a solução adotada passa por remover todas as divisões existentes de forma a criar um só espaço, cuja função é albergar o espaço de restaurante, e que deverá servir não só os hóspedes, mas também os visitantes. A identidade própria desse novo espaço engloba também uma proposta de demolição da laje de pavimento da travessia da sala da costura do piso superior ao espaço em questão, de forma a criar uma área de pé direito duplo na zona onde os elementos que compõem o restaurante se aglomeram. Assim, tira-se partido das potencialidades estéticas e arquitetónicas proporcionadas pela relação entre coberturas da antiga salinha da costura. A aposta da relação do novo espaço com toda a envolvente materializa-se no aumento dos vãos existentes da fachada frontal até à laje de piso, mas também na criação de dois novos vãos envidraçados para o pátio. De uma maneira geral, a área do restaurante é composta pelo espaço de refeição na zona central, o espaço de ligação à cozinha na extremidade esquerda e, por fim, um espaço de memória localizado na extremidade direita do restaurante, e que é caracterizado por três elementos essenciais: um elemento de circulação vertical que, apesar de ser reformulado, se encontra na localização original do elemento antigo; ao centro e num patamar elevado, o conjunto pré-existente composto pela grande mesa e cadeiras do Salão de Jantar, reposicionado devido à alteração programática dos espaços e de forma a associar-se à actividade de restauração; a entrada para o coro alto da capela, com a porta original salientada de forma quase escultórica, e que completa o conjunto de elementos de memória associados à história e genealogia da casa e da família.



75

75
Imagens da Proposta: Adega Nova



3. A Adega Nova



76 Corte Longitudinal da Proposta, a Norte.



Trata-se do espaço que se destina à prova e venda dos produtos da quinta e que, apesar de se encontrar num mau estado geral de conservação, detém o encanto característico da arquitetura anónima. Tal como na ala oposta, um dos problemas existentes concentra-se na parte das lojas, e consiste na falta de relação espacial das mesmas com a zona do pátio e o resto da casa. A proposta consiste na associação das áreas desses compartimentos com o volume da atual adega nova, de forma a criar um núcleo que possa aglomerar um espaço de prova, venda e armazenamento dos produtos da quinta e, ao mesmo tempo, um espaço de memória, que preserva os elementos existentes que materializam a história e cultura de produção de toda a quinta. Desta forma, propõe-se a articulação de um corredor que conclui a estratégia de circulação em torno do pátio, e que permite o acesso direto do ponto de recepção dos visitantes (o Portão Grande) ao núcleo da Adega Nova. O espaço de prova e venda é projetado para o novo corredor através de um vão que permite a permeabilidade desse espaço e, ao mesmo tempo, a exposição dos vários produtos oferecidos nesse espaço. No interior, é composto por dois espaços de armazenamento de produtos, um deles devidamente refrigerado para garantir a qualidade dos mesmos. A maior alteração no espaço original da adega, é o vão que se cria com a abertura das antigas lojas para a mesma que, apesar de ampliar a área da adega, garante que o espaço de venda e o espaço de memória se materializem em momentos diferentes, com variações de pé direito. O conjunto de elementos existentes na zona da adega, composto pelas pipas e alguns elementos de madeira, passam a aglomerar-se numa extremidade da adega, de forma a criar um alçado interior composto quase exclusivamente pelos elementos de memória do espaço, e que se projeta para o vão aberto para o espaço de venda. Desta forma, cria-se uma moldura que simboliza a história e cultura daquele espaço, exposta para o espaço utilizado para a prova dos produtos. Para além disso, todo o espaço da adega nova é aberto aos visitantes, para que a prova dos produtos não se centre num só espaço, mas que possa ser feita livremente e em contato com a tradição local que deu origem à componente produtiva da quinta.

4. O Túnel

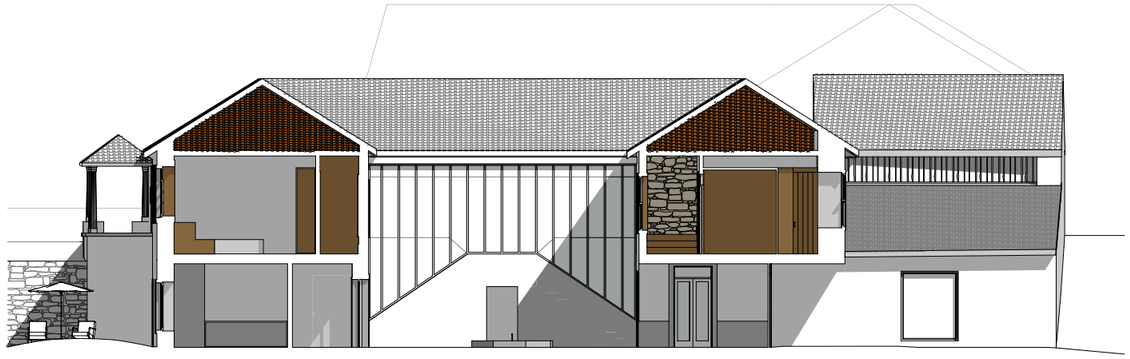


O “Túnel” surge com a solução de introduzir um novo volume para resolver a circulação vertical da casa, que se associa aos vários espaços de circulação criados no piso intermédio, repartindo não só para os extremos das alas, mas oferecendo também o acesso direto ao pátio. Esse acesso é feito através da passagem por um corredor com um pé direito reduzido, de forma a causar um maior impacto com a saída para o pátio. No exterior, esse túnel esculpe um vão que resulta como elemento central da peça que dá origem ao volume das escadas, e acaba por reforçar a geometria simétrica que se pretende reintroduzir no desenho da casa.

Na zona do túnel, encontram-se também os “Sanitários do tear”, que surgem da continuidade do novo volume de compartimentação criado para albergar o espaço da cozinha, e que se destina a servir os dois núcleos mais movimentados deste piso da casa: o restaurante e a adega nova. A sua localização acontece no local onde hoje se encontra a salinha do tear, pelo que a toponímia adoptada serve para reforçar a história e cultura da casa, bem como atribuir o sentido de memória e identidade presente em toda a proposta. Encontra-se localizado a uma distância idêntica dos dois núcleos a servir, de forma a evitar maiores deslocações de parte a parte, e é composto por quatro áreas distintas: antecâmara de entrada, sanitários femininos, sanitários masculinos e por fim os sanitários adaptados a pessoas com mobilidade reduzida.

77
Imagem da Proposta:
Relação entre a circulação vertical
e horizontal no espaço do Túnel
78
Imagem da Proposta:
O acesso do Túnel para o Pátio

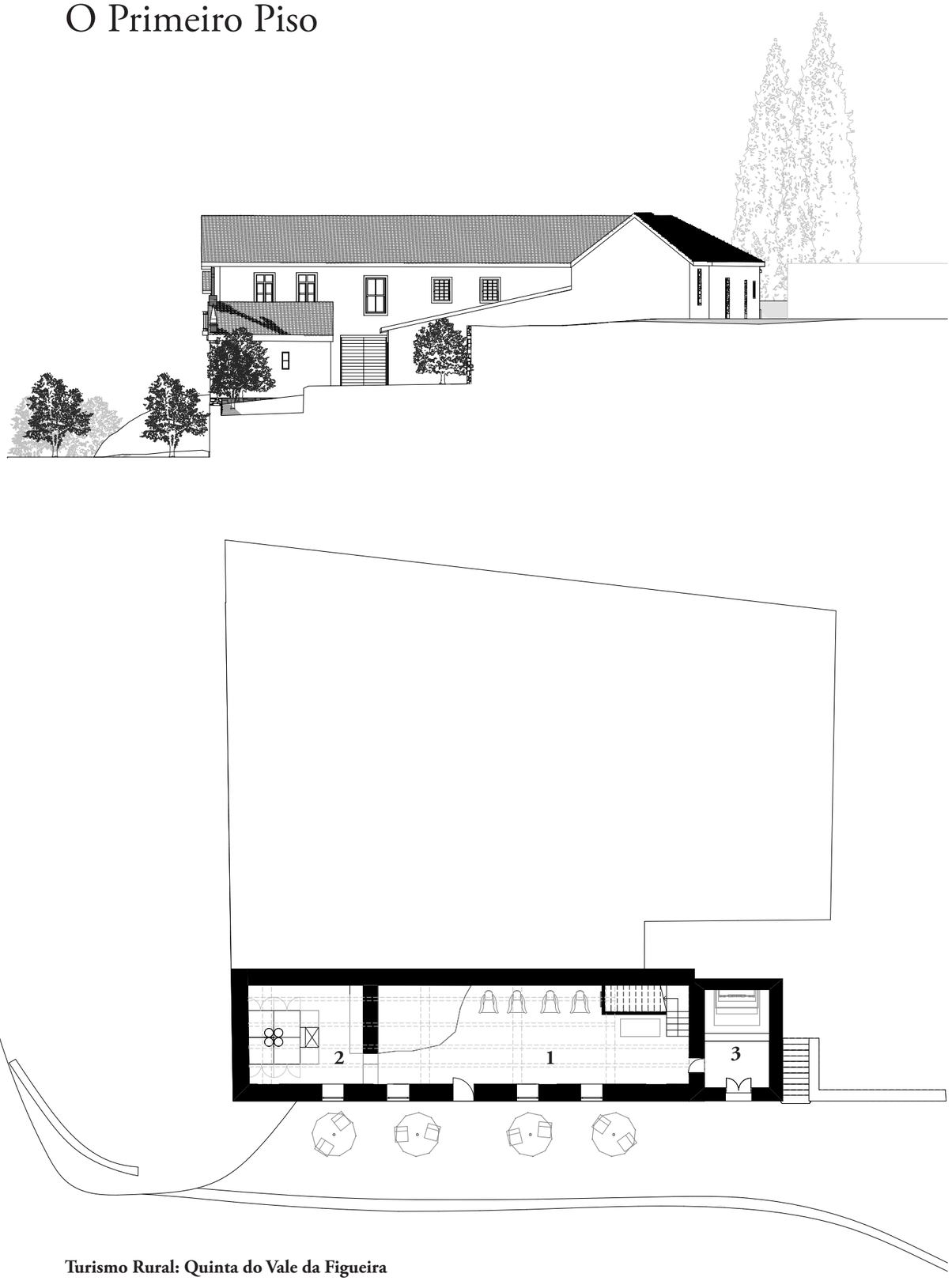
5. O Pátio



Apesar de se considerar um dos espaços essenciais da Casa da Quinta, o Pátio nunca foi explorado fisica e socialmente de forma coerente, muito devido ao facto de ter surgido como resultado das várias ampliações feitas ao longo dos anos. A nível físico, isto fez com que se tornasse irregular e algo desproporcional, e a nível funcional nunca foi capaz de alcançar o auge esperado de um espaço com essas características, já que se encontra desassociado de praticamente todos os espaços da casa. Como tem sido dito, a proposta de reabilitação da Quinta do Vale da Figueira traça como objetivo essencial a reformulação do pátio, de forma a atribuir-lhe o valor que lhe está implícito e tirar partido de todo o seu potencial. A solução de introduzir o novo volume de circulação vertical que tem vindo a ser referido pretende solucionar vários dos conflitos associados ao pátio: em primeiro lugar, vem colmatar as falhas de proporção provenientes da adição de volumes, dando ao pátio uma nova dimensão geometricamente mais controlada; em segundo lugar, cria uma rede de circulação interior completamente associada ao pátio, uma vez que a concentra em torno do mesmo, o que permite o contato constante entre o interior da casa e o espaço exterior do pátio; por fim, pretende resolver a frente do pátio que, atualmente, possui maiores conflitos a nível estético e construtivo. Desta forma, o pátio adquire não só uma maior importância, já que passa a tornar-se o elemento central de toda a casa e em torno do qual os seus espaços interiores se desenvolvem, mas também uma nova realidade: com o programa implementado no piso intermédio, o pátio passa a servir como espaço de recepção aos visitantes, uma vez que o seu grande portão de acesso ao exterior se torna no ponto de entrada dos turistas que vêm usufruir dos serviços oferecidos pela Quinta. Deste modo, o pátio passa a ser o espaço que deslumbra o visitante assim que este entra na casa, enquanto lhe apresenta de forma organizada os vários serviços turísticos que estão à sua disposição. Concluindo, a reformulação do pátio resulta, não só, a nível físico, mas também programático e social, já que vai para lá da restruturação da sua forma e do seu desenho e atribui uma nova realidade digna das potencialidades que o espaço sempre possuiu.

79
Imagem da Proposta: o Pátio
80
Corte Longitudinal da Proposta, a Sul.

O Primeiro Piso



81
Alçado Este da Quinta do Vale da Figueira
82
Planta da Proposta: 1º Piso
83
Imagem da Proposta: Adega Velha

1. A Adega Velha



Como o nome indica, refere-se ao primeiro espaço de adega que a quinta teve, um espaço que retrata na perfeição parte da história da evolução construtiva da casa. Isto porque no seu interior sobrevive ainda parte da parede que guarda o tempo em que a ala mais recente não existia, e que servia portanto como parede exterior da adega. Trata-se de um espaço extremamente fresco, de pedra à vista aparelhada, e com uma iluminação muito reduzida proveniente de pequenos vãos presentes na fachada principal da casa, menosprezando a paisagem para que esta se direcciona. O seu acesso é feito exclusivamente por uma porta que pretendia alinhar-se ao centro da mesma fachada, ainda que um pouco ao lado devido aos conflitos causados pela arquitetura de adição. Ainda assim, a área que representa a adega velha é ligada interna e verticalmente por um pequeno espaço independente associado à capela: a sacristia. Tendo em conta todas essas características, o programa definido para tomar lugar nesse espaço um complemento ao restaurante do piso superior: um espaço intimista, fortemente ligado ao ambiente rústico que as características físicas desse espaço proporcionam, e que se associe ao espaço exterior da "Laje". Para tal, adopta-se a implantação da ligação vertical existente, apesar de reformulada de forma a adaptar-se às necessidades que o programa arrecada, para que esse espaço sirva de complemento ao restaurante. Ainda assim, o programa engloba, também, a vertente de complemento associado à multifuncionalidade desse mesmo espaço: tendo em conta que, numa estratégia de sustentabilidade, se pretende que o espaço da casa possa ser utilizado para pequenos eventos, o espaço da Adega Velha irá, eventualmente, readaptar-se de forma a servir como espaço de recepção e realização de reuniões ou pequenas cerimónias, tendo como espaço de recepção exterior o espaço da Laje.

2. O Bar e Copa da Adega Velha



84
Corte Longitudinal da Proposta, núcleo do alçado sul.

Assim, o restaurante passa a servir de complemento a este espaço, ao contrário do cenário de quotidiano projetado anteriormente, para que a relação entre os dois espaços se mantenha independentemente da função que estejam a desempenhar. Para tirar partido da paisagem com que a frente da Adega Velha é presenteada, é proposta a abertura de quatro vãos alinhados pelos vãos existentes superiores, mas fisicamente distintos de forma a que seja perceptível a sua contemporaneidade, o que permitirá garantir uma maior permeabilidade e salubridade do espaço. A Adega Velha será, assim, um espaço de lazer, repleto de elementos existentes de várias partes da casa, o que lhe acrescenta um maior valor no que respeita à história, memória e identidade do lugar.

De forma a corresponder com a multifuncionalidade do espaço da Adega Velha, propõe-se que seja aproveitada a antiga parede referida anteriormente para dividir e isolar um espaço que dará origem à Copa e ao Bar. Tendo em conta o carácter multifuncional da Adega Velha, é necessária a existência de um espaço de preparação de alimentos a servir durante os eventos ocasionais, bem como de um bar que funcione durante o restante tempo. A proposta consiste na associação espacial dos dois elementos do programa num espaço que, ligado diretamente ao espaço da cozinha através do monta-cargas vertical, esteja preparado para servir refeições em caso de eventos e, ao mesmo tempo, esteja preparado para servir diariamente o serviço de bar. Para além disso, o espaço alberga também o depósito das condutas do lixo provenientes do espaço da cozinha, uma vez que a Laje permite um fácil acesso e o espaço é afastado das zonas mais frequentadas da casa.



3. A Capela



Apresenta-se como um elemento fundamental à composição volumétrica do conjunto que dá origem à fachada principal da Casa da Quinta e é, sem dúvida, um dos espaços que preserva fisicamente a história e cultura da família Fructuoso. Como já foi referido anteriormente, a Capela da Quinta servia, nos seus tempos de actividade, para a celebração de missas orientadas pelos vários padres da família, e com o propósito de servir toda a comunidade religiosa da aldeia. Nos dias de hoje, a Capela guarda fisicamente as memórias desses tempos, já que se mantém intacta como se tivesse congelado no tempo, mas sem dar lugar às actividades para as quais foi construída. Desta forma, o decorrer dos anos contribuiu para que as vivências desse espaço se fossem perdendo para um ambiente museológico, que apesar de inactivo preserva detalhadamente as suas características e elementos originais. Uma vez que o espaço da Capela se associa diretamente ao espaço da Adega Velha, e tendo em conta o caráter intimista e a procura da memória e da identidade do lugar presente em ambos os espaços, faz todo o sentido manter o acesso existente entre eles. Assim, a capela ganha uma maior projeção, ainda que com o carácter museológico, devido à possibilidade de ser visitada a partir de dois espaços interiores da casa. O caráter museológico mantém-se, uma vez que o retorno ao passado para a celebração de eventos religiosos se mostra impraticável, e a sua alteração programática imponderável.

85
Pormenor da Cruz da Capela da Quinta Nova
86
Antigo Sino da Capela da Quinta Nova



Considerações Finais

A organização do presente trabalho integra uma sequência de ideias que se articula por via de um conjunto de considerações finais que se passam a apresentar.

Tendo como tema central a "reutilização das arquiteturas de produção", apresenta-se a proposta de reabilitação da Quinta do Vale da Figueira, uma quinta essencialmente agrícola e cujo conjunto de actividades lhe atribuia um carácter de autossustentabilidade, tornando-a numa das mais importantes da região de Pindo, Penalva do Castelo.

Tratando-se de uma quinta com características muito próprias e com uma história muito rica, é essencial e urgente que seja posta em prática uma estratégia que consiga reativar todo o seu potencial, salvando o seu espaço da perda definitiva a nível histórico e arquitetónico.

Deste modo, o projeto de reabilitação proposto foi pensado a várias escalas, físicas, históricas e sociais, de forma a relacionar coerentemente a importância que a Quinta do Vale da Figueira teve no passado, com a relevância que se lhe pretende atribuir no presente e no futuro. Ou seja, trata-se de um projeto multifacetado, que pretende reabilitar fisicamente a parte construída da Quinta e os terrenos que a limitam, valorizando o espírito e as vivências do luga cuja relevância contribuirá para o desenvolvimento da região.

Como tal, a solução programática proposta consiste na implementação de um programa de alojamento turístico que, tendo em conta o ambiente rural que envolve a região, se enquadra num tipo de turismo em constante crescimento na atualidade: o turismo rural, caracterizado por um conjunto de atividades e serviços realizados e prestados nos espaços da Quinta, pretende proporcionar aos visitantes, para além da hospedagem, atividades e serviços complementares de carácter lúdico. Ou seja, procura-se oferecer um programa diversificado que permita corresponder a vários tipos de turista: a vertente de alojamento, que permite a estadia na Quinta pelo período de dias que assim for desejado, e que se materializa no piso superior da casa principal, um espaço privado que remete socialmente o turista ao carácter intimista, acolhedor e familiar característico desse lugar; por outro lado, um conjunto de espaços que ocupam os restantes pisos da casa e que pretendem recuperar as vivências do passado, ou seja, a relação entre a vertente produtiva da quinta e a interação social entre o trabalhador, a família e os visitantes. Esse conjunto de espaços assume-se, deste modo, como aberto a visitantes que não procurem o alojamento, mas que pretendam disfrutar do espaço, da paisagem e dos produtos da quinta.

A estratégia turística pretende, desta forma, associar-se socialmente ao espírito e à cultura que caracterizam não só a Quinta do Vale da Figueira, como toda a região em que se insere, valorizando os modos de vida característicos do local, preservando o espírito do lugar e identidade, bem como as tradições e culturas que o mesmo alberga. Só assim se garante que a estratégia adoptada se enraiza localmente com as vivências dos habitantes, combatendo a possibilitade de criar um cenário de "fractura social" entre o turista e o habitante, garantindo, por sua vez, que ambos se beneficiam mutuamente.

A nível físico, e uma vez que a Quinta do Vale da Figueira se enquadra num cenário de paisagem rural, considera-se crucial proteger, conservar e valorizar toda a sua envolvente, já que esta é a principal responsável pela identidade e singularidade da região, e é o reflexo da evolução histórica, patronímica, económica e social de todo o território.

Desta forma, a proposta para reabilitação apresentada não se resume a um projeto de arquitetura centralizado nos edifícios existentes, mas abrange toda a área envolvente aos mesmos e que correspondem aos terrenos da Quinta: com o principal objetivo de reativar a vertente produtiva dos terrenos, e com base no conceito da multifuncionalidade, é proposta a reorganização do espaço agrícola de forma a criar uma coexistência entre a produção e o lazer, na procura de uma maior sustentabilidade, produtividade e relação social e cultural entre o turista e o trabalhador.

Deste modo, os espaços lúdicos como a piscina, os jardins e as esplanadas encontram-se fisicamente associados aos espaços de cultivo, de forma a a garantir seu o enquadramento na paisagem e vice-versa, ou seja, enquadrando também a paisagem nos espaços lúdicos.

A organização espacial do terreno, com base no respeito pelo espírito do lugar e pelas características da envolvente, são retratadas, também, na proposta de intervenção na casa principal, caracterizada por uma arquitetura vernacular que se desenvolveu consoante as necessidades e com uma lógica de funcionamento associada às actividades existentes. O principal objetivo é preservar ao máximo os espaços e a sua lógica de organização, ainda seja necessário reformular as circulações internas e resolver conflitos de relação espacial provenientes da adição progressiva de volumes no decorrer do desenvolvimento da casa. No entanto, a postura que se adopta é a mesma que existiu no seu processo de crescimento: o lado humano que coloca os espaços envolventes em primeiro plano e que molda a arquitetura ao lugar.

Como resultado, tém-se um conjunto de espaços que se relacionam entre si e que estão em constante contato com o meio envolvente, respondendo aos requisitos programáticos inerentes ao turismo rural com base na preservação do espírito do lugar, da história e da cultura da Quinta do Vale da Figueira.

87 (Página anterior) Imagem da Proposta: Relação do Núcleo da Piscina com a Casa

88 (Página posterior)Imagem da Proposta: Alçado Este

89 (Página 130) Imagem da Proposta: Chegada à Quinta do Vale da Figueira





Bibliografia

- AMENDOEIRA, H.T.Correia - **Restauro e Reabilitação do Património Edificado do Século XX Português. O Caso do Concelho de Almada**. Almada, Dissertação para a Obtenção do Grau de Mestre em Reabilitação da Arquitectura e Núcleos Urbanos, Universidade Técnica de Lisboa, 2012.

- BAPTISTA, A. J. Mendes - **A acção económica das regiões**. Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Universidade Técnica de Lisboa, pp.161-170, 1997.

- BAPTISTA, L. Vicente - **Territórios Lúdicos (e o que torna lúdico um terrotório): Ensaiando um ponto de partida**. Braga, Actas dos Ateliers do V Congresso Português de Sociologia, 2004.

- BRANDI, Cesare – **Teoria do Restauro**. Amadora: Edições Orion, 2006.

- CÓIAS, Vitor - **Reabilitação Estrutural de Edifícios Antigos**. Lisboa, Argumentum Editora, 2007.

- CUNHA, Licínio - **Introdução ao Turismo**. Lisboa, Editorial Verbo, 2003

- FERNANDES, António - **Reabilitação e Reconversão de um Edifício para Hotel de Turismo Rural: os Contentores como Solução no Projeto de Interiores**. Matosinhos, Projecto para Obtenção do Grau de Mestre em Design (Espaço Urbano e Interiores), Escola Superior de Artes e Design de Matosinhos, 2013.

- GALVÃO, M.J., VARETA, N.D. - **A Multifuncionalidade das Paisagens Rurais: uma ferramenta para o desenvolvimento**. Porto, Cadernos de Curso de Douturamento em Geografia, FLUP, 2010.

- JUNIOR, M.Arnhold - **Turismo Rural Ético: O Agroturismo em Santa Rosa de Lima - SC**. Balneário Camboriú, Dissertação de Mestrado para Obtenção de Grau de Mestre em Turismo e Hotelaria, Universidade do Vale do Itajaí, 2006.

- LUSO, Eduarda, LOURENÇO, Paulo, ALMEIDA, Manuela - **Breve História da Teoria da Conservação e do Restauro**. Minho, Universidade do Minho, Departamento de Engenharia Civil, 2004.

- MAGALHÃES, M.R. - **Paisagem-Perpectiva da Arquitetura Paisagísta**. Lisboa, Philosophica, pp. 103-113, 2007.

- MAIO, Luís - **Do Planeta como Fábrica de Turistas**. Lisboa, Jornal de Arquitectos da Ordem dos Arquitetos, nº 227, 2007.

- MARQUES, Filipe - **Projectar com o Lugar, Proposta de Intervenção para a Quinta dos Alfinetes**. Lisboa, Projecto Final para Obtenção do Grau de Mestre em Arquitetura, Universidade Técnica de Lisboa, 2011.

- MARTINS, António - **Reabilitação da Quinta da Graça para "Hotel de Charme": Contributo para uma Metodologia**. Lisboa, Dissertação para a Obtenção do Grau de Mestre em Arquitectura, Universidade Técnica de Lisboa, 2010.

- MATOS, R.S.- **A Reinvenção da Multifuncionalidade da Paisagem em Espaço Urbano - Reflexões**. Évora, Tese apresentada à Universidade de Évora para Obtenção do Grau de Doutor em Artes eTécnicas da Paisagem, 2010.

- NETZ, Sandra - **Guia de Desenvolvimento do Turismo Sustentável**. São Paulo, Bookman Editora, 2003.

- NUNES, J. Rebelo - **Reconversão de Edifícios Preexistentes em Unidades Hoteleiras, Estudo de Caso: Convento de Santa Iria e Antigo Colégio Feminino de Tomar**. Lisboa, Projecto para Obtenção do Grau de Mestre em Arquitectura, Universidade Técnica de Lisboa, 2011.

- PAIVA, J. Vasconcelos; AGUIAR, José; PINHO, Ana (coord.) – **Guia técnico de reabilitação habitacional**. Lisboa: INH/LNEC, 2006.

- PEREIROS (Associação dos Amigos de Pereiros) - **Turismo em Espaço Rural**. Minho, Editora Vida Económica, 2001.

- PINHO, Ana - **Conceitos e Políticas Europeias de Reabilitação Urbana: Análise da Experiência Portuguesa dos Gabinetes Técnicos Locais**. Lisboa, Tese para Obtenção do Grau de Doutor em Planeamento Urbanístico, Universidade Técnica de Lisboa, 2009.

- PINTO, Acácio - **Turismo e Espaço Rural - Motivações e Práticas**. Viseu, Palimage Editores, 2004.

- POLÈSE, Mario - **From regional development to local development: on the life, death and rebirth of regional science as a policy relevant science**. Coimbra, Actas do V Encontro Nacional da APDR – Emprego e Desenvolvimento e Regional, vol. I, pp. 59-70, 1998.

- RIBEIRO, J. Cadima, VAREIRO, Laurentina - **Turismo e Desenvolvimento Regional: o Espaço Rural como Destino Turístico**. Arcos de Valdevez, Câmara Municipal dos Arcos de Valdevez, 2005.

- RIBEIRO, Orlando - **Mediterrâneo: Ambiente e Tradição**. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1987.

- RIBEIRO, Orlando - **Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico**. Coimbra : Coimbra Editora, 1945.

- RODRIGUES, M. - **Leituras da Paisagem Urbana - Kevin Lynch e Gordon Cullen**. Salvador, Cartografias Urbanas, 2009.

- RUDOFSKY, Bernard - **Architecture Without Architects - A Short Introduction to Non-Pedigreed Architecture**. New York, Dubleday & Company, 1964.

- SCHULZ, C. Norberg - **Architecture: Presence, language, place**. Milão: SKIRA, 2000.

- SOBRAL, L.P. Pires - **Arquitectura com algum Pedigree: o vernacular na arquitectura contemporânea**. Coimbra, Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitetura, Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, 2009.

- TÁVORA, Fernando - **Da organização do Espaço**. Porto, Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto, 2004.

- VASCONCELOS, José; VASCONCELOS, Luís - **Genealogia da Família Fructuoso - Quinta Nova - Tomo I.** S.Pedro de Moel, 2002.

- VASCONCELOS, José; VASCONCELOS, Luís - **Genealogia da Família Fructuoso - Quinta Nova - Tomo II**. S.Pedro de Moel, 2002.

- VEIGA, C. Mota - **Município de Penalva do Castelo - Séculos XIX e XX.** Penalva do Castelo, Câmara de Penalva do Castelo, 2013.

- VIÑAS, Salvador Muñoz – **Contemporary theory of conservation**. Oxford: Elsevier Butterworth- Heinemann, 2005.

- YÁZIGI, Eduardo; CARLOS, Ana; CRUZ, Rita - **Turismo - Espaço, Paisagem e Cultura**. São Paulo, Editora Hucitec, 2002.

Créditos de Imagens

1. Esquisso xxxxx , Desenho do Autor
2. Fotografia do Alpendre da Entrada Principal da Quinta Nova, Fonte do Autor
3. Viollet-Le-Duc (1814-1879) por Félix Nadar, disponível em: http://commons.wikimedia.org/wiki/File:F%C3%A9lix_Nadar_1820-1910_portraits_Eug%C3%A8ne_Viollet_le_Duc.jpg
4. John Ruskin (1819-1900) em 1850's Life Magazine, disponível em: http://en.wikipedia.org/wiki/John_Ruskin#mediaviewer/File:John_Ruskin_1850s_2.jpg
5. Cesare Brandi (1906-1988), disponível em: http://www.cesarebrandi.org/images/brandi_foto/brandi_2.jpg
6. Pombal da Quinta Nova, Fonte do Autor
7. Janela da Capela da Quinta Nova, Fonte do Autor
8. Escadas da Adega Nova da Quinta, Fonte do Autor
9. Antiga Casa de Banho da Quinta Nova, Fonte do Autor
10. Altar da Capela da Quinta Nova, Fonte do Autor
11. Estrada Antiga da Quinta Nova, Fonte do Autor
12. Pormenor da Capela da Quinta Nova, Fonte do Autor
13. Espaços Produtivos Existentes da Quinta Nova, Fonte do Autor
14. Antiga Oliveira da Quinta Nova, Fonte do Autor
15. Placa de Chegada à Quinta Nova, Pindo, Fonte do Autor
16. Adega Nova, Quinta Nova, Fonte do Autor
17. Volumetria Interior, Casa dos Cubos
18. Cortes Transversais, Casa dos Cubos em Openbuildings, disponível em: http://openbuildings.com/buildings/casa-dos-cubos-profile-42218
19. Corte Longitudinal, Casa dos Cubos em Openbuildings, disponível em: http://openbuildings.com/buildings/casa-dos-cubos-profile-42218
20. Exterior, Casa dos Cubos em Openbuildings, disponível em: http://openbuildings.com/buildings/casa-dos-cubos-profile-42218
21. Em obra, Casa dos Cubos, em Archdaily, disponível em: http://www.archdaily.com.br/br/01-29175/casa-dos-cubos-embaixada-arquitectura/7-34
22. Espaço Interior, Casa dos Cubos em Openbuildings, disponível em: http://openbuildings.com/buildings/casa-dos-cubos-profile-42218
23. Esquisso do Pombal da Quinta Nova, Desenho do Autor
24. Quinta Nova, Pindo, Fonte do Autor
25. Envolvente de Pindo, Penalva do Castelo, Fonte do Autor
26. Planta de Implantação do Existente, Desenho do Autor
27. Conjunto de fotografias antigas da Quinta e da Família Fructuoso, Fonte do Autor
28. 1ª Fase de Construção: 1790 Quinta do Vale da Figueira, Desenho do Autor
29. 2ª Fase de Construção: 1845-1870 Quinta do Vale da Figueira, Desenho do Autor
30. 3ª Fase de Construção: 1870-1900 Quinta das Figueiras, Desenho do Autor
31. 4ª Fase de Construção: 1900-1930 Quinta Nova, Desenho do Autor
32. 5ª Fase de Construção: 1930-1940 Quinta Nova, Desenho do Autor
33. Planta do Existente: 3º Piso, Desenho do Autor
34. Planta do Existente: Cobertura, Desenho do Autor
35. Alçados do Existente, Desenho do Autor
36. Levantamento Fotográfico do Existente, Fonte do Autor
37. Planta do Existente: 1º Piso, Desenho do Autor
38. Planta do Existente: 2º Piso, Desenho do Autor
39. Cortes do Existente, Desenho do Autor
40. Esquisso do Mosaico da entrada da Quinta Nova, Desenho do Autor
41. Esquissos de elementos existentes da Quinta Nova, Desenho do Autor
42. Render do novo elemento proposto (circulação vertical), Autoria do Autor
43. Alçado Geral Sul da Quinta doVale da Figueira (proposta), Desenho do Autor
44. Planta Geral de Implantação da Quinta do Vale da Figueira (proposta), Desenho do Autor
45. Imagem Global da Quinta do Vale da Figueira (proposta), Elaboração do Autor
46. Planta de Implantação do Canto dos Carvalhos , Desenho do Autor
47. Planta de Implantação do Jardim da Tia Bibi, Desenho do Autor
48. Imagem do Núcleo das Piscinas
49.Alçado do Núcleo das Piscinas, Desenho do Autor
50. Imagem da Laje e relação com a envolvente, Elaboração do Autor
51. Esquisso do espaço da Laje, Desenho do Autor
52. Esquisso da entrada privada da Quinta do Vale da Figueira (proposta), Desenho do Autor
53. Esquisso da entrada pública da Quinta do Vale da Figueira (proposta), Desenho do Autor
54. Esquema de hierarquização espacial da solução, Desenho do Autor
55. Esquema da organização espacial da solução, Desenho do Autor
56. Alçado Sul da Quinta do Vale da Figueira (proposta), Desenho do Autor
57. Esquema de Circulação Interna da Proposta e Alçado Norte, Desenhos do Autor
58. Corte Transversal da Proposta, Desenho do Autor
59. Planta da Proposta: 3º Piso, Desenho do Autor
60. Imagem da Proposta: Recepção e Salão das Rochas, Elaboração do Autor
61. Imagem da Proposta: Salinha da Adega, Elaboração do Autor
62. Imagens da Proposta: Quarto do Salão de Jantar, Elaboração do Autor
63. Esquisso do Quarto do Salão de Jantar, Desenho do Autor
64. Imagem da Proposta: Quarto do Tio Doutor, Elaboração do Autor
65. Imagens da Proposta: Quarto da Salinha de Visitas, Elaboração do Autor
66. Imagem da Proposta: Espaço de Estar do Quarto da Salinha de Visitas, Elaboração do Autor
67. Imagem da Proposta: Quarto da Tia Aninhas, Elaboração do Autor
68. Imagem da Proposta: Quarto da Tia Bibi, Elaboração do Autor
69. Imagem da Proposta: Quarto do Salão de Estar, Elaboração do Autor
70. Imagem da Proposta: Espaço de Estar do Quarto do Salão de Estar, Elaboração do Autor
71. Alçado Oeste da Quinta do Vale da Figueira (proposta), Desenho do Autor
72. Planta da Proposta: 2º Piso, Desenho do Autor
73. Imagem da Proposta: Área de Confeção e Preparação da Cozinha, Elaboração do Autor
74. Imagens da Proposta: Área do Restaurante e Acesso à Adega Velha e Capela, Elaboração do Autor
75. Imagens da Proposta: Adega Nova, Elaboração do Autor
76. Corte Longitudinal da Proposta, a Norte, Desenho do Autor
77. Imagem da Proposta: Relação entre a circulação vertical e horizontal no espaço do Túnel, Elaboração do Autor
78. Imagem da Proposta: O acesso do Túnel para o Pátio, Elaboração do Autor
79. Imagem da Proposta: o Pátio, Elaboração do Autor
80. Corte Longitudinal da Proposta, a Sul, Desenho do Autor
81. Alçado Este da Quinta do Vale da Figueira (proposta), Desenho do Autor
82. Planta da Proposta: 1º Piso, Desenho do Autor
83. Imagem da Proposta: Adega Velha
84. Corte Longitudinal da Proposta, núcleo do alçado sul, Desenho do Autor
85. Fotografia de Pormenor da Capela da Quinta Nova, Fonte do Autor
86. Fotografia do antigo Sino da Capela da Quinta Nova, Fonte do Autor
87. Imagem da Proposta: Relação do Núcleo da Piscina com a Casa, Elaboração do Autor
88. Imagem da Proposta: Alçado Este, Elaboração do Autor
89. Imagem da Proposta: Chegada à Quinta do Vale da Figueira: Elaboração do Autor



Anexos

Relatório do Estado de Conservação

Relatório de Anomalias

Relatório da Solução

História da Família Fructuoso

Entrevista

Relatório do Estado de Conservação

Casa da Quinta Nova, Pindo, Penalva do Castelo

Ficha de Avaliação do Estado de Conservação

Método de Avaliação do Estado de Conservação de Imóveis - MAEC

Turismo Rural: Quinta do Vale da Figueira

FICHA DE AVALIAÇÃO DO ESTADO DE CONSERVAÇÃO

A. IDENTIFICAÇÃO

Rua/Av.: Rua da Quinta das Costeiras, Quinta Nova

n.º/lote: ..... andar: .....

Freguesia: Pindo Concelho: Penalva do Castelo

Código postal: 3550 -..... Localidade: Pindo, Penalva do Castelo

B. FOTOGRAFIAS



C. CARACTERIZAÇÃO DO EDIFÍCIO

Implantação do edifício	Impermeabilização das áreas envolventes	N.º de pisos do edifício: acima da cota da soleira	N.º de pisos do edifício: enterrados	N.º de unidades no edifício	Época de construção
Isolado	Não Impermeabilizados	|__|3|	|__|0|	|__|3|	1790 - 1930

D. CARACTERIZAÇÃO DA UNIDADE

Uso da unidade	N.º de pisos da unidade	N.º de divisões da unidade	Iluminação natural	N.º de dependências
Habitação	|__|3|	|3|3|	Sem obstáculos	|__|__|

E. ESTADO DE CONSERVAÇÃO

- O locado acima identificado possui um estado de conservação:

  Excelente ☐ Bom ☐ Médio ☐ Mau ■ Péssimo ☐

- Existem situações que constituem grave risco para a segurança e saúde públicas e/ou dos residentes: Sim ☐ Não ■

Observações: .....

.....

.....

F. EQUIPA

Nome do técnico: Matilde Cruz Ferreira da Mata Assinatura: .....

Nome do técnico: Tiago José Rodrigues Frutuoso Assinatura: .....

Nome do técnico: ..... Assinatura: .....

Nome do técnico: ..... Assinatura: .....

Data de vistoria: 2014 | 03 | 21

CARACTERIZAÇÃO CONSTRUTIVA

A. ESTRUTURA

Fundações

- ■ Alvenaria de pedra
- ☐ Alvenaria de tijolo
- ☐ Sapatas de betão
- ☐ Ensoleiramento geral
- ☐ Estacas de madeira
- ☐ Estacas de betão
- ☐ Outra _____
- ☐ Não sabe

Elementos verticais

- ■ Paredes resistentes de alvenaria de pedra
- ☐ Paredes resistentes de alvenaria de tijolo ou de blocos de betão
- ☐ Paredes resistentes de alvenaria confinada de tijolo maciço ou de blocos de betão
- ☐ Pilares de betão armado
- ■ Outra Paredes de tabique
- ☐ Não sabe

Pavimentos

- ■ Madeira
- ☐ Madeira com vigas metálicas
- ☐ Laje maciça de betão armado com vigas
- ☐ Laje fungiforme maciça de betão armado
- ☐ Laje fungiforme aligeirada de betão armado
- ☐ Laje aligeirada de betão armado com vigotas
- ☐ Pranchas de betão armado ou pré-esforçado
- ☐ Pré-lajes
- ■ Outra Pedra
- ☐ Não sabe

B. COBERTURA

Forma: ■ Inclinada | ☐ Em terraço

Estrutura de suporte

- ■ Madeira
- ☐ Metálica
- ☐ Laje maciça de betão armado
- ☐ Laje aligeirada de betão armado com vigotas
- ☐ Vigas / vigotas de betão armado com muretes de alvenaria
- ☐ Outra _____
- ☐ Não sabe

Revestimento da cobertura em terraço

- ☐ Impermeabilização aparente
- ☐ Betonilha
- ☐ Ladrilho cerâmico ou hidráulico
- ☐ Tijoleira
- ☐ Seixo rolado
- ☐ Outra _____
- ☐ Não sabe

Revestimento da cobertura inclinada

- ■ Telha cerâmica
- ☐ Telha de betão
- ☐ Chapas metálicas
- ☐ Chapas plásticas
- ☐ Chapas de fibrocimento
- ☐ Canaletes de fibrocimento
- ☐ Outra _____
- ☐ Não sabe

Esteira horizontal: ■ Sim | ☐ Não

Composição da esteira

- ■ Madeira ou derivados de madeira
- ☐ Laje maciça de betão armado
- ☐ Laje aligeirada de betão armado
- ☐ Placas de gesso cartonado/laminado
- ☐ Outra _____
- ☐ Não sabe

C. PAREDES EXTERIORES

Tosco

- ■ Alvenaria de pedra
- ☐ Alvenaria de tijolo com um pano
- ☐ Alvenaria de tijolo com dois panos
- ☐ Alvenaria blocos de betão de agregados correntes
- ☐ Alvenaria de blocos de betão com agregados de argila expandida
- ☐ Alvenaria de blocos de betão celular autoclavado
- ■ Outra Tabique
- ☐ Não sabe

Revestimento dos paramentos exteriores

- ■ Reboco
- ☐ Azulejo
- ☐ Placas de pedra
- ☐ ETICS
- ☐ Sistema de pintura
- ■ Sem revestimento
- ☐ Outro _____
- ☐ Não sabe

D. VÃOS EXTERIORES

Material do caixilho

- ■ Madeira
- ☐ Alumínio simples
- ☐ Alumínio com corte térmico
- ■ PVC
- ☐ Ferro
- ■ Vãos sem caixilharia
- ☐ Outro _____

Tipo de envidraçado

- ■ Vidro simples
- ☐ Vidro duplo
- ☐ Janela dupla
- ■ Sem vidro
- ☐ Outra _____

E. PAREDES INTERIORES

Tosco

- ■ Alvenaria de pedra
- ☐ Alvenaria de tijolo com um pano
- ☐ Alvenaria de blocos de betão de agregados correntes
- ☐ Alvenaria de blocos de betão agregados de argila expandida
- ☐ Alvenaria de blocos de betão celular autoclavado
- ■ Tabique de madeira
- ■ Tabique de madeira e alvenaria
- ☐ Divisórias leves com painéis de gesso cartonado / laminado
- ☐ Outra _____
- ☐ Não sabe

Revestimento

- ■ Madeira
- ☐ Reboco
- ■ Estuque
- ■ Azulejo
- ☐ Placas de pedra natural
- ☐ Sistema de pintura
- ■ Sem revestimento
- ☐ Outro _____
- ☐ Não sabe

F. REVESTIMENTOS DE PISO

Material

- ■ Madeira
- ■ Pedra natural
- ■ Ladrilho cerâmico
- ☐ Ladrilho hidráulico
- ☐ Linóleo
- ☐ Vinílico
- ☐ Aglomerado de cortiça
- ☐ Betonilha
- ☐ Outra _____
- ☐ Não sabe

ANOMALIAS DE ELEMENTOS FUNCIONAIS

	Gravidade da anomalia					Extensão da anomalia							
	Muito ligeiras	Ligeiras	Médias	Graves	Muito graves	Pontual	Local.	Média	Extensa	Total	Não se aplica	Pond.	Pont.
A. EDIFÍCIO	(5)	(4)	(3)	(1)	(1)	(1)	(0,95)	(0,85)	(0,75)	(0,65)			
1. Estrutura	☐	■	☐	☐	☐	☐	☐	☐	■	☐		x 3 =	9
1.1. Fundações	☐	■	☐	☐	☐	☐	☐	☐	■	☐			
1.2 Estrutura elevada	☐	■	☐	☐	☐	☐	☐	☐	■	☐			
1.3 Muros de suporte	☐	■	☐	☐	☐	☐	☐	■	☐	☐			
2. Cobertura	☐	☐	☐	■	☐	☐	☐	☐	☐	■		x 3 =	1,95
2.1 Revestimento da cobertura	☐	☐	☐	■	☐	☐	☐	☐	☐	■			
2.2 Estrutura de suporte	☐	☐	■	☐	☐	☐	☐	■	☐	☐			
2.3 Vãos envidraçados, claraboias e lanternins	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	■		
2.4 Sistema de drenagem de águas pluviais	☐	☐	☐	☐	■	☐	☐	☐	☐	■	☐		
2.5 Outros elementos	☐	☐	☐	■	☐	☐	☐	■	☐	☐	☐		
3. Elementos salientes	☐	■	☐	☐	☐	■	☐	☐	☐	☐	☐	x 2 =	8
B. OUTRAS PARTES COMUNS													
4. Paredes	☐	☐	■	☐	☐	☐	☐	■	☐	☐	☐	x 2 =	1,7
5. Revestimentos de pavimentos	☐	☐	☐	■	☐	☐	■	☐	☐	☐	☐	x 1 =	0,95
6. Tetos	☐	☐	☐	■	☐	☐	■	☐	☐	☐	☐	x 1 =	0,95
7. Escadas	☐	☐	■	☐	☐	☐	☐	☐	☐	■	☐	x 2 =	3,9
8. Caixilharia e portas	☐	☐	☐	■	☐	☐	■	☐	☐	☐	☐	x 1 =	0,95
9. Dispositivos de proteção contra queda	■	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	■	☐	x 2 =	6,5
10. Instalação de distribuição de água	☐	☐	☐	☐	■	☐	■	☐	☐	☐	☐	x 1 =	0,95
11. Instalação de drenagem de águas residuais	☐	☐	☐	■	☐	☐	☐	☐	☐	■	☐	x 1 =	0,65
12. Instalação de gás	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	■	x 1 =	
12.1 Instalação de gás	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	■		
12.2 Armários onde estão contadores e outros elementos	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	■		
12.3 Aparelhos a gás	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	■		
12.4 Outros elementos	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	■		
13. Instalação elétrica e de iluminação	☐	☐	☐	■	☐	☐	☐	☐	☐	■	☐	x 1 =	0,65
13.1 Instalação de terra	☐	☐	☐	☐	■	☐	☐	☐	☐	■	☐		
13.2 Iluminação de emergência e equipamentos	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	■		
13.3 Instalação de energia e de equipamentos	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	■		
14. Instalações de telecomunicações e contra a intrusão	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	■	x 1 =	
15. Instalação de ascensores	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	■	x 2 =	
16. Instalação de segurança contra incêndio	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	■	x 1 =	
17. Instalação de evacuação de lixo	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	■	x 1 =	
C. UNIDADE													
18. Paredes exteriores	☐	■	☐	☐	☐	☐	☐	☐	■	☐		x 3 =	9
19. Paredes interiores	☐	☐	■	☐	☐	☐	■	☐	☐	☐	☐	x 2 =	5,7
20. Revestimentos de pavimentos exteriores	■	☐	☐	☐	☐	■	☐	☐	☐	☐	☐	x 1 =	5
21. Revestimentos de pavimentos interiores	☐	☐	☐	■	☐	☐	■	☐	☐	☐	☐	x 2 =	1,9
22. Tetos	☐	☐	☐	■	☐	☐	■	☐	☐	☐	☐	x 2 =	1,9
23. Escadas	☐	☐	■	☐	☐	☐	☐	☐	☐	■	☐	x 2 =	3,9
24. Caixilharia e portas exteriores	☐	☐	☐	■	☐	☐	■	☐	☐	☐		x 3 =	2,85
25. Caixilharia e portas interiores	☐	■	☐	☐	☐	☐	■	☐	☐	☐	☐	x 2 =	7,6
26. Dispositivos de proteção de vãos	☐	■	☐	☐	☐	☐	■	☐	☐	☐	☐	x 1 =	3,8
27. Dispositivos de proteção contra queda	■	☐	☐	☐	☐	■	☐	☐	☐	☐	☐	x 2 =	10
28. Equipamento sanitário	☐	■	☐	☐	☐	☐	■	☐	☐	☐	☐	x 2 =	7,6
29. Equipamento de cozinha	☐	☐	☐	☐	■	☐	☐	☐	☐	■	☐	x 2 =	1,3
30. Instalação de distribuição de água	☐	☐	☐	☐	■	☐	☐	☐	☐	■	☐	x 2 =	1,3
31. Instalação de drenagem de águas residuais	☐	☐	☐	■	☐	☐	☐	☐	☐	■	☐	x 2 =	1,5
32. Instalação de gás	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	■	x 2 =	
32.1 Instalação de gás	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	■		
32.2 Armários onde estão contadores e outros elementos	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	■		
32.3 Aparelhos a gás	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	■		
32.4 Outros elementos	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	■		
33. Instalação elétrica	☐	☐	☐	■	☐	☐	☐	☐	☐	■	☐	x 2 =	1,3
33.1 Instalação de terra	☐	☐	☐	☐	■	☐	☐	☐	☐	■	☐		
33.2 Iluminação de emergência e equipamentos	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	■		
33.3 Instalação de energia e de equipamentos	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	■		
34. Instalações de telecomunicações e contra a intrusão	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	■	x 1 =	
35. Instalação de ventilação	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	■	x 1 =	
36. Instalação de climatização	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	■	x 1 =	
37. Instalação de segurança contra incêndio	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	■	x 1 =	

MÉTODO DE AVALIAÇÃO DO ESTADO DE CONSERVAÇÃO DE IMÓVEIS – MAEC

Número da ficha | Pág. 4/4

D. DESCRIÇÃO DAS ANOMALIAS "GRAVES" OU "MUITO GRAVES"

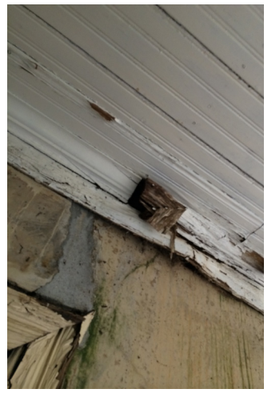
N.º do elemento funcional	Relato síntese da anomalia	Identificação das fotografias
|_|A|2|	Cobertura com danos gerais no revestimento devido à degradação dos materais. Ausência de um sistema de drenagem de águas pluviais que cria infiltrações no cruzamento das águas. O revestimento inferior da cobertura das varandas encontra-se num estado avançado de degradação.	1
|_|B|5| C 21	No piso 1, o pavimento apresenta-se desnivelado devido à cedência da sua estrutura de suporte e, pontualmente, existem colapsos do pavimento devido à degradação dos materiais e falta de manutenção. No piso 0, o pavimento apresenta uma deformação e degradação acentuada devido à humidade ascendente. Na adega e lagar o revestimento de pavimento é inexistente.	2
|_|B|6| C 22	O revestimento dos tetos encontram-se degradados devido à ação da humidade proveniente das anomalias localizadas na cobertura.	3
|_|B|8| C 24	Caixilharias com vidros partidos ou removidos e num estado avançado de degradação da madeira que motivam a a falta de estanquidade às águas pluviais e excessiva permeabilidade ao ar.	4
|B|1|0| C 30	Instalação de distribuição de águas inoperacional.	5
|B|1|1| C 31	Instalação de drenagem de águas residuais sem ligação à rede pública.	6
|B|1|3| C 33	Instalação elétrica e de iluminação sem ligação de terra.	7
|C|2|9|	Equipamento de cozinha parcialmente inexistente e o restante em elevado estado de degradação.	8

E. OBSERVAÇÕES

Para a elaboração deste relatório o edifício foi considerado como uma só unidade composta pela casa, lojas, lagar, adega, pátio e capela.


1


1


3


4


7


5


1


8


2


6

1
Fotografias do
Levantamento as Anomalias
Fonte do Autor

Relatório de Anomalias:
Casa da Quinta Nova, Pindo, Penalva do Castelo
Causas Prováveis e Soluções de Intervenções

Levantamento e análise das anomalias: Tiago Frutuoso e Matilde Mata

Soluções para as Anomalias
Para todos os elementos que apresentam anomalias mas que não estão previstos no Projeto de Intervenção, não serão indicadas as soluções necessárias para os resolver. Nos casos em que, por outro motivo, o elemento será reconstruído, a causa da anomalia é assinalada com essa indicação.
NOTAS: Todas as paredes que não apresentam outros tipos de anomalias, requerem limpeza e pintura.
Todas os revestimentos de pavimentos, tetos e paredes em madeira terão que ser alvos de um processo de desinfestação para combater a praga do bicho da madeira, para posteriormente serem lixados e envernizados.
Para todos os compartimentos que atualmente não apresentam nenhum pavimento, a solução dependerá das opções de projeto.
Todos os volumes que compõem o núcleo da casa principal não possuem sistema de escoamento de águas pluviais, o que dá origem às principais anomalias existentes.

PAREDES
1. Fendas resultantes de problemas estruturais
Motivos – Soluções:
a. Compressão da cobertura – estas fendas serão resolvidas através da reconstrução da cobertura e da parte da parede mais afetada pela anomalia.
b. Assentamento da parede – estas fendas serão resolvidas através do reforço da estrutura de suporte da parede, assim como através da substituição do revestimento danificado e, se necessário estrutura.
c. Deformação dos elementos de apoio – nos casos em que a deformação dos elementos de apoio for irreparável, será necessário proceder-se à sua substituição.

2. Fendas resultantes de uso de materiais pobres
Motivo – Solução:
Materiais pobres – Nestes casos, será necessário recorrer a um conjunto de operações para aplicar um novo revestimento (estuque), pré-doseado com base de gesso:
• Extrair integralmente o revestimento;
• Efetuar uma escovagem geral do paramento para eliminar as poeiras e materiais friáveis;
• Aplicar uma camada de regularização para proteção;
• Aplicar uma camada de acabamento.

3. Destacamento do revestimento reboco resultante do uso de materiais pobres ou incompatíveis
Motivo - Solução:
Inadequabilidade de materais - Neste caso, será necessário recorrer a um conjunto de operações para aplicar um novo revestimento (estuque), pré-doseado com base de gesso, tal como no caso das fendas.

4. Manchas de humidade
Motivos - Soluções:
a. Humidade proveniente da condensação e falta de ventilação - Neste caso, depois de uma desumidificação do compartimento, as paredes deverão ser limpas e pintadas.
b. Humidade proveniente do afastamento das águas da cobertura - A anomalia ficará resolvida após a substituição da cobertura. Nas paredes com esta anomalia, será necessário proceder-se à seguinte sequência de operações:
• Lavagem com uma solução de 10% de lixívia;
• Lavagem com água simples;
• Deixar secar totalmente;
• Aplicar um produto fungicida;
• Extraír por escovagem o produto fungicida;
• Aplicar o produto final.

c. Humidade ascendente - Deverão ser introduzidos produtos impermeabilizantes nas zonas afetadas, de forma a criar uma camada horizontal contínua impermeável ao longo da parede afectada. Para este processo, será necessário efectuar um conjunto de furos na parede por onde serão introduzidos (por gravidade ou injecção) os produtos impermeabilizantes.
d. Humidade proveniente do insuficiente sistema de escoamento das águas - Será necessário resolver o escoamento das águas pluviais da cobertura. Nas paredes com esta anomalia, será necessário proceder-se à seguinte sequência de operações:
• Lavagem com uma solução de 10% de lixívia;
• Lavagem com água simples;
• Deixar secar totalmente;
• Aplicar um produto fungicida;
• Extraír por escovagem o produto fungicida;
• Aplicar o produto final.

5. Destacamento do revestimento reboco resultante de humidade
Motivos - Soluções:
a. Humidade proveniente de problemas da cobertura - Depois de reconstruída a cobertura, será necessário proceder-se à remoção e substituição do revestimento danificado.
b. Humidade proveniente do mau estado dos vãos - Depois de recuperado o vão, será necessário proceder-se à remoção e substituição parcial do revestimento danificado.

COBERTURA E TETOS

6. Danos no revestimento e na estrutura

Motivo - Solução:

Falta de manutenção da estrutura e da telha da cobertura e degradação por agentes naturais - devido ao avançado estado de degradação da cobertura, é necessário recorrer-se à substituição total da cobertura.

7. Apodrecimento do teto

Motivo - Solução:

Humidade proveniente da cobertura - Depois de resolvidos os problemas da cobertura, será necessário substituir os elementos apodrecidos.

PAVIMENTO

8. Flecha do pavimento resultante de problema estrutural

Motivo - Solução:

Flecha resultante da cedência da estrutura - Depois de analisada mais cuidadosamente a situação, terá de se restabelecer a posição inicial do pavimento, substituindo-se os elementos afetados ou, se necessário, reparar na totalidade a estrutura afetada.

9. Apodrecimento do pavimento

Motivos - Soluções:

a. Humidade proveniente da cobertura - Será necessário resolver o problema da cobertura e, posteriormente, substituir os elementos do pavimento apodrecidos.

b. Humidade ascendente - Nos pavimentos com esta anomalia, será necessário proceder-se à seguinte sequência de operações:

• Remoção do pavimento existente;
• Execução de eventual drenagem;
• Execução de impermeabilização da zona inferior ao pavimento;
• Reconstrução do pavimento.

O sistema de drenagem e de impermeabilização deve garantir as seguintes operações:

• Compactação do terreno;
• Compactação de um feltro sintético;
• Realização de um enrocamento com seixo rolado;
• Aplicação de uma nova camada de feltro sintético;
• Execução de massame;
• Execução de betonilha de regularização;
• Colocação de membranas de impermeabilização;
• Execução do novo pavimento.

10. Empolamento do revestimento

Motivo - Solução:

Humidade ascendente - Deverá proceder-se às indicações referidas no ponto 9. b.

VÃOS

11. Degradação dos materiais

Motivos - Soluções:

Inchamento e empenos responsáveis por deficiência no funcionamento e na vedação dos vãos, também associadas à falta de manutenção - Nestes casos, e uma vez que a maioria dos vãos se encontra em razoável estado de conservação, deverá proceder-se à seguinte sequência de operações:

• Raspar ou decapar a madeira
• Eliminar poeiras e gorduras;
• Remendar com massa de madeira e, nos casos mais severos, com pedaços de madeira idêntica;
• Aplicar os tratamentos necessários, incluindo pintura.

Mapeamento de Anomalias

PAREDES

1. Fendas resultantes de problemas estruturais
- a. Compressão da cobertura
- b. Assentamento da parede
- c. Deformação dos elementos de apoio

2. Fendas resultantes de uso de materiais pobres
Materiais pobres

3. Destacamento do revestimento reboco resultante do uso de materiais pobres ou incompatíveis
Inadequabilidade de materiais

4. Manchas de humidade
- a. Humidade proveniente da condensação e falta de ventilação
- b. Humidade proveniente do afastamento das águas da cobertura
- c. Humidade ascendente
- d. Humidade proveniente do insuficiente sistema de escoamento das águas

5. Destacamento do revestimento reboco resultante de humidade
- a. Humidade proveniente de problemas da cobertura
- b. Humidade proveniente do mau estado dos vãos

COBERTURA E TETOS

6. Danos no revestimento e na estrutura
Falta de manutenção da estrutura e da telha da cobertura e degradação por agentes naturais

7. Apodrecimento do teto
Humidade proveniente da cobertura

PAVIMENTO

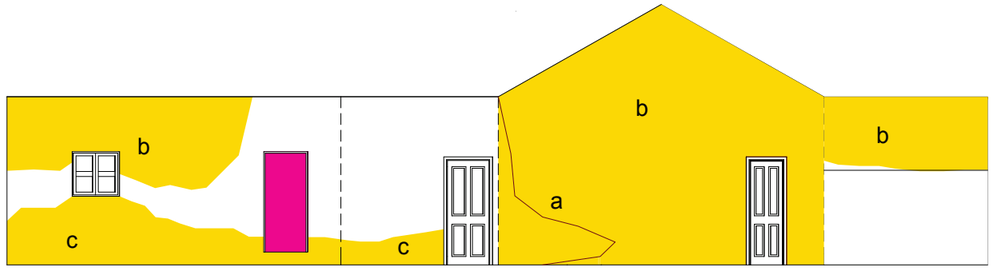
8. Flecha do pavimento resultante de problema estrutural
Flecha resultante da cedência da estrutura

9. Apodrecimento do pavimento
- a. Humidade proveniente da cobertura
- b. Humidade ascendente

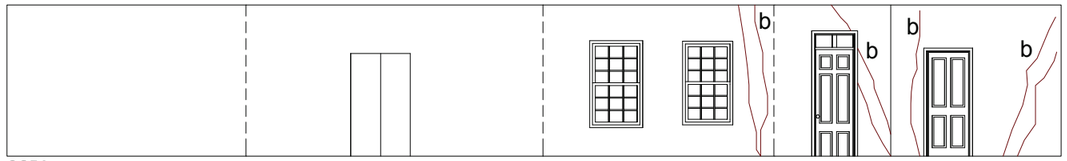
10. Empolamento do revestimento
- a. Humidade ascendente

VÃOS

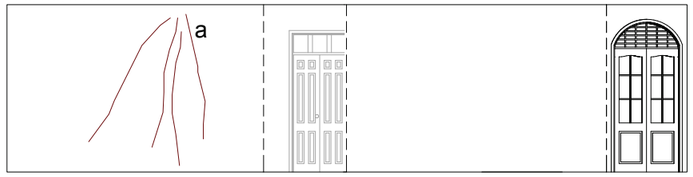
11. Degradação dos materiais
Inchamento e empenos responsáveis por deficiência no funcionamento e na vedação dos vãos, também associadas à falta de manutenção



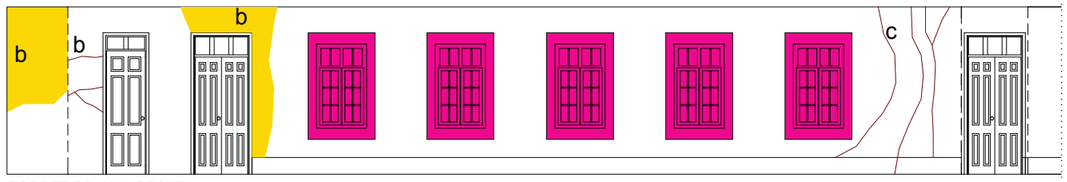
COZINHA
norte, este, sul, oeste



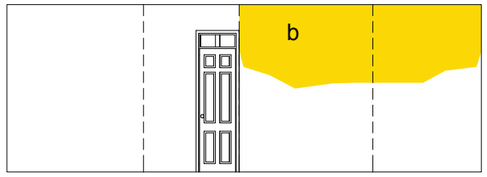
COPA
norte, este, sul, oeste



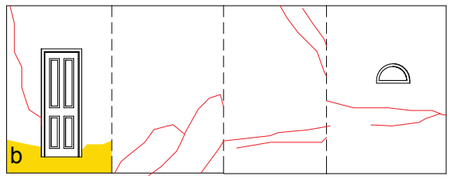
ENTRADA
norte, este, sul, oeste



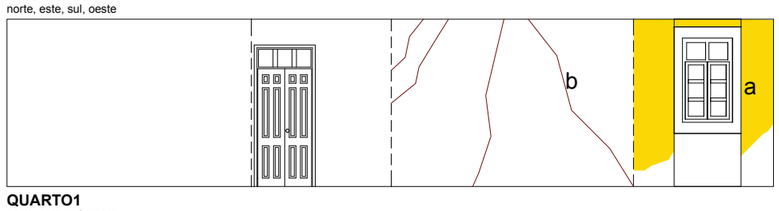
CORREDOR ALA OESTE
norte, este, sul



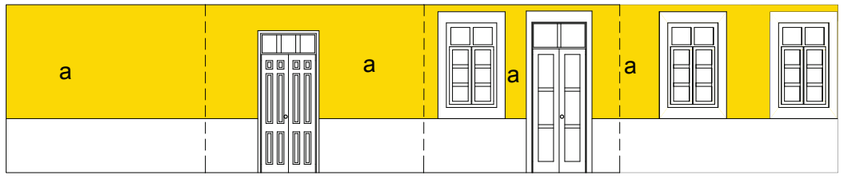
DISPENSA
norte, este, sul, oeste



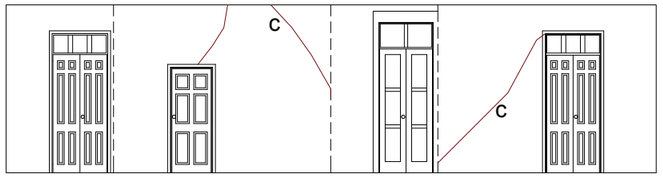
SALGADEIRA
norte, este, sul, oeste



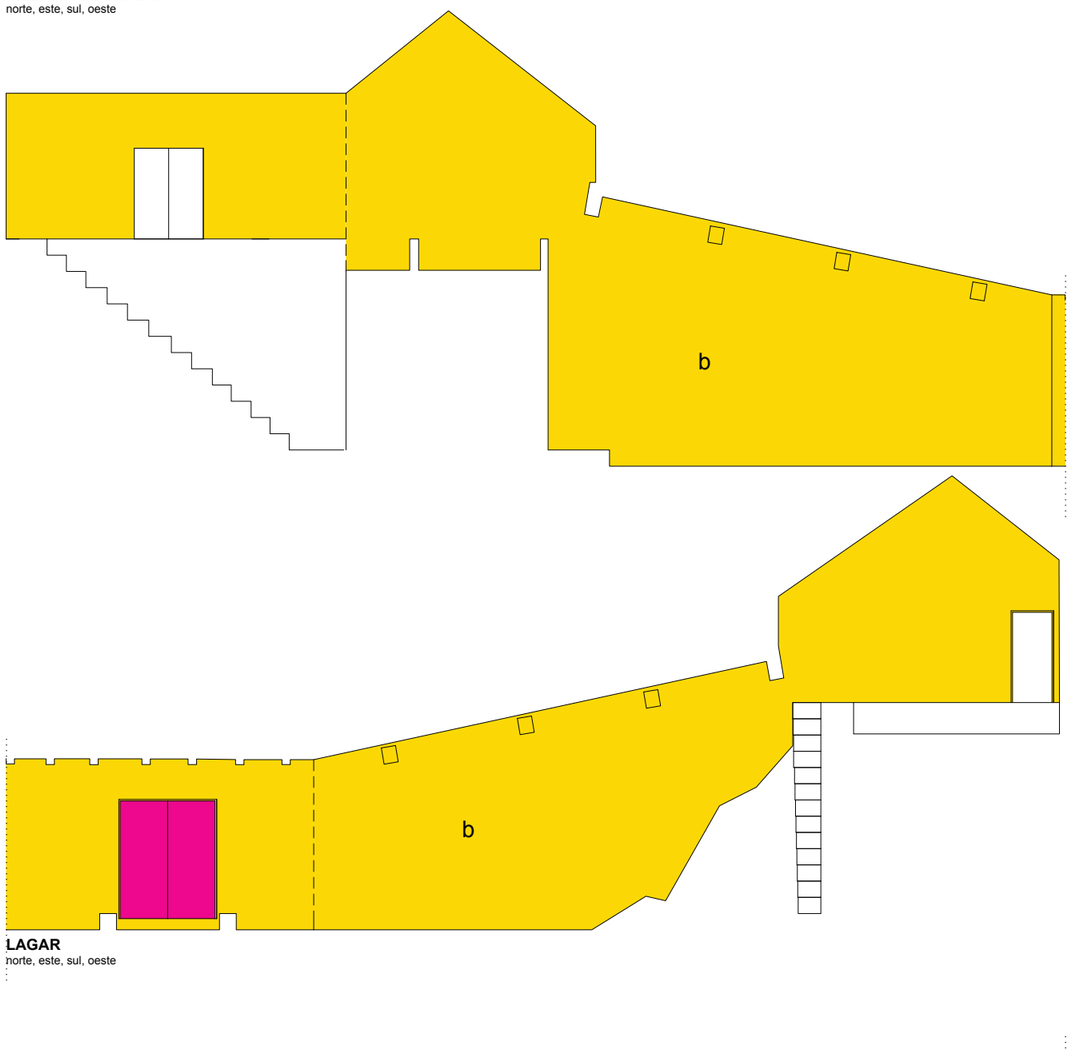
QUARTO1
norte, este, sul, oeste



SALINHA
norte, este, sul, oeste



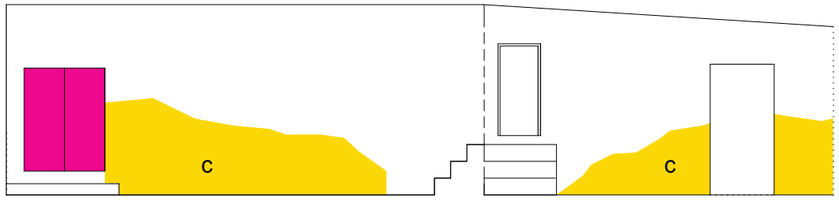
SALINHA DE ESPERA
norte, este, sul, oeste

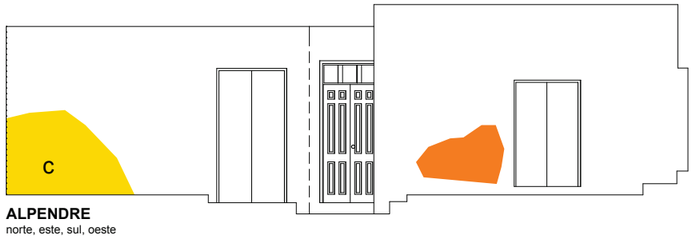


LAGAR
norte, este, sul, oeste

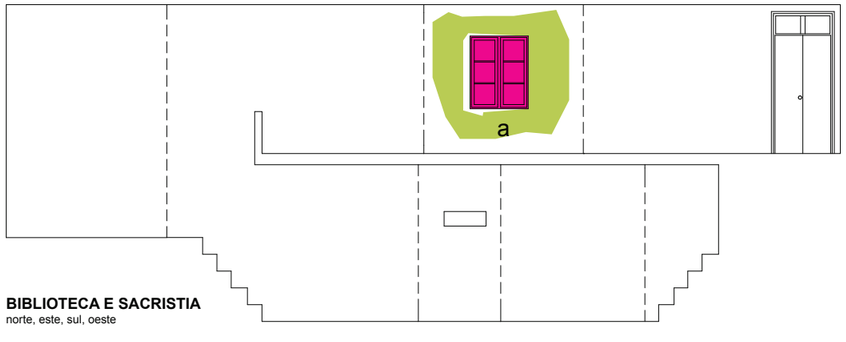


PÁTIO
norte, este, sul, oeste

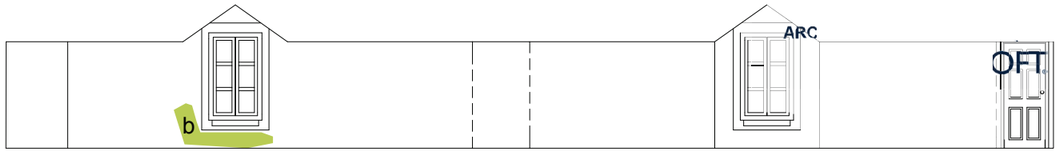




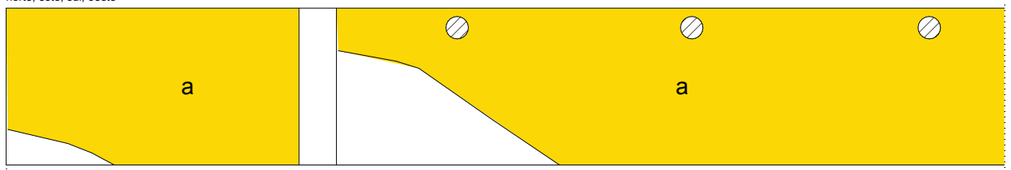
ALPENDRE
norte, este, sul, oeste



BIBLIOTECA E SACRISTIA
norte, este, sul, oeste



SALINHA DA COSTURA
norte, este, sul, oeste



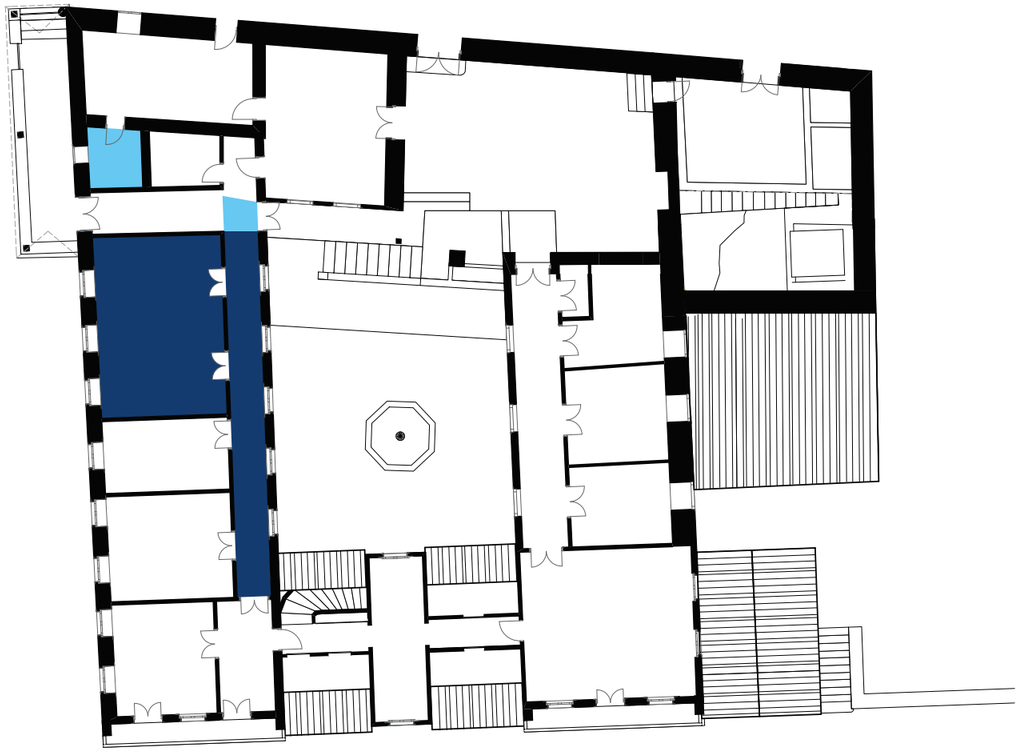
ADEGA VELHA
norte, este, sul, oeste



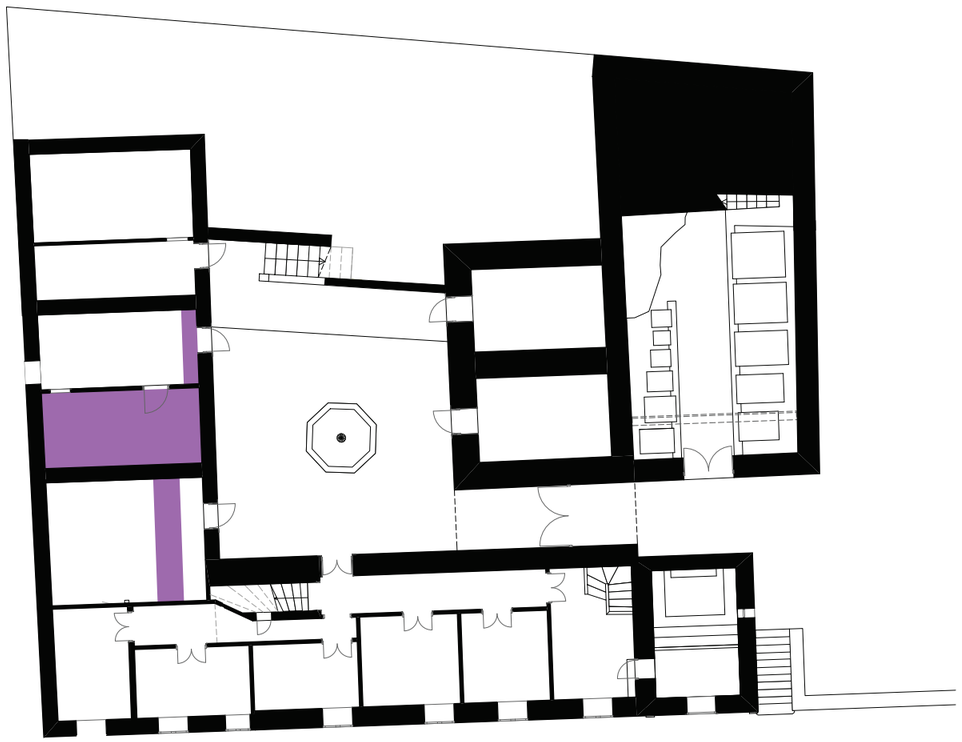
LOJA GRANDE
norte, este, sul, oeste



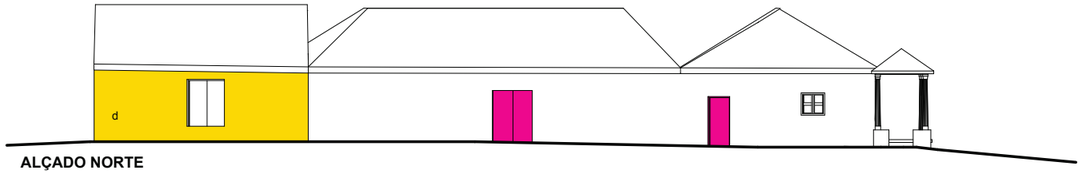
PISO 1 TETOS



PISO 1 PAVIMENTOS



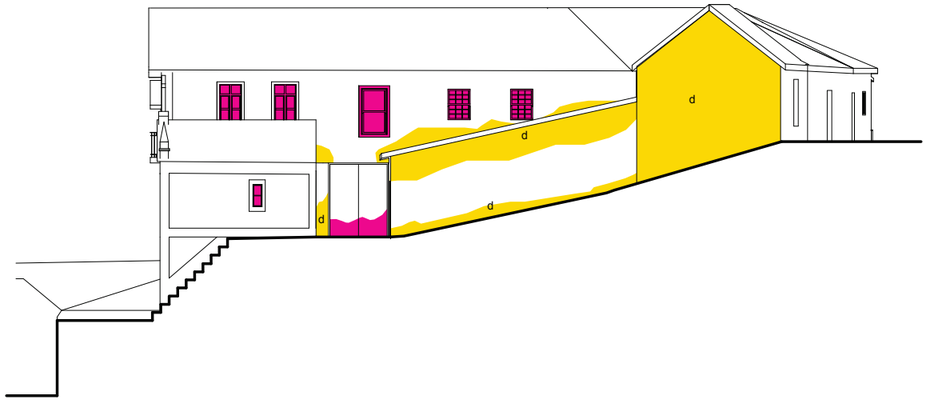
PISO 0 PAVIMENTOS



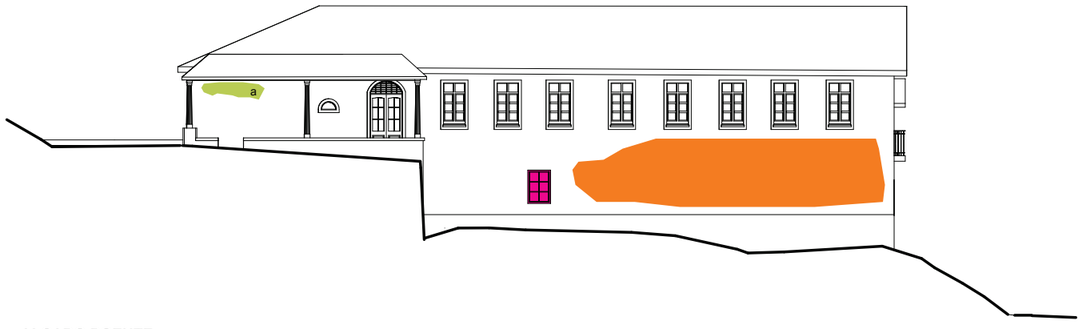
ALÇADO NORTE



ALÇADO SUL

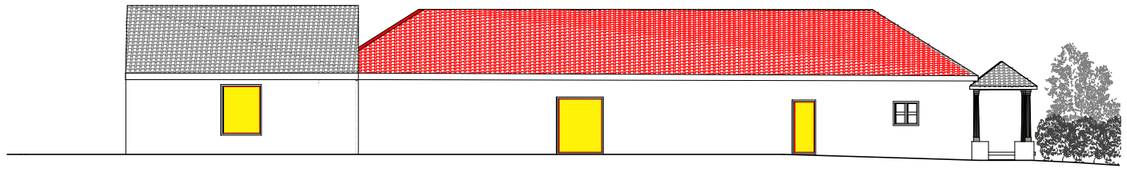


ALÇADO NASCENTE

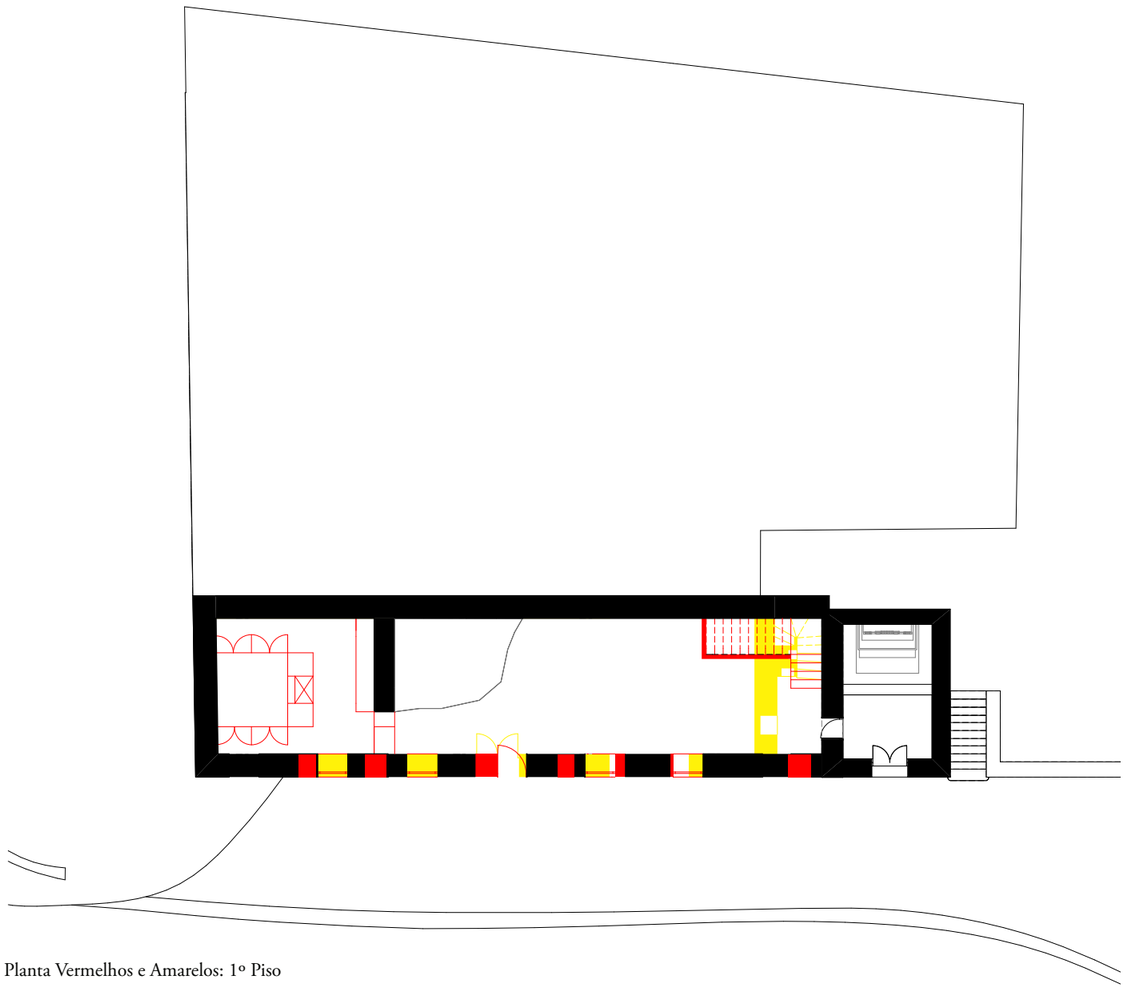


ALÇADO POENTE

Relatório da Solução:
Casa da Quinta Nova, Pindo, Penalva do Castelo
Vermelhos e Amarelos



Alçado Vermelhos e Amarelos: Norte



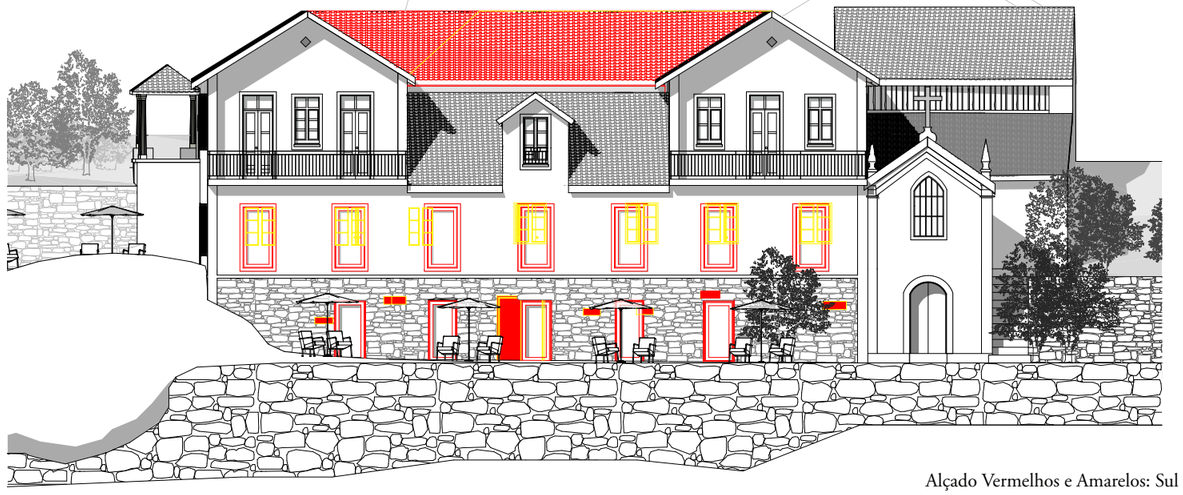
Planta Vermelhos e Amarelos: 1º Piso



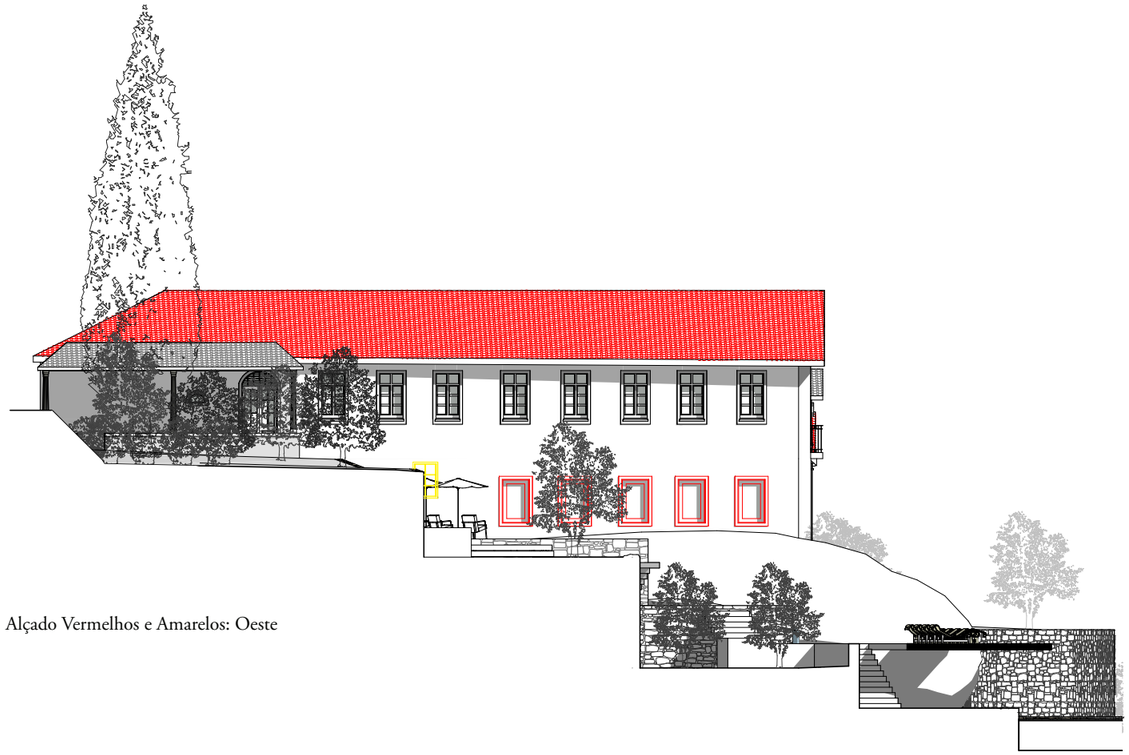
Planta Vermelhos e Amarelos: 2º Piso



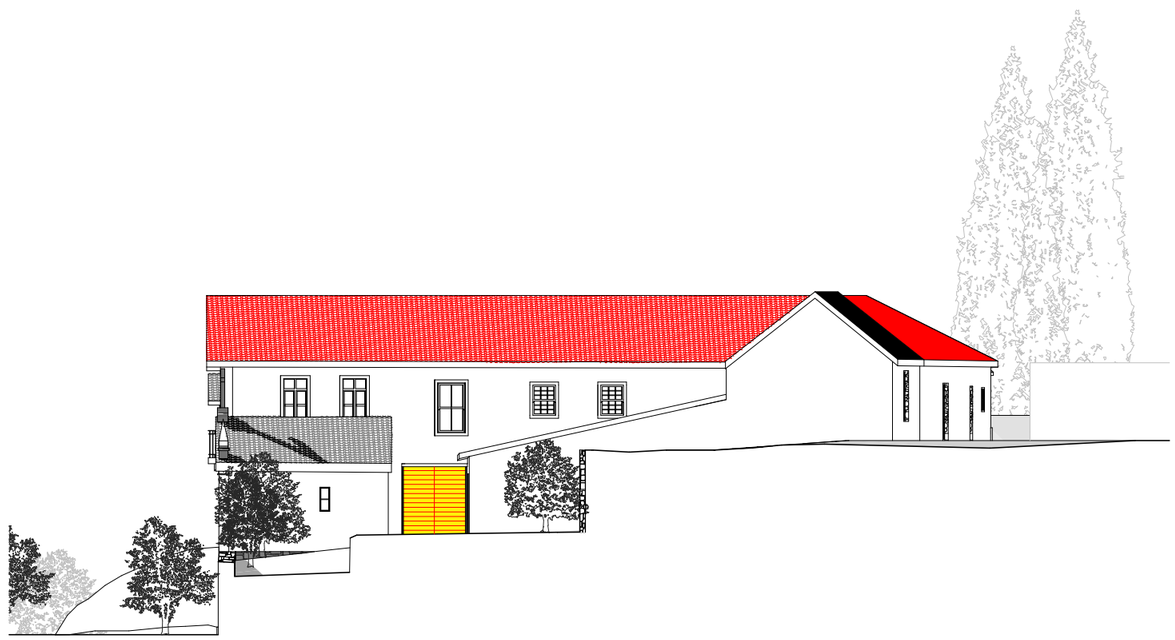
Planta Vermelhos e Amarelos: 3º Piso



Alçado Vermelhos e Amarelos: Sul



Alçado Vermelhos e Amarelos: Oeste



Alçado Vermelhos e Amarelos: Oeste

História, Genealogia, Economia e Património da Família Fructuoso: Séc. XVIII - Sec. XX

A história que se passa a narrar data dos finais do século XVIII, mais concretamente no ano de 1790, altura em que Fructuoso Lopes Ferreira da Costa, o tronco da família cujo nome próprio se viria a transformar em apelido da família, se casa com Maria Abreu Rodrigues e se mudam para a Quinta do Vale da Figueira, atual Quinta Nova.

Com a vida dedicada à exploração de propriedades agrícolas, calcula-se que quando se muda para a Quinta do Vale das Figueira a sua dimensão fosse mais reduzida, tendo sido aumentada com o decorrer dos anos e das gerações. Do casamento em questão nascem três filhos, o José Duarte, a Josefa Leonarda e o José, todos nascidos na quinta, local onde residiram até aos fins dos seus dias. O José Duarte torna-se sacerdote, dando início à linha católica tão vincada da família e, como era hábito, fica ao encargo da sua irmã Josefa, que dedica a sua vida a tomar conta do irmão mais velho. Ou seja, dos três filhos, apenas o José, deu continuidade à família com o casamento com a Angélica dos Prazeres Ferreira de Almeida, com quem teve seis filhos: o José, a Josefa, a Ana, a Maria Isabel, a Leonarda de Jesus e o José Duarte.

Deste casamento, surge a necessidade de expandir a habitação que, na altura, dava abrigo à família e que, nos dias de hoje, se conhece como sendo a cozinha e o alpendre da casa, e constrói-se uma outra casa, conhecida hoje como a casa dos caseiros.

Nesta nova geração, a vida católica já imperava na família, pelo que o filho mais velho do casal José e Angélica, o José Almeida Fructuoso da Costa, se viria a tornar um importante Sacerdote da freguesia de Pindo, tendo ficado a ser conhecido como "Tio Padre Mestre". Mais uma vez, a história repete-se, e as suas irmãs mais novas dedicam a sua vida ao celibato e à vida doméstica, ficando a tomar conta do seu irmão sacerdote. E, novamente, é o filho mais novo o único dos seis irmãos a dar continuidade à linhagem, com o casamento com Maria Rita Almeida da Costa Faro, do qual nascem nove filhos: o José, o Manuel, o José Duarte, o João, a Ana Rita, a Maria Rita, o António, a Josefa Rita e a Leonarda Rita, todos nascidos na Quinta, entre os anos 60 e 70 do século XIX.

Devido ao enorme agregado familiar proveniente desse casamento, surge novamente a necessidade de ampliar a habitação da Quinta que, por esta altura, mudaria o nome para Quinta das Figueiras. Desta vez, o Tio Padre Mestre e as suas irmãs ficariam a ocupar a casa dos caseiros e o irmão mais novo, com a sua mulher e nove filhos, passaria a habitar a casa principal, que é aumentada para o formato de um "L" e, mais tarde, para o formato de um "U".

Turismo Rural: Quinta do Vale da Figueira















Mais uma vez, a tradição católica é imperativa, o que faz com que dos nove filhos do casal José Duarte e Maria Rita, quatro seguiram a vida eclesiástica, sendo o mais velho, o José, aquele que viria a ser o mais importante membro da família: o Cónego Doutor José Fructuoso da Costa, licenciado em direito na Universidade de Coimbra, detentor de títulos como os de Cónego Capitular e Reitor do Seminário de Viseu, Promotor do Juízo Eclesiástico, Juíz e Examinador Pró-Sidonal, sendo o culminar da sua carreira com a elevação a Vigário-Geral do Bispado. Reconhecido como sendo uma pessoa algo austera, num dos livros de memórias de António de Oliveira Salazar, o mesmo afirmava que "a sua personalidade guardou, sempre, uma boa parte da austeridade que lhe fora incutida pelo seu Mestre Cónego Fructuoso".

O segundo dos nove irmãos, o Manuel, seguiu também a vida eclesiástica como vigário da Freguesia de Pindo, vivendo toda a sua vida na Quinta das Figueiras. Este que, juntamente com o seu irmão mais velho, contribuiu em grande parte para as últimas fases de construção da Quinta, como a Capela e a ala nova.

O terceiro e o quarto desses irmãos, o José Duarte e o João, deixaram a Quinta para ir como Padres Missionários para Angola e para Tabatinga, no Brasil, respectivamente.

A irmã mais velha dos nove irmãos, Ana Rita, dedicou-se, como já era hábito, a tomar conta dos seus irmãos sacerdotes que permaneceram na Quinta das Figueiras.

Por fim, dos últimos quatro irmãos, Maria Rita, António, Josefa Rita e Leonarda Rita, apenas o António casou e formou família na Quinta das Figueiras, uma vez que era tradição as esposas mudarem-se para casa dos seus maridos, e não o contrário.

Do casamento de António Faro Fructuoso da Costa com Maria do Carmo de Melo, nascem seis filhos: o António, que morre com poucos meses; o José, que emigra mais tarde para o Rio de Janeiro; a Maria Demétria, que se muda para casa do seu marido após o casamento; o Manuel, último Sacerdote da família e que vive grande parte da sua vida no Seminário de Viseu; a Bebiana, que se muda para Viseu depois do seu casamento; e por fim, o João, que é o único a casar e a viver na Quinta das Figueiras até ao fim dos seus dias, uma vez que todos os seus filhos acabam por deixar o ninho para completar os seus estudos. João Fructuoso da Costa acaba por falecer no ano de 1989 na Quinta Nova, dando-se o ponto final na vivência que todo aquele espaço experienciou ao longo destas cinco gerações.

Numa espécie de somatório, a Quinta do Vale da Figueira, Quinta das Figueiras, ou até Quinta Nova, viu nascer quase três dezenas de pessoas e albergou, ao mesmo tempo, mais de quinze membros da família, sem contar com empregados que, nos últimos tempos de atividade eram, no mínimo, três.

A história que se passa a narrar data dos finais do século XVIII, mais concretamente no ano de 1790, altura em que Fructuoso Lopes Ferreira da Costa, o tronco da família cujo nome próprio se viria a transformar em apelido da família, se casa com Maria Abreu Rodrigues e se mudam para a Quinta do Vale da Figueira, atual Quinta Nova.

Com a vida dedicada à exploração de propriedades agrícolas, calcula-se que quando se muda para a Quinta do Vale das Figueira a sua dimensão fosse mais reduzida, tendo sido aumentada com o decorrer dos anos e das gerações. Do casamento em questão nascem três filhos, o José Duarte, a Josefa Leonarda e o José, todos nascidos na quinta, local onde residiram até aos fins dos seus dias. O José Duarte torna-se sacerdote, dando início à linha católica tão vincada da família e, como era hábito, fica ao encargo da sua irmã Josefa, que dedica a sua vida a tomar conta do irmão mais velho. Ou seja, dos três filhos, apenas o José, deu continuidade à família com o casamento com a Angélica dos Prazeres Ferreira de Almeida, com quem teve seis filhos: o José, a Josefa, a Ana, a Maria Isabel, a Leonarda de Jesus e o José Duarte.

Deste casamento, surge a necessidade de expandir a habitação que, na altura, dava abrigo à família e que, nos dias de hoje, se conhece como sendo a cozinha e o alpendre da casa, e constrói-se uma outra casa, conhecida hoje como a casa dos caseiros.

Nesta nova geração, a vida católica já imperava na família, pelo que o filho mais velho do casal José e Angélica, o José Almeida Fructuoso da Costa, se viria a tornar um importante Sacerdote da freguesia de Pindo, tendo ficado a ser conhecido como "Tio Padre Mestre". Mais uma vez, a história repete-se, e as suas irmãs mais novas dedicam a sua vida ao celibato e à vida doméstica, ficando a tomar conta do seu irmão sacerdote. E, novamente, é o filho mais novo o único dos seis irmãos a dar continuidade à linhagem, com o casamento com Maria Rita Almeida da Costa Faro, do qual nascem nove filhos: o José, o Manuel, o José Duarte, o João, a Ana Rita, a Maria Rita, o António, a Josefa Rita e a Leonarda Rita, todos nascidos na Quinta, entre os anos 60 e 70 do século XIX.

Devido ao enorme agregado familiar proveniente desse casamento, surge novamente a necessidade de ampliar a habitação da Quinta que, por esta altura, mudaria o nome para Quinta das Figueiras. Desta vez, o Tio Padre Mestre e as suas irmãs ficariam a ocupar a casa dos caseiros e o irmão mais novo, com a sua mulher e nove filhos, passaria a habitar a casa principal, que é aumentada para o formato de um "L" e, mais tarde, para o formato de um "U".

Mais uma vez, a tradição católica é imperativa, o que faz com que dos nove filhos do casal José Duarte e Maria Rita, quatro seguiram a vida eclesiástica, sendo o mais velho, o José, aquele que viria a ser o mais importante membro da família: o Cónego Doutor José Fructuoso da Costa, licenciado em direito na Universidade de Coimbra, detentor de títulos como os de Cónego Capitular e Reitor do Seminário de Viseu, Promotor do Juízo Eclesiástico, Juíz e Examinador Pró-Sidonal, sendo o culminar da sua carreira com a elevação a Vigário-Geral do Bispado. Reconhecido como sendo uma pessoa algo austera, num dos livros de memórias de António de Oliveira Salazar, o mesmo afirmava que "a sua personalidade guardou, sempre, uma boa parte da austeridade que lhe fora incutida pelo seu Mestre Cónego Fructuoso".

O segundo dos nove irmãos, o Manuel, seguiu também a vida eclesiástica como vigário da Freguesia de Pindo, vivendo toda a sua vida na Quinta das Figueiras. Este que, juntamente com o seu irmão mais velho,























contribuiu em grande parte para as últimas fases de construção da Quinta, como a Capela e a ala nova.

O terceiro e o quarto desses irmãos, o José Duarte e o João, deixaram a Quinta para ir como Padres Missionários para Angola e para Tabatinga, no Brasil, respectivamente.

A irmã mais velha dos nove irmãos, Ana Rita, dedicou-se, como já era hábito, a tomar conta dos seus irmãos sacerdotes que permaneceram na Quinta das Figueiras.

Por fim, dos últimos quatro irmãos, Maria Rita, António, Josefa Rita e Leonarda Rita, apenas o António casou e formou família na Quinta das Figueiras, uma vez que era tradição as esposas mudarem-se para casa dos seus maridos, e não o contrário.

Do casamento de António Faro Fructuoso da Costa com Maria do Carmo de Melo, nascem seis filhos: o António, que morre com poucos meses; o José, que emigra mais tarde para o Rio de Janeiro; a Maria Demétria, que se muda para casa do seu marido após o casamento; o Manuel, último Sacerdote da família e que vive grande parte da sua vida no Seminário de Viseu; a Bebiana, que se muda para Viseu depois do seu casamento; e por fim, o João, que é o único a casar e a viver na Quinta das Figueiras até ao fim dos seus dias, uma vez que todos os seus filhos acabam por deixar o ninho para completar os seus estudos. João Fructuoso da Costa acaba por falecer no ano de 1989 na Quinta Nova, dando-se o ponto final na vivência que todo aquele espaço experienciou ao longo destas cinco gerações.

Numa espécie de somatório, a Quinta do Vale da Figueira, Quinta das Figueiras, ou até Quinta Nova, viu nascer quase três dezenas de pessoas e albergou, ao mesmo tempo, mais de quinze membros da família, sem contar com empregados que, nos últimos tempos de atividade eram, no mínimo, três.

Fotografias da Família Fructuoso na Quinta do Vale da Figueira disponibilizadas por Bebiana Fructuoso e Melo

Entrevista
Casa da Quinta Nova, Pindo - Penalva do Castelo

Bebiana Fructuoso e Melo, nascida a 17 de Março de 1918, na Quinta das Figueiras (Quinta Nova), freguesia de Pindo, Penalva do Castelo, lugar onde cresceu e viveu até ao seu casamento, em 1949, data em que passa a residir em Viseu.

A seguinte entrevista foi realizada no dia 17 de Abril de 2014 a Bebiana Fructuoso e Melo, uma pessoa que experienciou a prática do dia a dia da Casa da Quinta do Vale da Figueira, actual Quinta Nova.

Quais são as melhores recordações que tem Quinta Nova?

Todas elas são boas e todas me deixam saudade. Mas a vivência e a relação entre toda a gente que lá vivia é, sem dúvida, o que ainda hoje não esqueço com grande mágoa, porém, por saber que hoje já nada existe. E, como é claro, o meu Jardim... que nos dias de hoje deve ser mais silvado do que qualquer outra coisa.

Quantas pessoas é que habitavam na Quinta nessa altura?

Como ainda lá vivi alguns anos, houve pessoas que quando era mais pequena lá moravam e que acabaram por deixar a Quinta, quer por se casarem e "seguirem as suas vidas", ou até mesmo por morrerem, como foi o caso do meu Tio Padre Mestre, meu padrinho de baptismo. Mas da época que me lembro mais, teria eu perto de dezoito anos, lembro-me de lá morar o Tio Doutor, o meu irmão Padre, o meu irmão Joãozinho, a minha prima Aninhas e a Maria Augusta, a criada e dois trabalhadores da Quinta e, ocasionalmente, o Toninho Brasileiro. Porém, era raro a casa estar somente com essas pessoas. Era uma casa muito vivida e que recebia constantes visitas, quer de outros membros da família, quer de fieis ou companheiros do meu tio e irmão padres. Mas sem dúvida que era nos meses do Verão que a casa se tornava realmente viva, com a visita dos mais novos: o Luís e a Lena, o Manelzito e a Maria Luísa.

No que diz respeito às actividades, o que é que existia na Quinta?

A Quinta dedicava-se essencialmente à produção agrícola: desde o vinho e o azeite, ao cultivo de batatas e batatas. Ainda assim, como uma boa parte da família se dedicou à vida religiosa, a Casa da Quinta passou a ser um complexo religioso que servia não só pessoas da freguesia de Pindo como também das outras vizinhas. O meu irmão Manuel (Tio Vigário) e o Tio Doutor celebravam não só missas matinais na capela da Quinta que se abria para receber os habitantes, como também abriam a própria casa ao povo para fazer confissões e outros actos religiosos.

E onde é que se dava essa recepção ao povo?

Do que me lembro, a que hoje é conhecida como a Casa dos Caseiros, era a Casa do Tio Doutor. E como tal era aí que recebia os fiéis, numa casa composta por um salão onde tinha a sua biblioteca, e um quarto. Aquando das refeições, o Tio Doutor vinha até à Casa da Quinta para as "presidir", uma vez que era o membro mais respeitado da e pela família depois da morte do anfitrião da família, o Tio Padre Mestre. Essa mesma casa sofreu obras de ampliação posteriores para a criação de quartos para as visitas dos fiéis, apesar de nunca terem sido terminadas. Isso deveu-se à construção da parte nova da Casa da Quinta, mais recente, na qual se construiu uma grande sala de jantar e uma salinha de recepção às visitas, bem como um quarto para o Tio Doutor e outro para o meu irmão Manuel (Tio Vigário), construção essa que veio terminar o complexo da Casa da Quinta, de forma simétrica ao existente.

Com o generoso número de quartos que a Quinta tem, como eram distribuidas as pessoas pelos mesmos?

As senhoras dormiam na ala oposta à nova, e meu irmão Joãozinho dormia nos quartos do andar de baixo, sendo os restantes reservados para a criançada que vinha no Verão. Os trabalhadores eram para dormir na loja maior da ala nova, mas dormiam na mais pequena, sendo a maior para o armazenamento de batatas. Por fim, a criada dormia no quarto que está ao lado da salinha do tear.

Consegue-se lembrar das diferentes fases de construção da Quinta?

Já não me recordo muito bem, até porque grande parte já existia quando nasci. Uma coisa tenho como certa: a última parte a ser construida foi a ala dos padres, que apanha a parte de cima, as lojas e a casa de banho, e ainda dois quartos ao lado da mesma. Até então a casa era em forma de "U" com o que agora é o pátio a ir até à zona onde hoje está o tanque.

A salinha da costura não é construída na mesma altura da ala nova?

Não. Essa salinha é mais antiga. Não tenho certeza, mas julgo que é da mesma altura da capela e da outra ala.

Mas a adega nova é mais recente?

É possível, sim. Antigamente acho que era utilizada a que chamam hoje de adega velha, na parte debaixo da casa.

Segundo percebi pela leitura dos livros da genealogia da família, houve uma boa parte de tempo em que a família residiu na Quinta Nova sem a existência de membros ligados ao clero. Desta forma, a capela surge posteriormente a parte da casa. Faz alguma ideia da altura em que possa ter sido construída?

Muito sinseramente, não sei ao certo. Julgo que é possível que a casa tenha surgido primeiro e que a capela lhe tenha sido "encostada" quando surgiu a vertente religiosa na família, mas não sei dizer ao certo em que altura possa ter acontecido.

Da actual Casa da Quinta, qual é a parte mais antiga?

Sem dúvida que a parte mais alta, da cozinha e das rochas. Ainda assim, sei que foi sofrendo muitas transformações com o passar dos anos. Julgo até que o espaço das rochas já foi um espaço fechado, mas isso teria sido antes da casa crescer para a zona de baixo.

Poderá ter servido em tempos como uma espécie de anexo à que hoje é conhecida como casa dos caseiros?

Sim, julgo que é possível. Na ideia que tenho, a casa mais antiga é essa, até porque era aí que se concentravam os animais e a mair parte do material agrícola e, como os antepassados viviam essencialmente disso, é possível que tivesse sido esse o ponto inicial da Quinta. A parte da cozinha funciona, desde que me recordo, como isso mesmo. E não me recordo de antigamente existir nada que se assemelhe a uma cozinha na casa dos caseiros, pelo que é possível que se servissem da cozinha como anexo à casa.

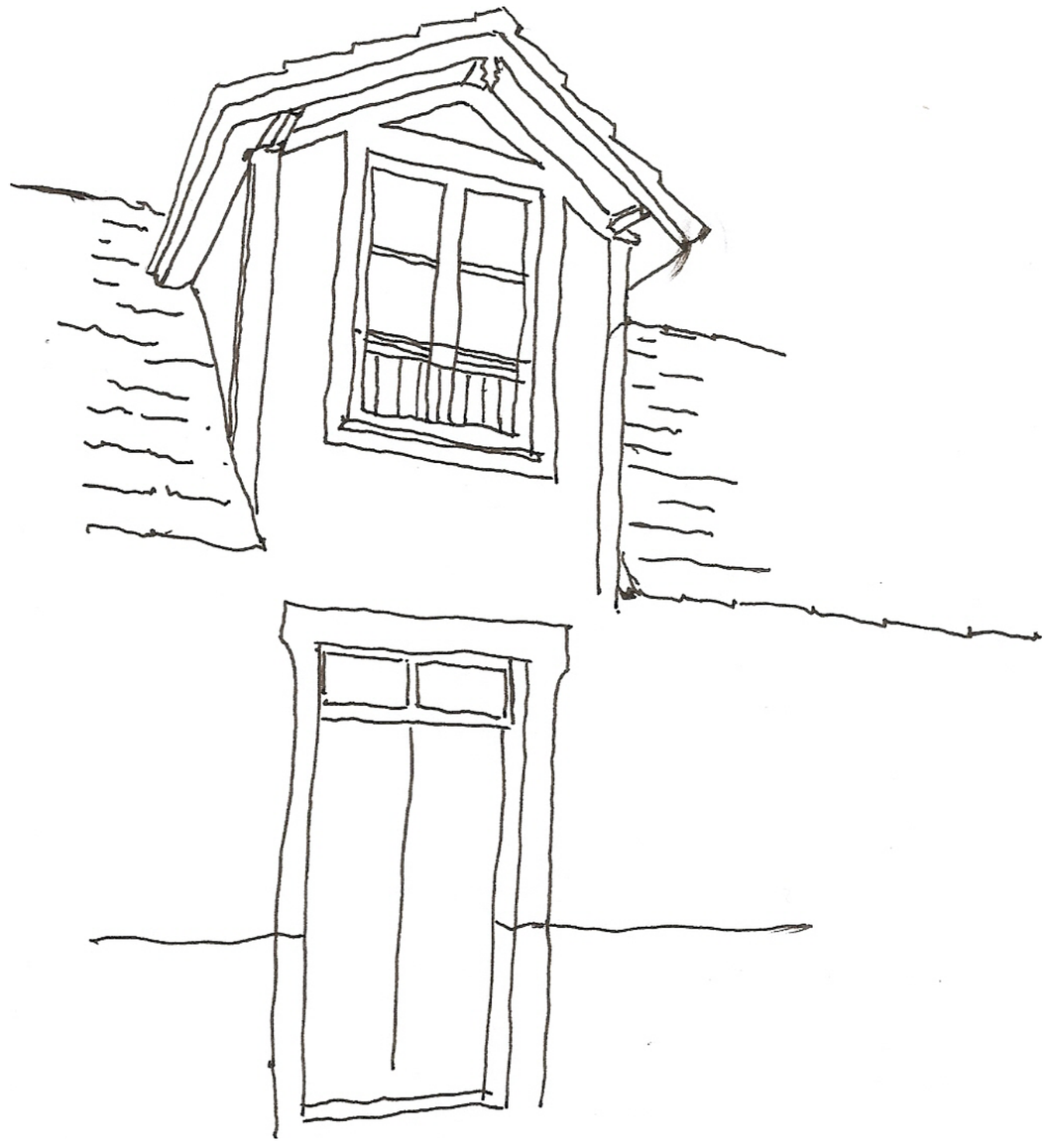
No que diz respeito à chegada à Quinta, como funcionava a circulação?

Tenho ideia que, no meu tempo, não seria muito diferente do que é hoje. Havia dois caminhos principais de acesso à casa, um com um carácter mais de visita, e um com um carácter mais funcional, para os trabalhos agrícolas. O do lado esquerdo servia para uma utilização mais comum e do dia a dia, porque era a melhor ligação com a Quinta do Sargaçal, que também pertence à família, e liga directamente a Quinta ao Rio Jadão. Os caminhos do lado direito eram para as carroças e os animais, muito utilizado para a agricultura já que liga os terrenos todos.

Qual a justificação que consegue dar para a Quinta Nova ter deixado de funcionar?

Com a saída das pessoas que se foram casando e constituindo família, ficaram apenas os Padres e os solteiros que, como é natural, foram morrendo e, desde a morte do Tio Doutor, a Quinta nunca mais foi o que era. De testamento em testamento, a Quinta foi-se dividindo e os conflitos foram surgindo, pelo que é natural que o esquecimento acabe por surgir como forma de contornar esses problemas.

17 de Abril de 2014



TURISMO RURAL: QUINTA DO VALE DA FIGUEIRA

MESTRADO INTEGRADO EM
ARQUITECTURA DA UNIVERSIDADE
CATÓLICA PORTUGUESA —
CENTRO REGIONAL DAS BEIRAS

Reutilização das Arquitecturas de Produção

TURISMO RURAL: QUINTA DO VALE DA FIGUEIRA

Relatório do Trabalho de Projecto de Mestrado - **Dossier**

Tiago Rodrigues Frutuoso

Orientação **Professora Doutora Ana Pinho**

Coorientação **Mestre Victor Mestre**

Índice

I. Peças Desenhadas

- Existente **4**

Fig. 1- Planta de Implantação (Escala 1:1000) 5

Fig. 2- Planta do Piso 1 (Escala 1:200) 6

Fig. 3- Planta do Piso 2 (Escala 1:200) 6

Fig. 4- Planta do Piso 3 (Escala 1:200) 7

Fig. 5- Planta da Cobertura (Escala 1:200) 8

Fig. 6- Alçado Sul (Escala 1:200) 9

Fig. 7- Alçado Oeste (Escala 1:200) 9

Fig. 8- Alçado Norte (Escala 1:200) 9

Fig. 9- Alçado Este (Escala 1:200) 9

Fig. 10- Corte Longitudinal a Norte (Escala 1:200) 10

Fig. 11- Corte Longitudinal a Sul (Escala 1:200) 10

Fig. 12- Corte Longitudinal a Norte (Pátio) (Escala 1:200) 10

Fig. 13- Corte Transversal a Oeste (Escala 1:200) 10

- Proposta **11**

Fig. 14- Planta de Implantação (Escala 1:1000) 12

Fig. 15- Planta do Piso 1 (Escala 1:100) 13

Fig. 16- Planta do Piso 2 (Escala 1:100) 14

Fig. 17- Planta do Piso 3 (Escala 1:100) 15

Fig. 18- Planta da Cobertura (Escala 1:100) 16

Fig. 19- Alçado Sul (Escala 1:100) 17

Fig. 20- Alçado Oeste (Escala 1:100) 18

Fig. 21- Alçado Norte (Escala 1:100) 19

Fig. 22- Alçado Este (Escala 1:100) 19

Fig. 23- Corte Longitudinal a Sul (Escala 1:100) 20

Fig. 24- Corte Longitudinal a Norte (Pátio) (Escala 1:100) 20

Fig. 25- Corte Longitudinal a Norte (Escala 1:100) 21

Fig. 26- Corte Transversal a Oeste (Escala 1:100) 21

Fig. 27- Corte Pormenorizado (Escala 1:10) 22

Índice

I. Peças Desenhadas

- Vermelhos e Amarelos **23**

Fig. 28- Planta do Piso 1 (Escala 1:200) 24

Fig. 29- Planta do Piso 2 (Escala 1:200) 24

Fig. 30- Planta do Piso 3 (Escala 1:200) 25

Fig. 31- Alçado Este (Escala 1:200) 25

Fig. 32- Alçado Sul (Escala 1:200) 26

Fig. 33- Alçado Oeste (Escala 1:200) 26

Fig. 34- Alçado Norte (Escala 1:200) 26

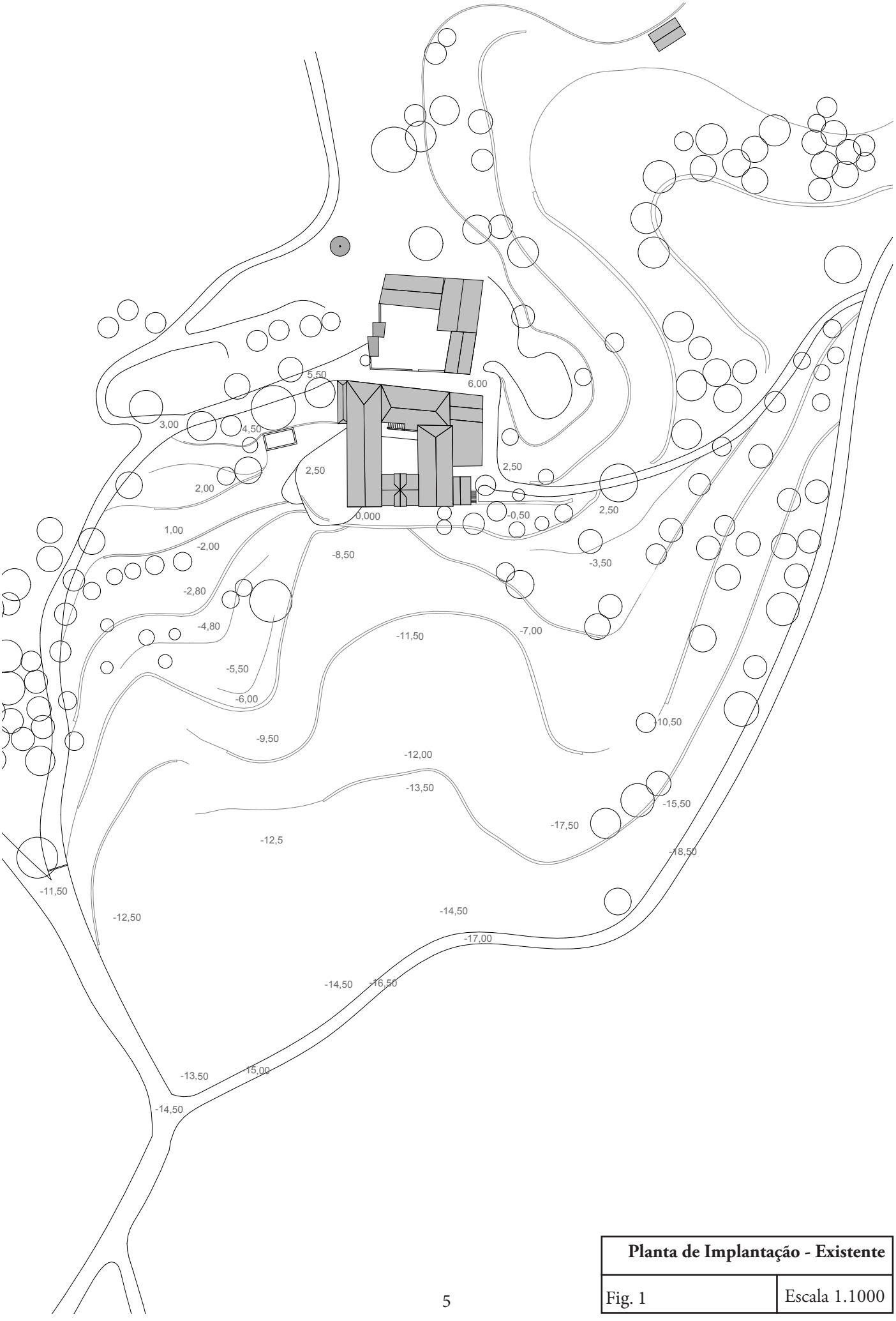
II. Processo **27**

- Levantamento 27

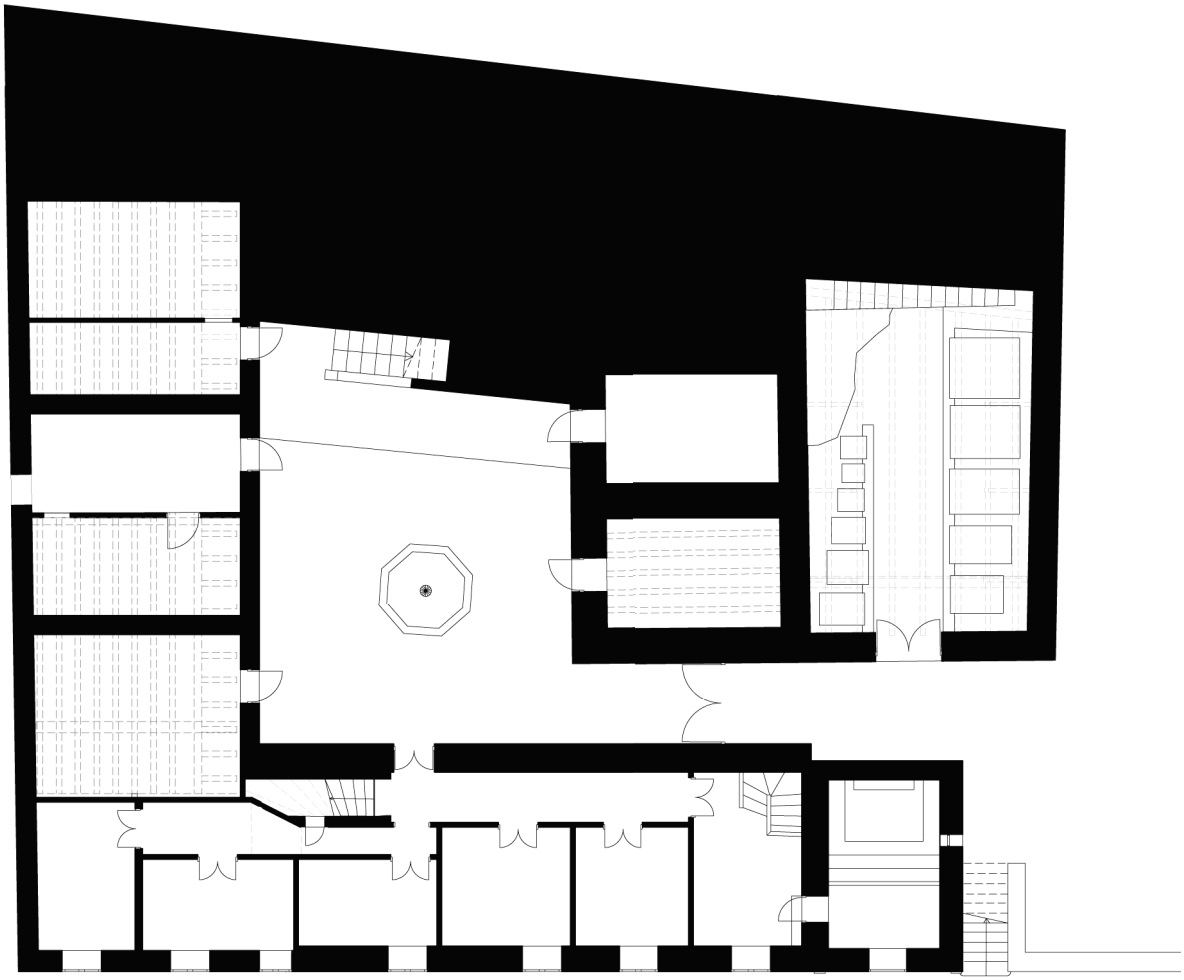
- Desenvolvimento 43

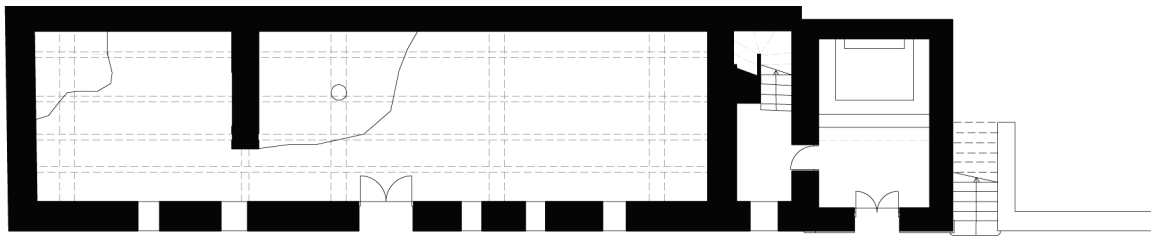
I. Peças Desenhadas

Existente

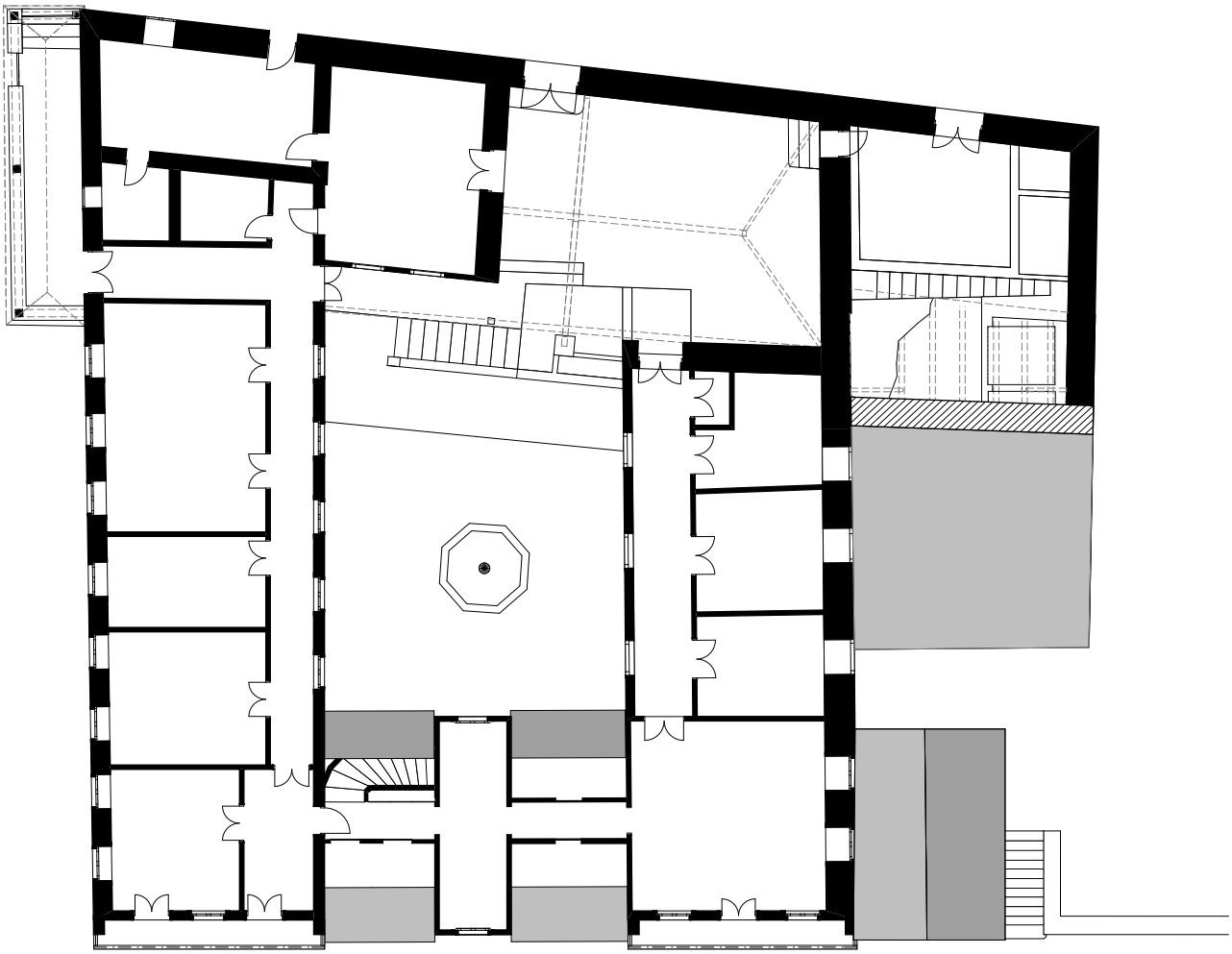


Planta de Implantação - Existente	
Fig. 1	Escala 1.1000

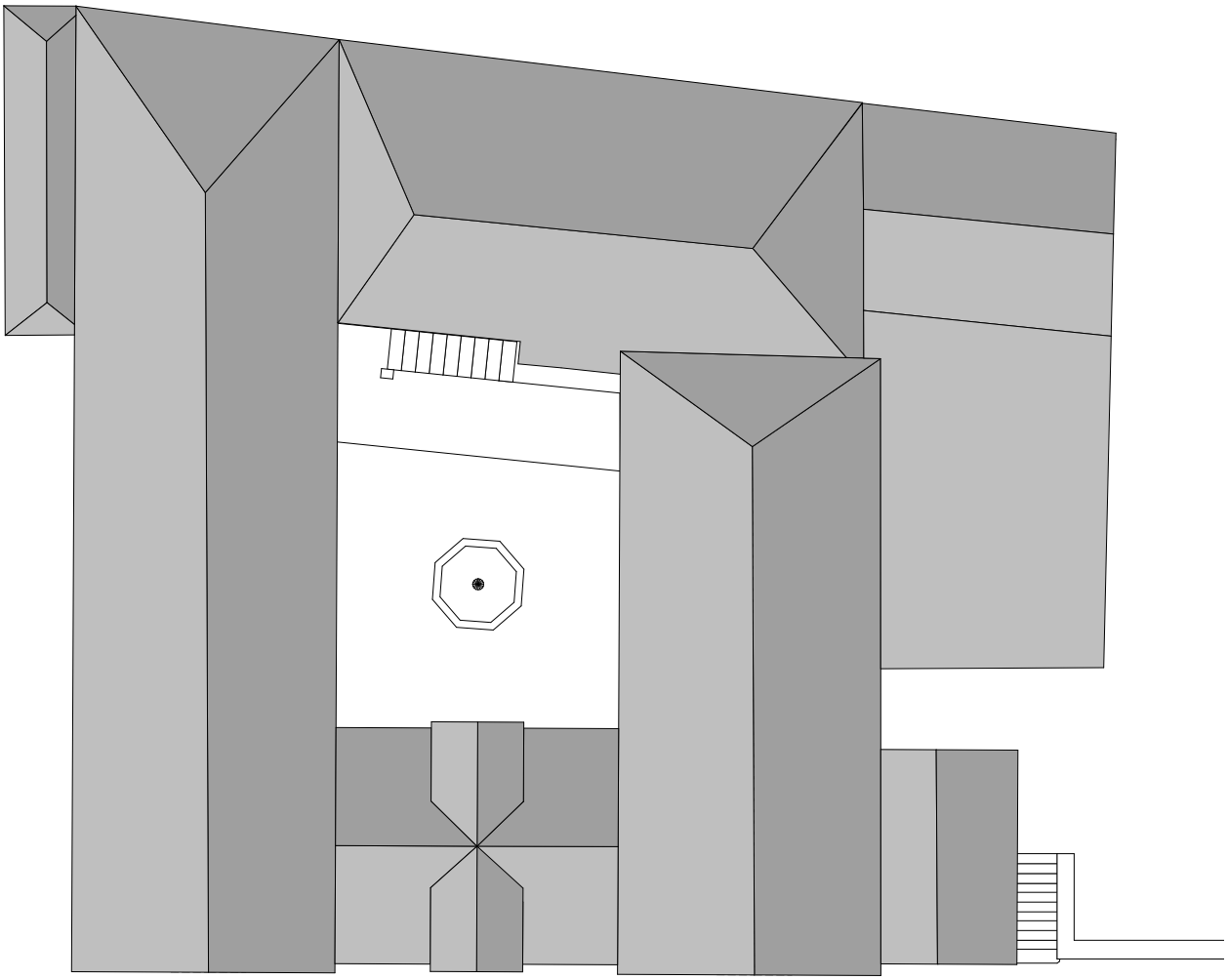




Planta do Piso 1 e 2 - Existente	
Fig. 2 e 3	Escala 1.200



Planta do Piso 3 - Existente	
Fig. 4	Escala 1.200



Planta da Cobertura - Existente	
Fig. 5	Escala 1.200



Fig. 6 - Sul

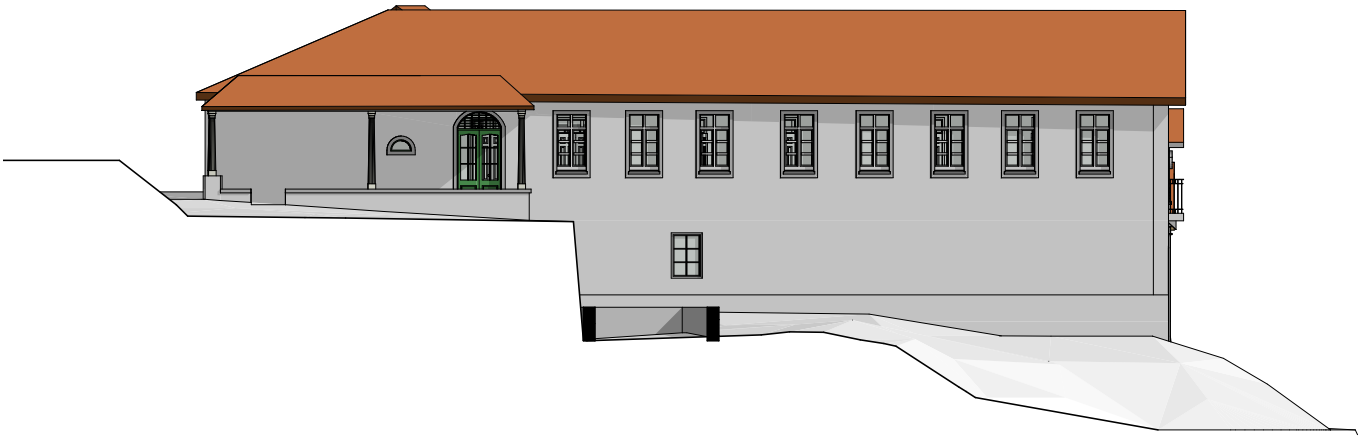


Fig. 7 - Oeste

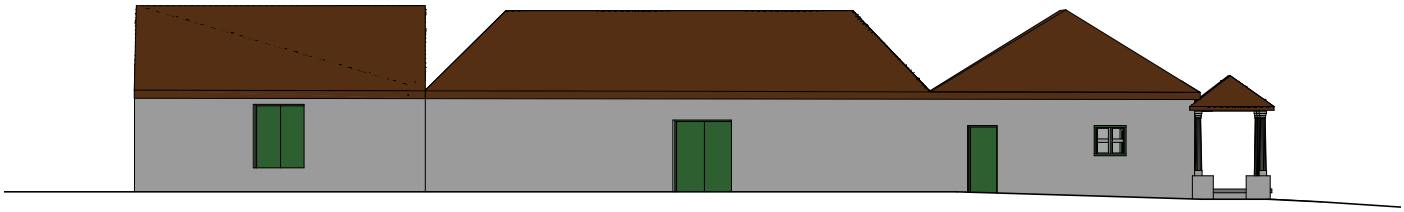


Fig. 8 - Norte

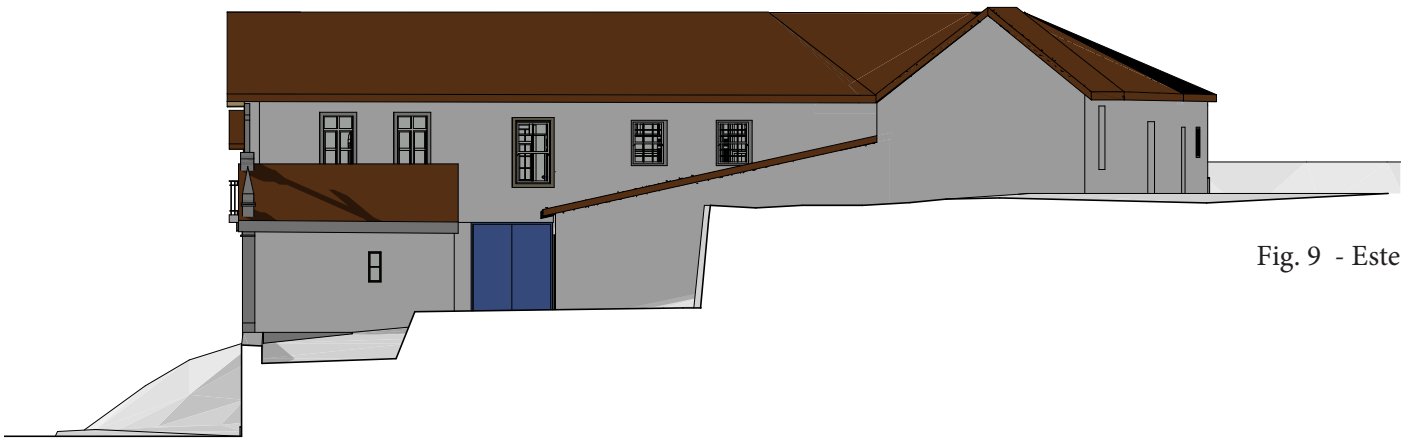


Fig. 9 - Este

	Alçados - Existente
Fig. 6 - 9	Escala 1.200



Fig. 10 - Longitudinal a Norte



Fig. 11 - Longitudinal a Sul



Fig. 12- Longitudinal a Norte (Pátio)

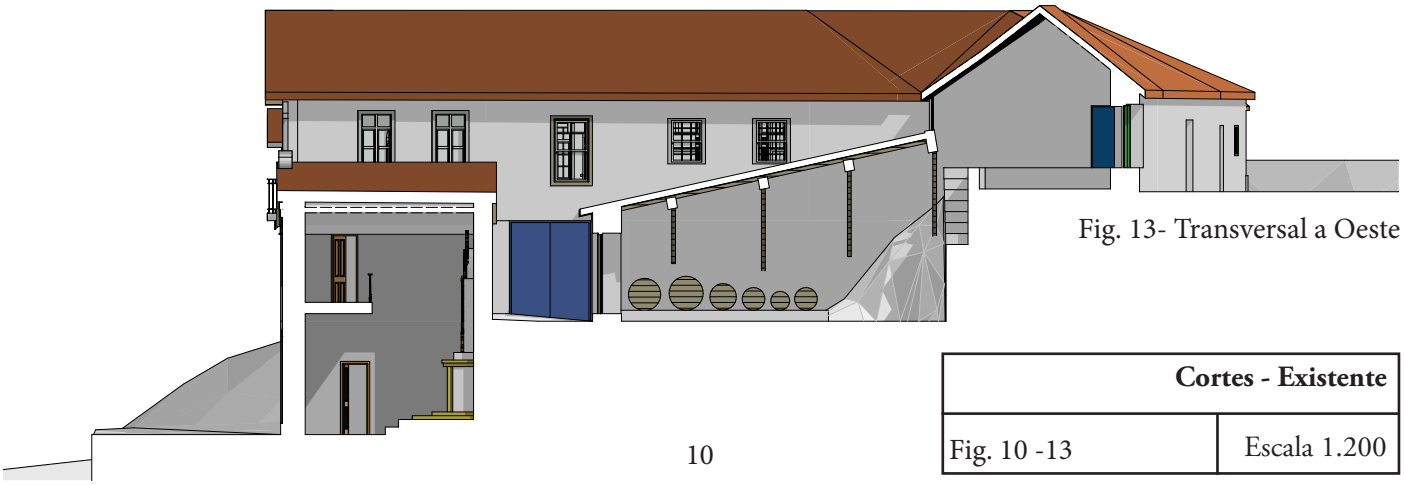


Fig. 13- Transversal a Oeste

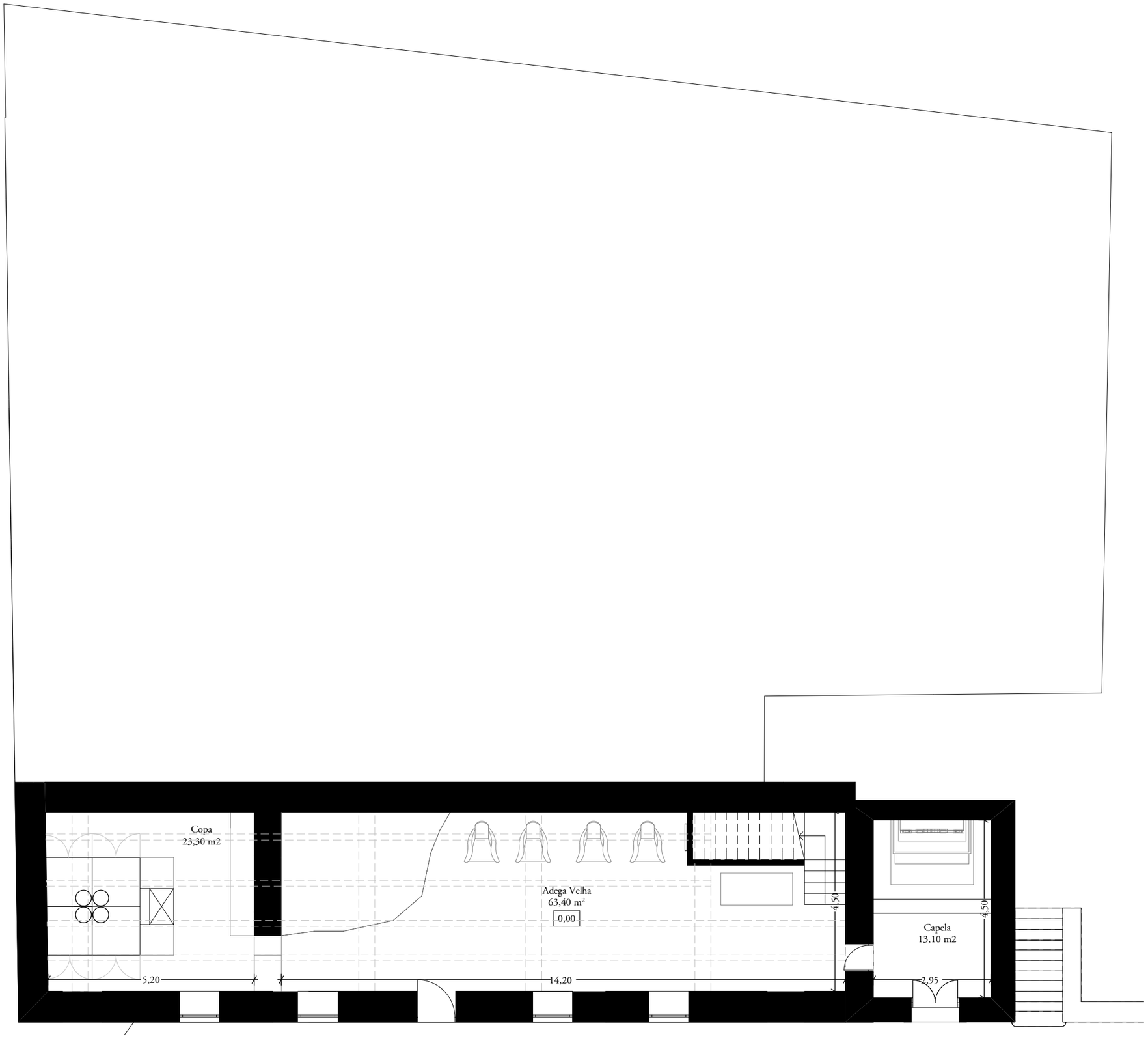
Cortes - Existente	
Fig. 10 -13	Escala 1.200

I. Peças Desenhadas

Proposta

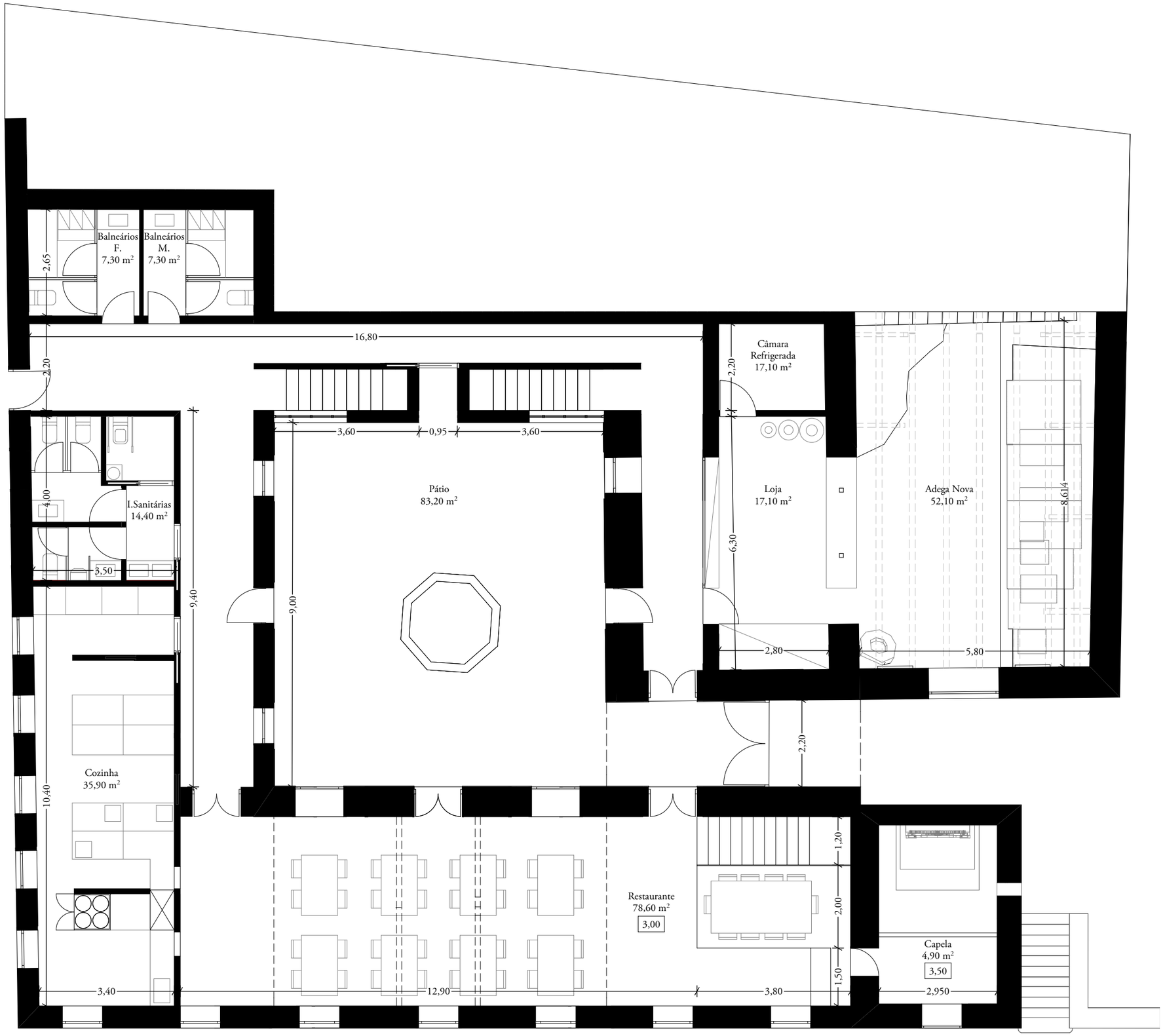


Planta de Implantação - Proposta	
Fig. 14	Escala 1.1000



Planta do Piso 1 - Proposta

Fig. 15 | Escala 1.100



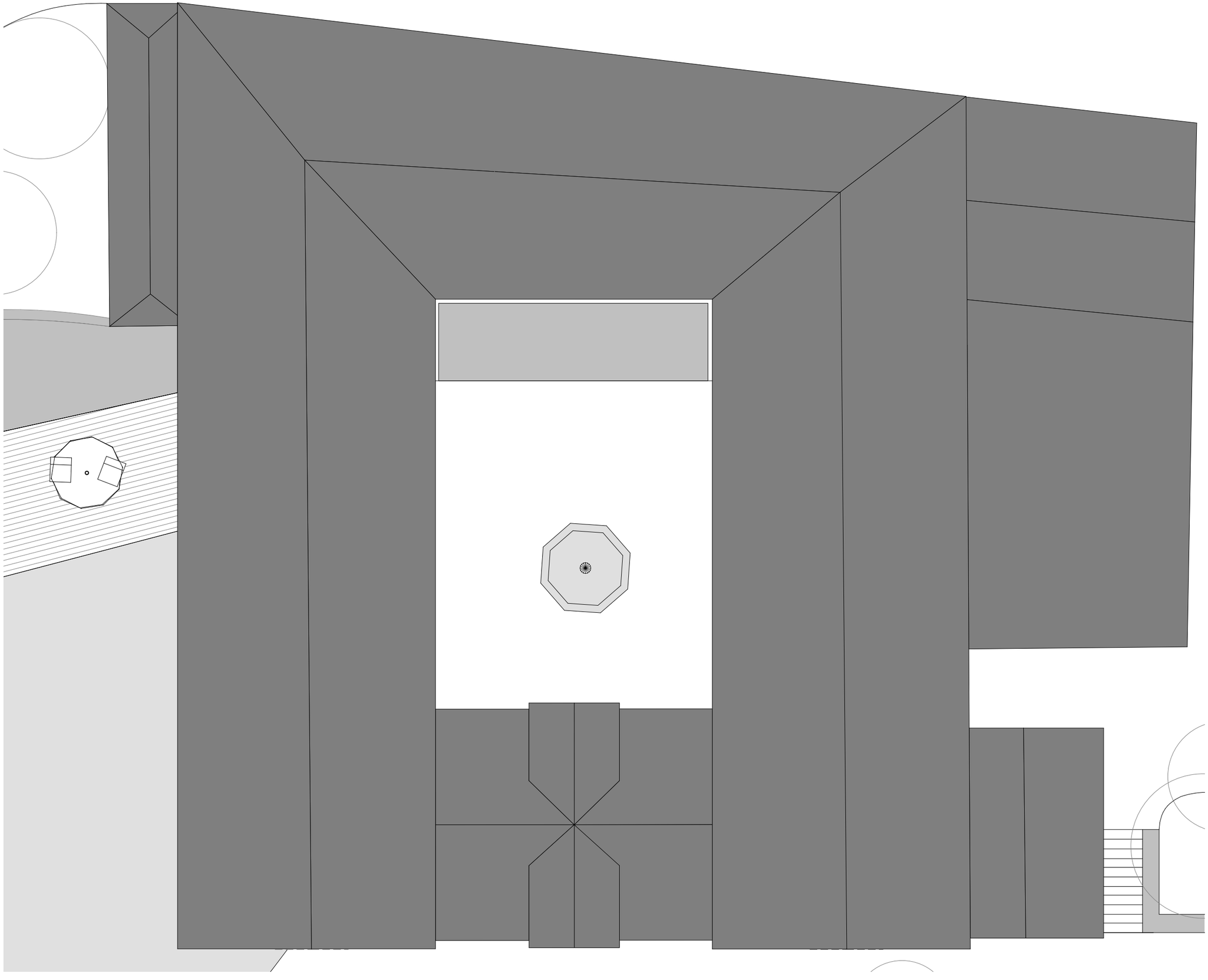
Planta do Piso 2 - Proposta

Fig. 16 | Escala 1.100



Planta do Piso 3 - Proposta

Fig. 17 | Escala 1.100

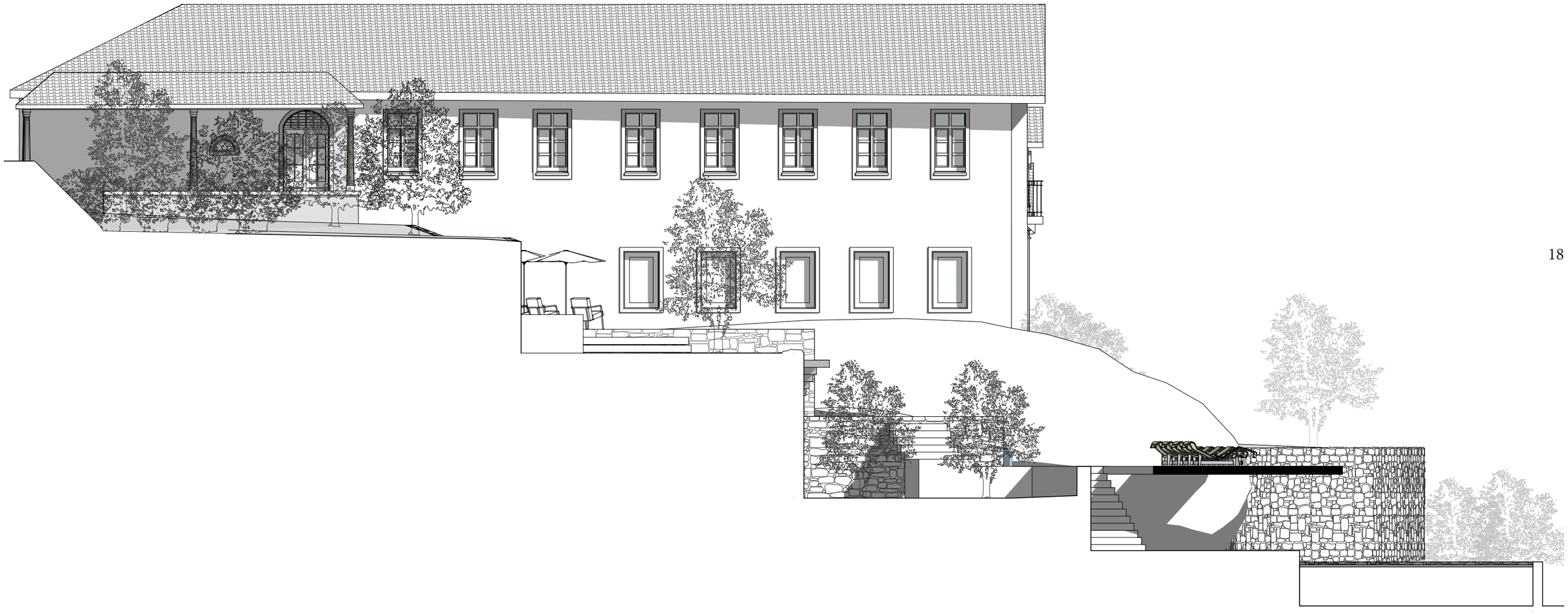


Planta da Cobertura - Proposta

Fig. 18	Escala 1.100



Alçado Sul - Proposta	
Fig. 19	Escala 1.100



Alçado Oeste - Proposta	
Fig. 20	Escala 1.100

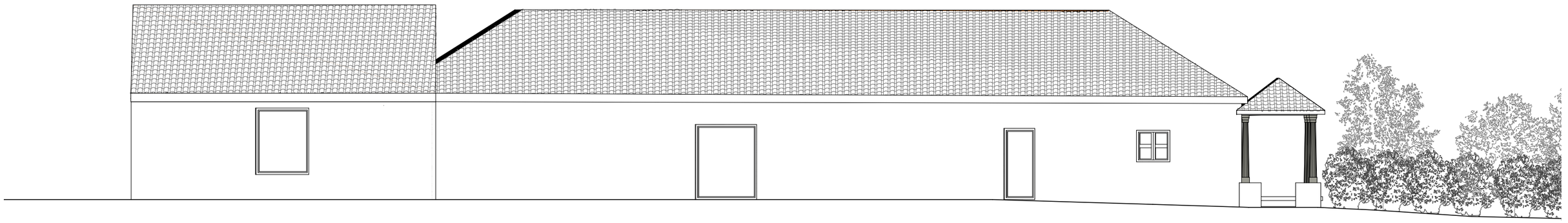


Fig. 21- Norte



Fig. 22- Este

Alçados - Proposta	
Fig. 21 e 22	Escala 1.100



Fig. 23- Longitudinal a Sul



Fig. 24- Longitudinal Norte (Pátio)

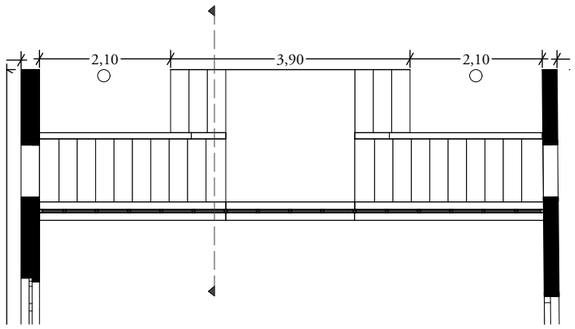
	Cortes - Proposta
Fig. 23 e 24	Escala 1.100

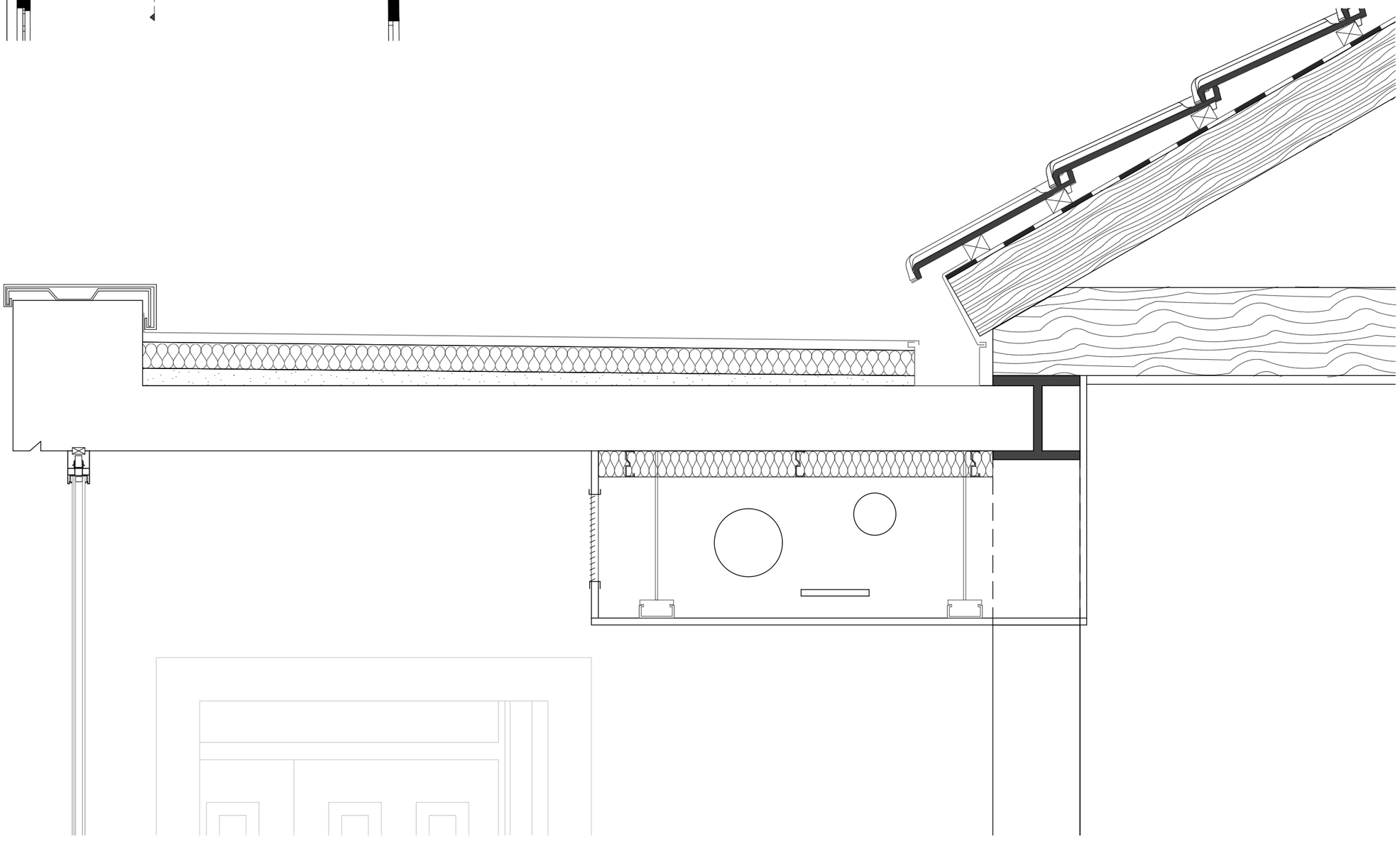


Fig. 25- Transversal a Oeste

Fig. 26- Longitudinal a Norte

Cortes - Proposta	
Fig. 25 e 26	Escala 1.100





Corte Pormenorizado - Proposta	
Fig. 27	Escala 1.10

I. Peças Desenhadas

Vermelhos e Amarelos

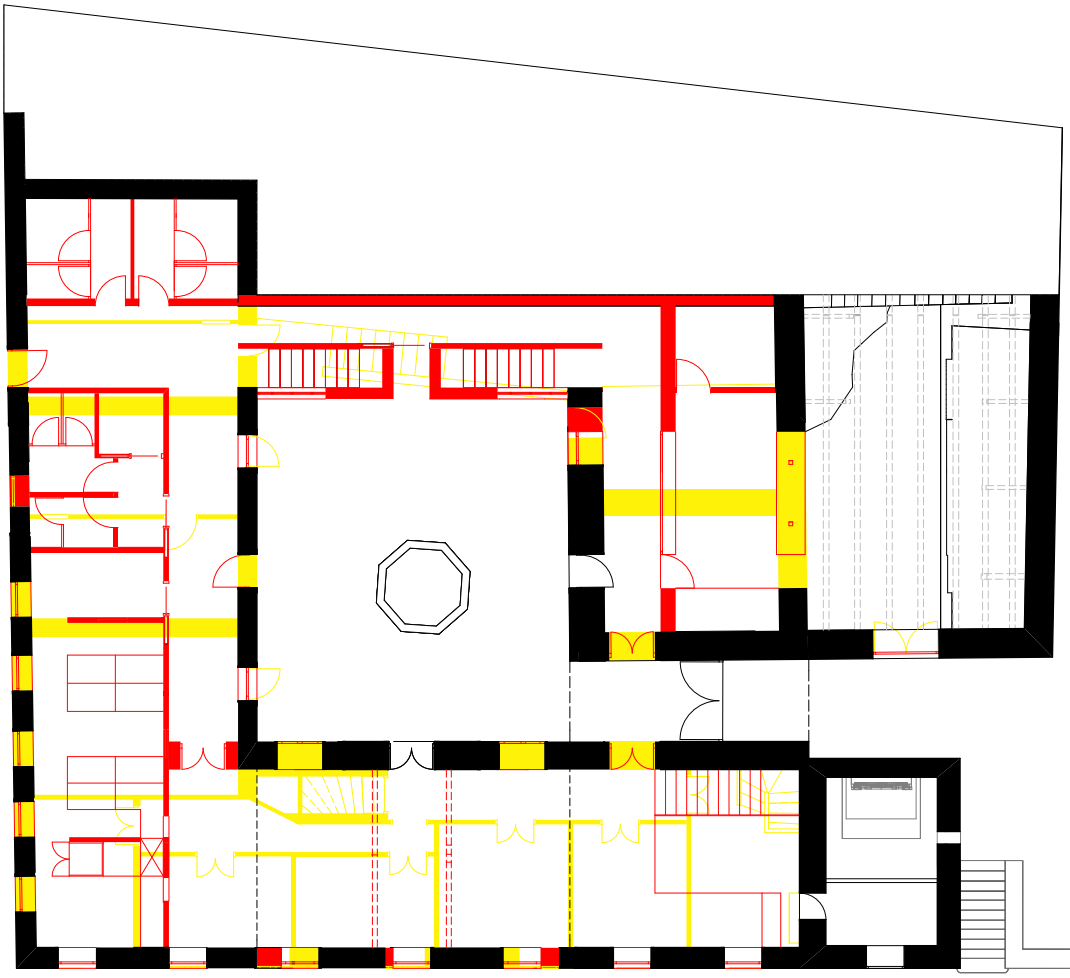


Fig. 29- Piso 2

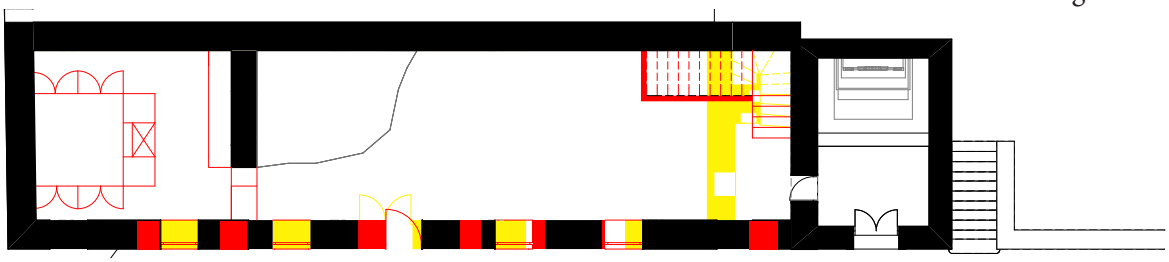


Fig. 28- Piso 1

Plantas - Vermelhos e Amarelos	
Fig. 28 e 29	Escala 1.200



Fig. 30- Piso 3

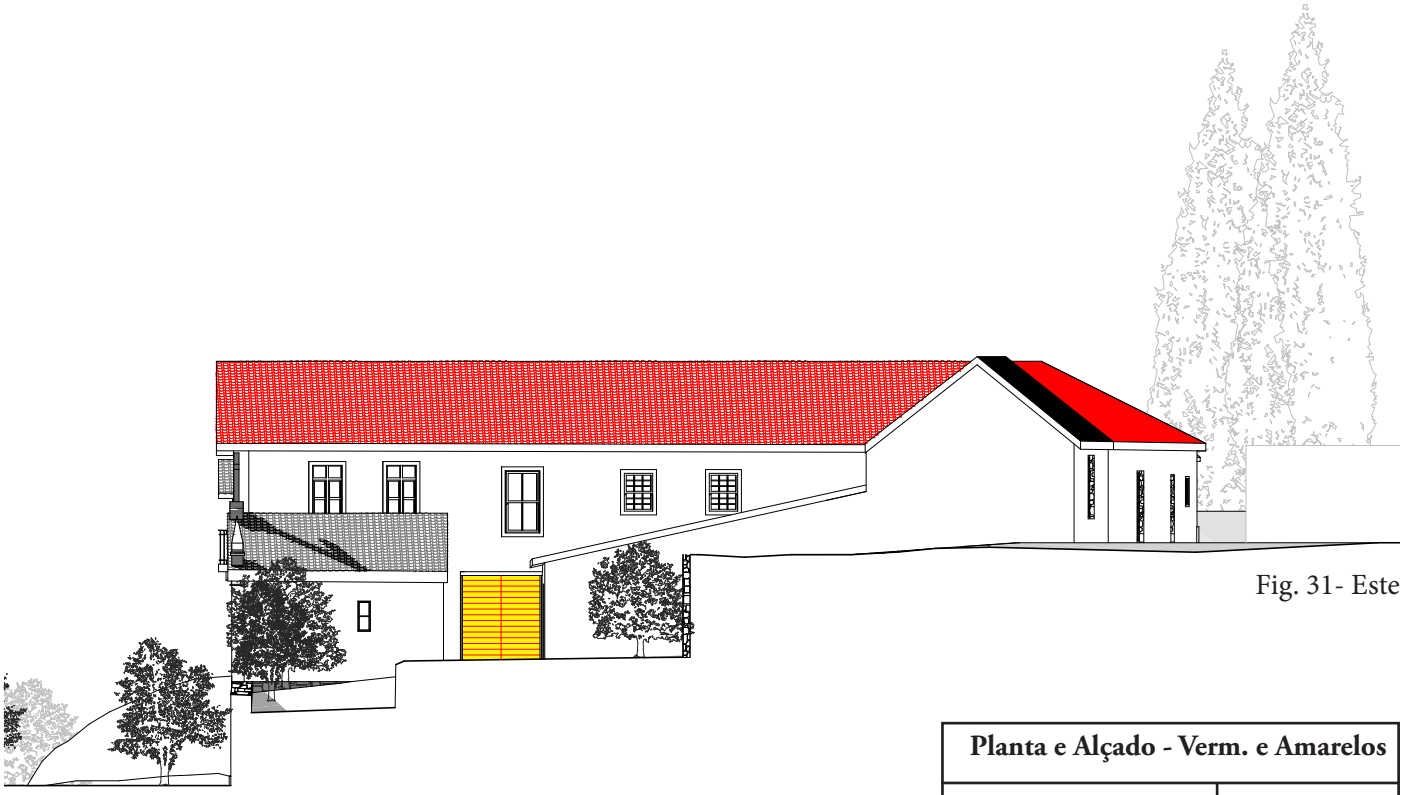


Fig. 31- Este

Planta e Alçado - Verm. e Amarelos	
Fig. 30 e 31	Escala 1.200



Fig. 32- Sul

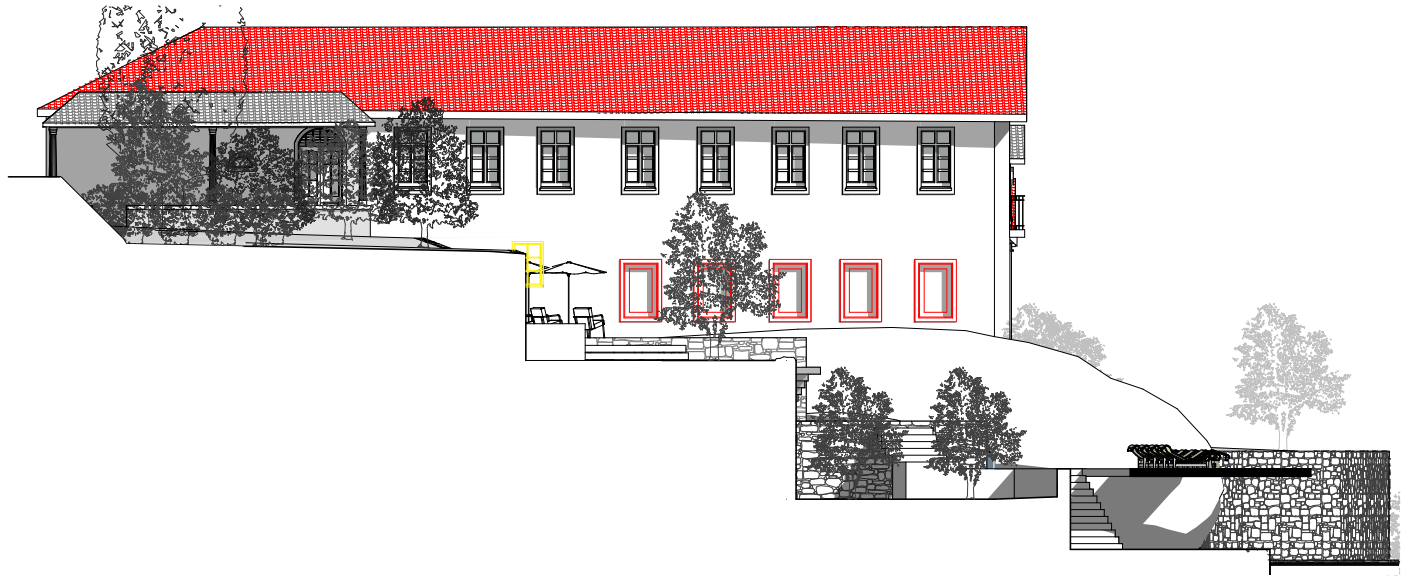


Fig. 33- Oeste

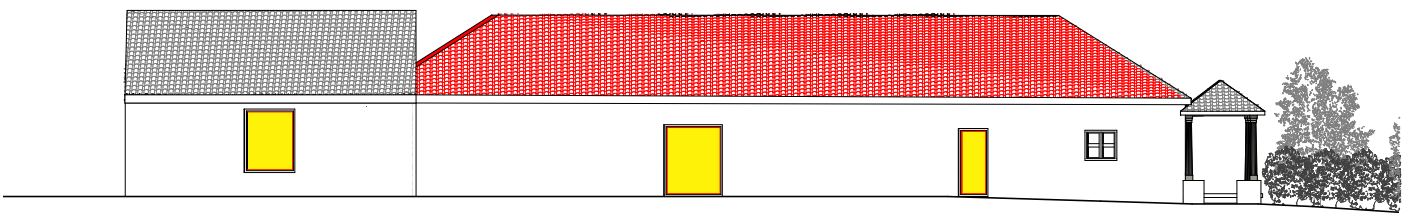
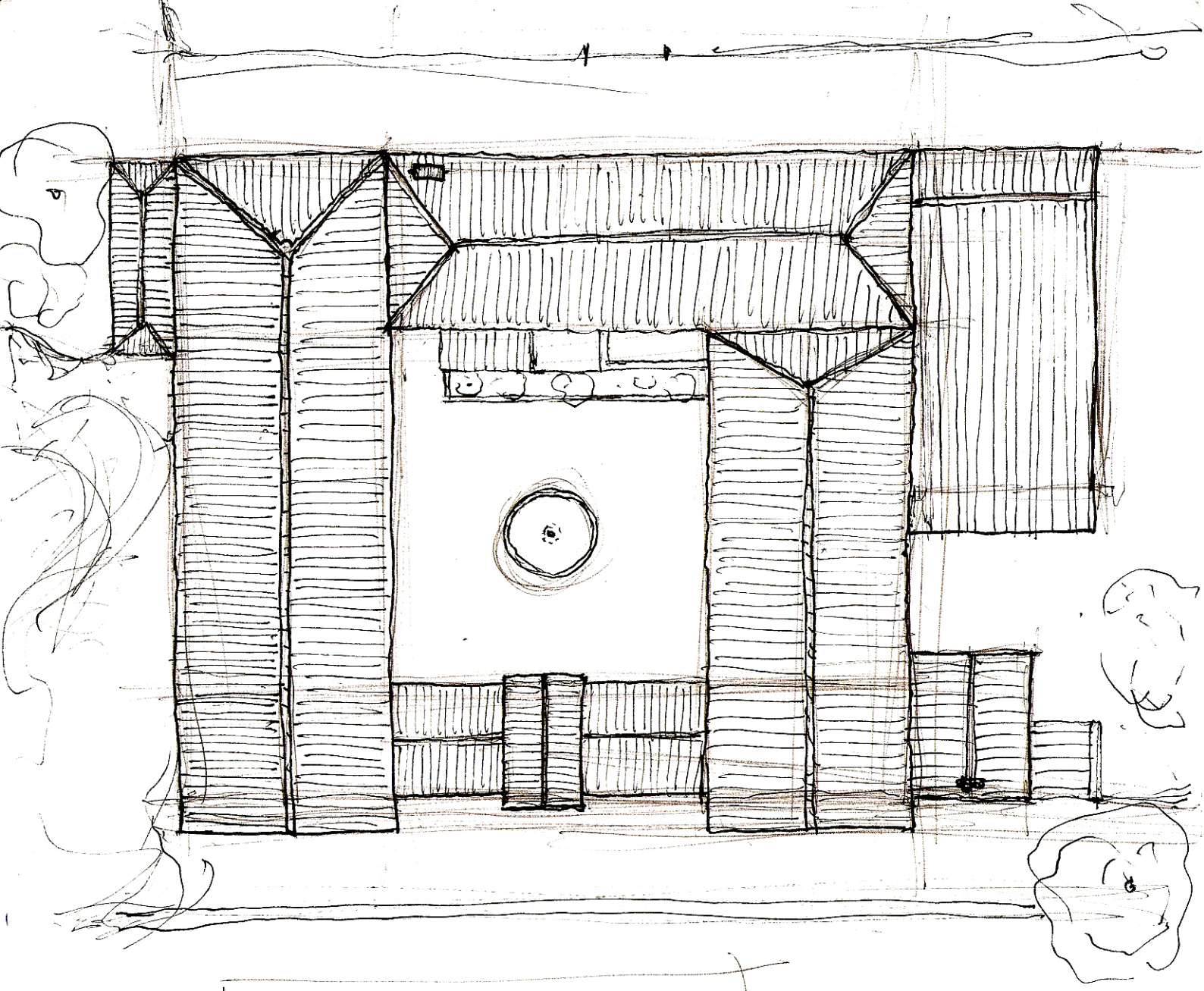


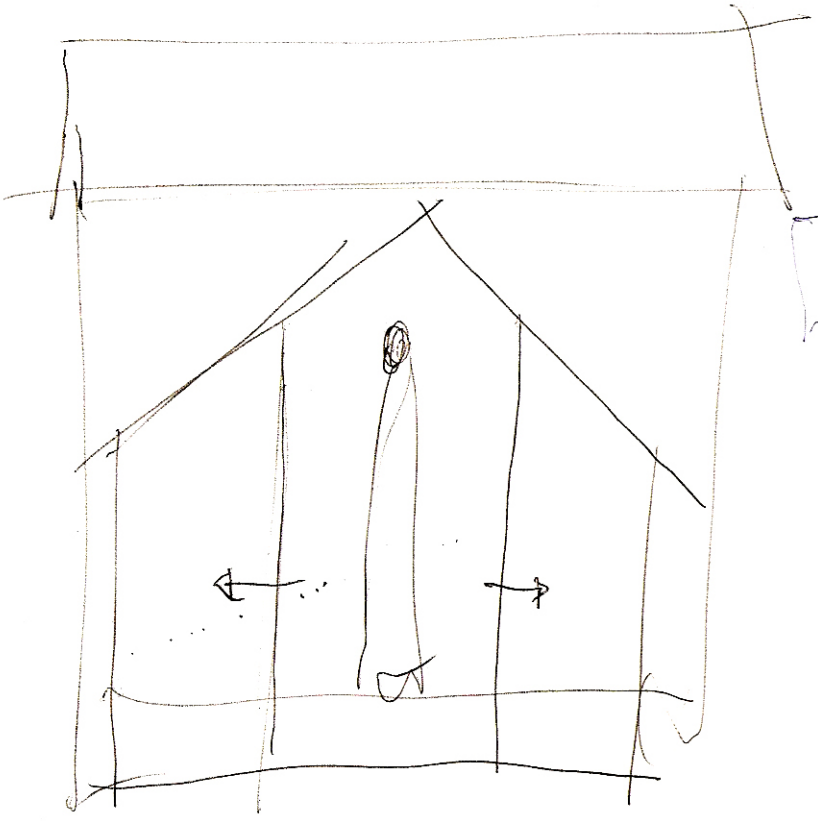
Fig. 34- Norte

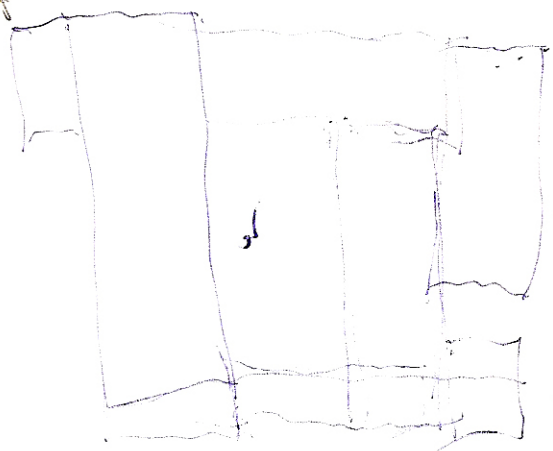
Alçados - Vermelhos e Amarelos	
Fig. 32 - 34	Escala 1.200

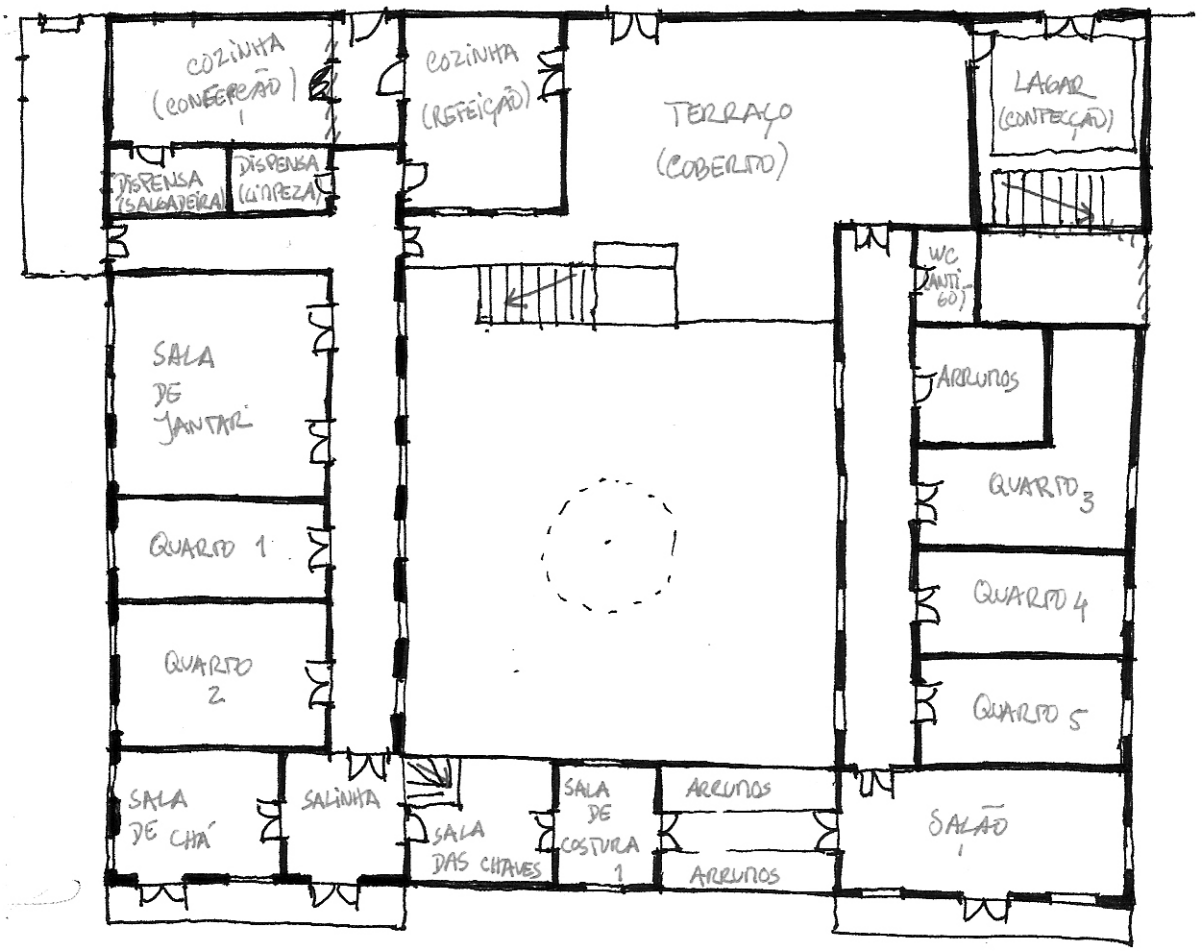
II. Processo

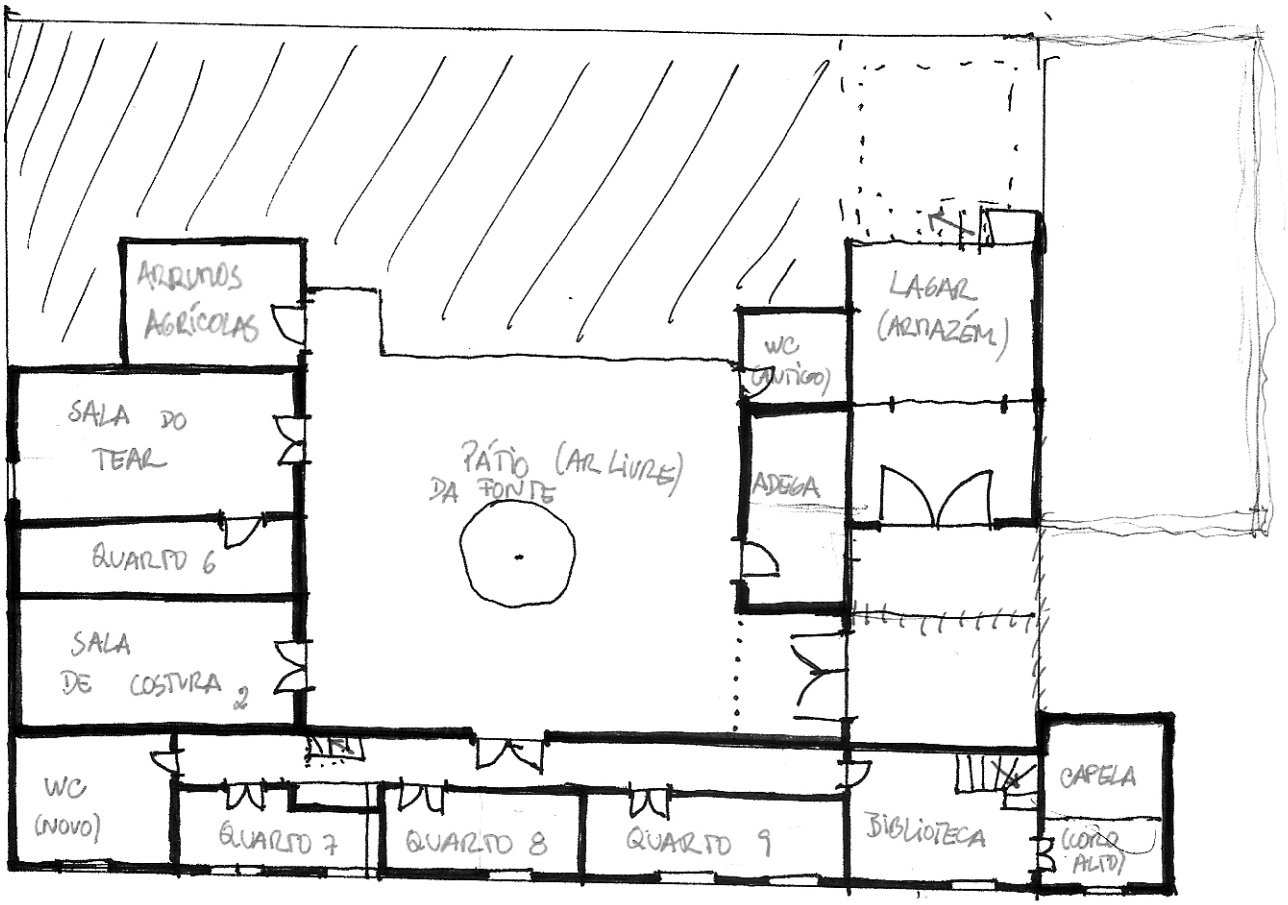
Levantamento

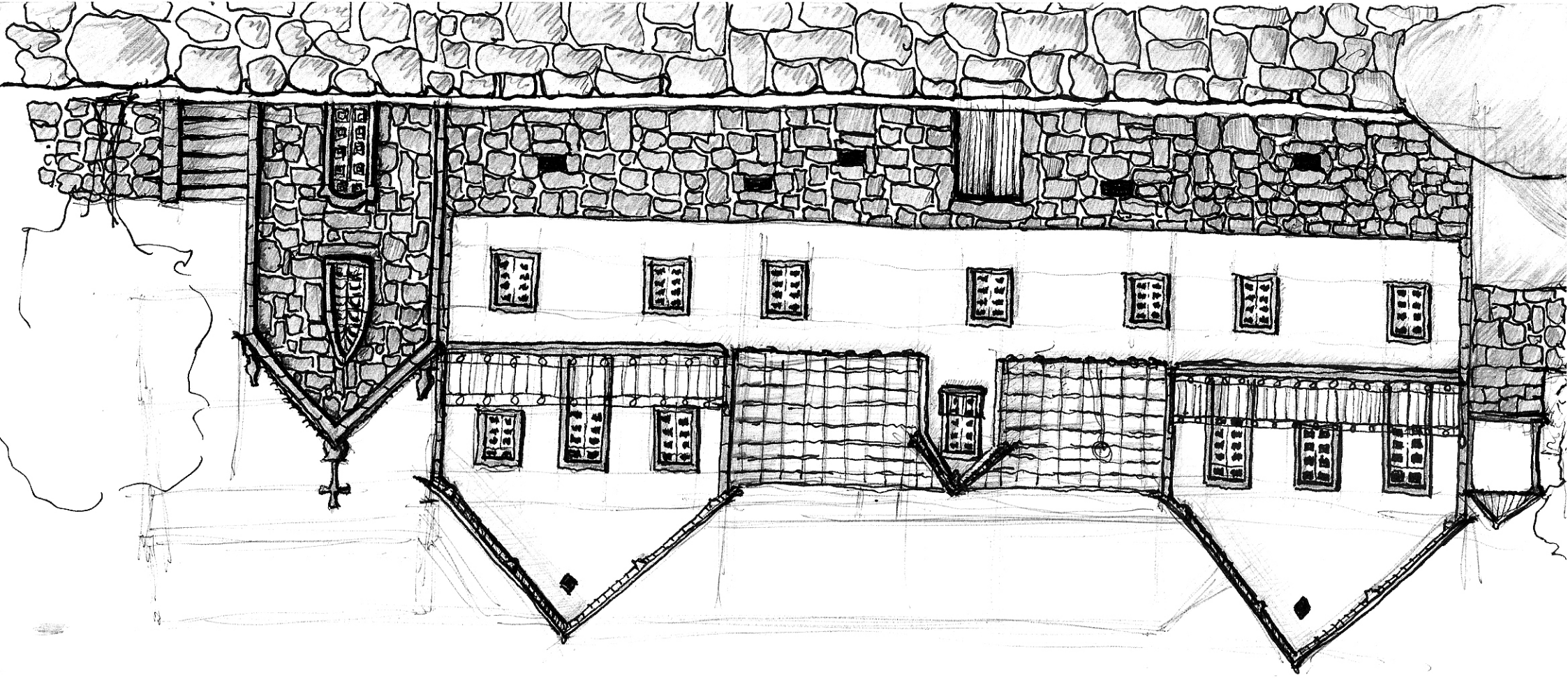






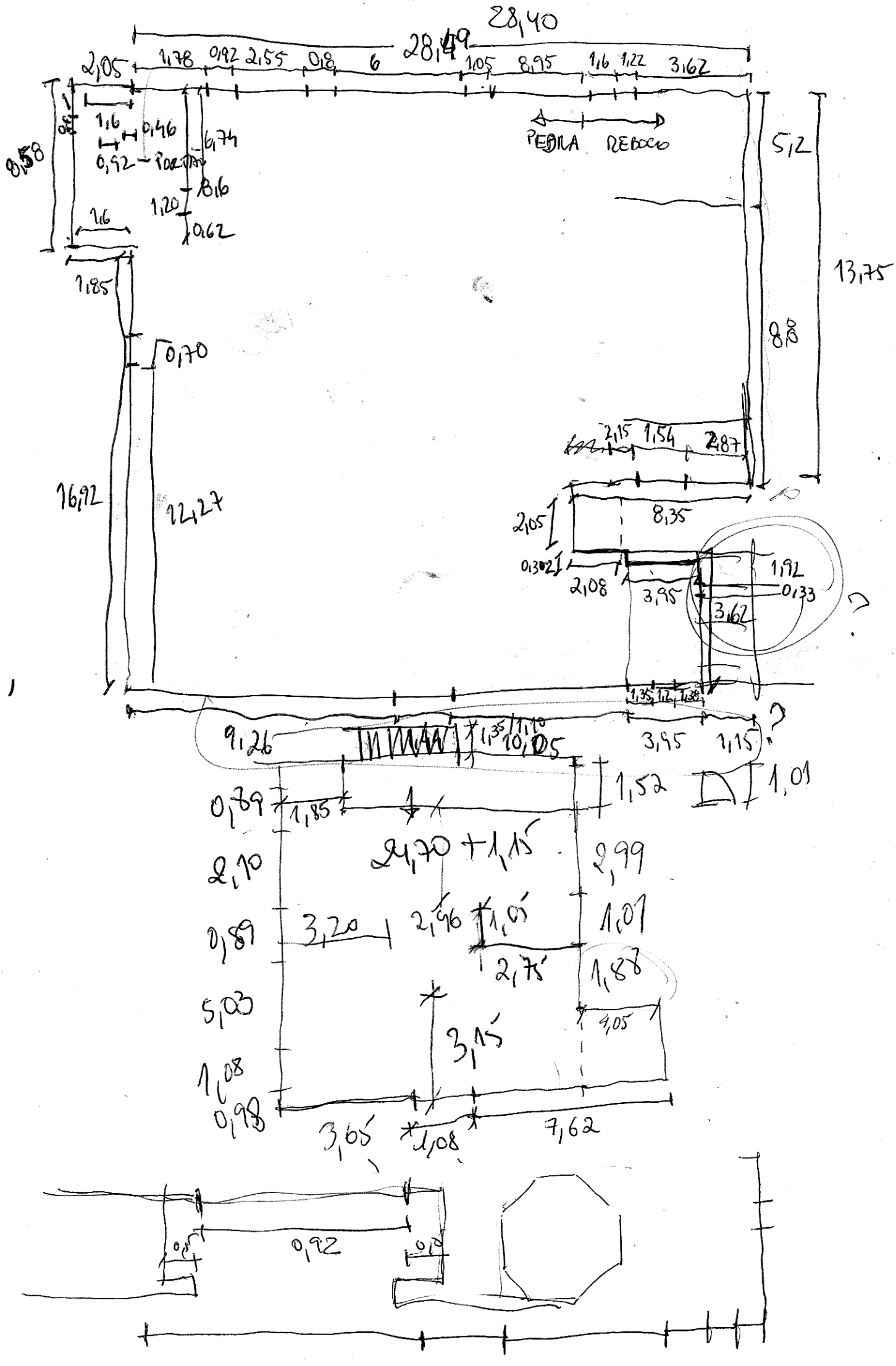

COZINHA (CONFEREÇÃO)
COZINHA (REFEIÇÃO)
TERRAÇO (COBERTO)
LAGAR (CONFECÇÃO)
DISPENSA (SALGADEIRA)
DISPENSA (LIMPEZA)
WC (ANTIGO)
SALA DE JANTAR
ARRUMOS
QUARTO 3
QUARTO 1
QUARTO 4
QUARTO 2
QUARTO 5
SALA DE CHÁ
SALINHA
SALA DAS CHAVES
SALA DE COSTURA 1
ARRUMOS
ARRUMOS
SALÃO


ARRUMOS AGRÍCOLAS
LAGAR (ARMAZÉM)
WC (ANTIGO)
SALA DO TEAR
PÁTIO (AR LIVRE) DA FONTE
ADEGA
QUARTO 6
SALA DE COSTURA 2
WC (NOVO)
QUARTO 7
QUARTO 8
QUARTO 9
BIBLIOTECA
CAPELA
(CORO ALTO)

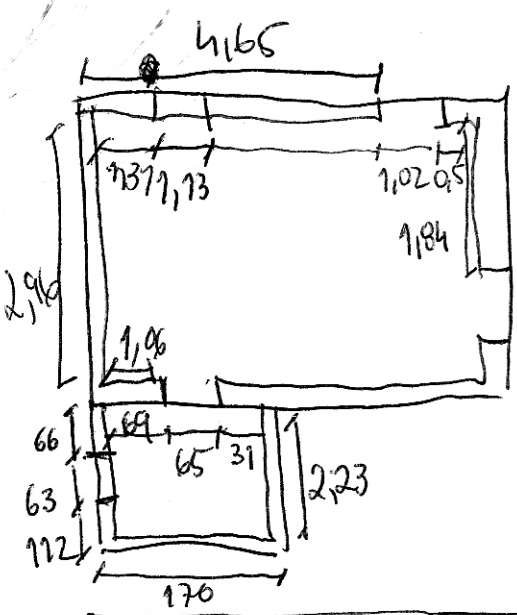


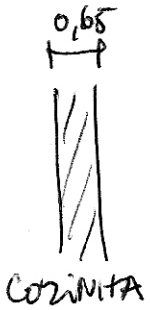
ARCHICAD VERSÃO EDUCAÇÃO
GRAPHISOFT.

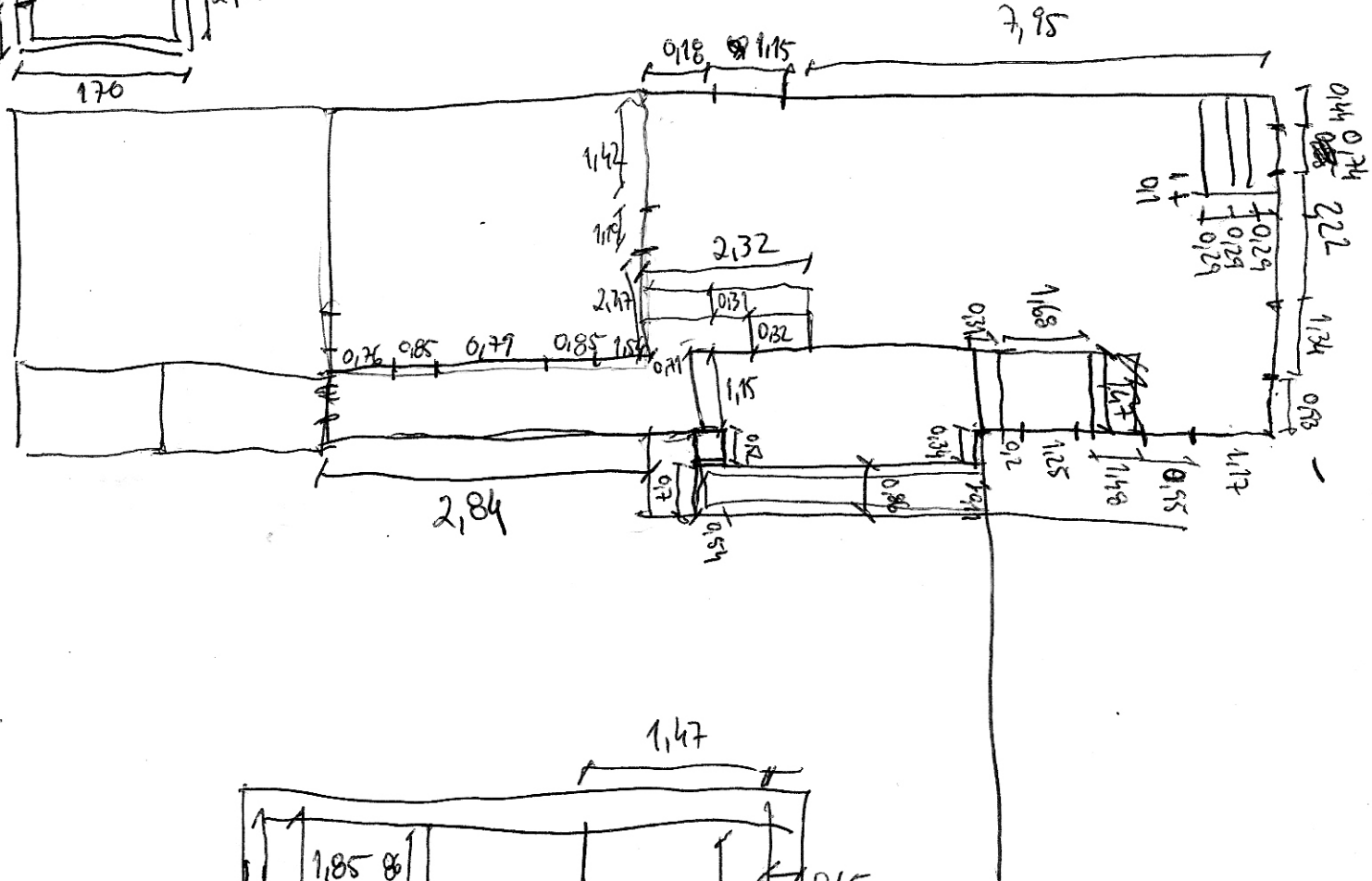


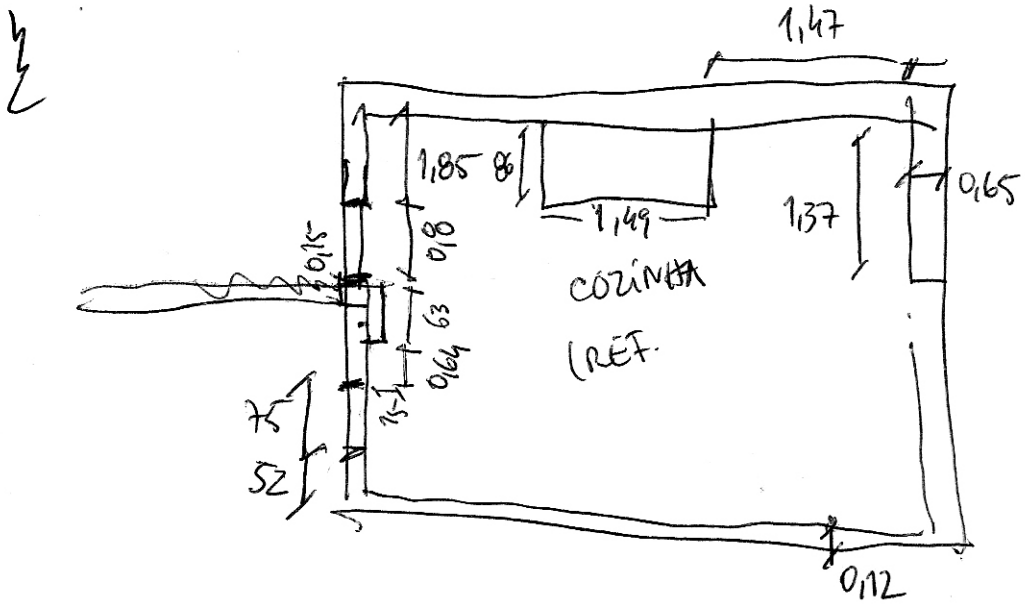

28,40
28,49
2,05
1,78
0,92
2,55
0,8
6
1,05
8,95
1,6
1,22
3,62
PEDRA
REBOCO
5,12
13,75
8,8
0,58
1,6
0,46
0,92
6,74
8,16
1,20
0,62
1,6
1,85
0,70
16,92
12,27
2,15
1,54
2,87
8,35
2,05
0,30
2,08
3,95
1,92
0,33
3,62
1,35
1,6
1,38
9,26
1,35
1,10
10,05
3,95
1,15
1,52
1,01
0,89
1,85
2,10
24,70 + 1,15
2,99
0,89
3,20
2,96
1,05
1,07
2,75
1,88
5,03
3,15
4,05
1,08
0,98
3,65
1,08
7,62
0,92

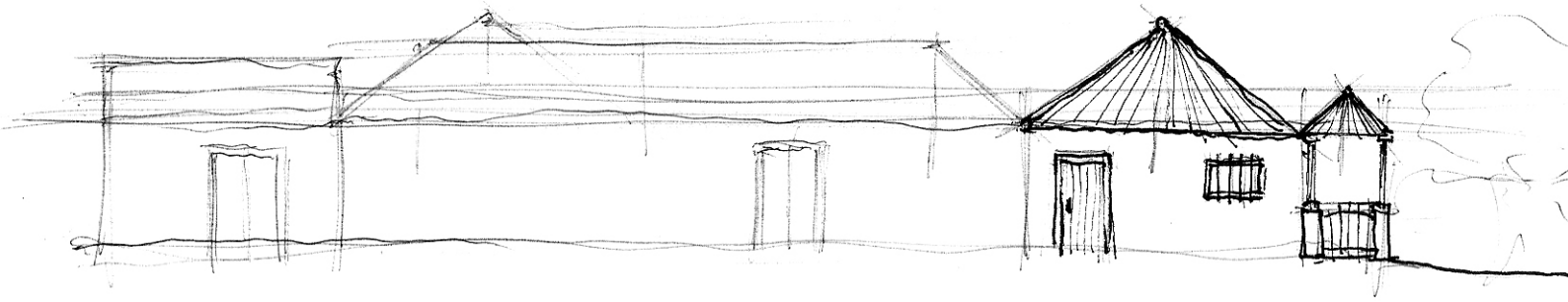
ESPESSURAS INT. EXT.

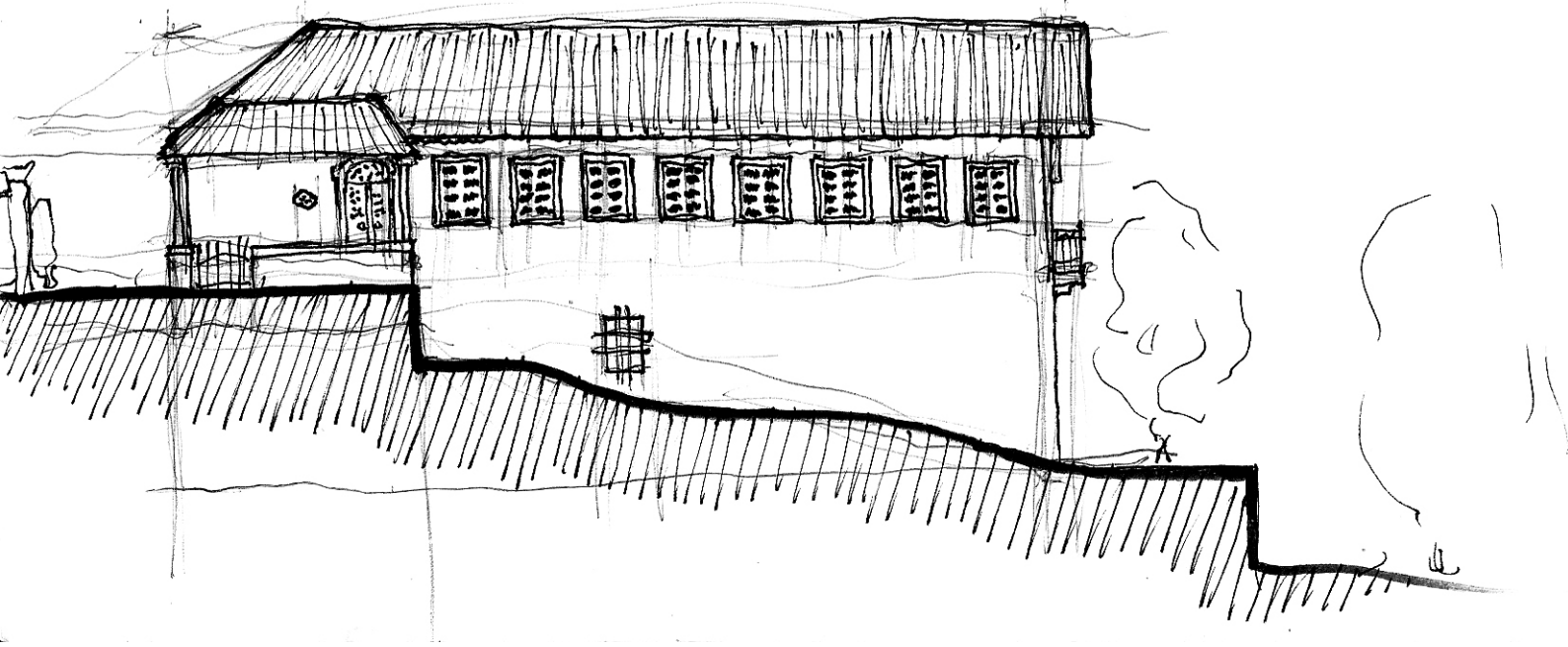


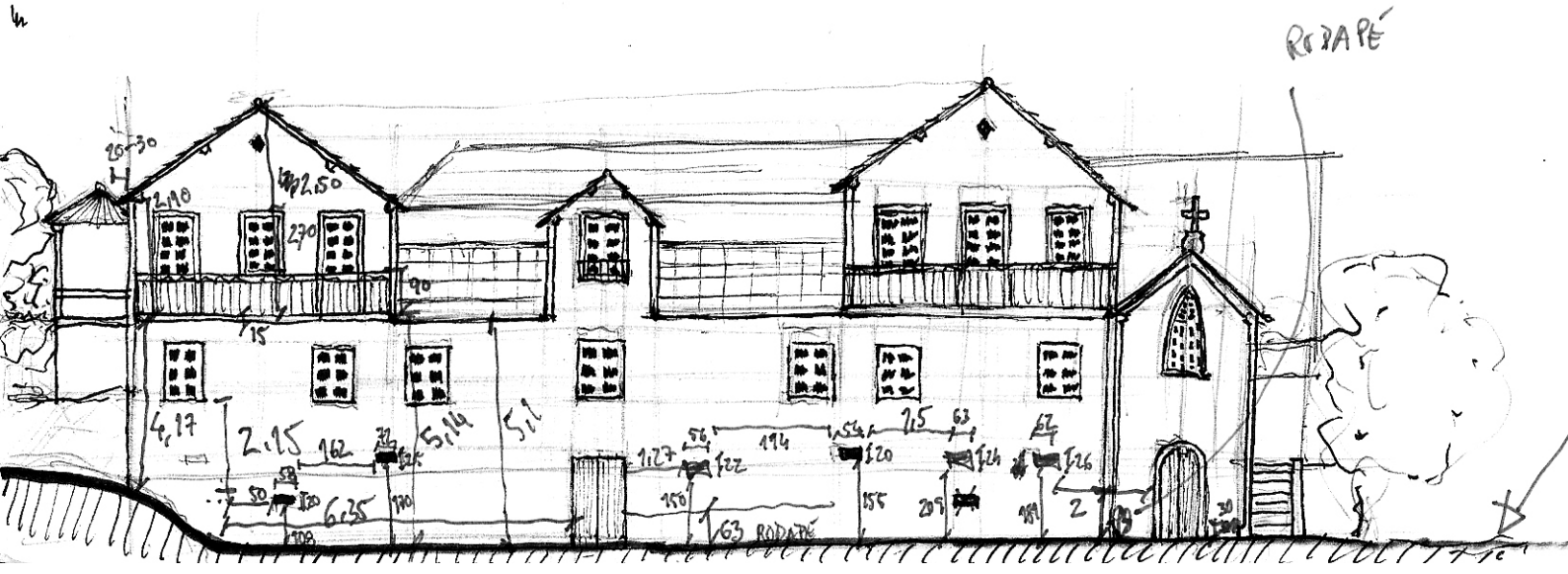




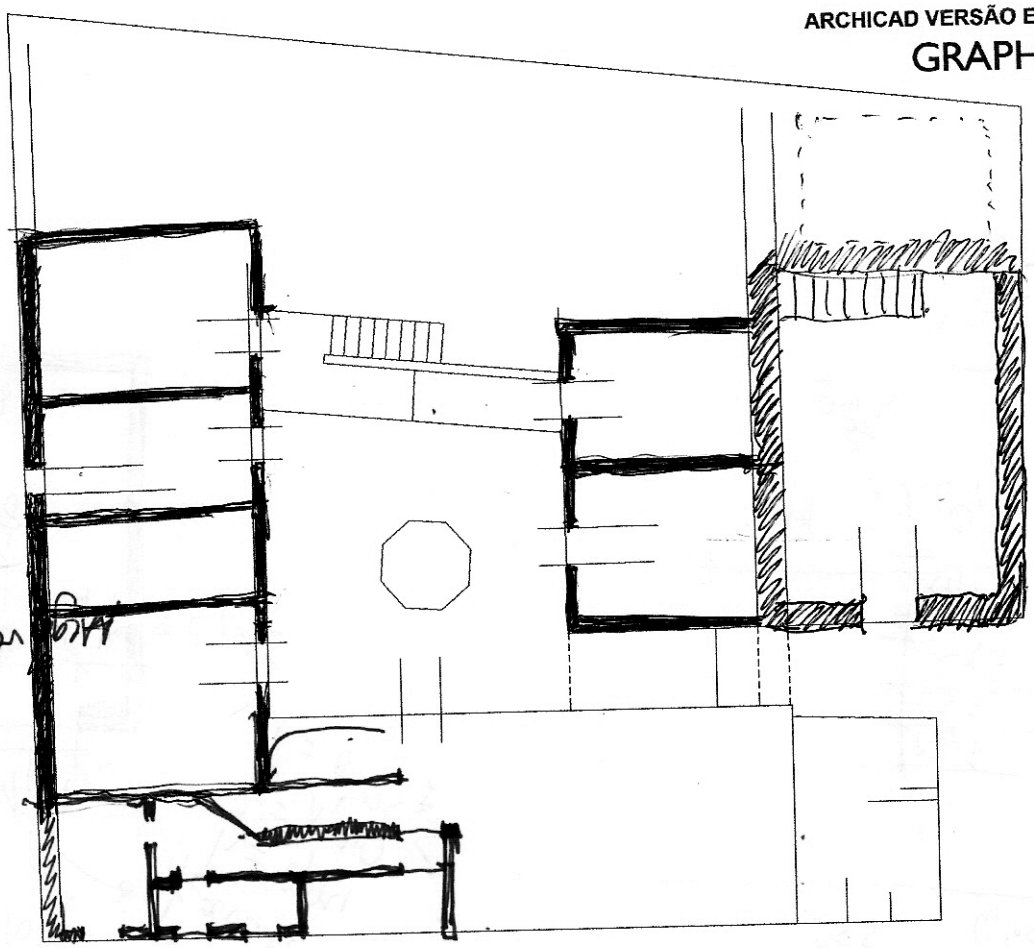


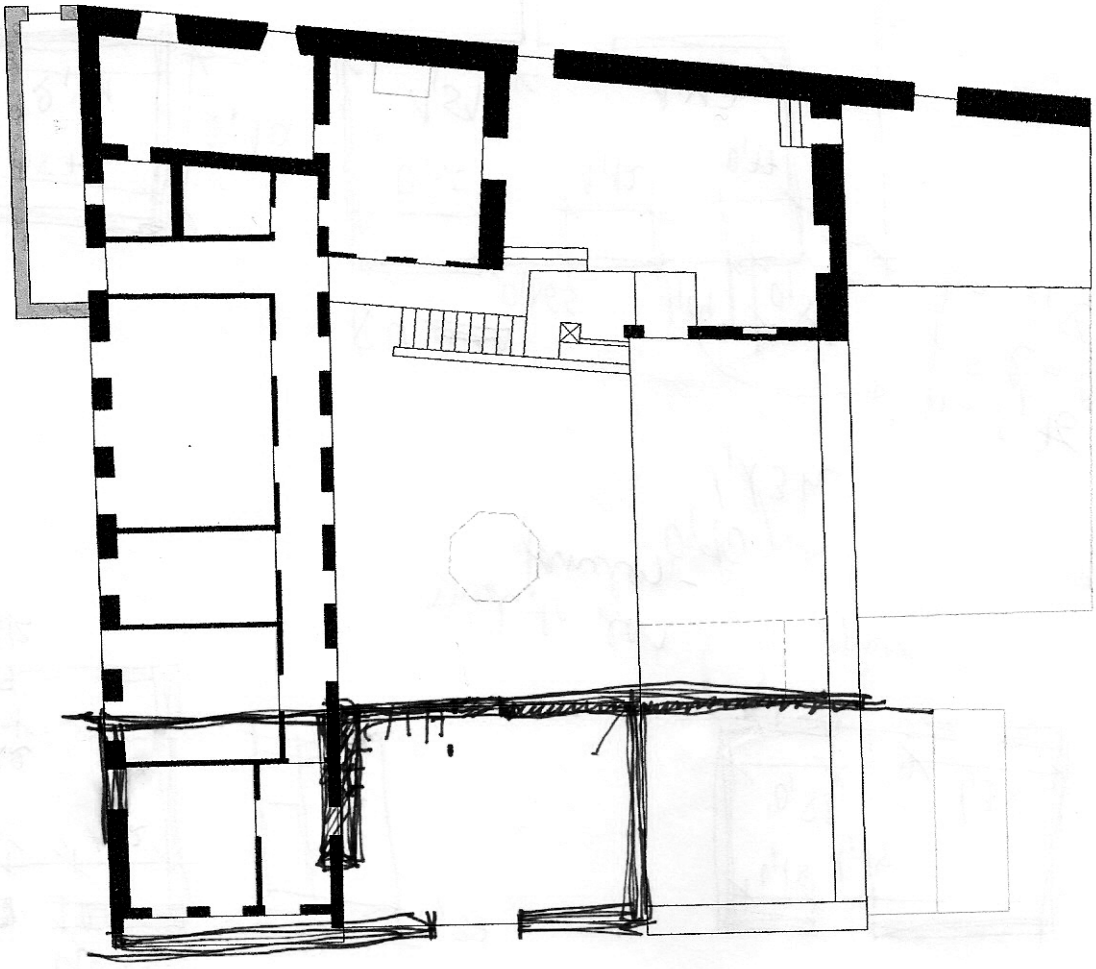





RODAPÉ
20-30
2,90
2,50
270
90
15
4,17
2,15
162
5,14
5,1
1,27
114
1,5
6,35
150
155
209
2
63 RODAPÉ

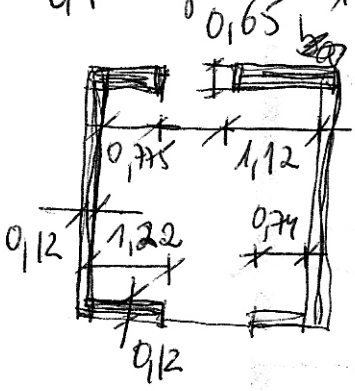
ARCHICAD VERSÃO EDUCAÇÃO
GRAPHISOFT.

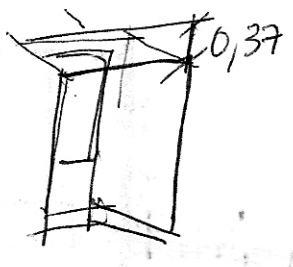




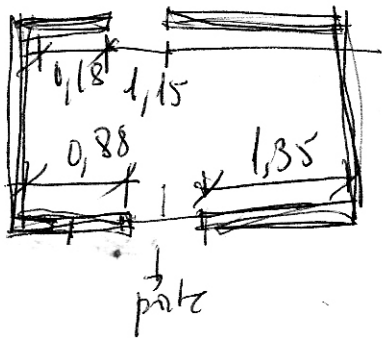
h chão - 0,89
h janela - 1,18

Q1



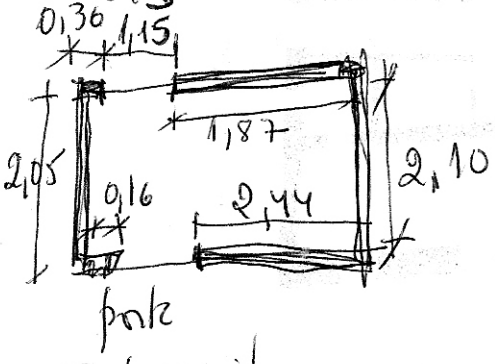


Q2

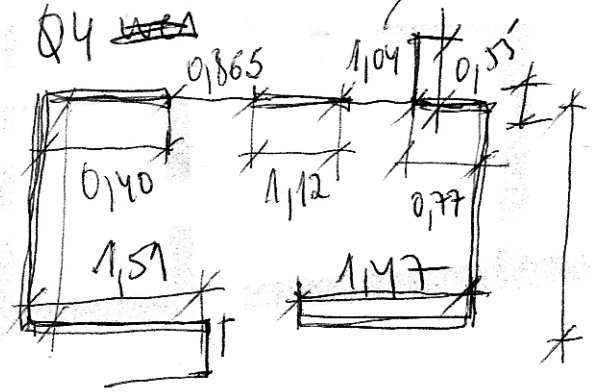


medida das janelas - 0,90 por 1,13 h

Q3



Q4

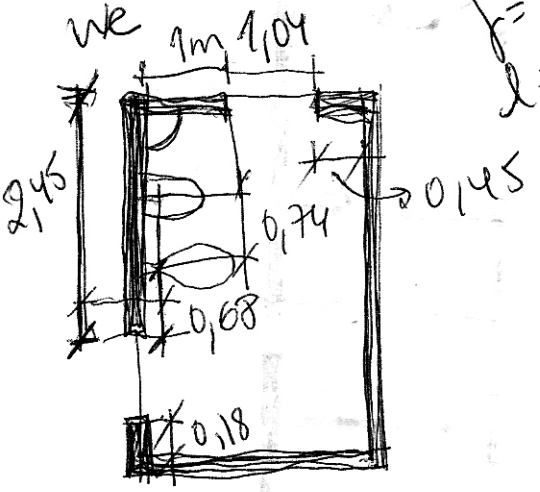


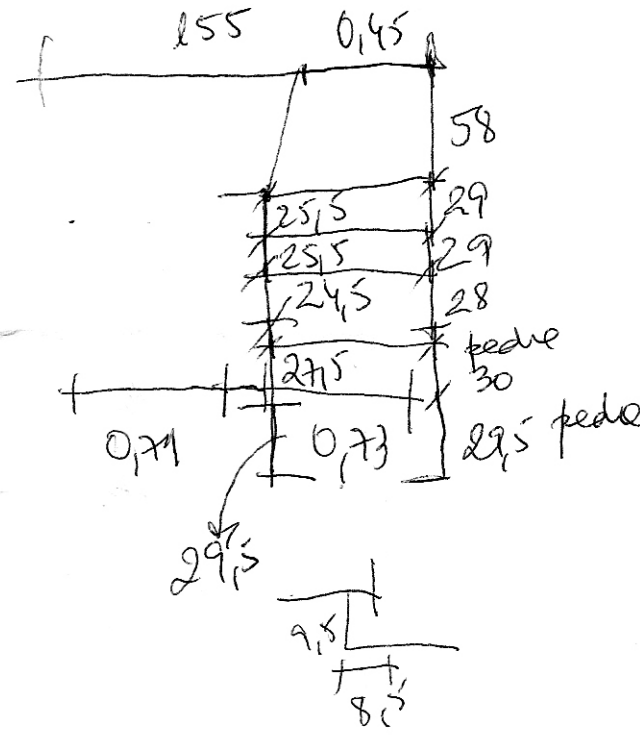
h = 0,76
j = l = 0,89 × 1,10 h
b = 0,56

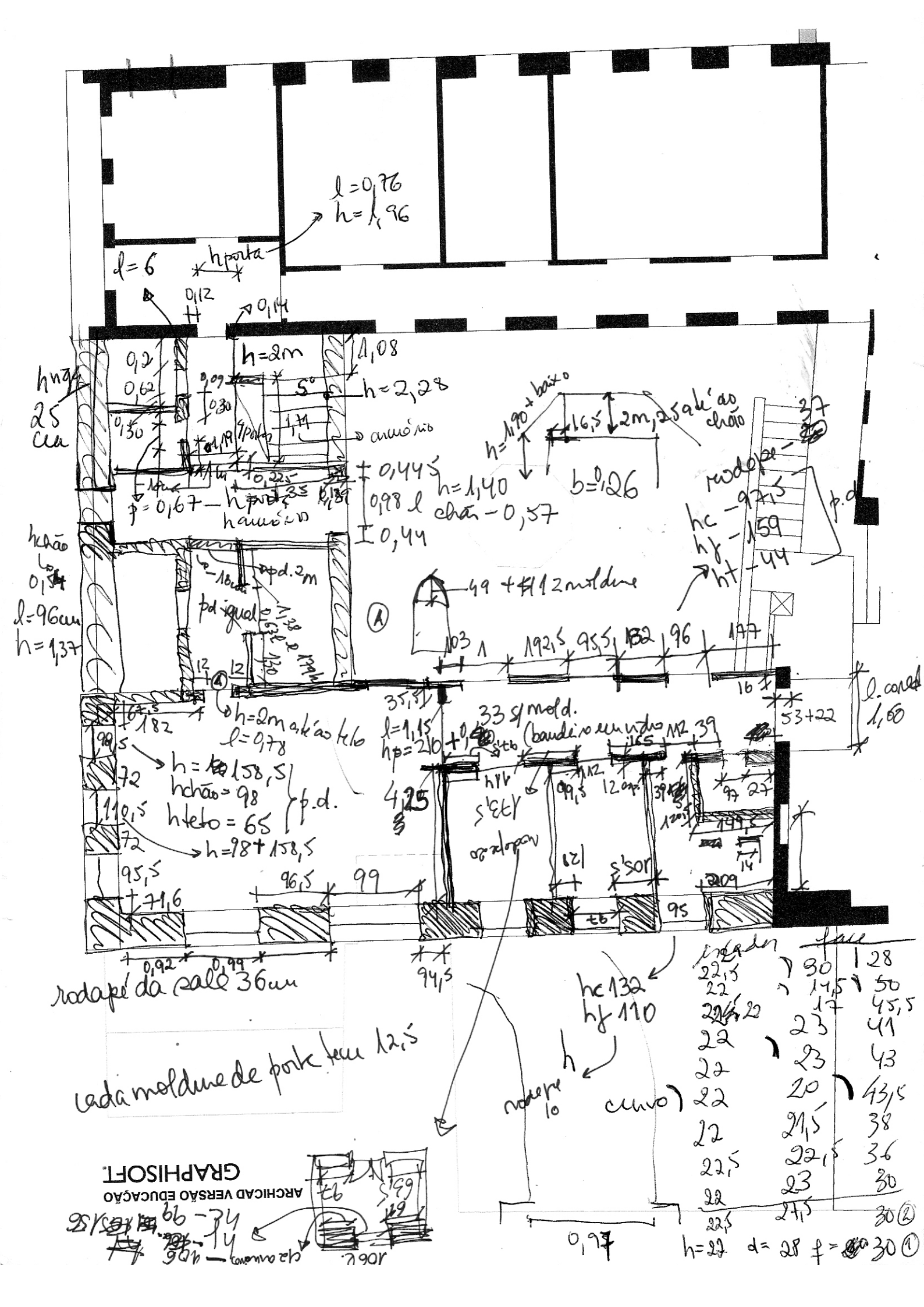
não é direito

janela
h = 0,74
j = 1,10
l = 0,885

we



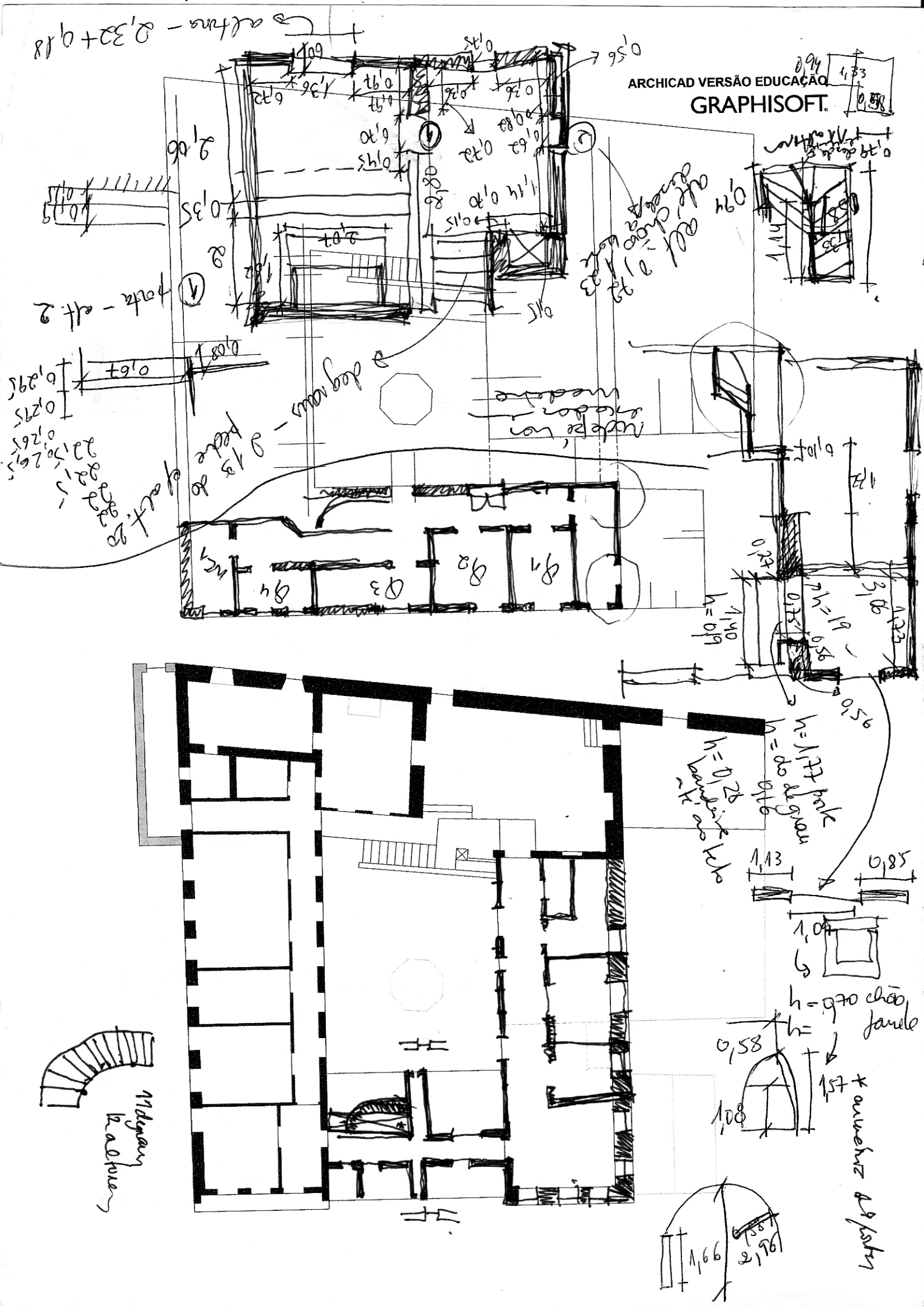




escada	face	
22,5	30	28
22	14,5	50
22	17	45,5
22	23	41
22	23	43
22	20	43,5
22	21,5	38
22,5	22,5	36
22	23	30
22,5	27,5	30 ②

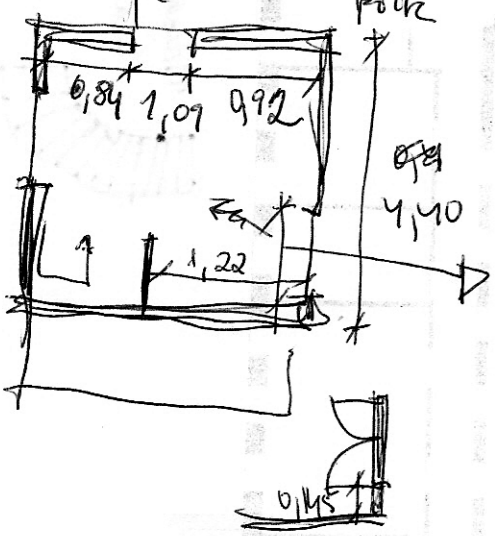
ARCHICAD VERSÃO EDUCAÇÃO
GRAPHISOFT

ARCHICAD VERSÃO EDUCAÇÃO
GRAPHISOFT.


1,13
0,85
1,04
h=0,70 chão janela
0,58
1,57
1,08
1,66
2,16
h=1,77 parte do alçado
h=0,28 banqueta
0,56
3,06
1,23
0,27
1,40
0,58
0,94
1,33
0,58
2,06
0,35
0,67
0,29
0,27
0,26
0,09
0,12
0,92
0,36
0,18
0,14
0,20
0,15
0,43
0,56
0,32
0,84
0,28
0,63
0,73
0,92
0,36
0,12
0,73
0,20
0,14
0,15
0,08
0,28
0,94
0,35
0,19
2,04
2,06
0,15
0,43
0,12
0,08
0,67
0,29
0,27
0,26
0,18
0,32
0,18
0,12
0,14
0,35
0,19

sala ao lado da capela no andar de cima

pé direito a partir do porte



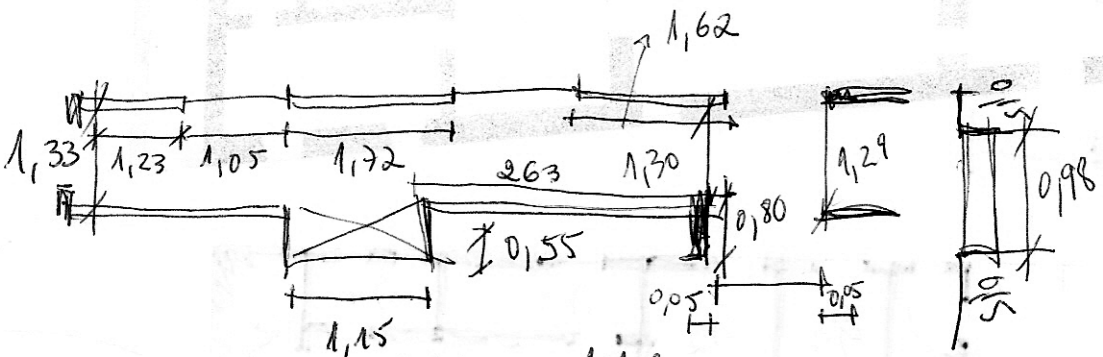
p. - ~~[illegible]~~

~~[illegible]~~ 1,05 l

h - 1,90

band até teto - 0,535

corredor



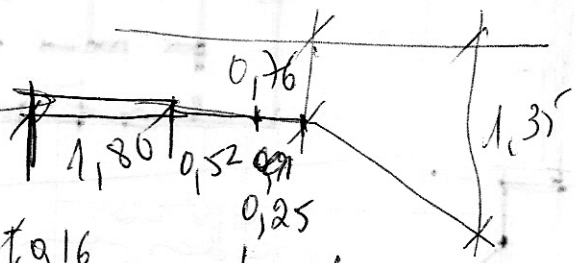
escadas

h = 0,22

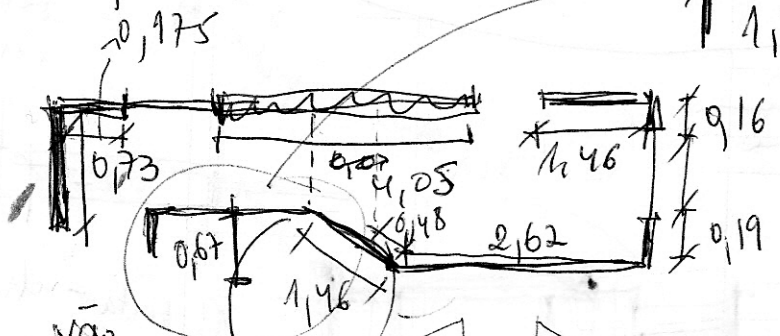
prof - 0,295
0,29
0,27
0,22, 0,37

h = 1,92 + rodape

rodape - 0,20



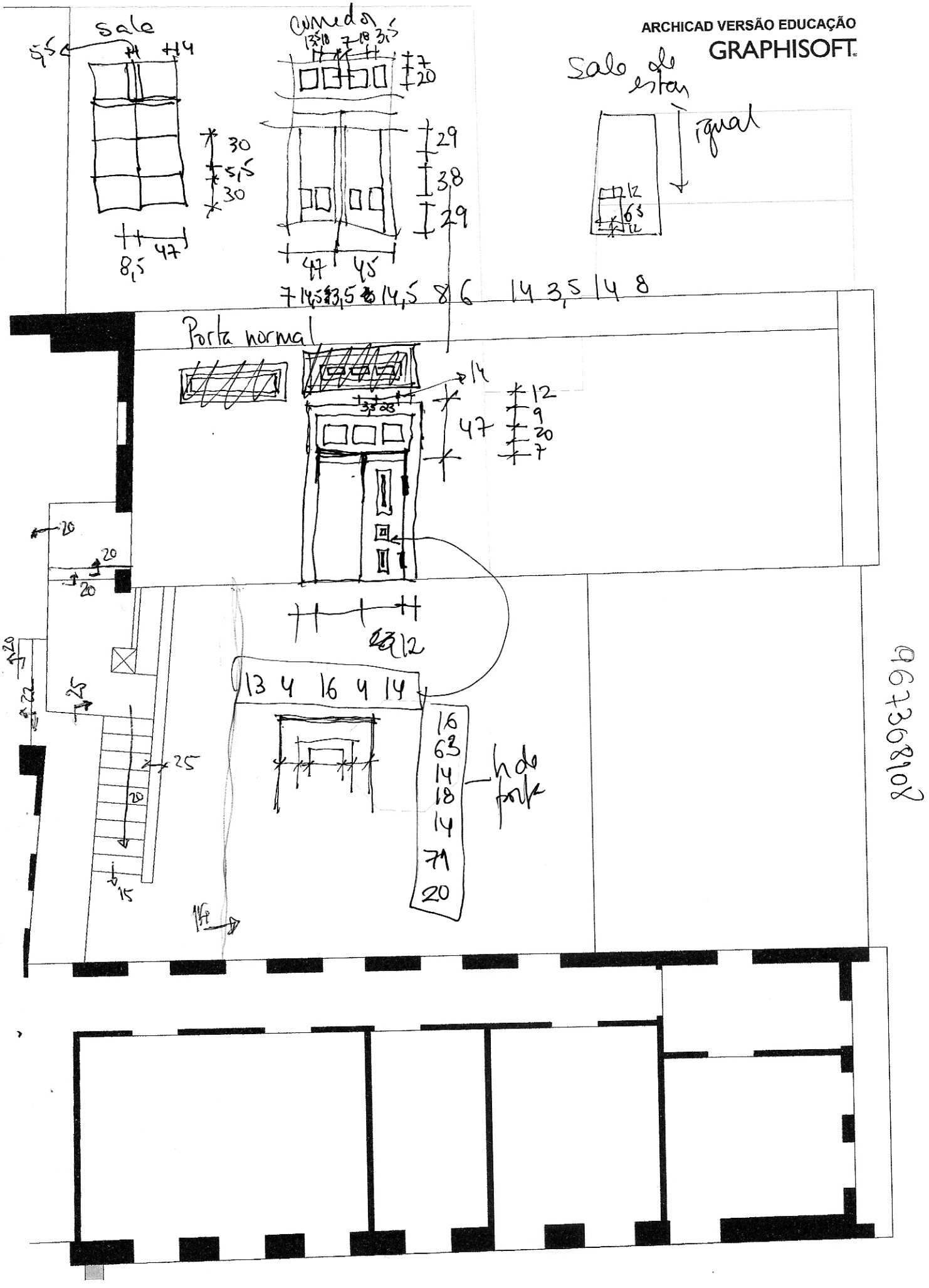
hp = 1,40



vão



ARCHICAD VERSÃO EDUCAÇÃO
GRAPHISOFT



ARCHICAD VERSÃO EDUCAÇÃO
GRAPHISOFT.

ARCHICAD VERSÃO EDUCAÇÃO
GRAPHISOFT.

II. Processo

Desenvolvimento

Requisitos — Turismo Rural

→ Recepção

→ Serviço de refeições | Req. almoços
Almoços e jantares
(caso ñ haja rest. — Skw)

→ Quartos | máx. 10
1 ou 2 individual
1 casal
> máx. 2 pessoas p/ quarto → área mín. 19 m² (2 pess.) ou 7 m² (1 pess.)

→ Pelo menos 1 sala de estar p/ hóspedes

→ Cozinhas | Frigorífico
Fogão
Lava louça
+ Absorção de fumos e cheiros

→ WC | 1 p/ cada 2 quartos (mín.)
Chuveiro ou polibé
Lavatório e retrete
Espelho e ponto de luz
Paredes, pavim. e tetos revestidos de materiais resistentes, impermeáveis e fácil limpeza

Chuveiro de ideias — Quinta do Vale da Figueira

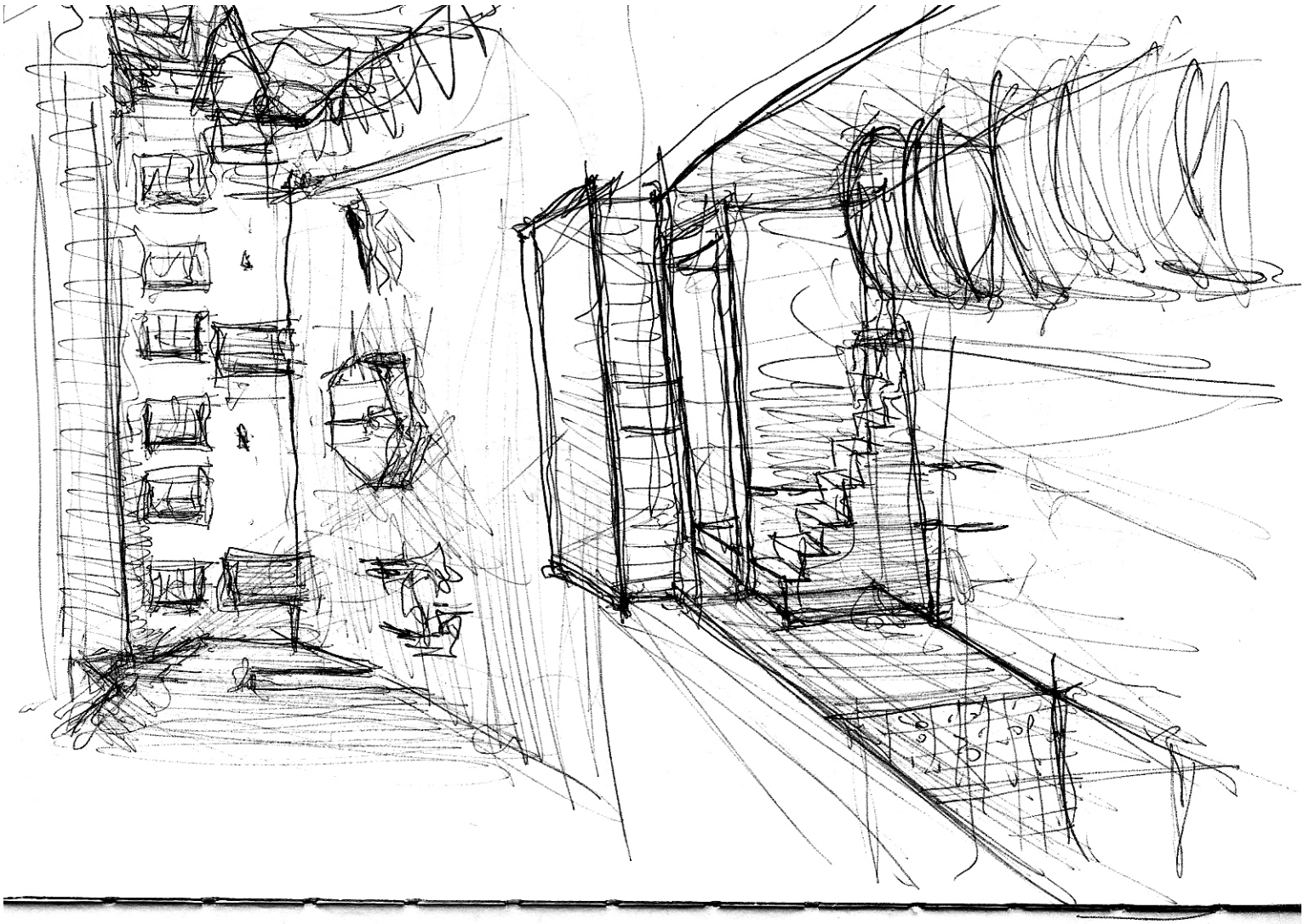
6 Abril 2014

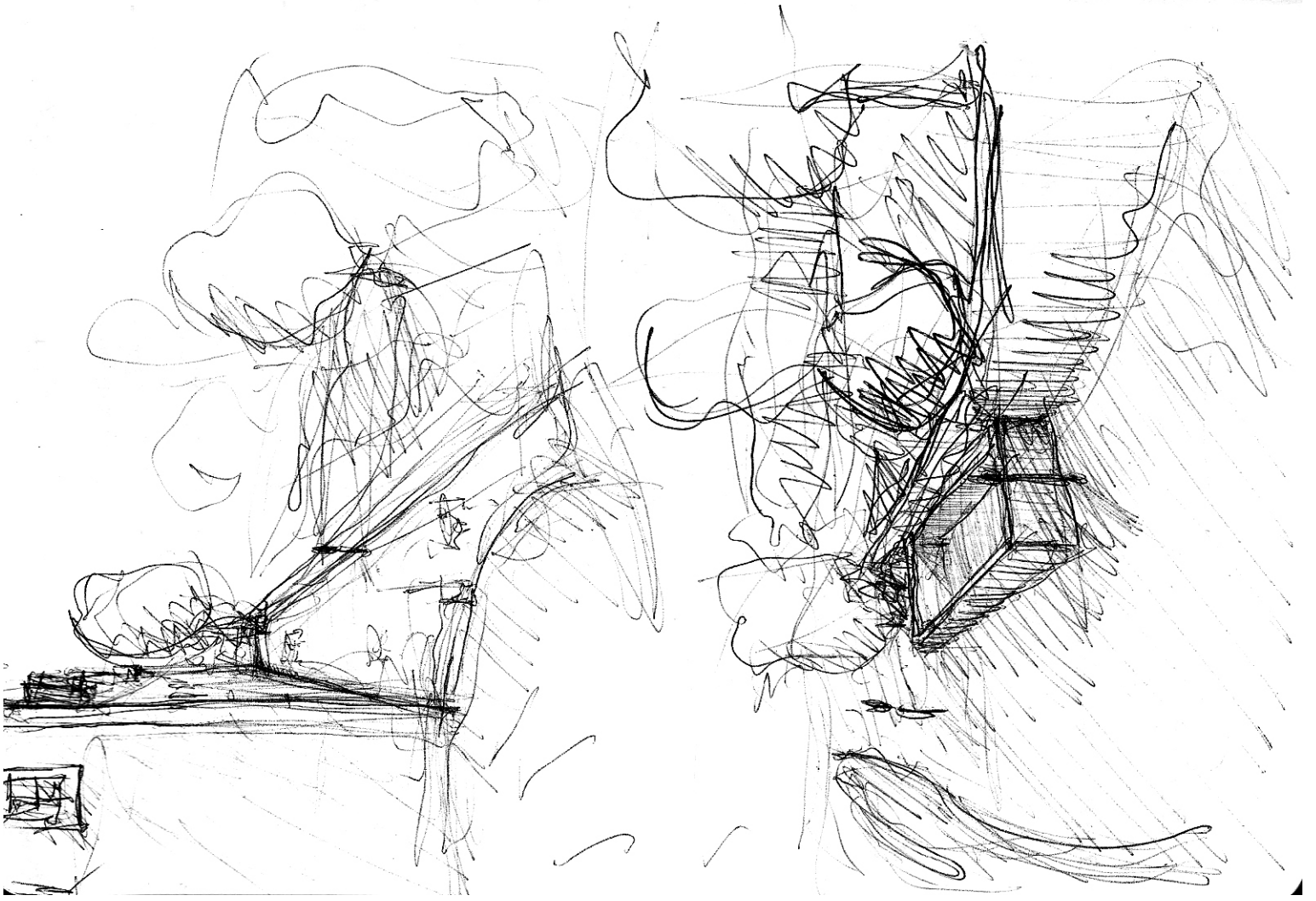
- Reactivar (presente) | Reaproveitar (passado)
Readaptar (futuro)



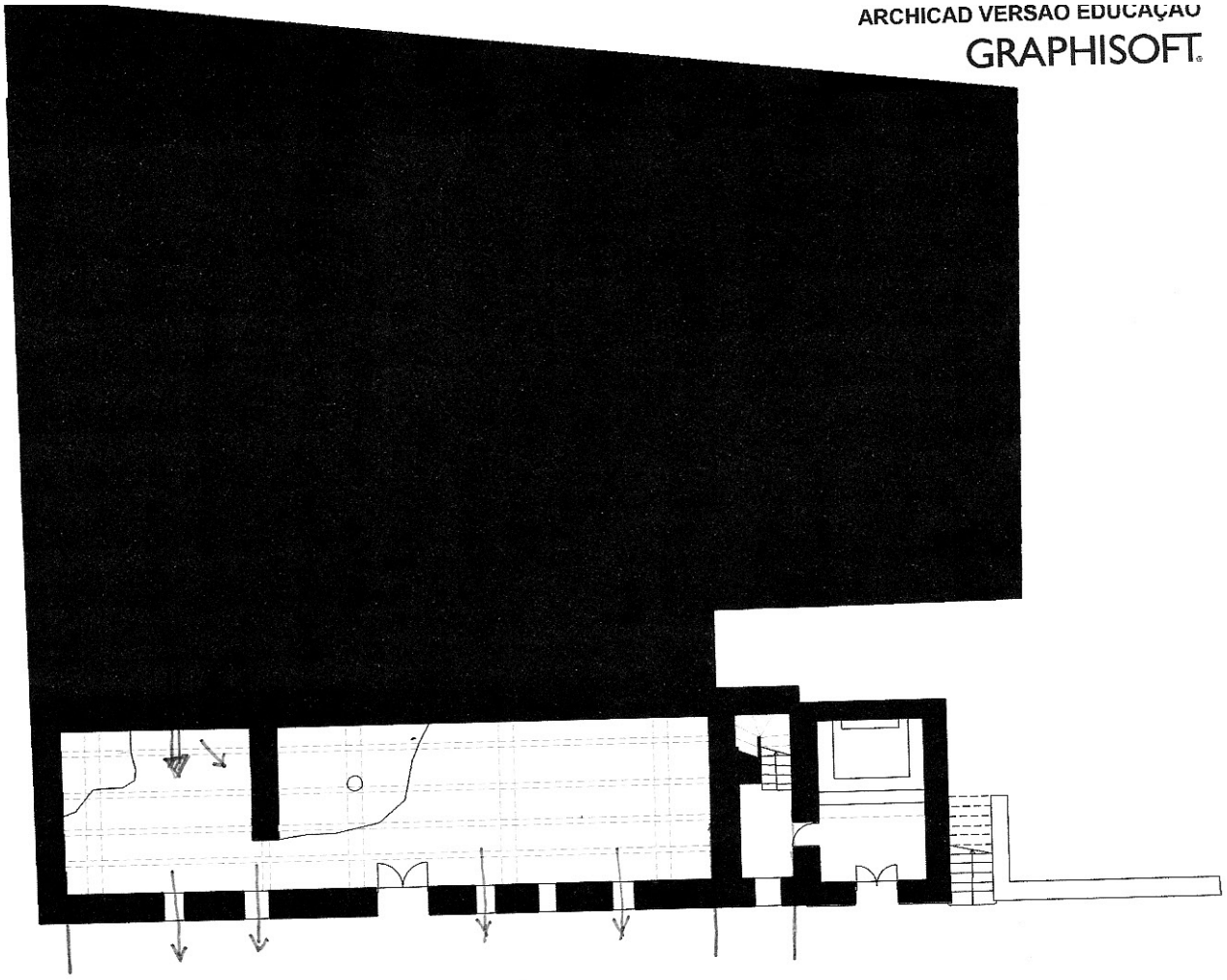
- Reaproveitar
  - Fisicamente — Espaços (relações funcionais)
    Envolvente (actividades)
  - Historicamente | Antepassados (personalidades)
    Vivências (relações)
    Actividades (")
  - Funcionalmente | Agricultura
    Artesanato
    Habitação
    Cultura/tradição
    > Autossustentabilidade da Quinta Nova

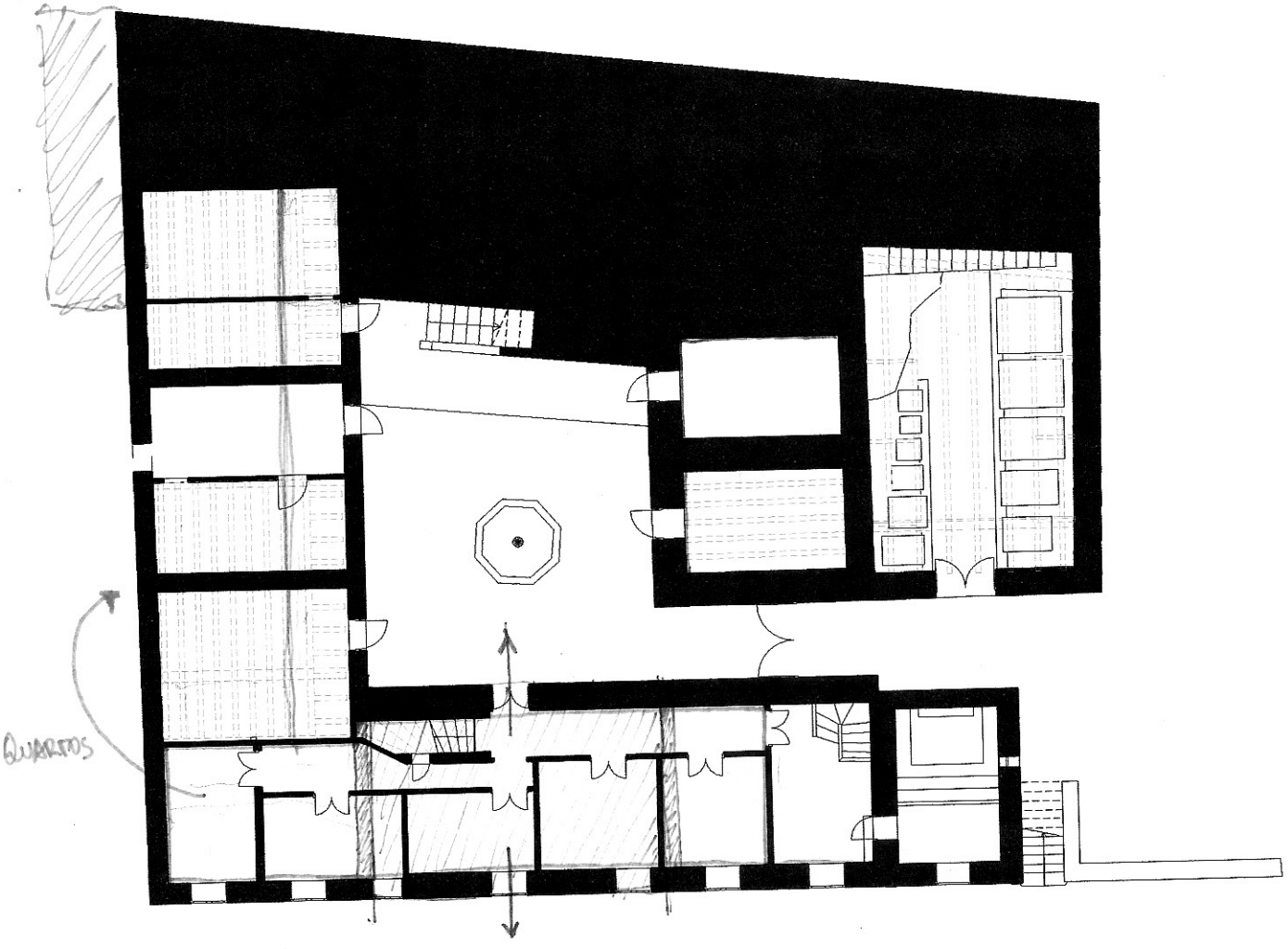
- Readaptar
  - ↳ Programa multifuncional
    - Actividades
    - Tipo de utilizações | Público
      Privado
  - \+ | Noção: — "Grande casa agrícola"
    - Família
    - Tradições
    - ++ sustentabilidade
    ⇓
    Productividade

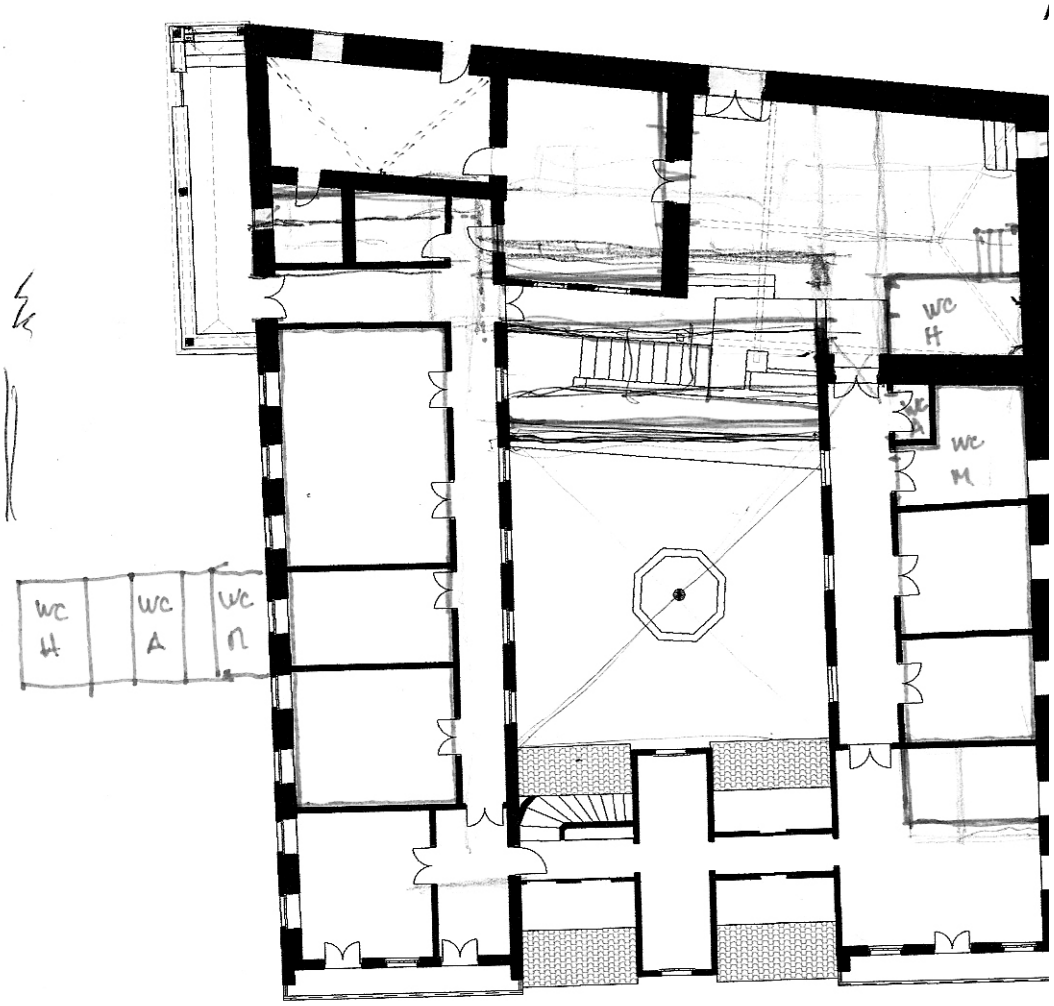


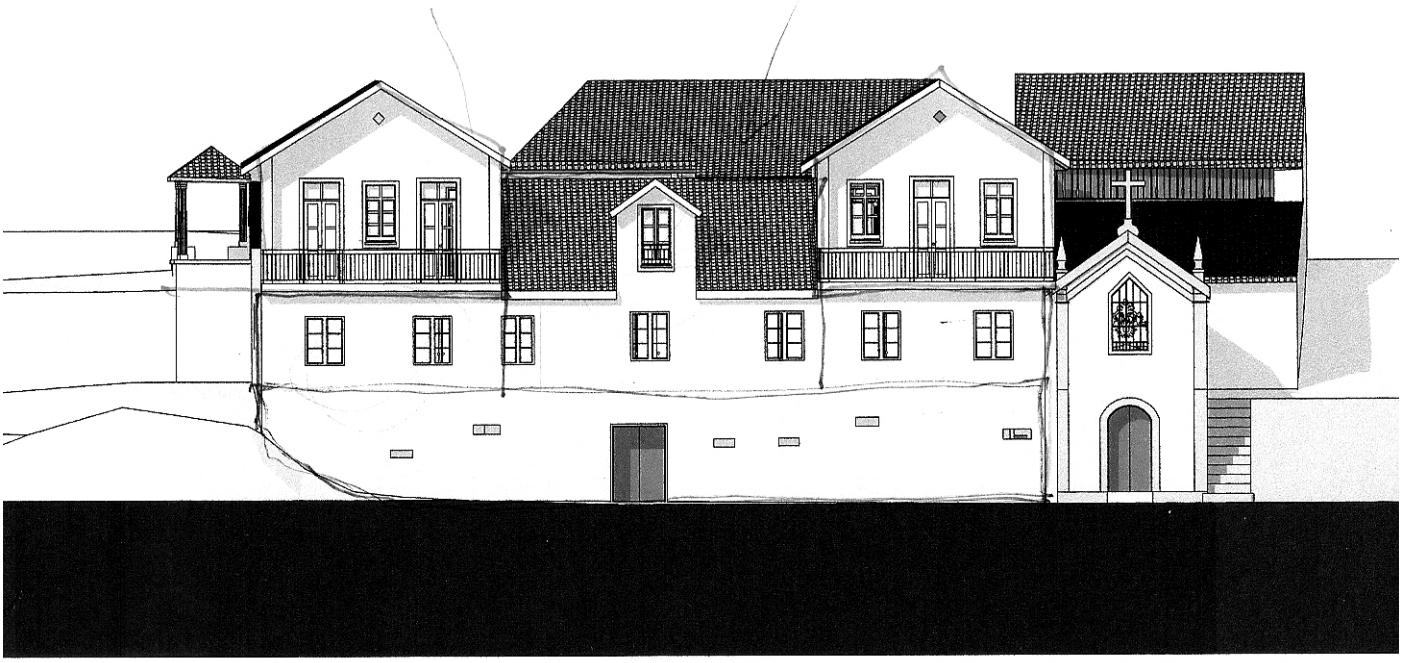


ARCHICAD VERSAO EDUCAÇAO
GRAPHISOFT.

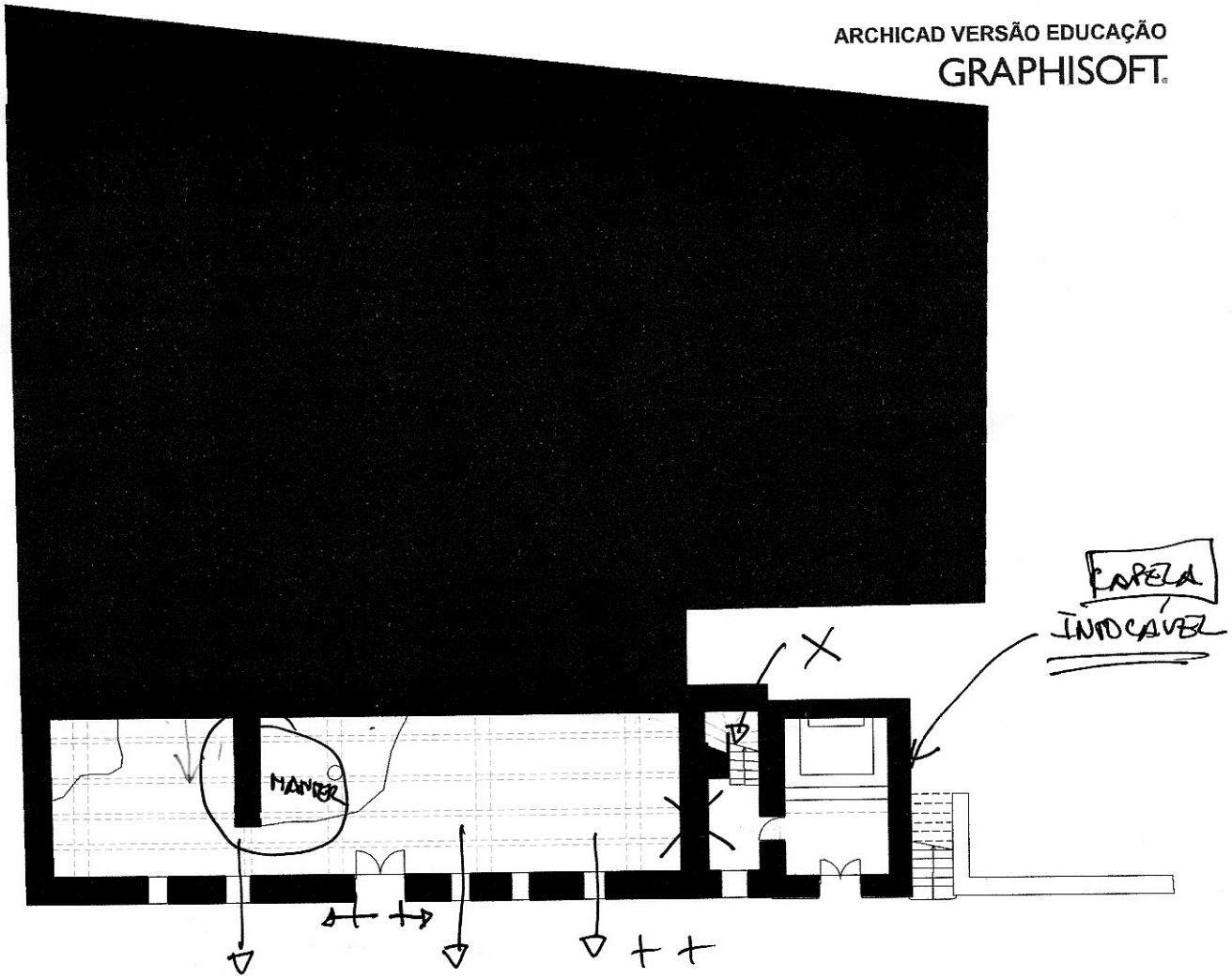


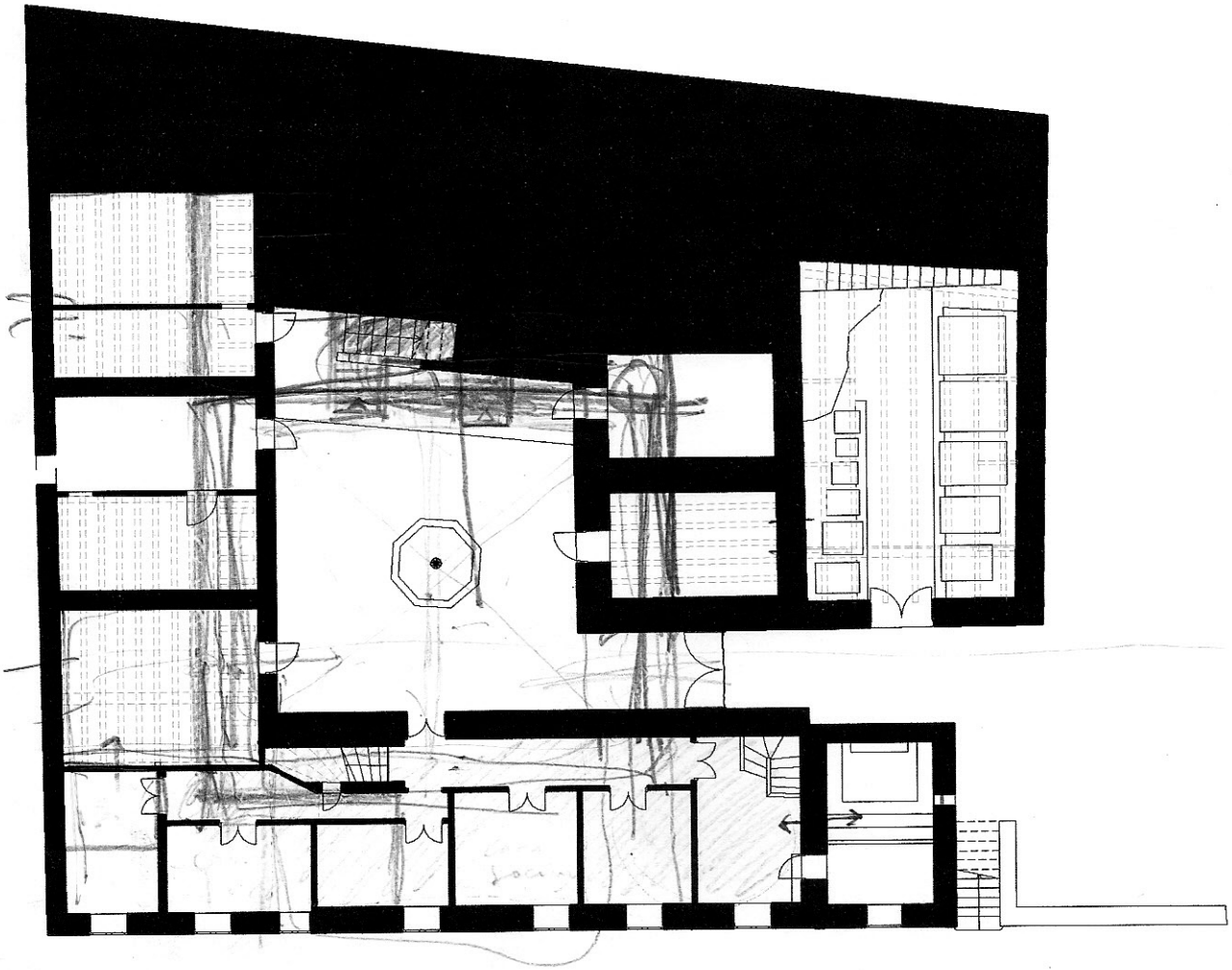



WC H
WC M
WC H
WC A
WC M



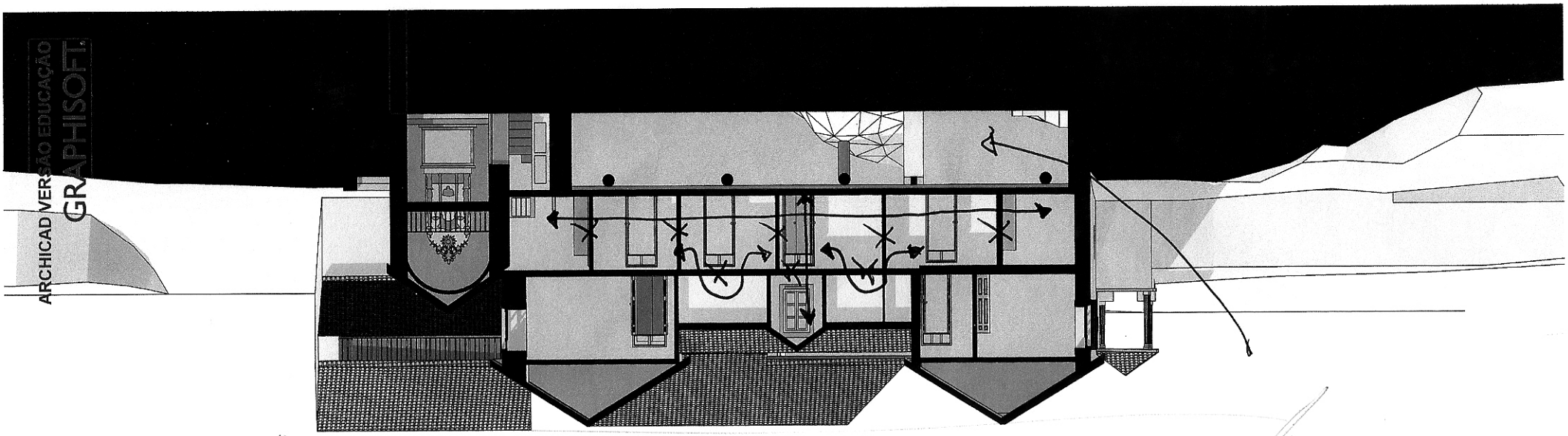
ARCHICAD VERSÃO EDUCAÇÃO
GRAPHISOFT

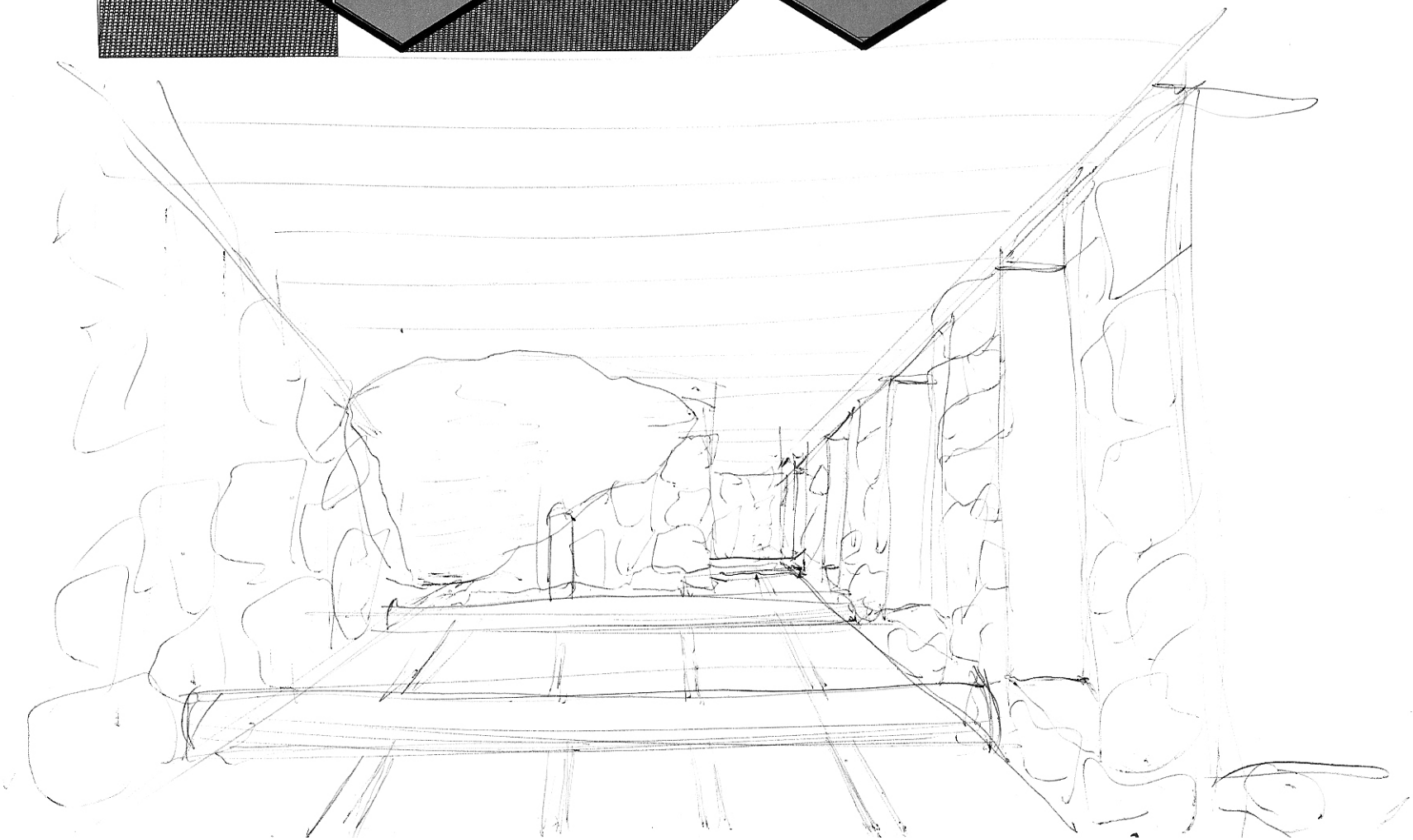




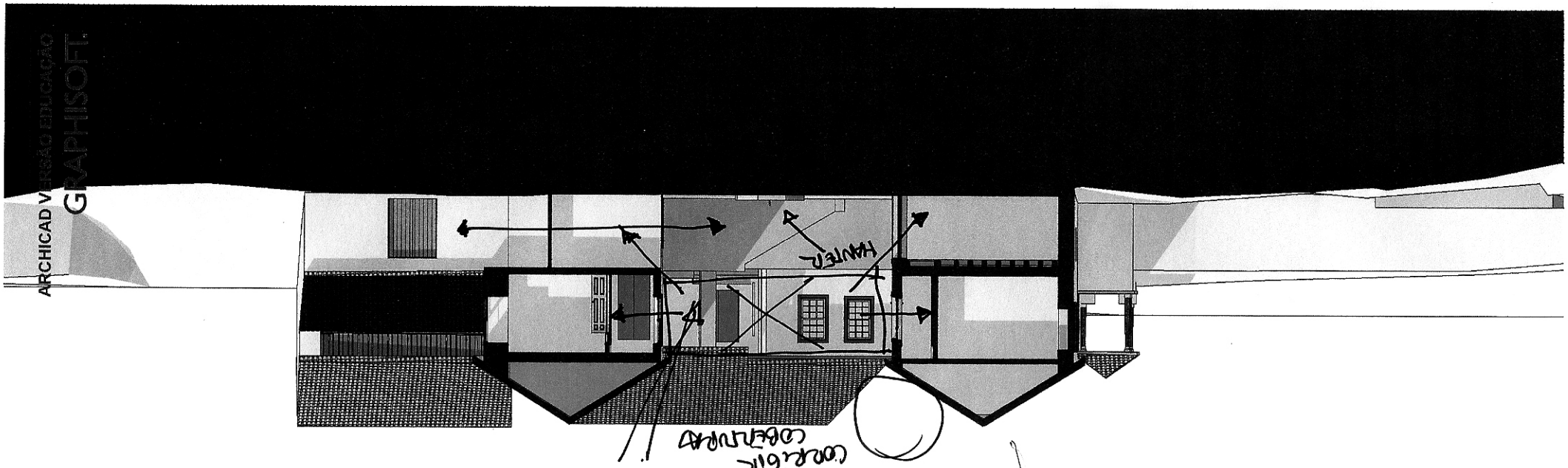
ARCHICAD VERSÃO EDUCAÇÃO
GRAPHISOFT

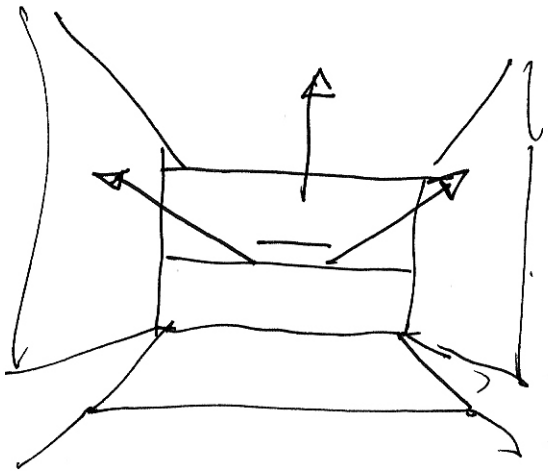
ARCHICAD VERSÃO EDUCAÇÃO
GRAPHISOFT

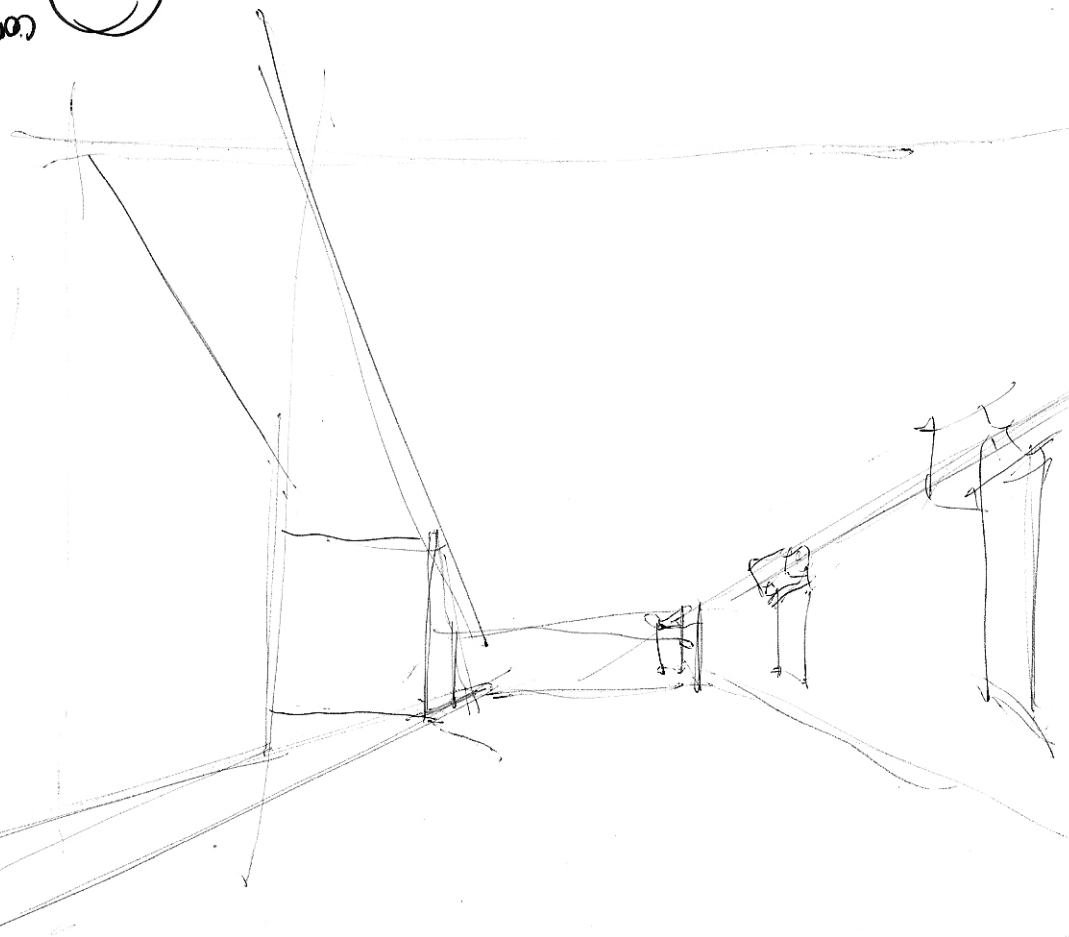




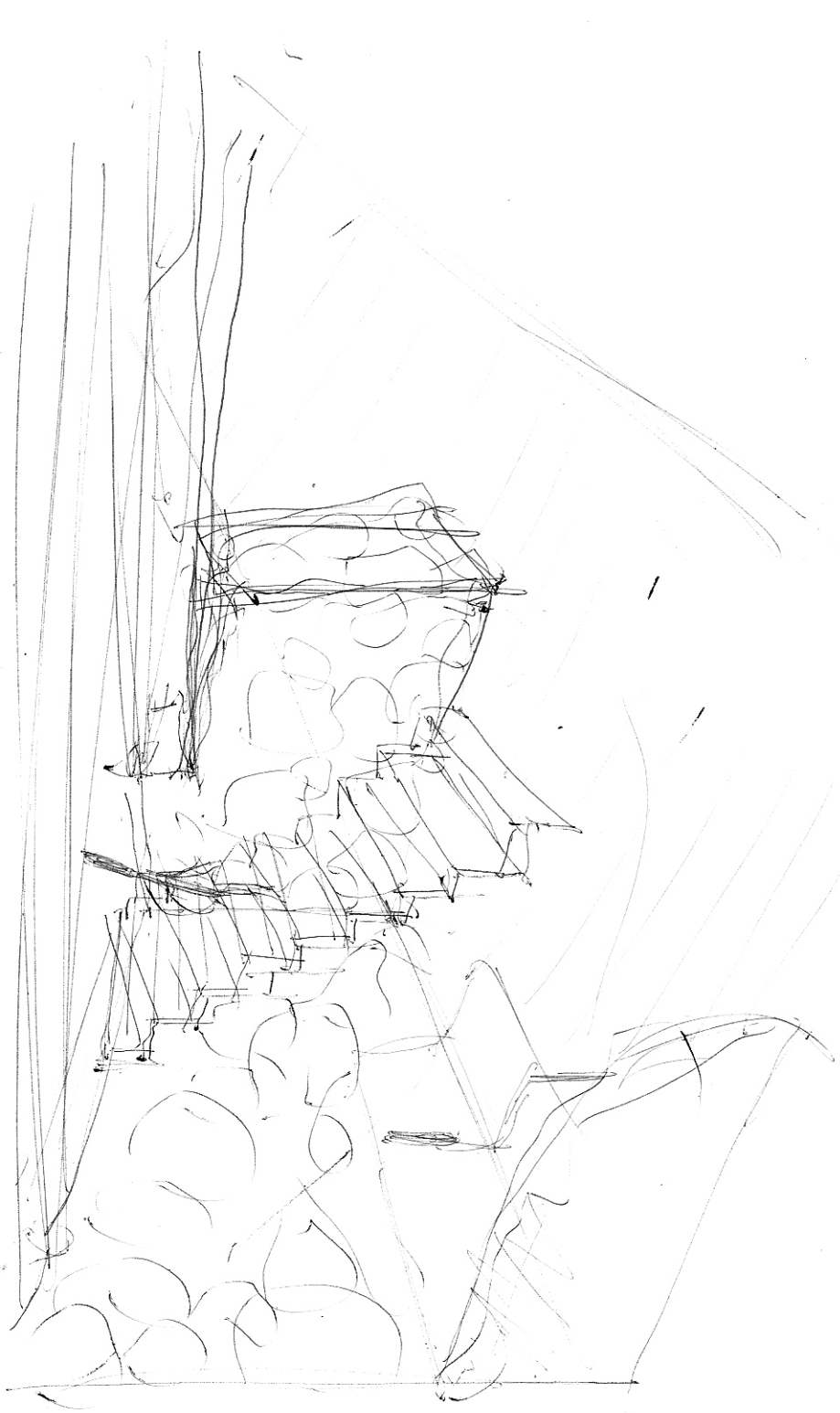
ARCHICAD VERSÃO EDUCAÇÃO
GRAPHISOFT

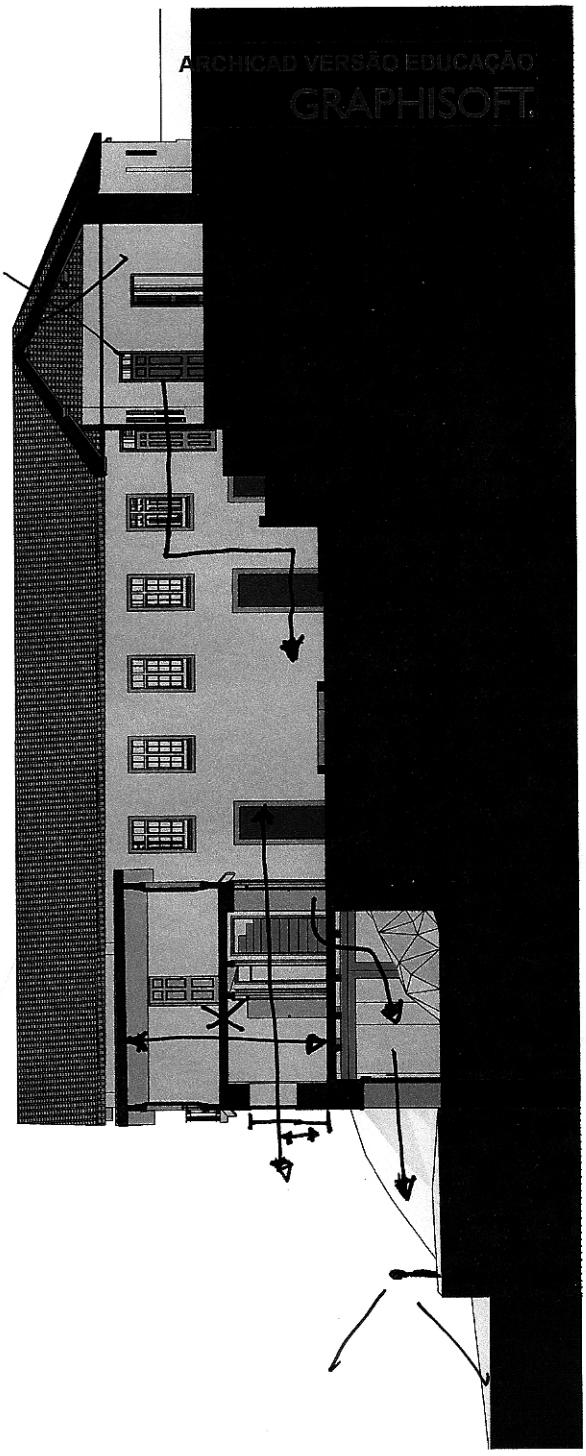




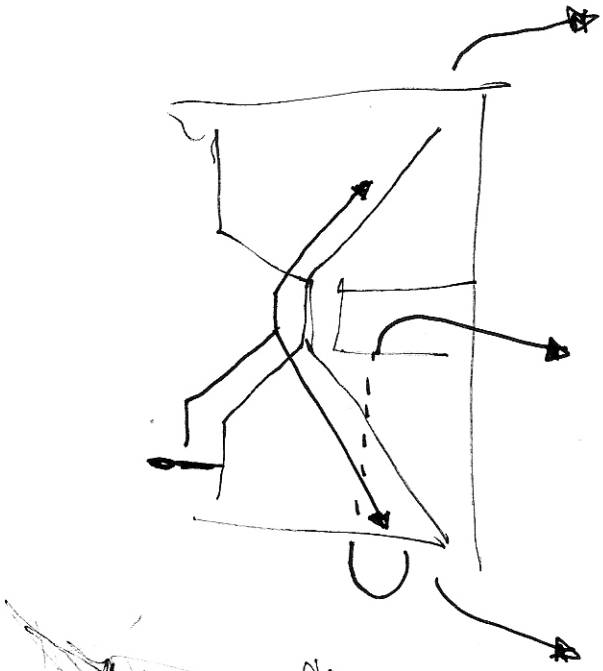


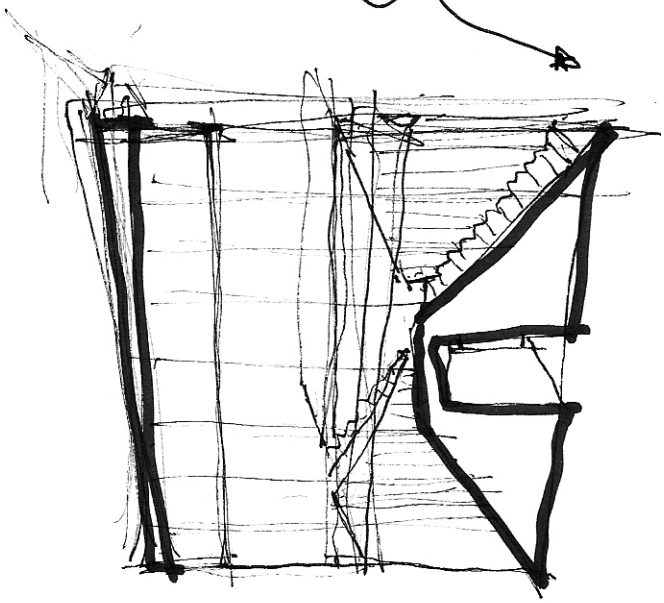
ARCHICAD VERSÃO EDUCAÇÃO
GRAPHISOFT

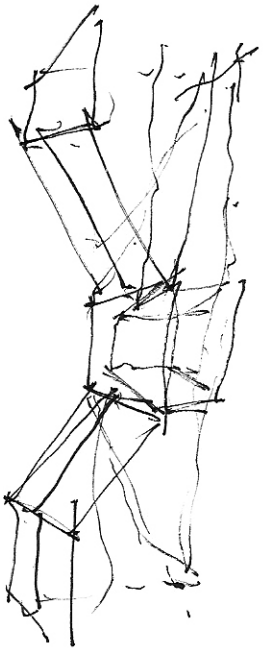


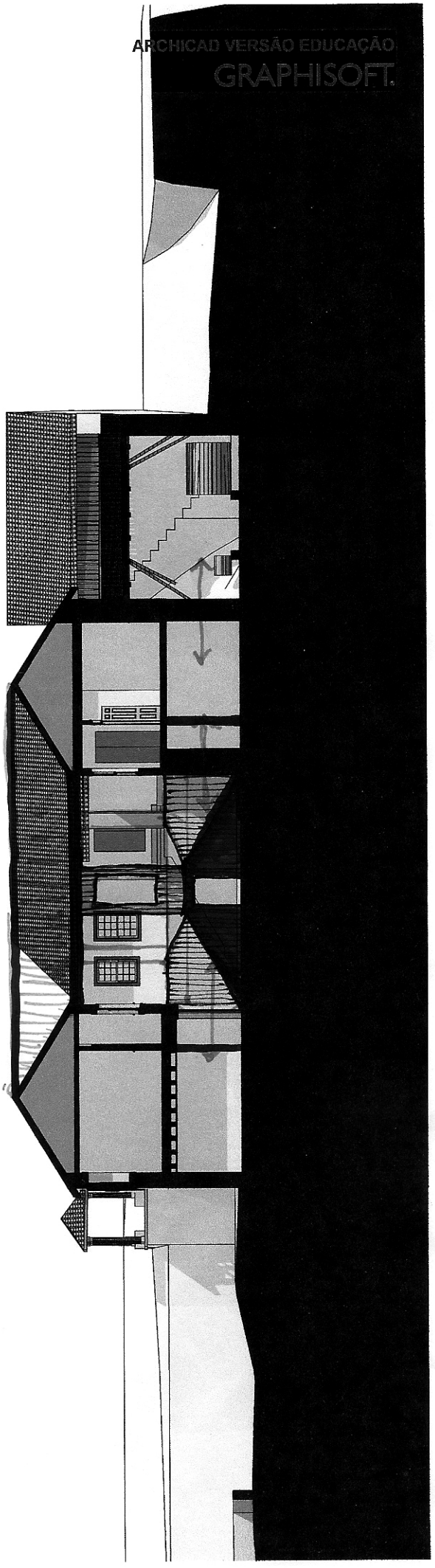

ARCHICAD VERSÃO EDUCAÇÃO
GRAPHISOFT

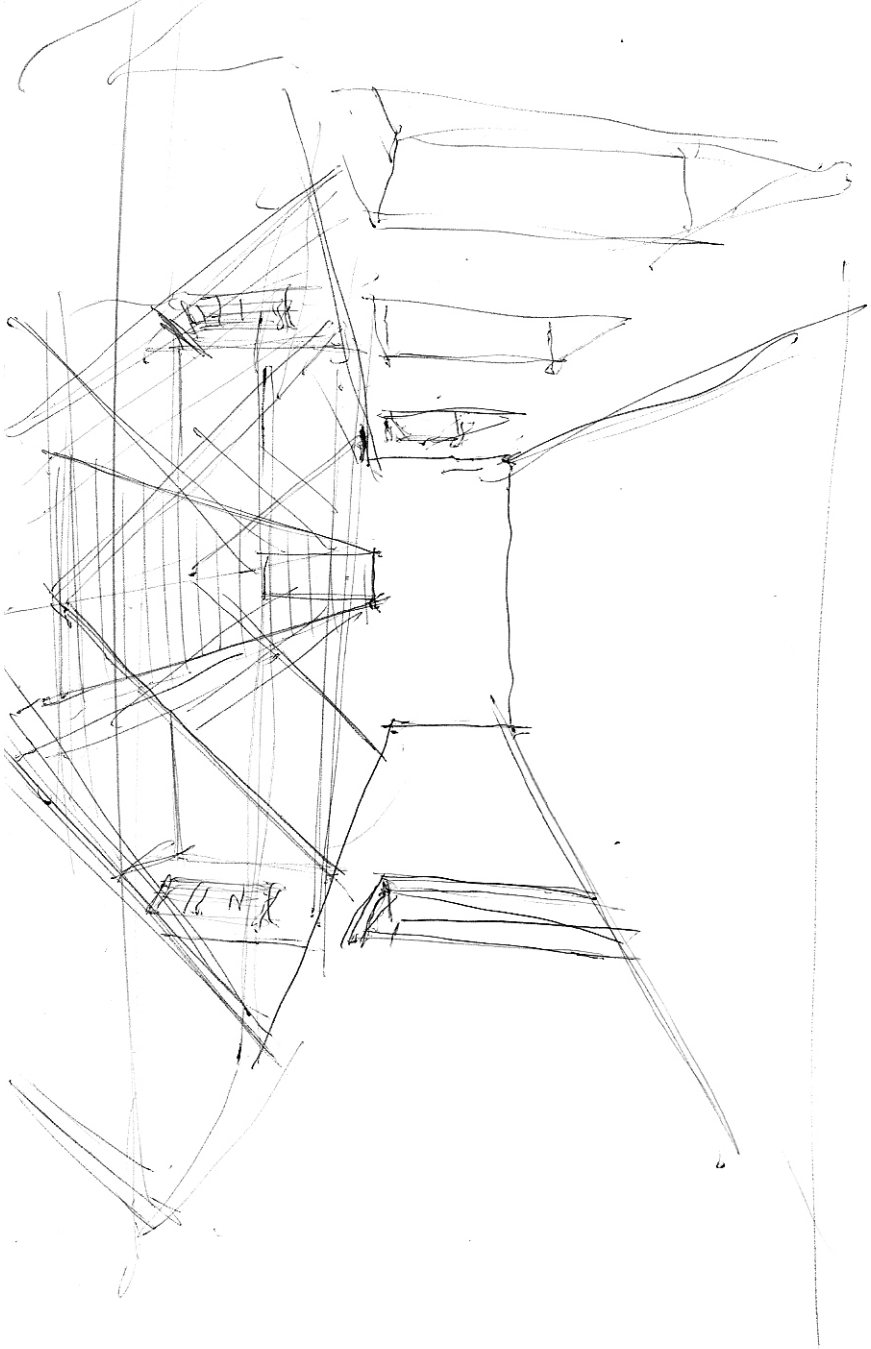
ARCHICAD VERSÃO EDUCAÇÃO
GRAPHISOFT.

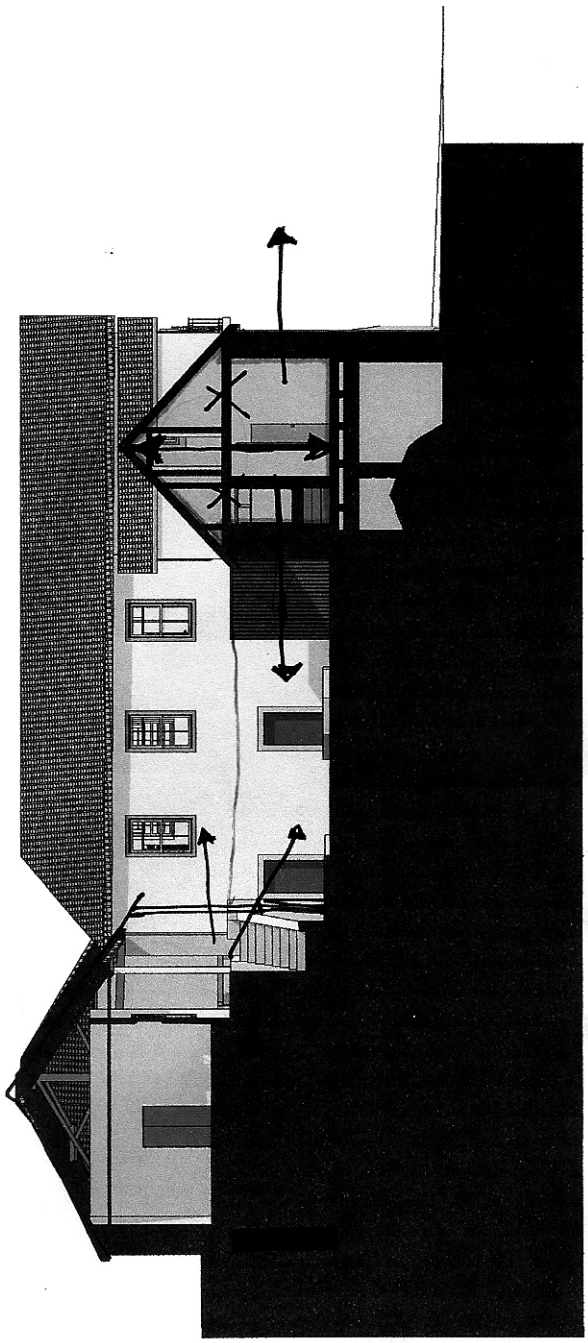












CASA DA QUINTA DO VALE DA FIGUEIRA

ESTRATÉGIA

→ ESPAÇOS PRIORITÁRIOS → A PRESERVAR

→ ESPAÇOS DISFUNCIONAIS → A REDESENHAR

CIRCULAÇÃO → REFORMULAR

↳ ACESSIBILIDADES → INTERIOR / EXTERIOR

FUNCIONALIDADE → REORGANIZAR

↳ PÚBLICO / PRIVADO

↳ LAZER / PRODUÇÃO / HABITAÇÃO

RELAÇÃO

A PRESERVAR

→ SALA DE JANTAR
→ SALÃO
→ SALA DO TEAR
→ PÁTIO
→ CAPELA
→ SALINHA
→ ADEGA NOVA
→ CORREDOR VELHO
→ CASA DE BANHO VELHA
→ VARANDAS

A REFORMULAR

→ QUARTOS
→ COZINHA
→ BIBLIOTECA
→ LOJAS
→ ADEGA VELHA
→ SALA DA COSTURA
→ ROCHAS

FASE DE ABRIL (RELATÓRIO)

→ PESQUISA | TOPOGRAFIA | LEGISLAÇÃO (P.C.)...
INFORMAÇÃO SOBRE A QUINTA

→ LEVANTAMENTO | FÍSICO
FOTOGRÁFICO

→ FASES DE CONSTRUÇÃO

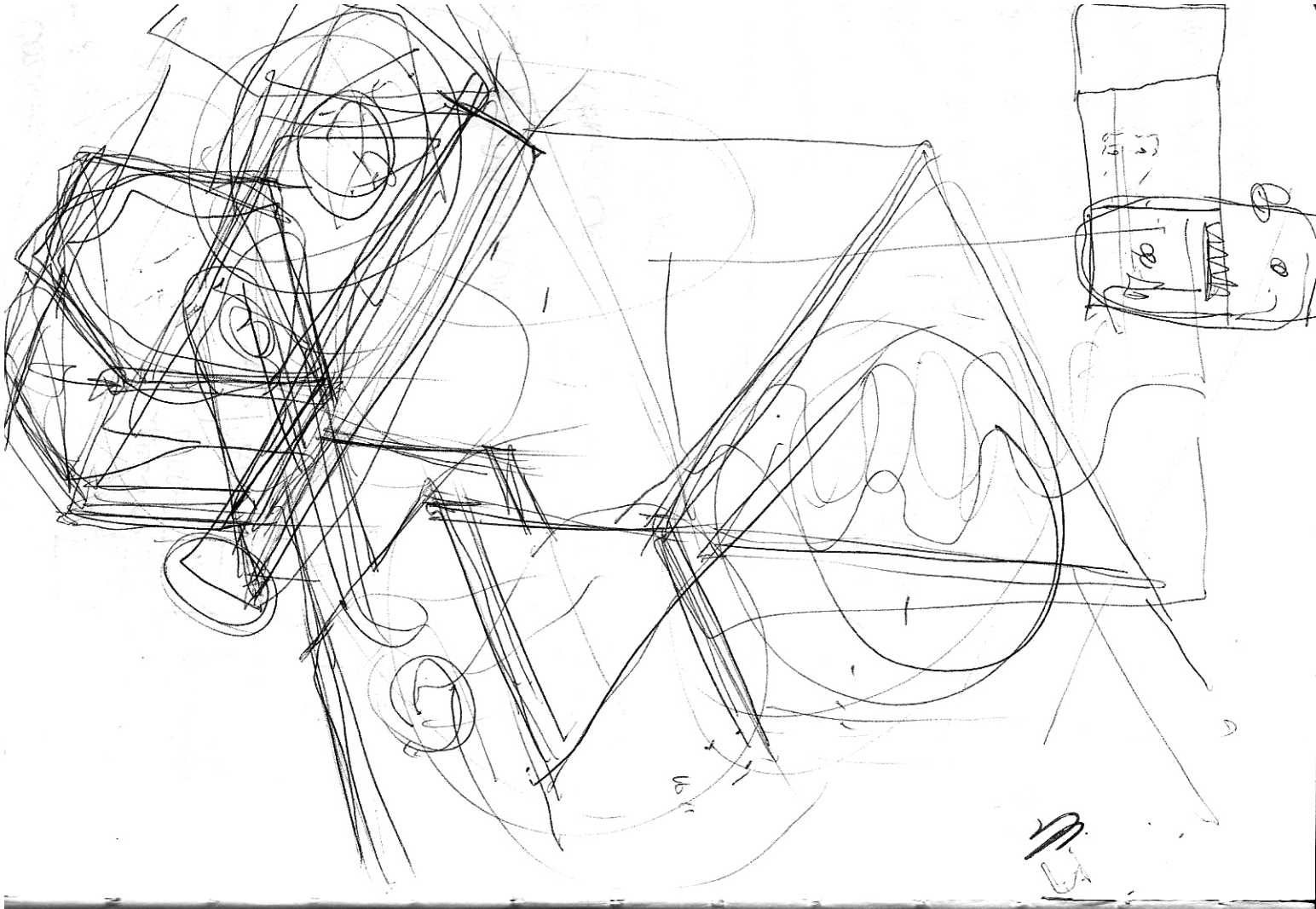
→ ANOMALIAS | LEVANTAMENTO
MAPEAMENTO

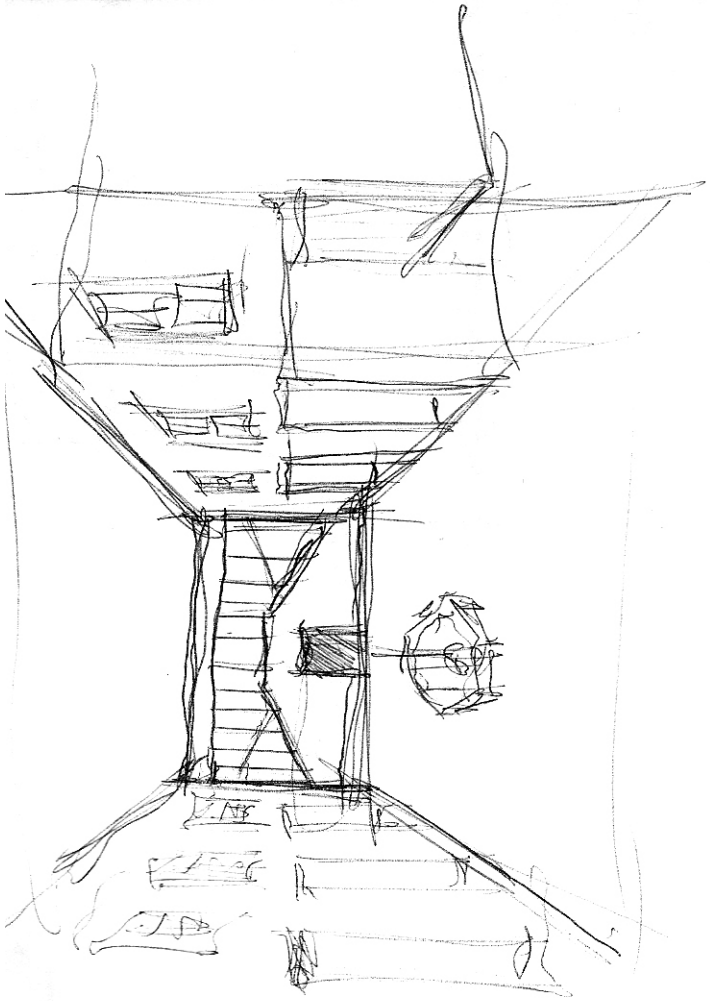
→ FASE DE DIAGNÓSTICO

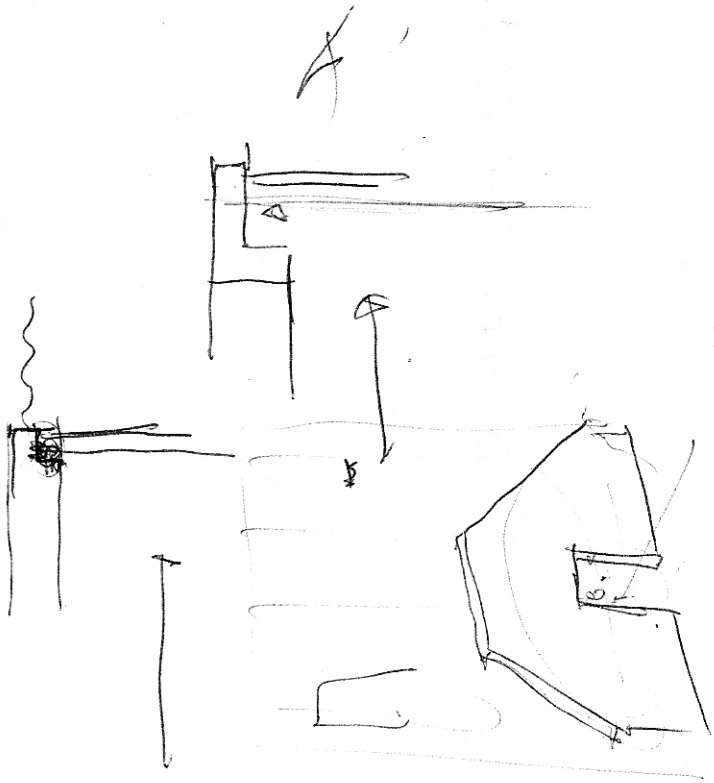
→ FINALIZAR DESENHOS (LEVANTAMENTO)

→ ESCRITA | LEGISLAÇÃO ... (C.M.P.)
CASA (FASES, ETC...) ✓

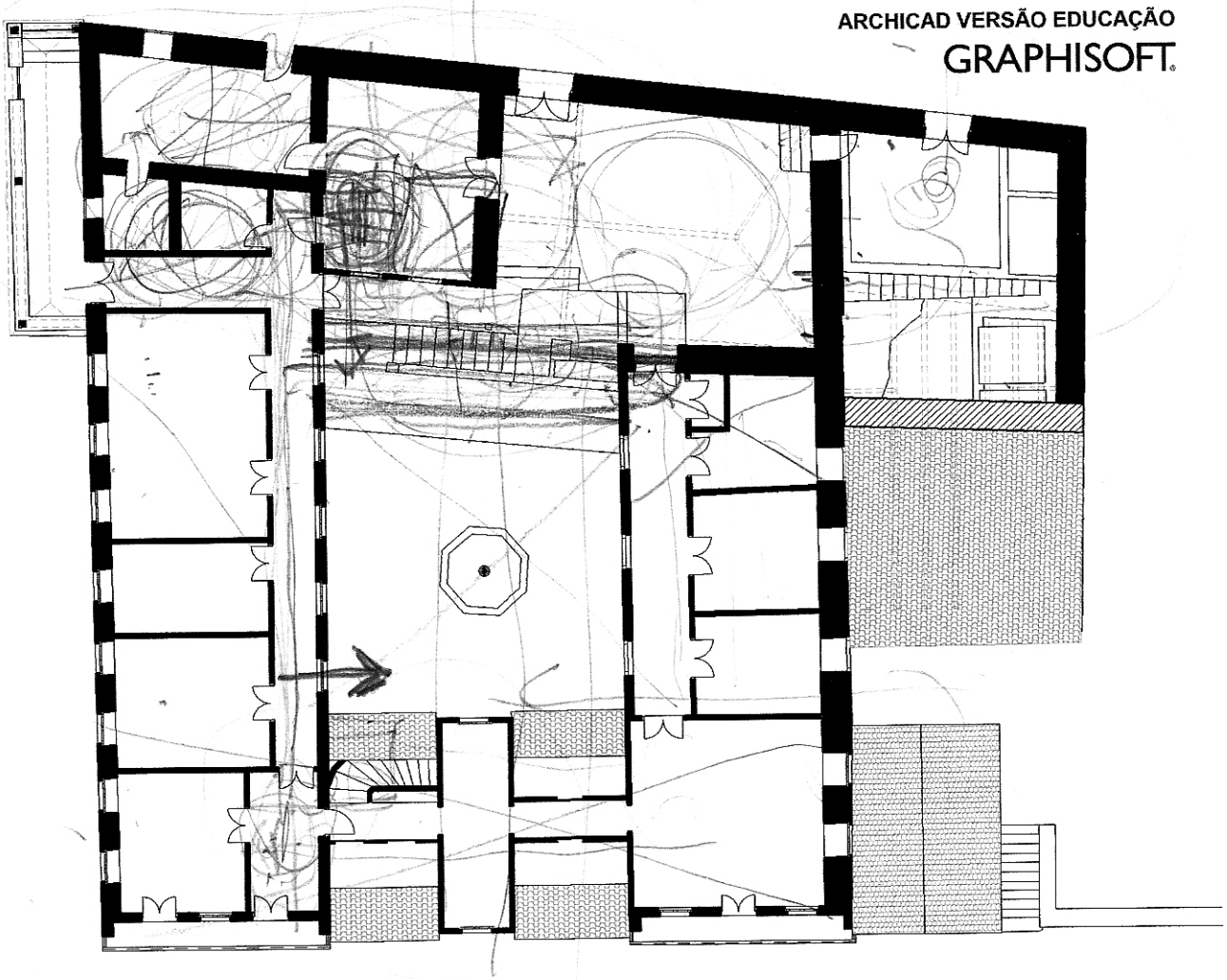
LEGISLAÇÃO

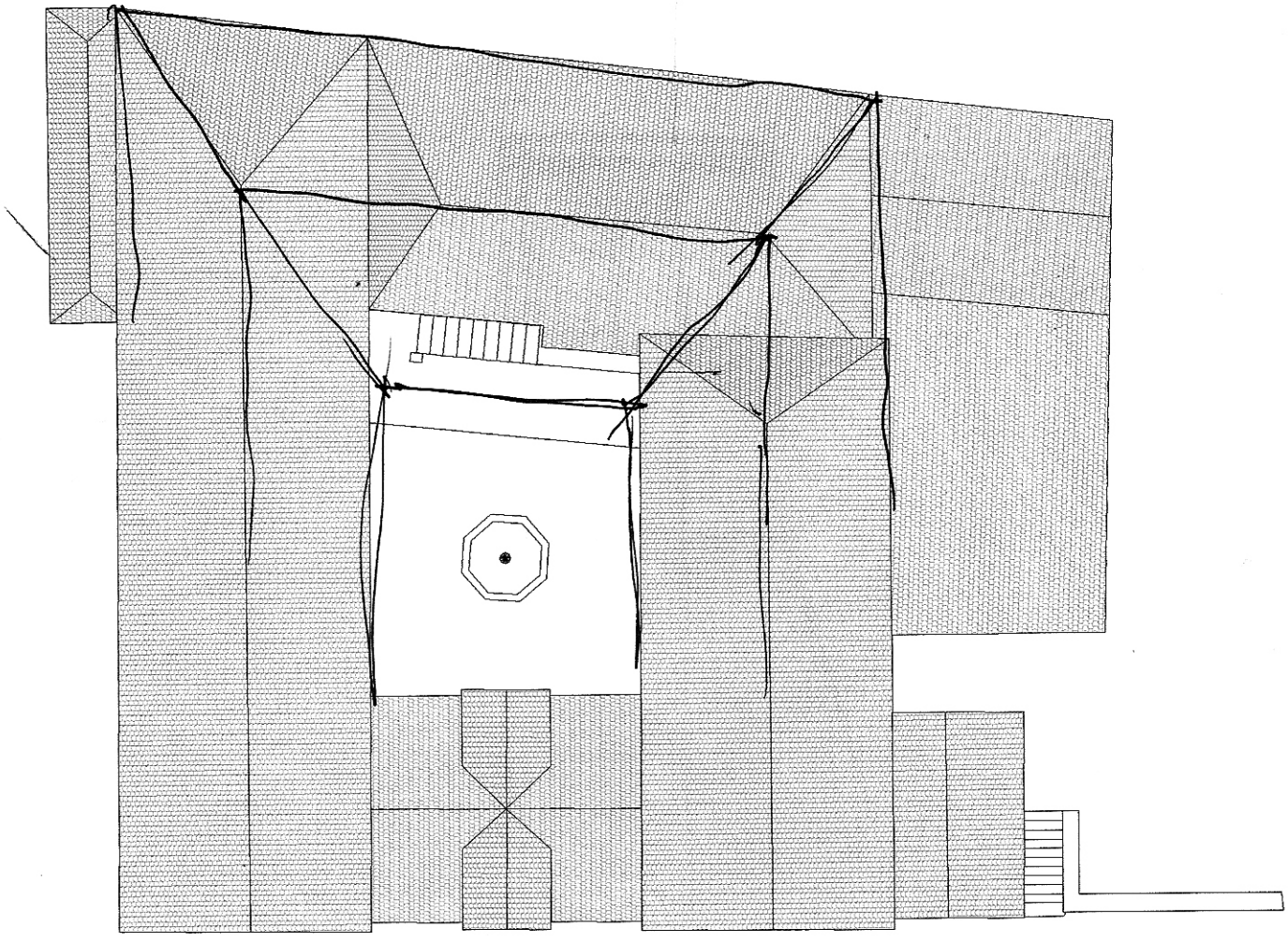


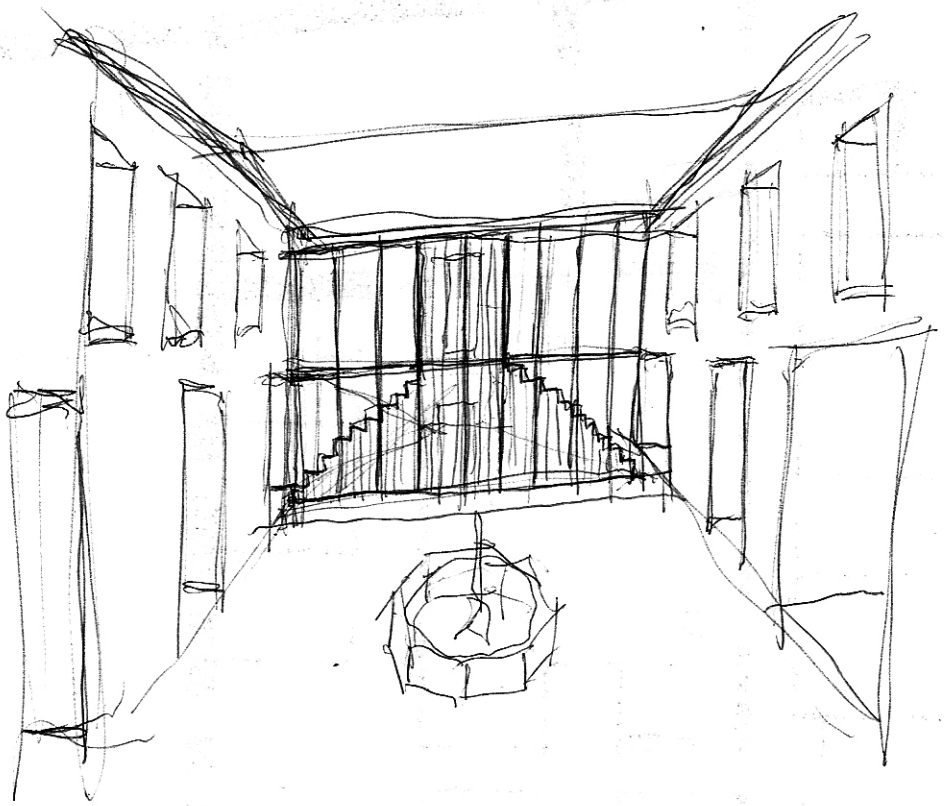


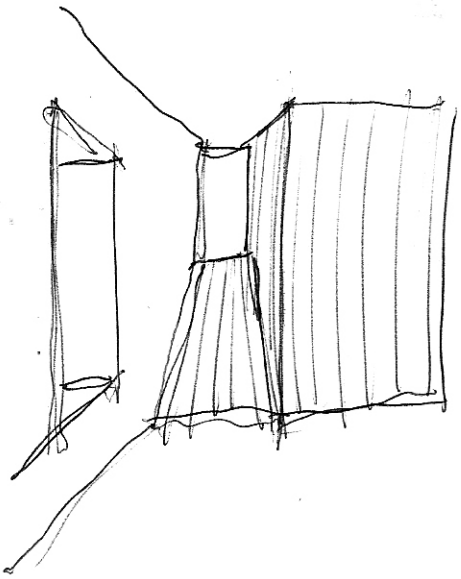


ARCHICAD VERSÃO EDUCAÇÃO
GRAPHISOFT®

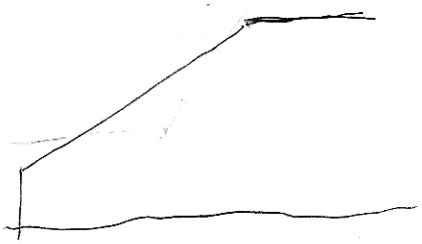


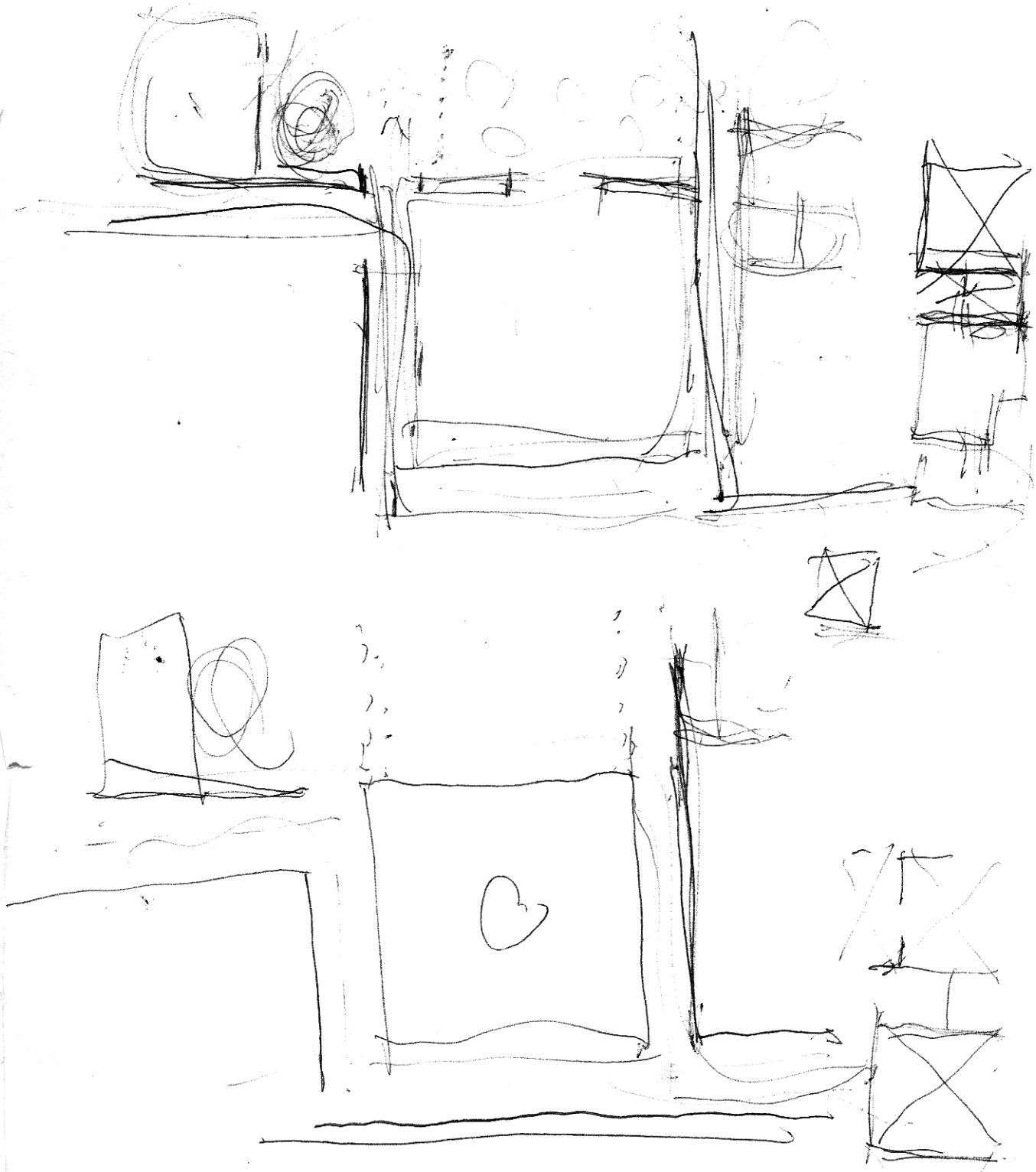


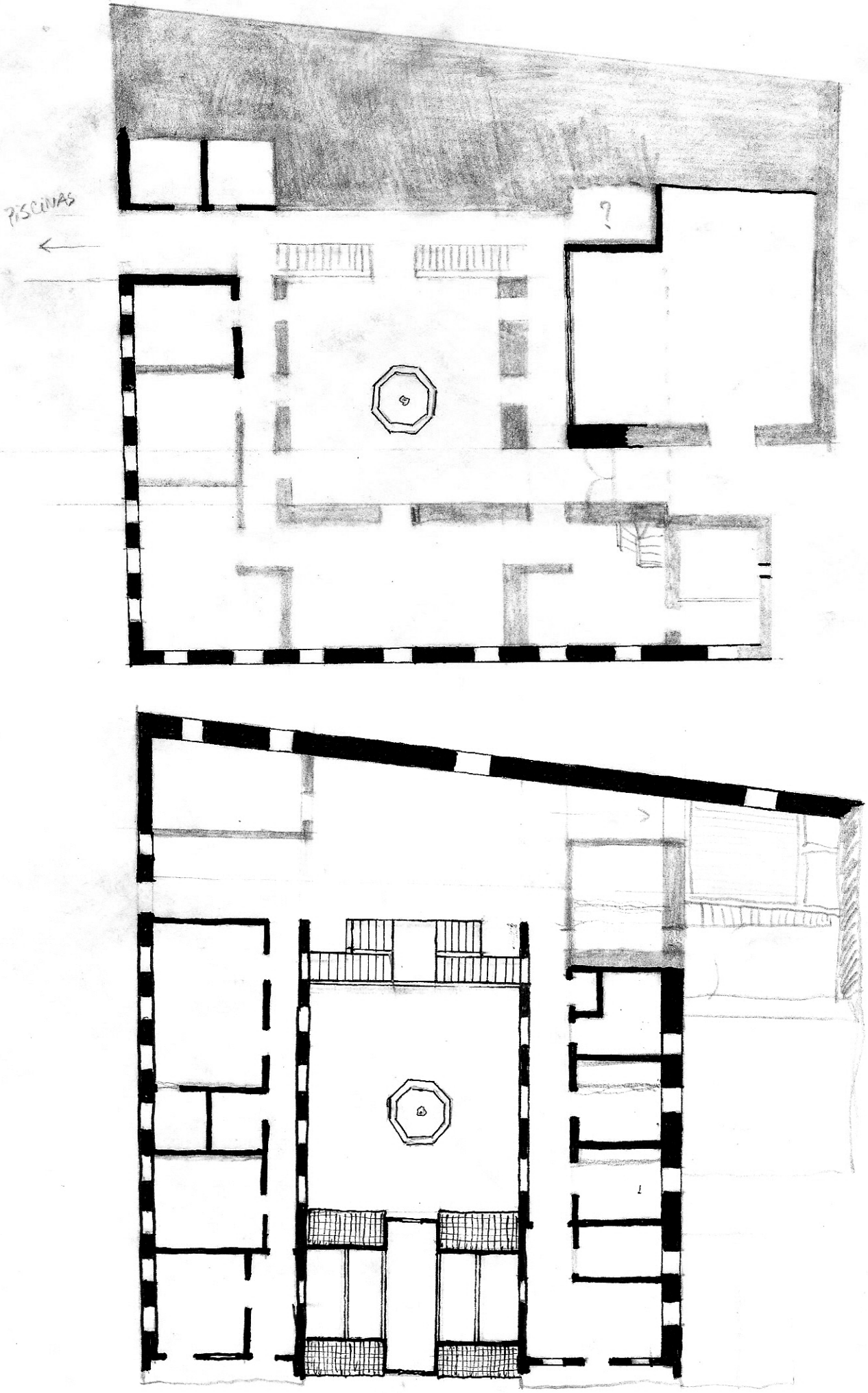


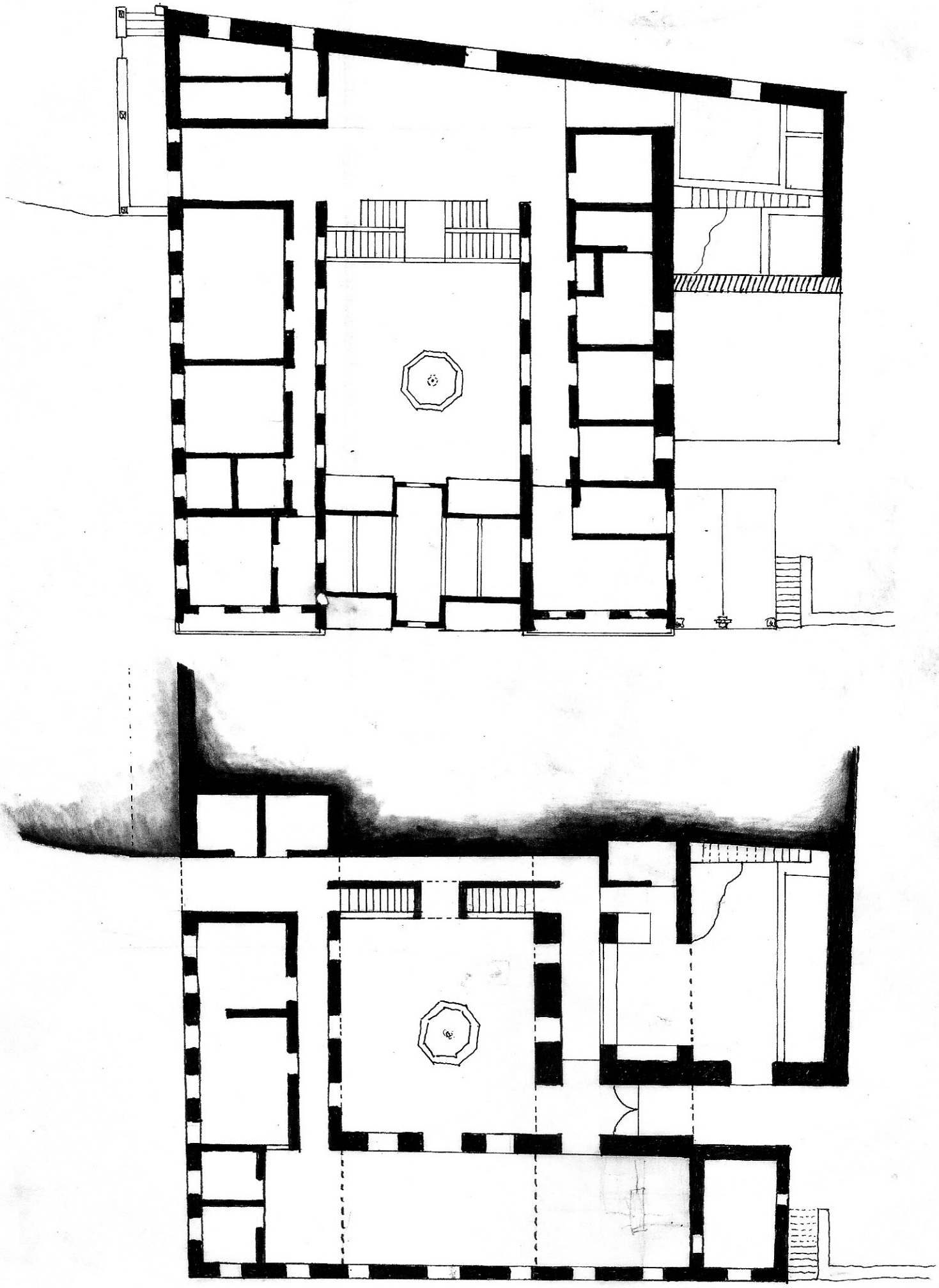


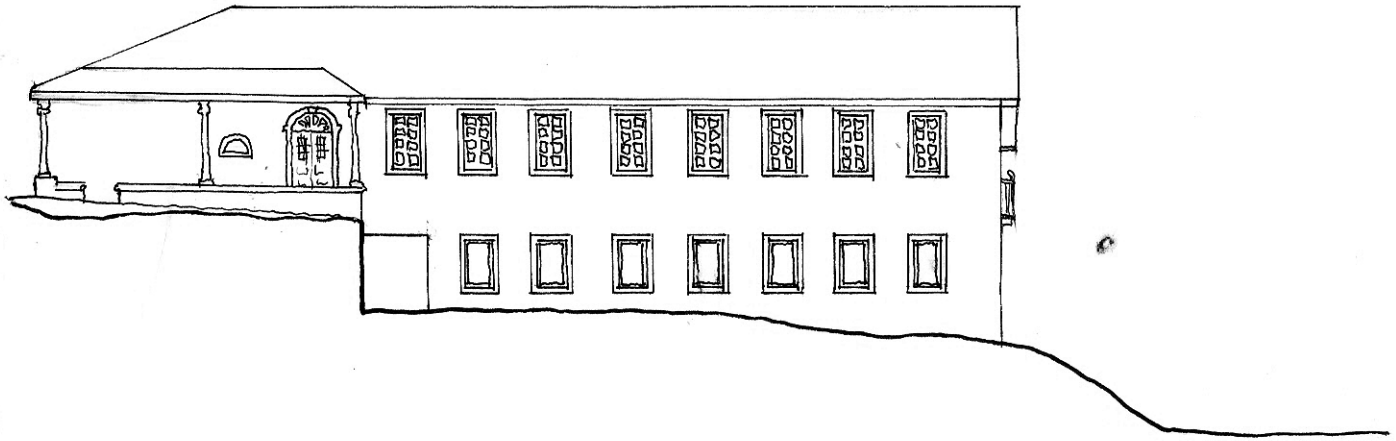


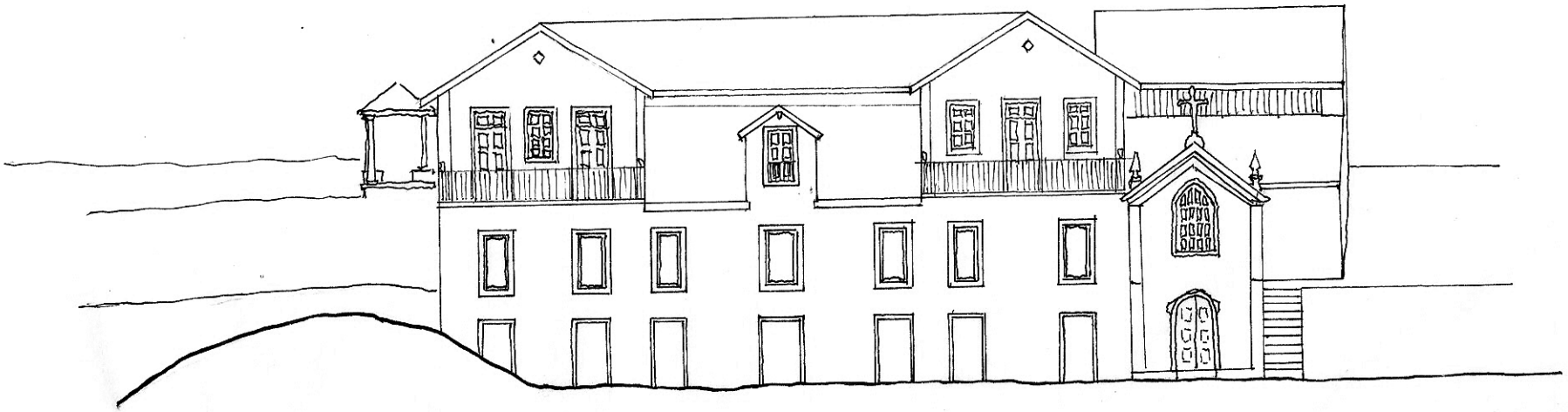




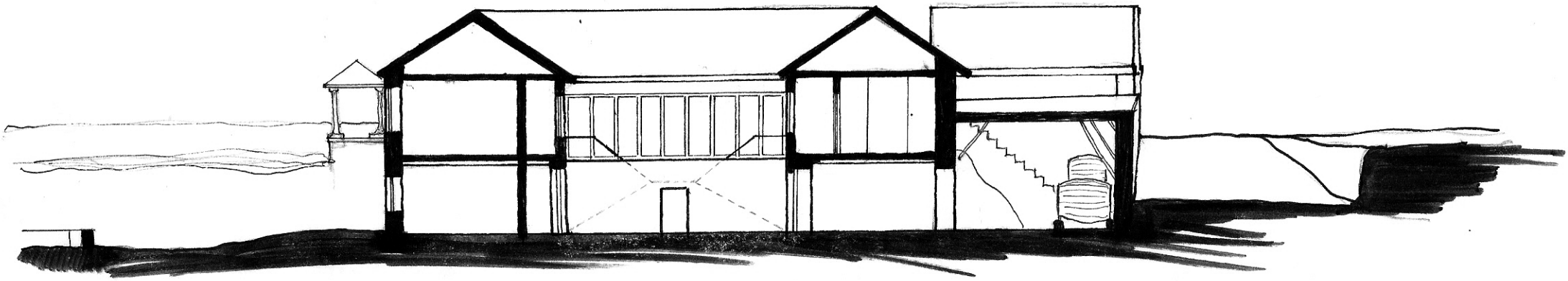

PISCINAS
?



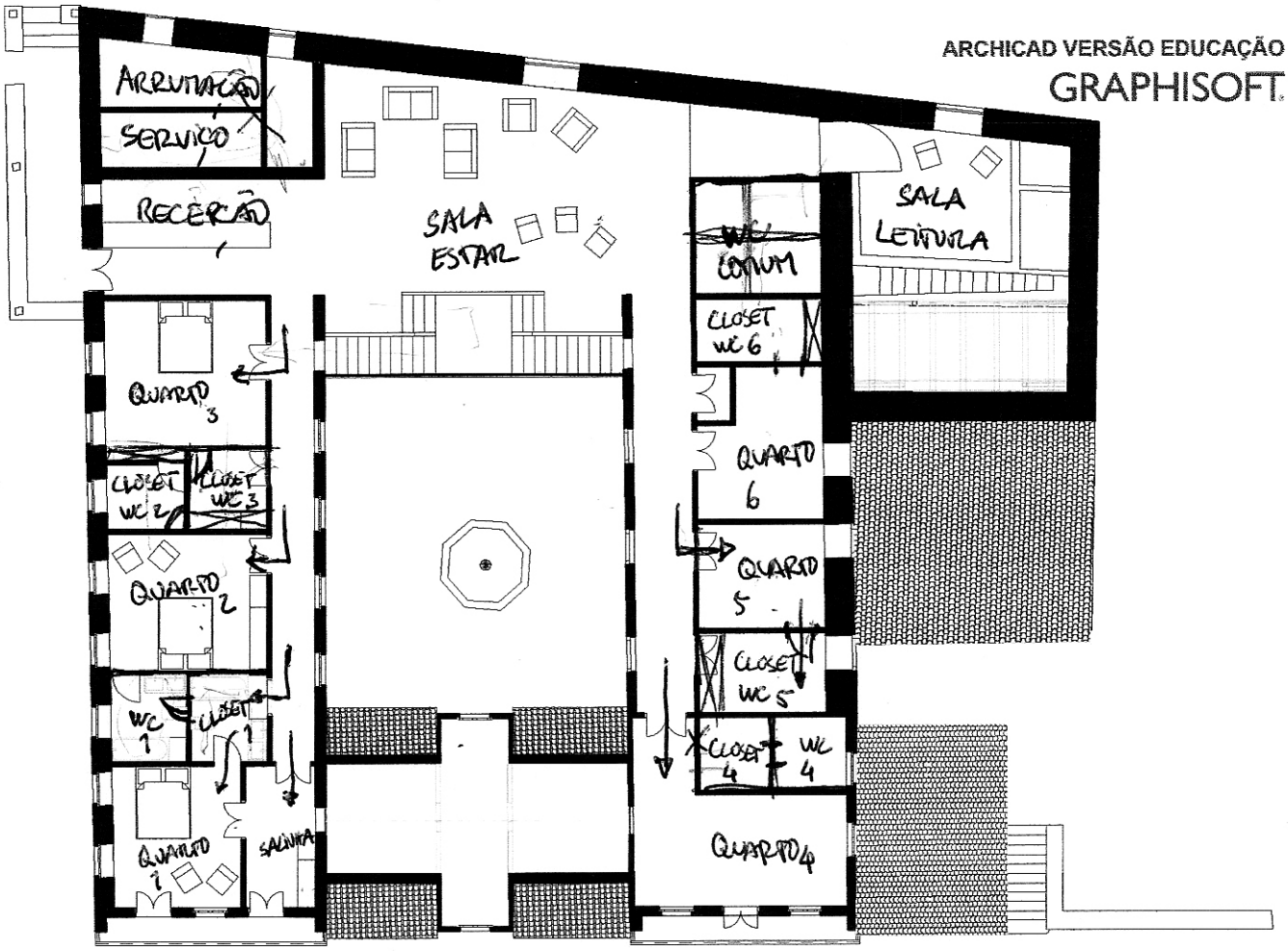


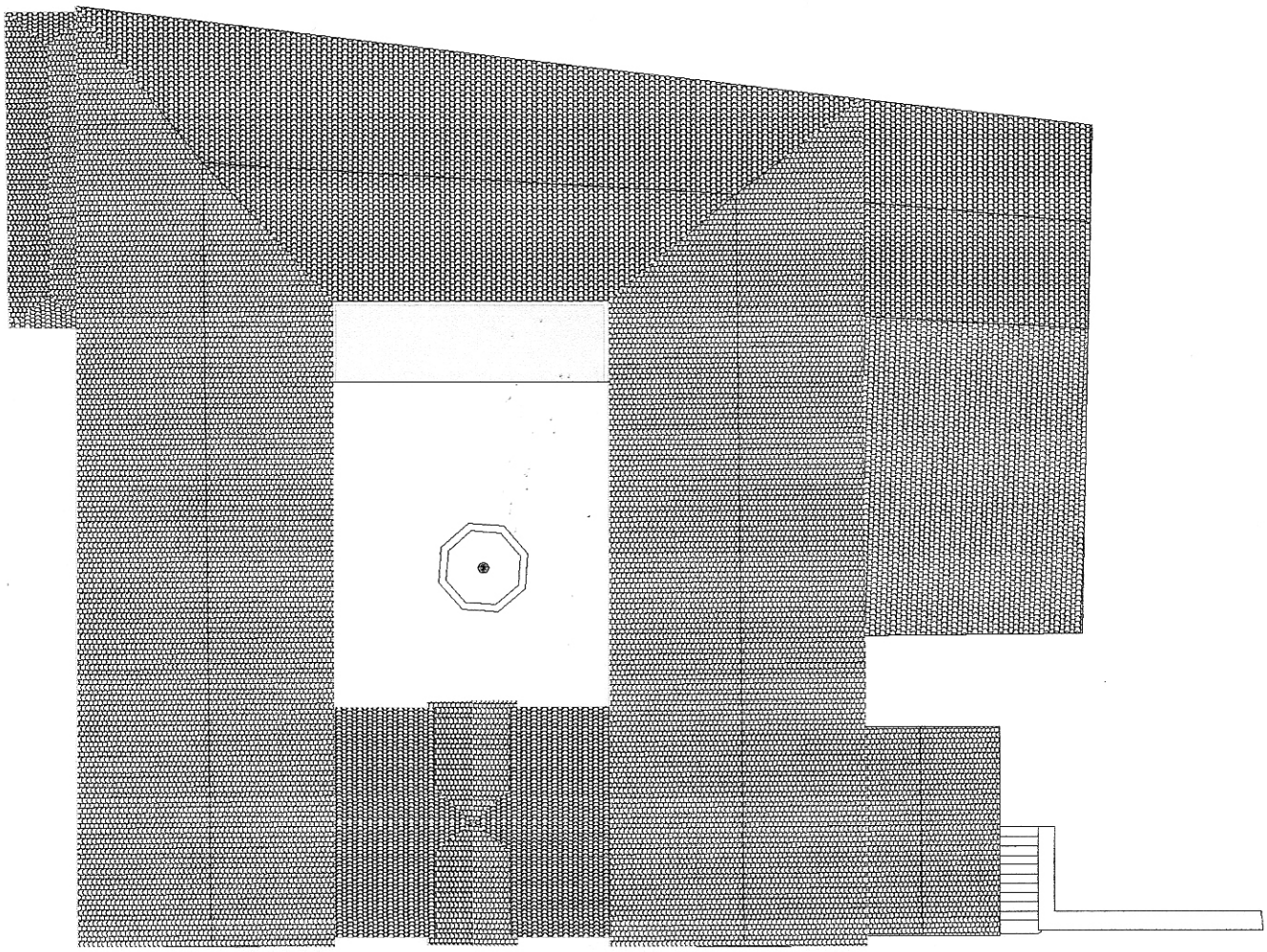




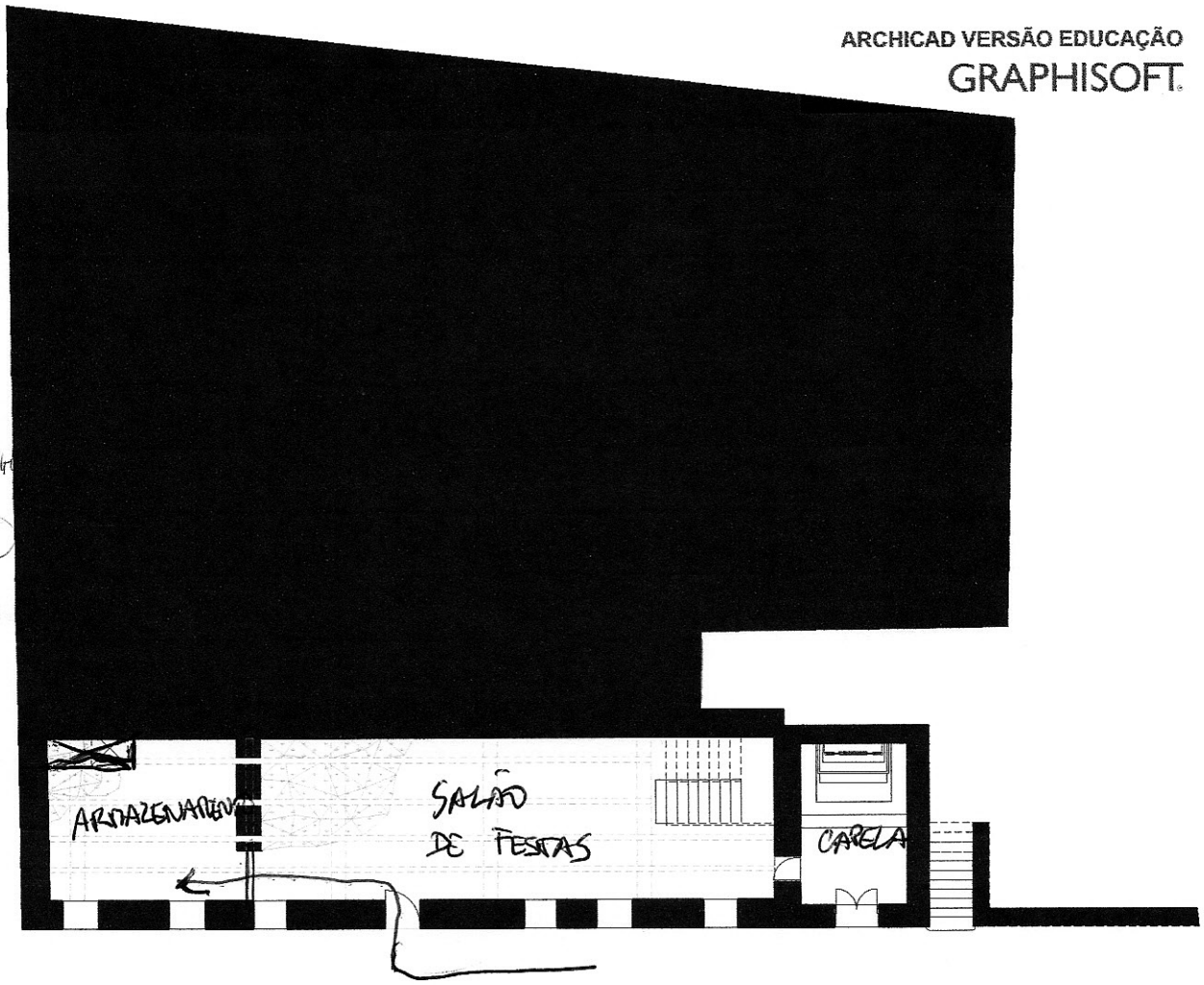


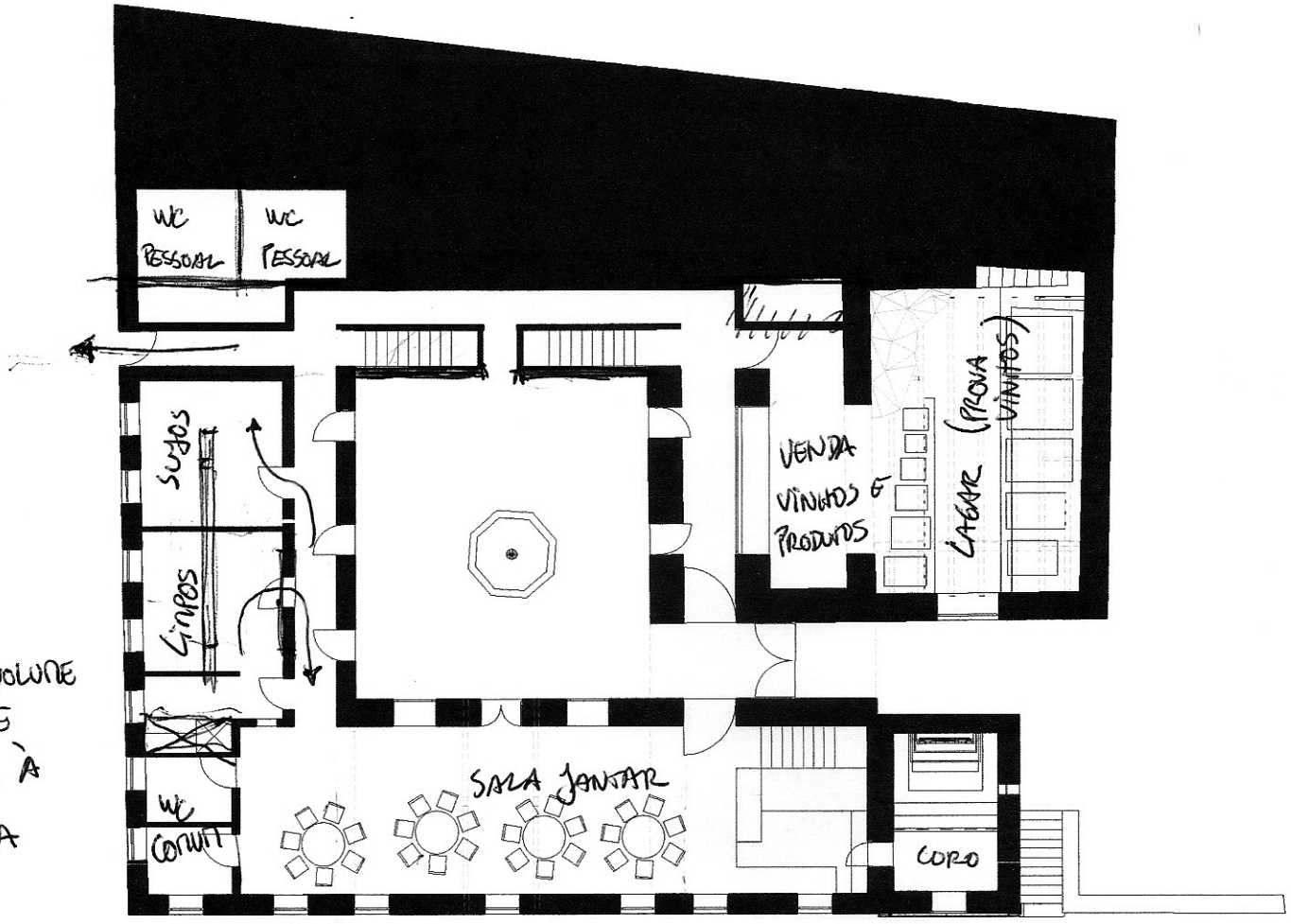
ARCHICAD VERSÃO EDUCAÇÃO
GRAPHISOFT



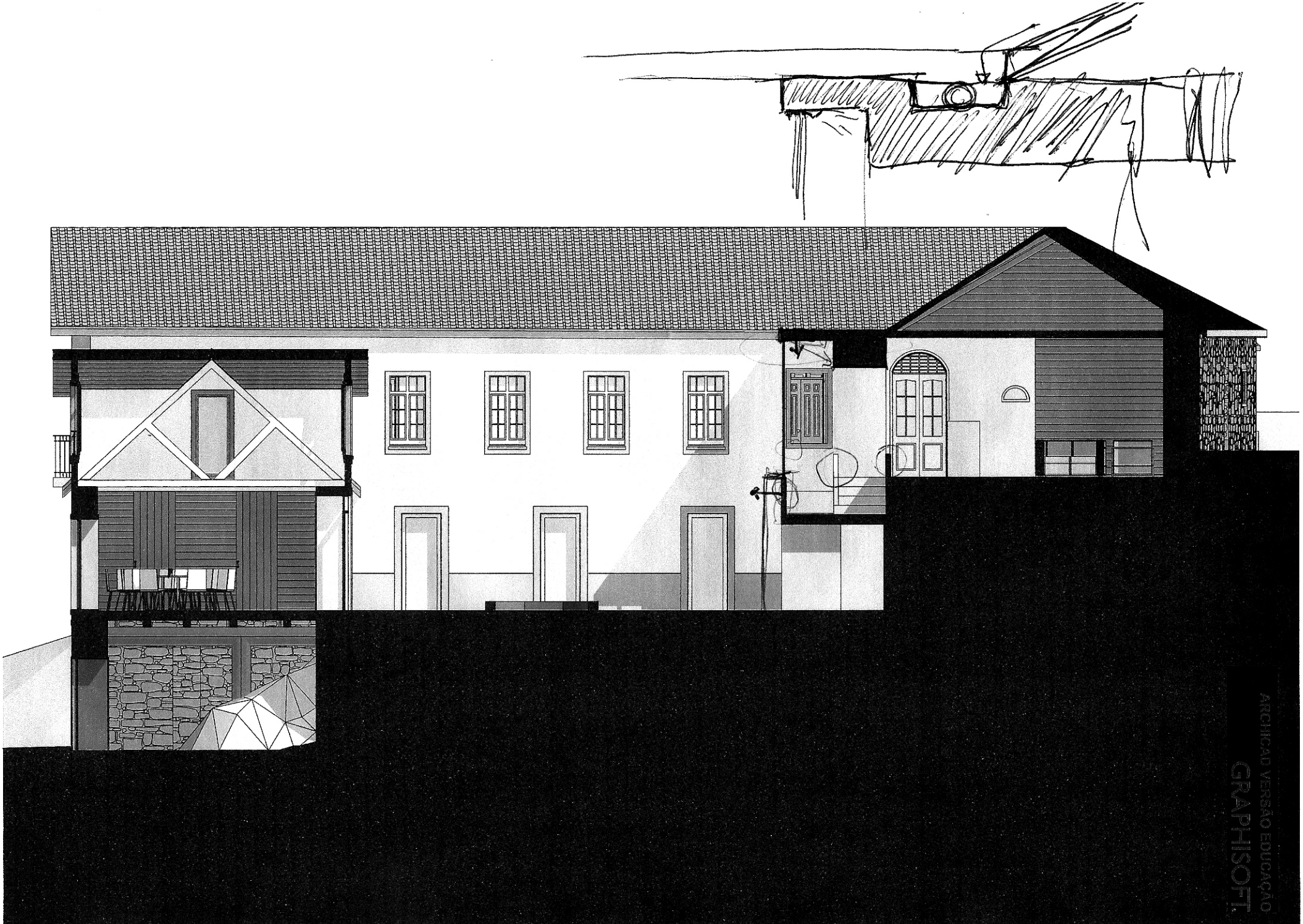


ARCHICAD VERSÃO EDUCAÇÃO
GRAPHISOFT





+ VOLUME DE APOIO À PISCINA



ARCHICAD VERSÃO EDUCAÇÃO
GRAPHISOFT

COZINHA

1- ÁREA LIMPEZA

2- ANTECÂMARAS

3- RECEPÇÃO ALIMENTOS/MANUTENÇÃO

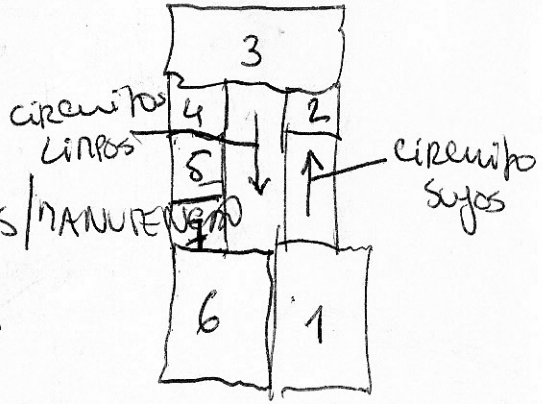
(VENTILAÇÃO E ILUMINAÇÃO NATURAL)

4- WC

5- ARMAZENAMENTO

6- CONFECÇÃO

7- PREPARAÇÃO



SIMPLICIDADE

ORGANIZAÇÃO

RESPEITO

SOCIEDADE/COMUNIDADE ✓

ARTE DE VIVER

SENSIBILIDADE ✓

EXPERIÊNCIA ✓

FUNCIONAL ✓

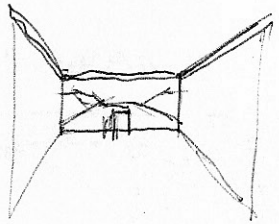
UTILITÁRIO

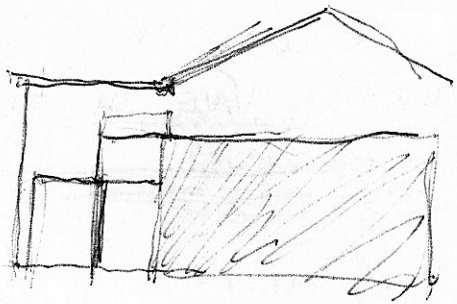
O LUGAR

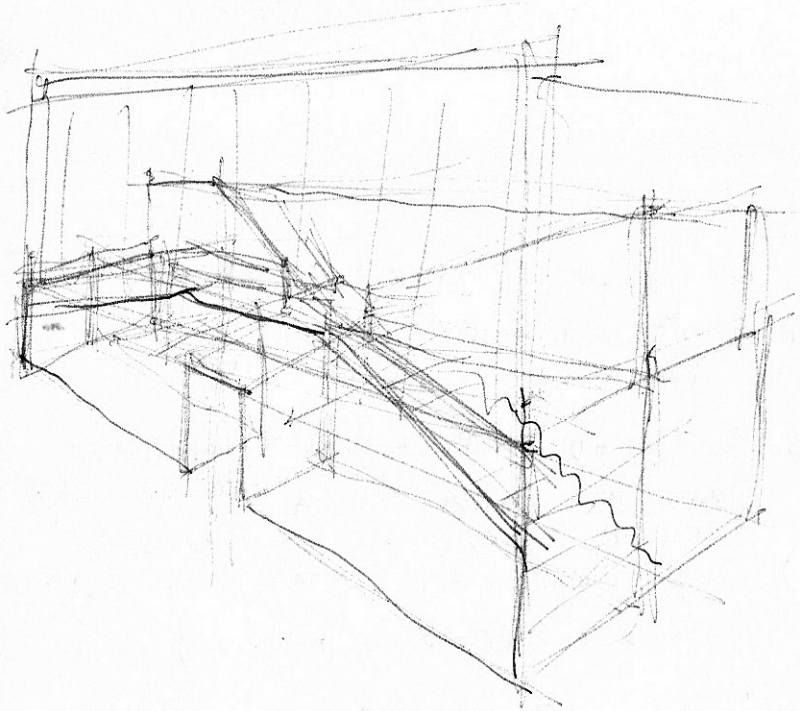
IDENTIDADE ✓

ESPONTÂNEA

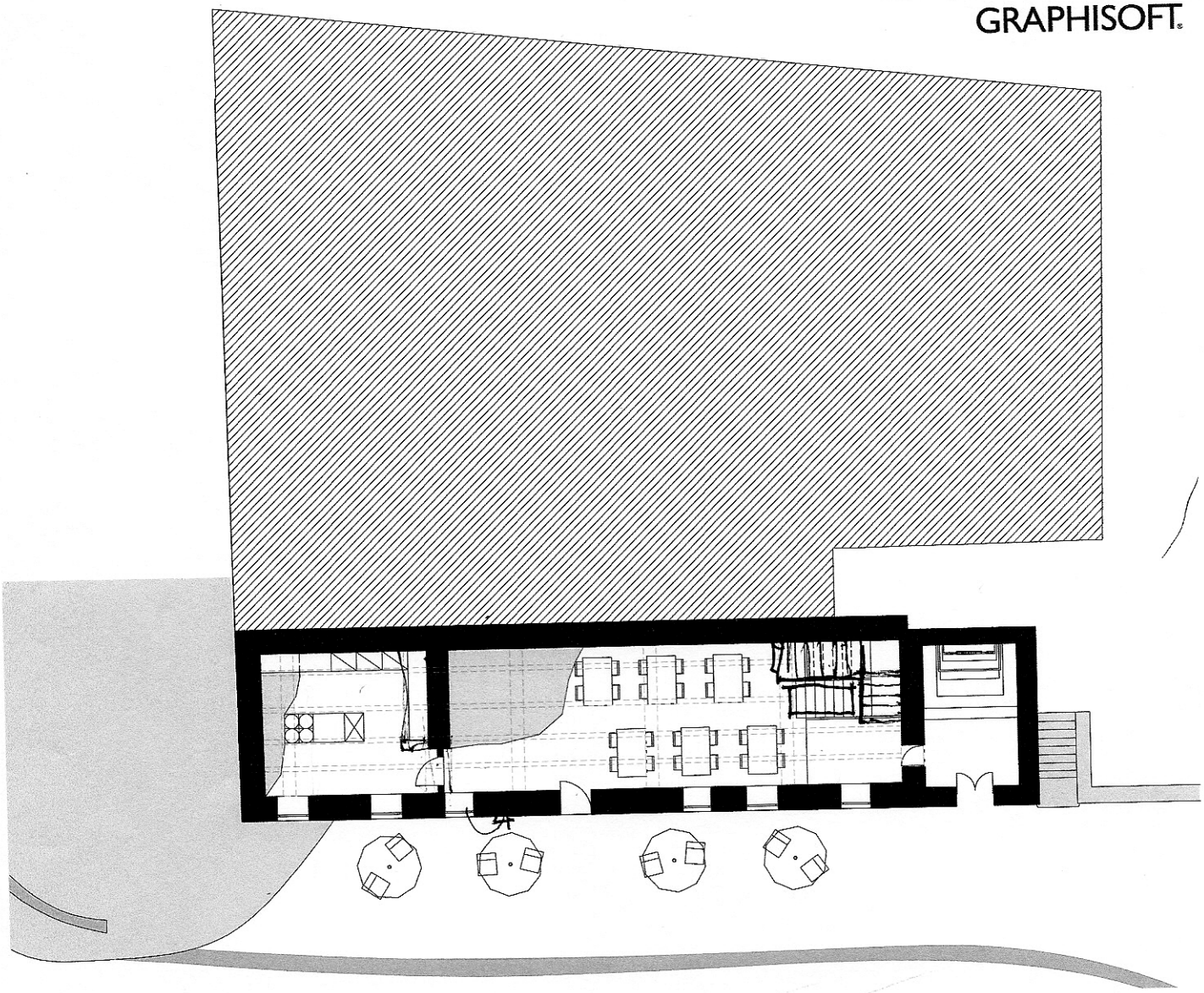
SABER ✓

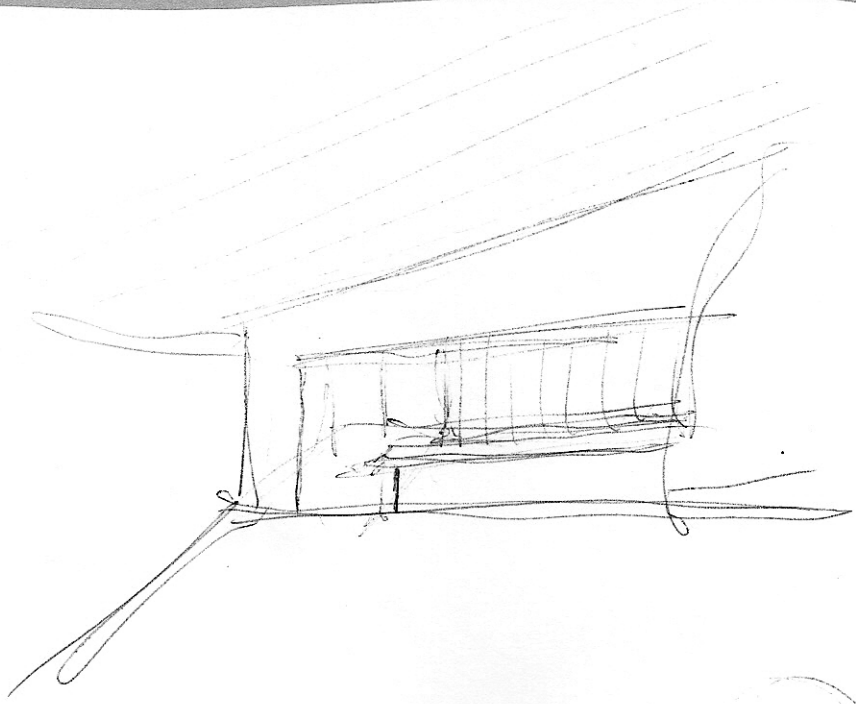


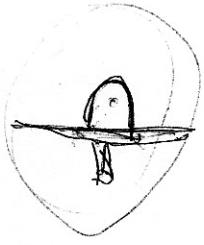




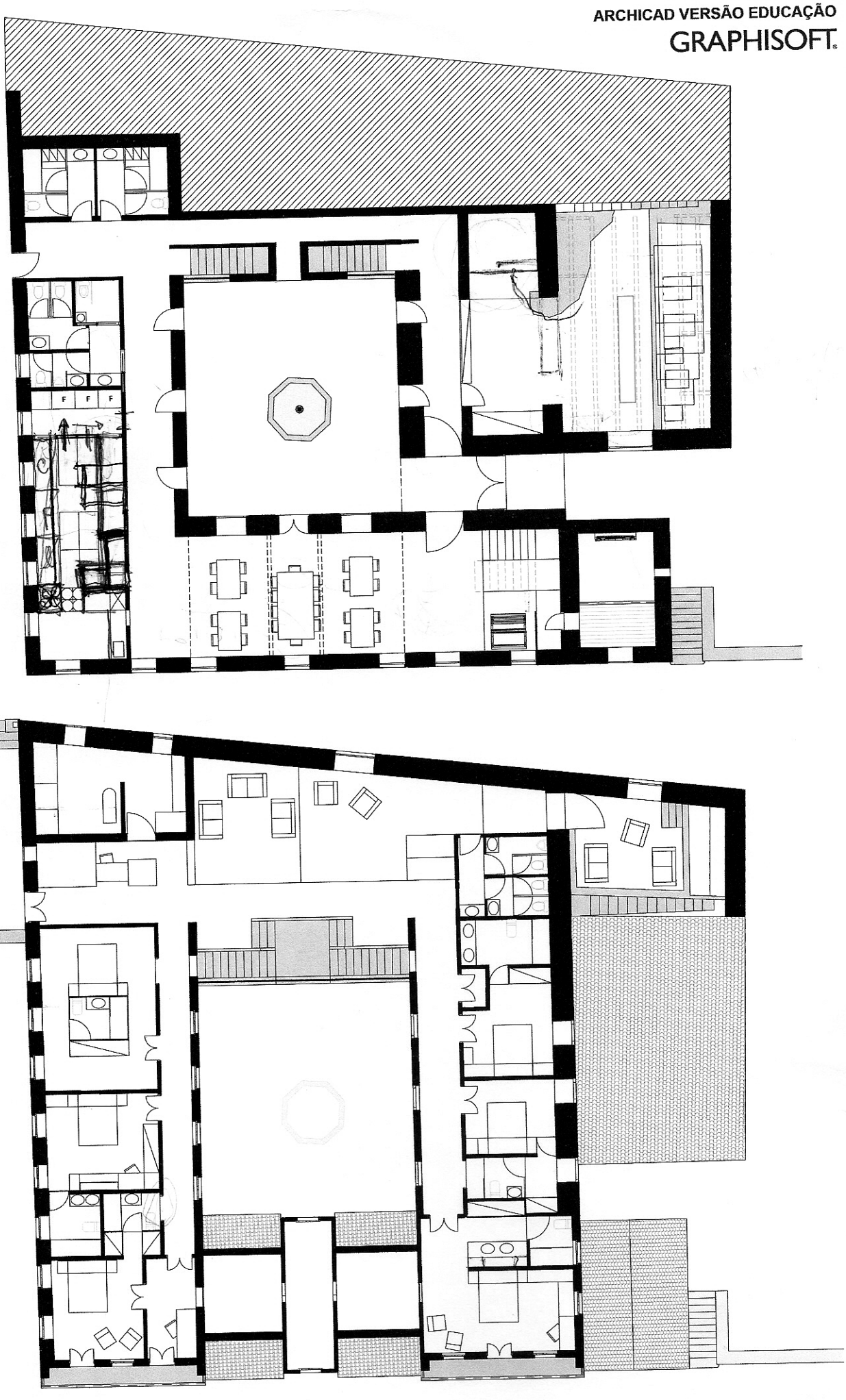
ARCHICAD VERSÃO EDUCAÇÃO
GRAPHISOFT®



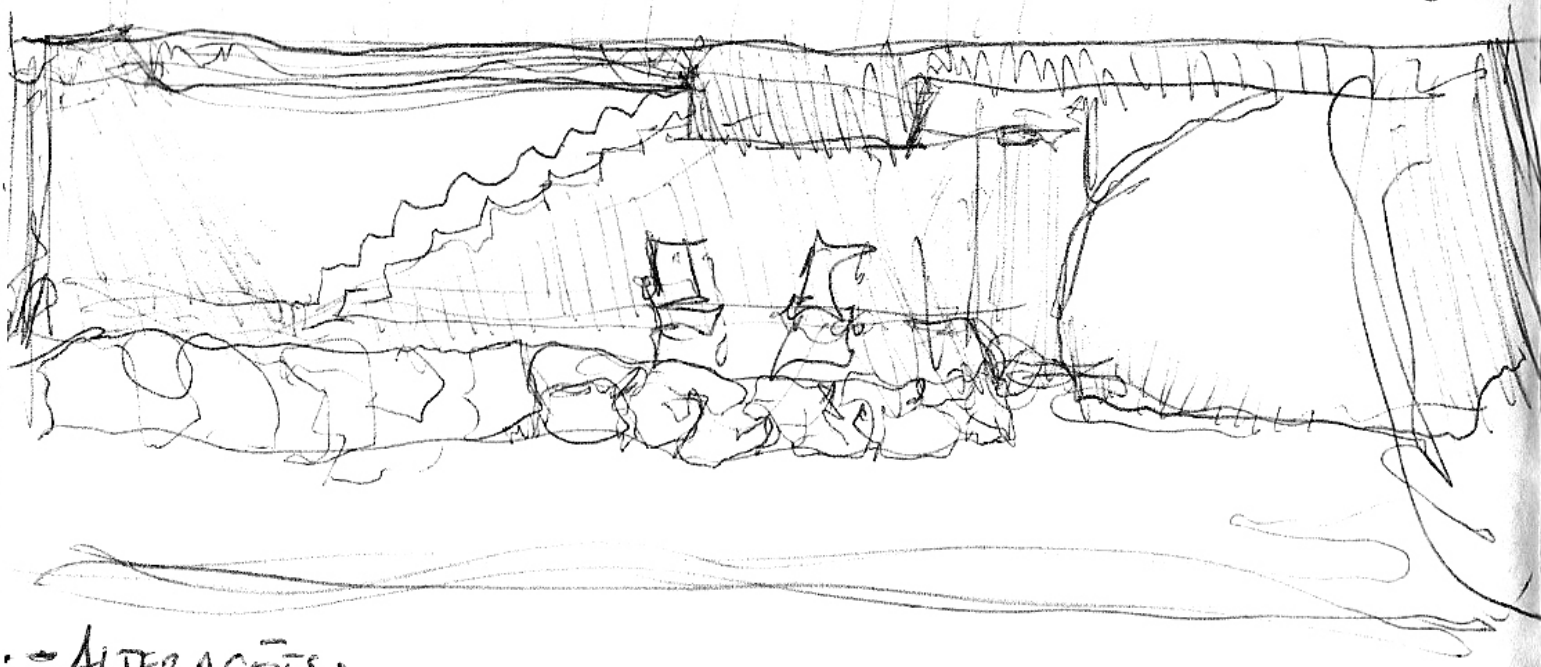




ARCHICAD VERSÃO EDUCAÇÃO
GRAPHISOFT®

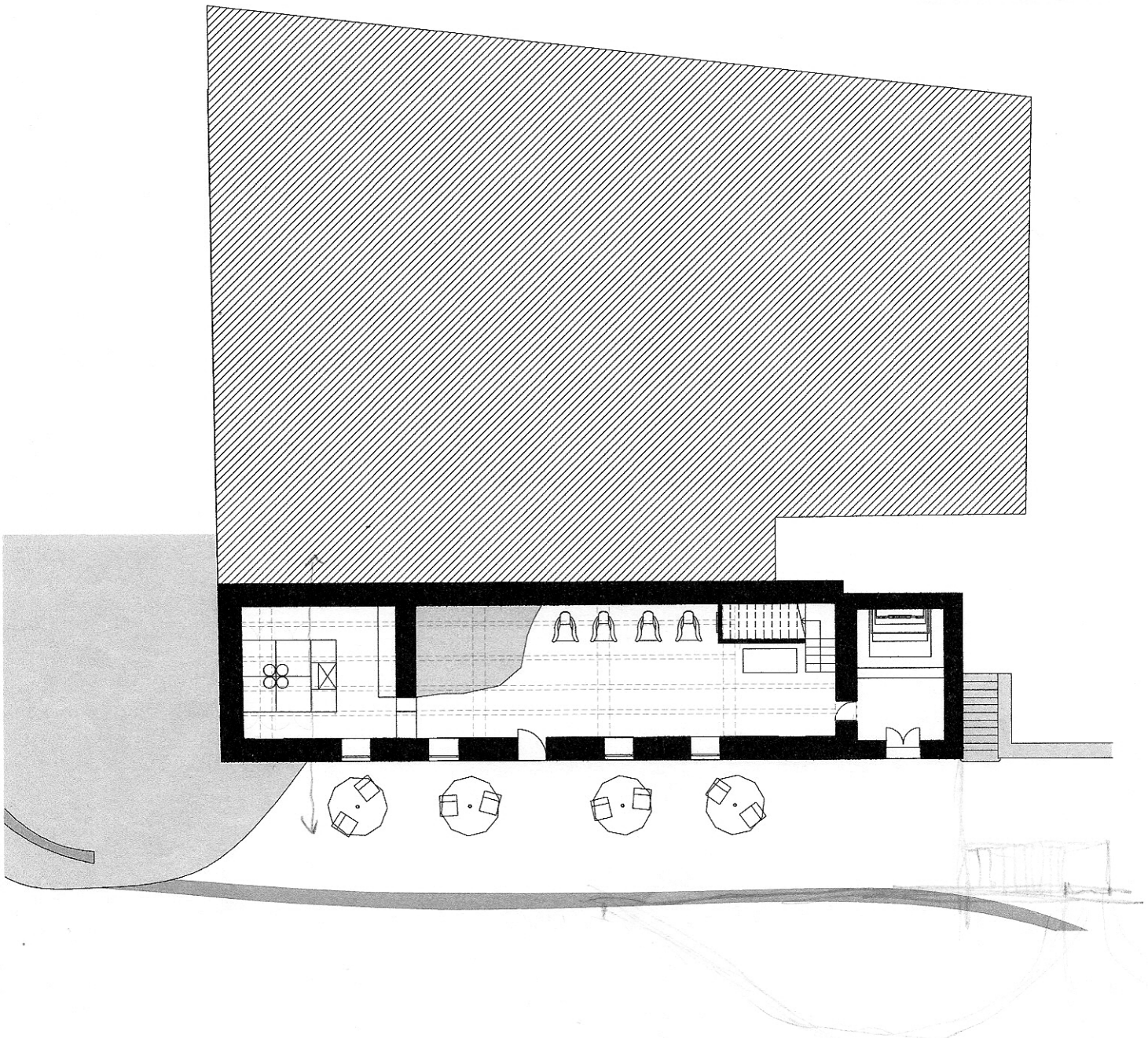


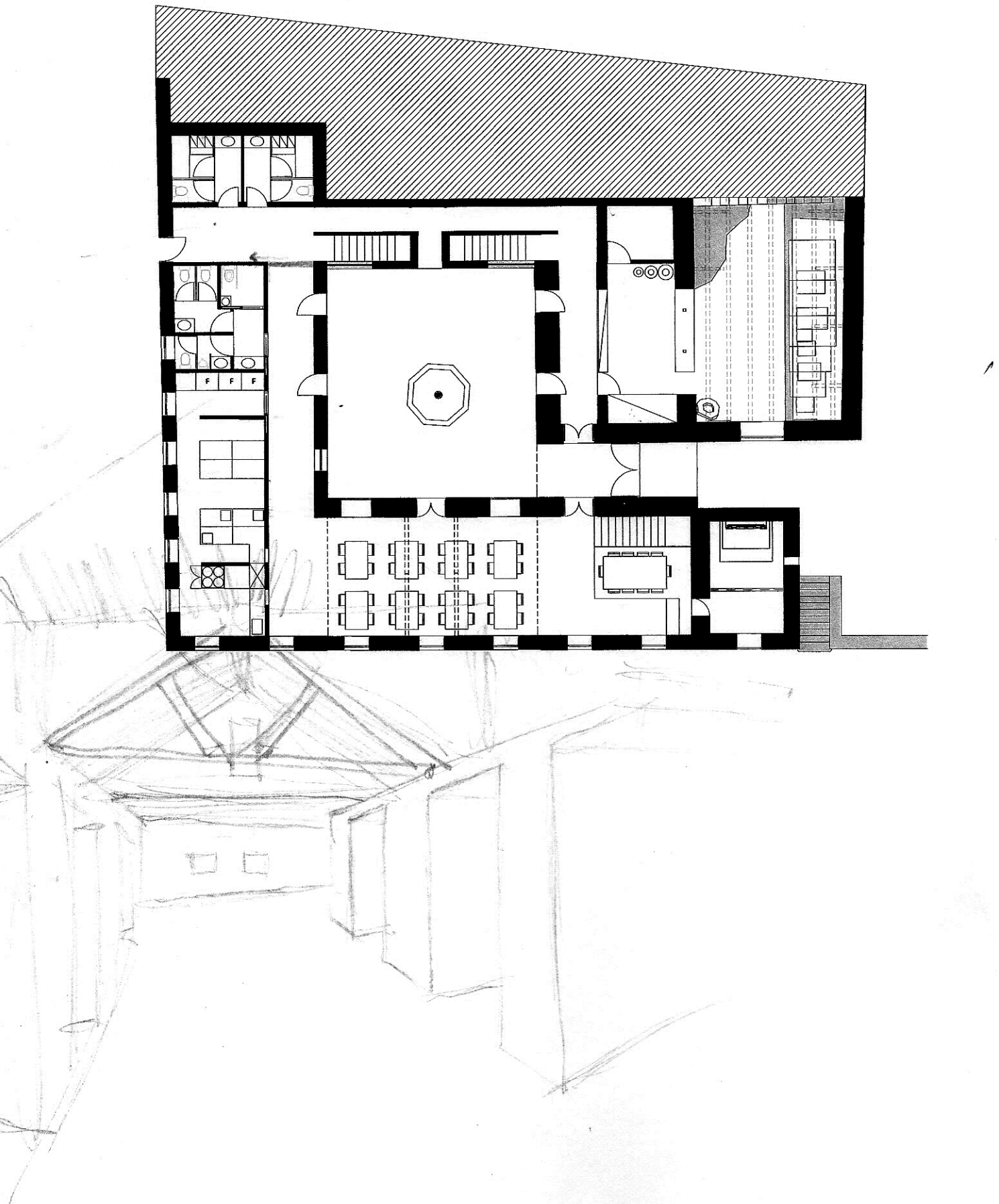
QUINTA DO VALE DA TIGUEIRA — 04 DE JUNHO



- ALTERAÇÕES:
  - COZINHA (REFORMULAR P/ CUMPRIR REQUISITOS) ✓
  - MOBILIÁRIO | RESTAURANTE (ALTERAR) / PÁTIO (RENOVER) ✓
  - BALCÕES | REDESENHO DA RECEÇÃO > MOBILIDADE FLEXIBILIDADE ✓ / POSTO DE VENDA ADEGA / RENOVER BALCÃO DO RESTAURANTE ✓
  - GRAFISMO | (MAIS ARQUITETURA (- TRAMAS) + LIMPEZA) (PRETO BRANCO E CINZAS) / RENDERS + SÓBRIOS (c/ + VERDE)
  - PERCURSOS | (DUALIDADE DE PERCURSOS < PERMANÊNCIA / VISITAS) ✓ / ✗ REDESENHO DA ESTRADA (VISITAS)
  - ESTACIONAMENTO (DUALIDADE ——— ↑) ✓
  - ESPAÇOS AGRÍCOLAS (REPRESENTAR VINHA E OLIVAL) ✓
  - WC SALA ESTAR (REMOÇÃO DA PORTA DO PONTO VISÍVEL) ✓
  - CAPELA: DESENHAR ANTECÂMARA NOS 2 PISOS ✓

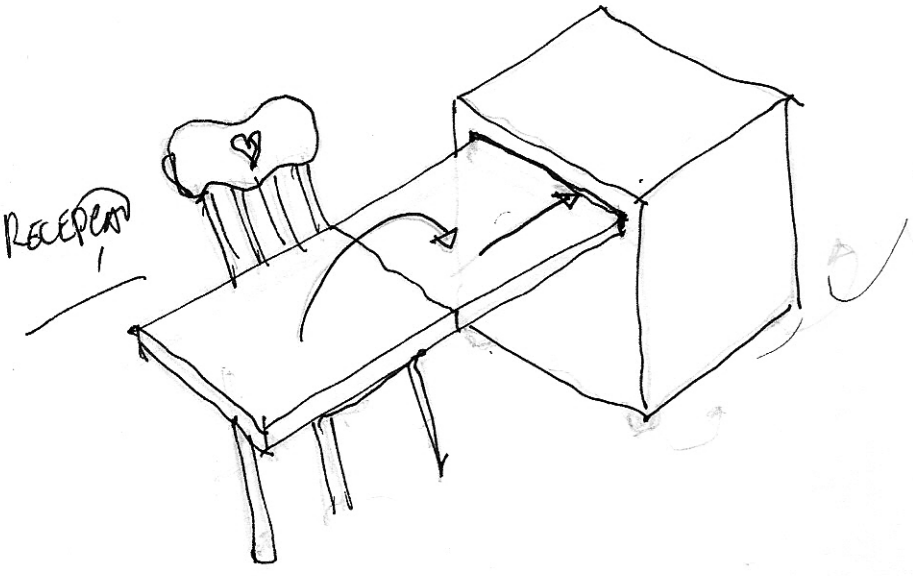
ARCHICAD VERSÃO EDUCAÇÃO
GRAPHISOFT®

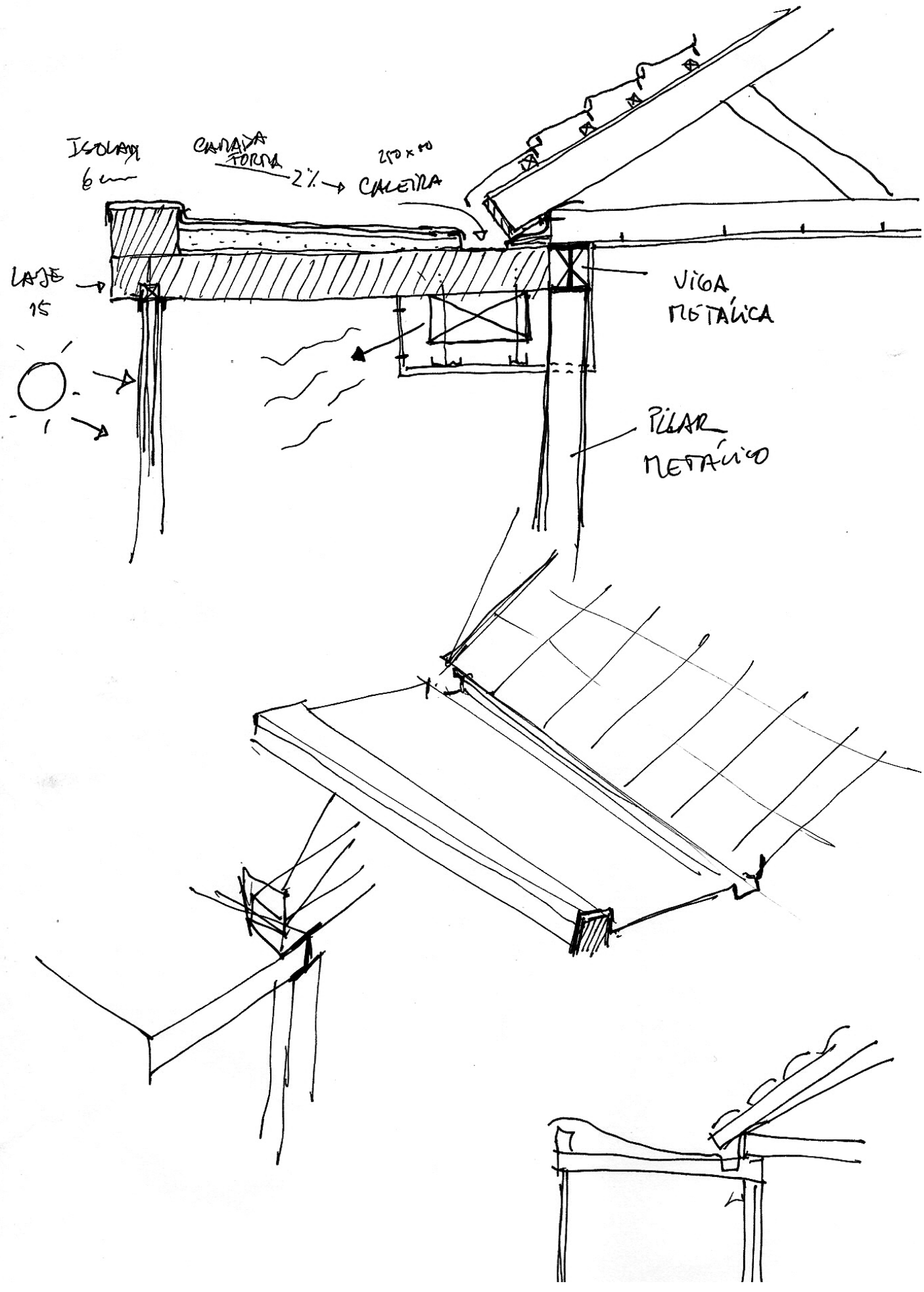




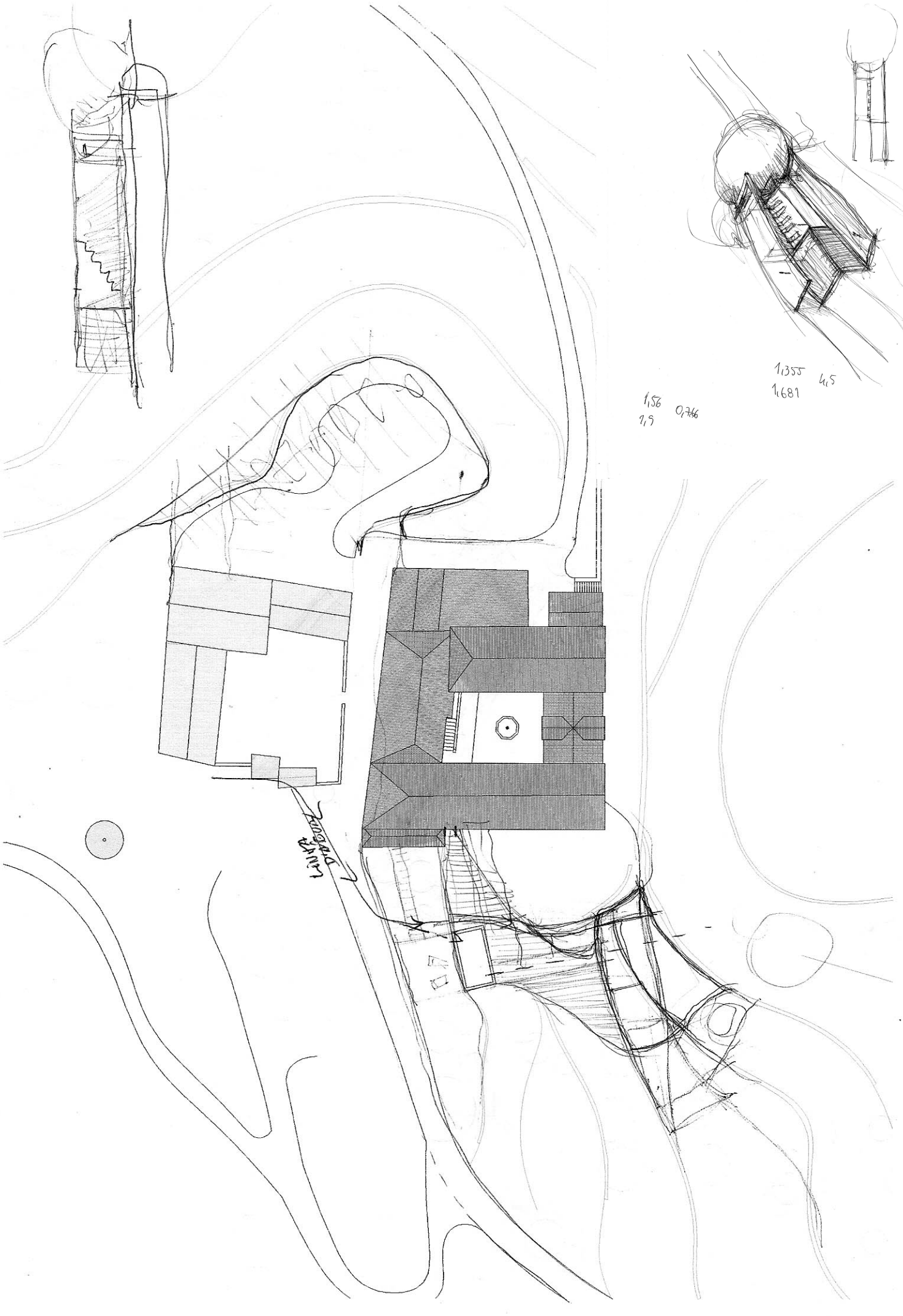
ARCHICAD VERSÃO EDUCAÇÃO
GRAPHISOFT.



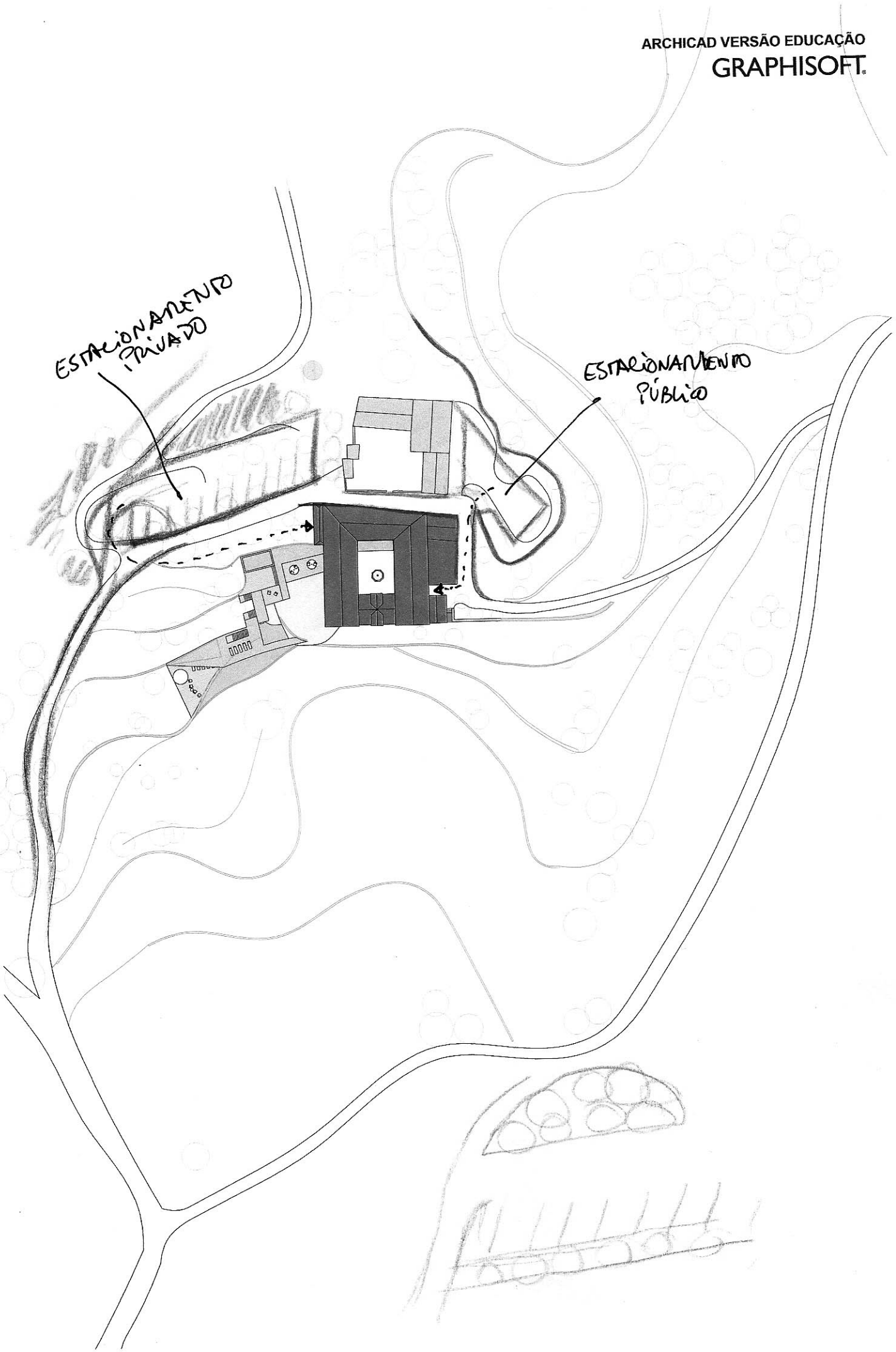



ISOLAM
6 cm
CAMADA FORMA
2% → CALEIRA
250 x 80
LAJE
15
VIGA METÁLICA
PILAR METÁLICO

ARCHICAD VERSÃO EDUCAÇÃO
GRAPHISOFT®

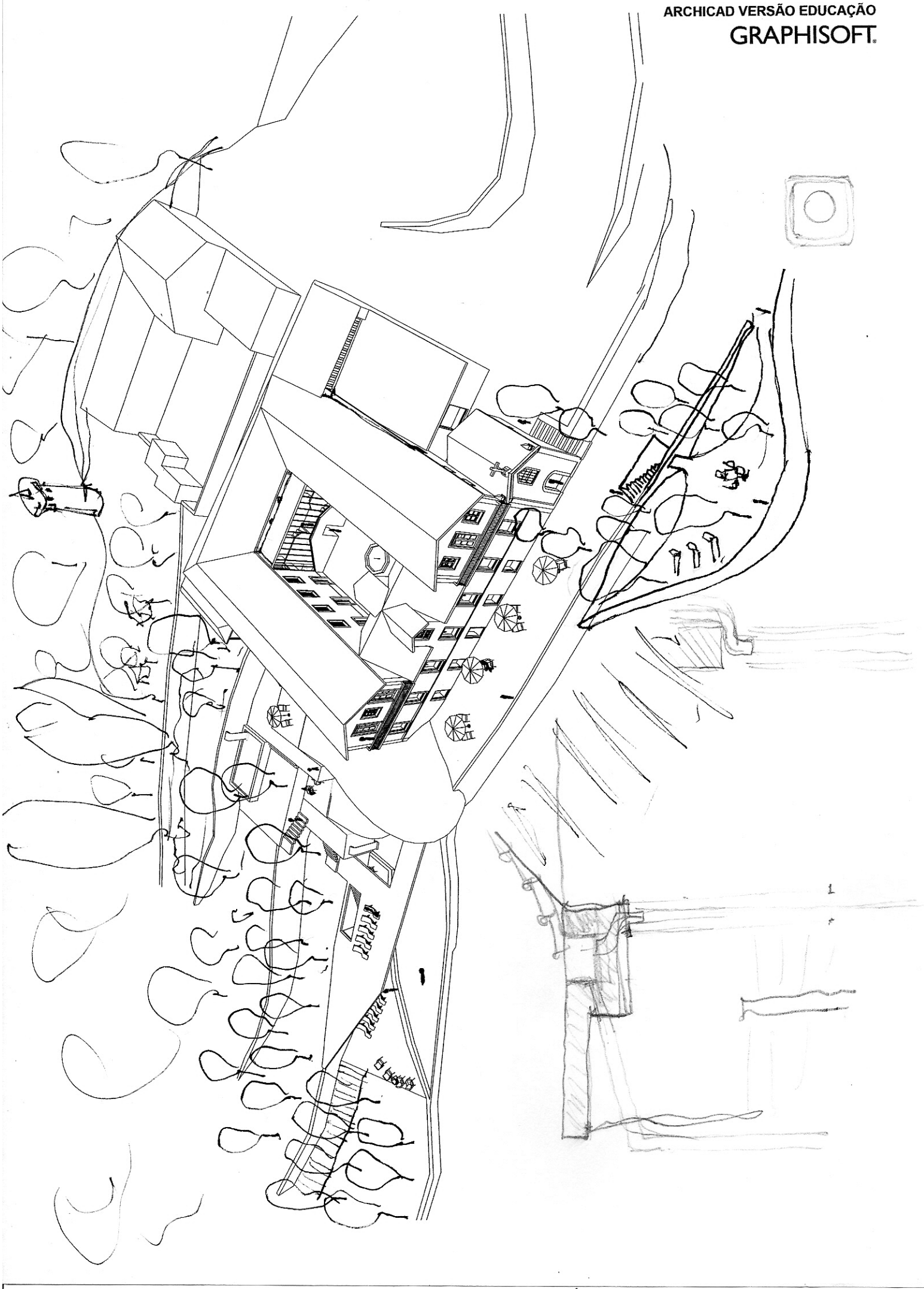

1,355
4,5
1,681
1,56
0,766
1,9

ARCHICAD VERSÃO EDUCAÇÃO
GRAPHISOFT



ARCHICAD VERSÃO EDUCAÇÃO
GRAPHISOFT





MESTRADO INTEGRADO EM
ARQUITECTURA DA UNIVERSIDADE
CATÓLICA PORTUGUESA —
CENTRO REGIONAL DAS BEIRAS

Reutilização das Arquitecturas de Produção

TURISMO RURAL: QUINTA DO VALE DA FIGUEIRA

Relatório do Trabalho de Projecto de Mestrado - **Painéis**

Tiago Rodrigues Frutuoso

Orientação **Professora Doutora Ana Pinho**

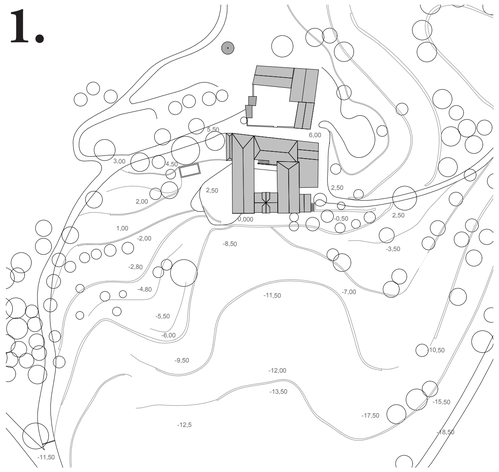
Coorientação **Mestre Victor Mestre**

TURISMO RURAL: QUINTA DO VALE DA FIGUEIRA

REUTILIZAÇÃO DAS ARQUITETURAS DE PRODUÇÃO

PROVA FINAL DE PROJETO DE TIAGO FRUTUOSO

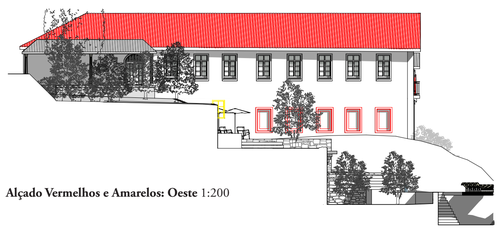
1.



Planta de Implantação: Existente 1:1000



Planta Vermelhos e Amarelos: 2º Piso 1:200



Alçado Vermelhos e Amarelos: Oeste 1:200

Tendo como tema central a "reutilização das arquiteturas de produção", apresenta-se a proposta de reabilitação da Quinta do Vale da Figueira, uma quinta essencialmente agrícola e cujo conjunto de actividades lhe atribuia, nos seus tempos de atividade, um carácter de autossustentabilidade, tornando-a numa das mais importantes da região de Pindo, Penalva do Castelo. A solução proposta consiste na implementação de um programa de alojamento turístico que, tendo em conta o ambiente rural que envolve a região, se enquadra num tipo de turismo em constante crescimento na atualidade: o turismo rural, caracterizado por um conjunto de atividades e serviços realizados e prestados nos espaços da Quinta, pretende proporcionar aos visitantes, para além da hospedagem, atividades e serviços complementares de carácter lúdico. Nos espaços exteriores, a solução adotada procura reativar o caráter produtivo que se perdeu ao longo dos anos, conjugando-o com espaços de lazer exteriores com base nos conceitos da multifuncionalidade e, deste modo, proporcionando uma melhor e mais direta relação entre o turista e os espaços envolventes.



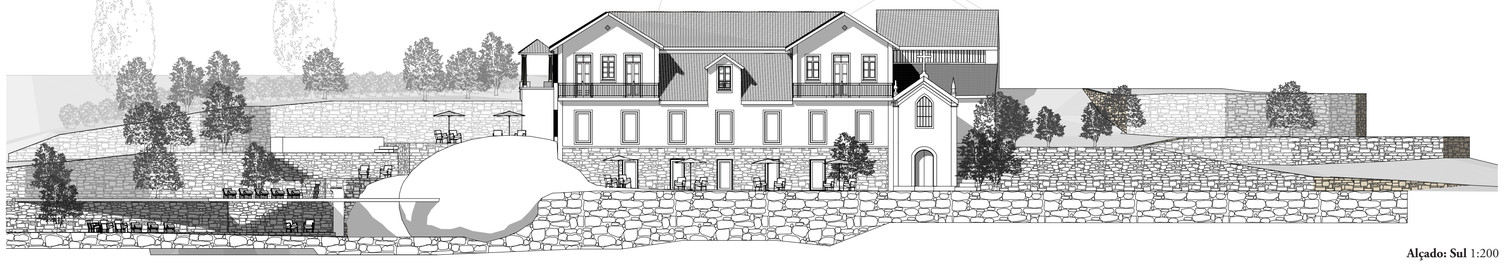








Planta de Implantação: Proposta 1:500



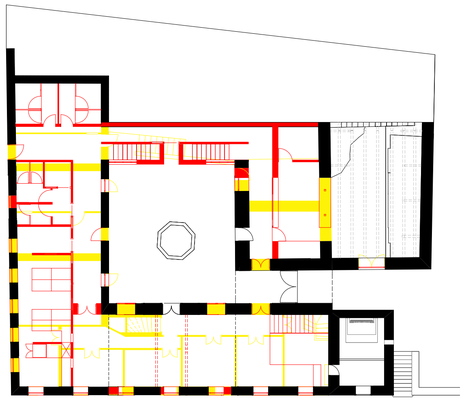
Alçado: Sul 1:200

TURISMO RURAL: QUINTA DO VALE DA FIGUEIRA

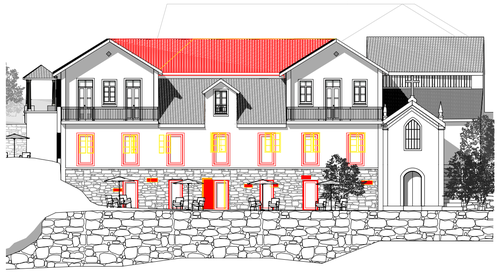
REUTILIZAÇÃO DAS ARQUITETURAS DE PRODUÇÃO

PROVA FINAL DE PROJETO DE TIAGO FRUTUOSO

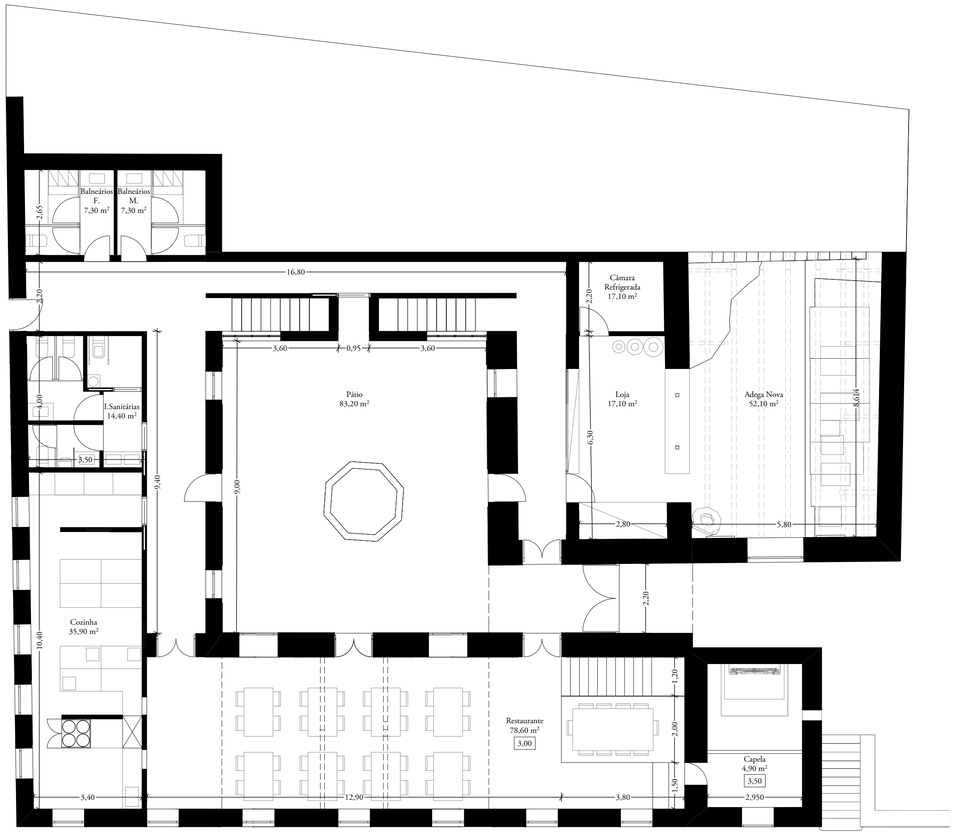
2.



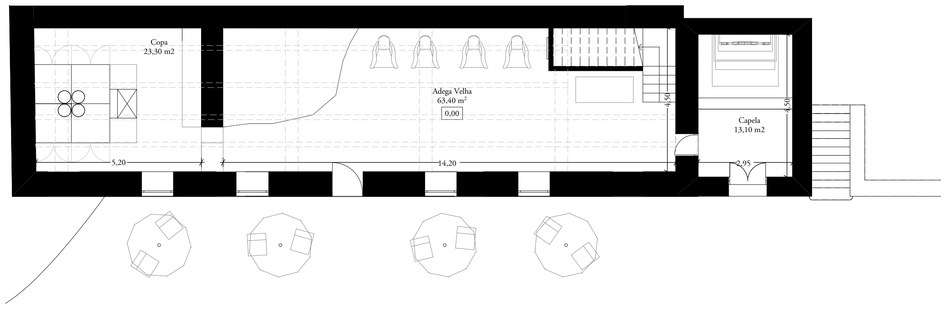
Planta Vermelhos e Amarelos: 2º Piso 1:200



Alçado Vermelhos e Amarelos: Sul 1:200



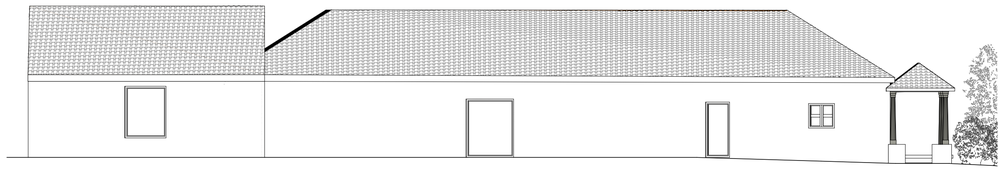
Planta: 2º Piso 1:100



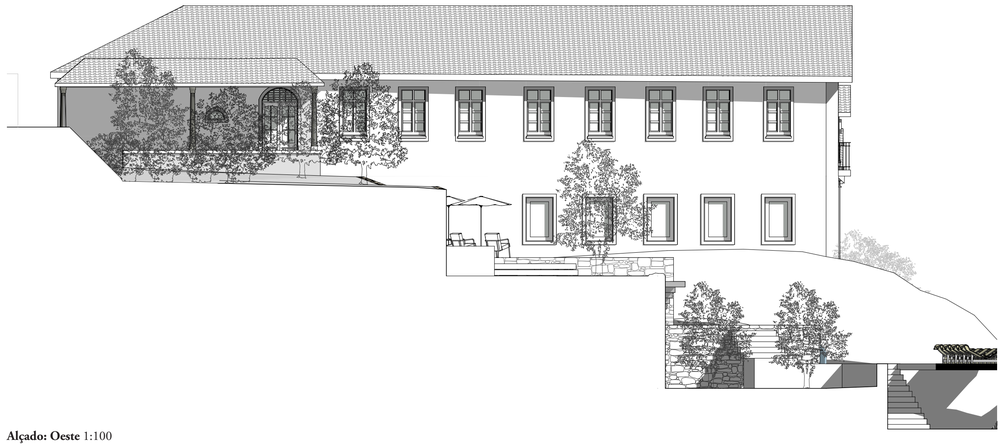
Planta: 1º Piso 1:100



Alçado: Este 1:100



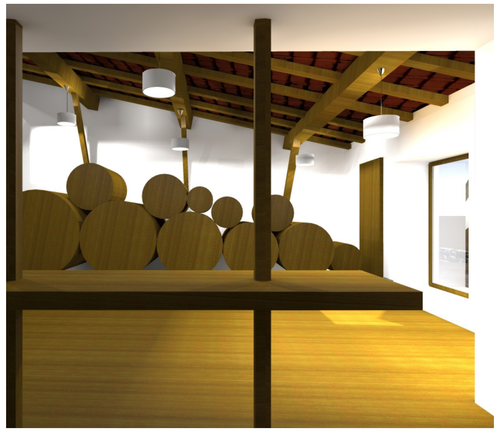
Alçado: Norte 1:100



Alçado: Oeste 1:100

Nos espaços interiores, a proposta centra-se na procura de relacionar cada volume e cada espaço, criando uma ligação lógica entre os mesmos, não só com o intuito de albergar um novo programa, mas também de resolver os conflitos que sempre existiram como resultado das adições que foram surgindo ao longo dos anos. Isto é, criar uma lógica de articulação dos espaços de forma a que deixe de existir um conjunto de volumes que se "encostam" uns aos outros para passar a funcionar como uma só unidade, bem organizada, com uma circulação coerente e com espaços funcionais que se relacionem entre si. A nível programático, a solução adotada reparte o edifício existente em duas áreas distintas: uma área reservada ao alojamento turístico, que ocupa todo o terceiro piso, e uma área comum, dedicada não só aos turistas alojados, como a visitantes que possam querer usufruir dos serviços que passam a ser oferecidos na Quinta. Essa área ocupa o segundo e primeiro piso e é composta pelo espaço de restaurante e cozinha, a "Adega Nova" e loja de venda dos produtos da Quinta, o "Pátio", a "Capela" e, por fim, o bar da "Adega Velha". Trata-se de um conjunto de espaços que pretende recuperar as vivências do passado através da relação entre a vertente produtiva da Quinta e a interação social entre a "família", os visitantes e os trabalhadores e que, ao mesmo tempo, aposta numa oferta mais abrangente e que, consequentemente, garante uma maior sustentabilidade dos espaços.









TURISMO RURAL: QUINTA DO VALE DA FIGUEIRA

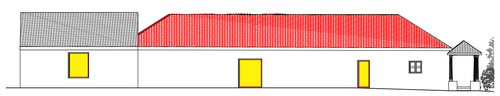
REUTILIZAÇÃO DAS ARQUITETURAS DE PRODUÇÃO

PROVA FINAL DE PROJETO DE TIAGO FRUTUOSO

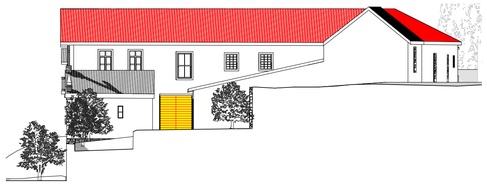
3.



Planta Vermelhos e Amarelos: 3º Piso 1:200



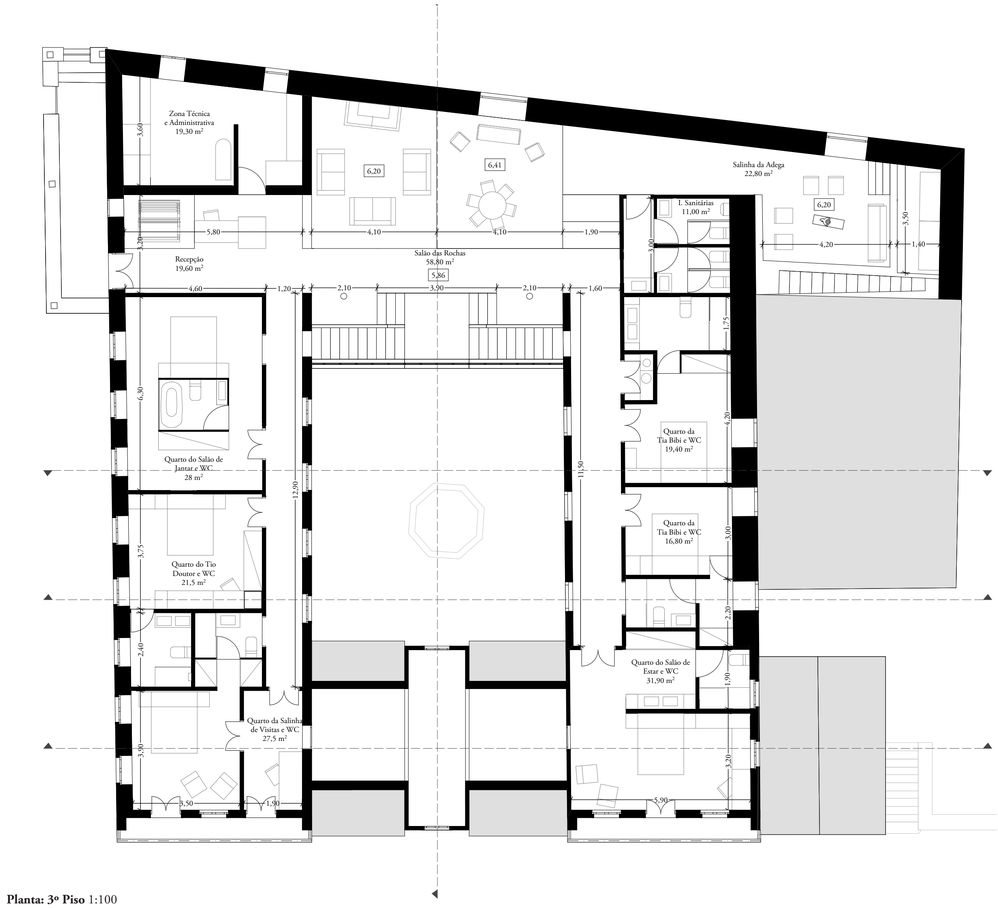
Alçado Vermelhos e Amarelos: Norte1:200



Alçado Vermelhos e Amarelos: Este 1:200

A vertente de alojamento turístico materializa-se no terceiro piso do edifício principal da Quinta, e pretende oferecer ao turista um espaço privado que remete socialmente ao carácter intimista, acolhedor e familiar característicos desse lugar. Fisicamente, é composto por seis quartos, que resultam da readaptação dos vários espaços existentes para materializar as necessidades do programa, ainda que com o maior respeito possível pelas caraterísticas mais singulares dos mesmos; o espaço da recepção e de manutenção, que surge de uma reformulação da entrada principal; o "Salão das Rochas" que é brindado com a vista para o pátio através do vão proposto com o novo volume para resolução da circulação vertical, e que preserva vários elementos existentes; a "Salinha da Adega", onde até então existia o tanque para o depósito, pisa e fermentação das uvas, passa a assumir-se como um canto de leitura, fisicamente ligado ao espaço da "Adega Nova".

Como resultado, tém-se um conjunto de espaços que se relacionam entre si e que estão em constante contato com o meio envolvente, respondendo aos requisitos programáticos inerentes ao turismo rural com base na preservação do espírito do lugar, da história e da cultura da Quinta do Vale da Figueira.



Planta: 3º Piso 1:100



Corte Longitudinal: A Sul 1:100



Corte Longitudinal: A Oeste 1:100

Corte Longitudinal: A Norte 1:100



Corte Longitudinal: A Norte (Pátio) 1:100







